



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

ANDRÉA CARDOSO VENTURA

**MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL):
UMA ANÁLISE DA REGULAÇÃO DE CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS DO PROJETO PLANTAR**

SALVADOR

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Escola de Administração - UFBA

V468 Ventura, Andréa Cardoso

Mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) : uma análise da regulação de conflitos socioambientais do Projeto Plantar /

Andréa Cardoso Ventura. – 2008.

227 f.

Orientador: Prof. Dr. José Célio Silveira Andrade

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia.

Escola de Administração, 2008.

1. Gestão ambiental – Aspectos políticos. 2. Gestão ambiental – Aspectos sociais. 3. Política ambiental - Brasil. 4. Governança. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Andrade, José Célio Silveira. III. Título.

363.70097

ANDRÉA CARDOSO VENTURA

**MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL):
UMA ANÁLISE DA REGULAÇÃO DE CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS DO PROJETO PLANTAR**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador:
Prof. Dr. José Célio Silveira Andrade

SALVADOR

2008

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉA CARDOSO VENTURA

MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL): UMA ANÁLISE DA REGULAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROJETO PLANTAR

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Célio Silveira Andrade – Orientador
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Luis Felipe Machado Nascimento
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Antônio Puppim de Oliveira
Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro

Salvador, 12 de maio 2008.

Dedico esta dissertação de mestrado a todos aqueles que lutam pela preservação do meio ambiente. Somente com a efetiva mobilização de todos os setores sociais, juntamente com o esforço de cada indivíduo, mudando, inclusive, seu padrão de consumo, será possível garantir a qualidade de vida no Planeta Terra.

Agradeço ao CNPq pelo apoio para a realização da pesquisa, através de concessão de bolsa de pesquisa e, posteriormente, no âmbito do projeto “A utilização dos projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo pelas empresas brasileiras”, aprovado no edital MCT/CNPq 15/2007.

RESUMO

A obtenção de consensos mínimos, em âmbito mundial, para a redução de gases do efeito estufa e, conseqüentemente, do aquecimento global, envolveu anos de negociações entre atores estatais e não estatais, chegando-se à formulação do Protocolo de Kyoto, em vigência desde 2005. No entanto, isso não foi capaz de mitigar os conflitos sociais e ambientais no momento de sua aplicação. Nesta dissertação, procura-se apresentar os conflitos, interesses e lógicas de ação envolvidos durante as etapas de elaboração, validação e aprovação de um projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), um dos instrumentos de flexibilização trazidos pelo Protocolo. A análise do Projeto Plantar, um dos primeiros projetos de MDL brasileiros a negociar créditos no Mercado de Carbono, ilustrou vários níveis de governança ambiental: local, regional, nacional e internacional. Por meio de ampla pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas semi-estruturadas e estruturadas, e observação não participante, buscou-se, então, verificar as estratégias de relacionamento político-institucional utilizadas pela empresa proponente, a Plantar S.A., para regular os conflitos socioambientais existentes e, assim, legitimar-se perante seus *stakeholders* visando à aprovação de seu projeto de MDL. Constatou-se que, efetivamente, a empresa precisou adotar diversos mecanismos, como melhorias substanciais em seus relacionamentos político-institucionais, a adoção de estratégias de relações públicas, o incremento de sua gestão socioambiental e a ampliação de sua participação política junto a outras empresas do setor e ao governo brasileiro, visando a influenciar a construção das políticas públicas ligadas ao MDL. Definitivamente, o Projeto Plantar representa um rico caso de análise sobre a amplitude de interesses envolvidos na governança ambiental, que engloba aspectos econômicos, culturais e ideológicos.

Palavras-chave: Governança Ambiental; Conflitos socioambientais; Relacionamento político-institucional; Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - Projeto Plantar

ABSTRACT

The obtainment of minimum consensus, on the world level, for the greenhouse gases reduction and, therefore, for the global warming, involved years of negotiations between state and non-state actors, arriving to the formulation of the Kyoto Protocol, in force since 2005. However, it wasn't able to mitigate the social and environmental conflicts at the time of its application. In this dissertation seeks to present the conflicts, interests and logical actions involved in the stages of preparation, validation and approval of a Clean Development Mechanism (CDM) project, one of the flexibility instruments brought by the Protocol. The Plantar Project analysis, the first CDM project in Brazil to negotiate credits in the carbon market, illustrated various levels of environmental governance: local, regional, national and international. Through extensive literature search, document analysis, semi-structured and structured interviews, and no participant observation, it was tried to verify the strategies for political-institutional relations firm used by the proposer, the Plantar SA, to regulate the social conflict existing and thereby legitimize itself in front of their stakeholders, seeking its CDM project approval. Effectively, the company needed to adopt different mechanisms, as substantial improvements in its politic-institutional relationships, the adoption of public relations strategies, the increase of its social and environment management and the expansion of its political participation with other companies in the industry and the Brazilian government, seeking to influence the construction of public policies related to the CDM. Definitely, the Plantar Project represents a rich analysis case on the extent of interests involved in environmental governance, which covers economic, cultural and ideological aspects.

Keywords: Environmental Governance; Social and environmental conflicts; Political and institutional relationship; Clean Development Mechanism - Plantar Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. O que fazer com os resíduos.....pág. 62

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1. Dados de concentração de GEE relativos à atividade humana.....pág. 50
- Tabela 2. Agentes envolvidos e motivação para participação no MDL..... pág. 66
- Tabela 3. Estrutura básica da teoria de Relações Públicas..... pág. 85
- Tabela 4. Modelo de Análise Utilizadopág. 89
- Tabela 5. Relação de entrevistadospág. 92
- Tabela 6. Projeto Plantar em númerospág. 102
- Tabela 7. Área total reflorestada no Brasil.....pág. 117
- Tabela 8. Estratégias de relacionamento político-institucionais adotadas pela Plantar..pág. 193

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAF	Associação Baiana de Produtores Florestais
ABEPED	Associação Brasileira dos Produtores de Eucalipto para Uso Doméstico
ABRAF	Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
AMDA	Associação Mineira de Defesa do Ambiente
AMS	Associação Mineira de Silvicultura
AND	Autoridade Nacional Designada
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRACELPA	Associação Brasileira de Produtores de Celulose e Papel
BSCD	Business Council for Sustainable Development
CCX	Chicago Climate Exchange
CDM	Clean Development Mechanism
CDP	Projeto de Revelação de Carbono
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CER	Certificado de Emissão Reduzida
CILMA	Centro Internacional de Ligação para o Meio Ambiente
CIMGC	Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima
CMMAD	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CNUMA	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano
CO2	Gás Carbônico
CODEMA	Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente
COP	Conferência das Partes
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DCP	Documento de Concepção do Projeto
DNV	Det Norske Veritas
EIA/RIMA	Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impacto Ambiental
EOD	Entidade Operacional Designada
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FIEMG	Federação das Indústrias de Minas Gerais
FIESP	Federação das Indústrias de São Paulo
FISSET	Fundo de Investimentos Setoriais-Reflorestamento
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSC	Forest Steward Council
GEE	Gases do Efeito Estufa
GEF	Global Environment Facility

GEMI	Global Environmental Management Initiative
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima
ISO	International Organization for Standardization
LULUCF	Land Use, Land-Use Change and Forestry
MBRE	Mercado Brasileiro de Redução de Emissões
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
NOVIB	Agência Holandesa para a Cooperação Internacional de Desenvolvimento
OIG	Organização Internacional Governamental
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
P+L	Produção mais Limpa
PCF	Protocol Carbon Fund
PCMSO	Programa para Controle de Saúde Ocupacional
PIFFR	Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento
PL	Produção Limpa
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RCE	Redução Certificada de Emissões
RED	Redução de Emissão de Desmatamento
SCLC	Supplier Chain Leadership Collaboration
SEEN	Sustainable Energy and Economy Network
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
UMF	Unidade de Manejo Florestal
UNFCCC	Union Nation Framework on Convention Climate Change
WBCSD	World Business Council for Sustainable Development
WRM	World Rainforest Movement

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL (GAG), MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL), REGULAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: CONCEITOS IMPORTANTES PARA A ANÁLISE DO PROJETO PLANTAR.....	25
2.1	EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL.....	25
2.2	A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NA GOVERNANÇA AMBIENTAL.....	30
2.2.1	<i>As Organizações Internacionais Governamentais (OIG).....</i>	<i>31</i>
2.2.2	<i>Os Estados.....</i>	<i>33</i>
2.2.3	<i>A Comunidade Científica.....</i>	<i>35</i>
2.2.4	<i>As Empresas</i>	<i>37</i>
2.2.5	<i>Os Indivíduos.....</i>	<i>39</i>
2.2.6	<i>As Organizações Não-Governamentais (ONGs)</i>	<i>40</i>
2.2.7	<i>O Movimento Social Ambientalista.....</i>	<i>43</i>
2.2.7.1	<i>O movimento ambientalista brasileiro</i>	<i>47</i>
2.3	MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL): INSTRUMENTO DE FLEXIBILIZAÇÃO E GOVERNANÇA AMBIENTAL.....	49
2.3.1	<i>O Surgimento do Protocolo de Kyoto e a Criação de Um Novo Mercado Mundial</i>	<i>49</i>
2.3.2	<i>Os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)</i>	<i>57</i>
2.3.2.1	<i>As atividades ligadas a florestamento e reflorestamento.....</i>	<i>61</i>
2.3.2.2	<i>A Utilização de Tecnologias mais Eficientes e a Caracterização de Desenvolvimento Sustentável no MDL</i>	<i>64</i>
2.3.3	<i>Os Projetos de MDL Brasileiros.....</i>	<i>68</i>
2.3.4	<i>Os Impactos do MDL no Relacionamento da Empresa Proponente com Seus Públicos.....</i>	<i>69</i>
2.3.5	<i>As discussões sobre o Pós-Kyoto.....</i>	<i>72</i>

2.4	REGULAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	75
2.4.1	<i>Estratégias de Relacionamento Político-Institucional</i>	79
2.4.1.1	O papel das relações públicas na regulação dos conflitos socioambientais	83
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	92
4	UMA ANÁLISE DA REGULAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS LIGADOS AO PROJETO PLANTAR	98
4.1	O PROJETO PLANTAR.....	100
4.2	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DIANTE DO PROJETO PLANTAR: INTERESSES E LÓGICAS DE AÇÃO ENVOLVIDAS	109
4.2.1	<i>Origem e formação do Movimento</i>	111
4.2.2	<i>As lógicas de ação da Plantar e do Movimento contrário a seu Projeto</i>	117
4.2.2.1	Incompatibilidade entre monocultura de eucalipto e desenvolvimento sustentável.....	119
4.2.2.2	A certificação FSC e sua aplicabilidade à plantações florestais de eucalipto.....	133
4.2.2.3	Dúvidas em relação à efetividade de uma plantação florestal enquanto “sumidouro de carbono”	145
4.2.2.4	Relação entre a empresa e suas partes interessadas tanto no momento de obter a certificação FSC quanto para legitimar seu projeto de MDL.....	147
4.2.2.5	Críticas à gestão socioambiental da Plantar.....	150
4.2.2.6	Outras questões afetas aos conflitos socioambientais relativos ao Projeto Plantar	155
4.2.2.7	O conflito em resumo.....	164
4.2.3	<i>ESTRATÉGIAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DE RELACIONAMENTO ADOTADAS</i>	167
4.2.3.1	Estratégias utilizadas a nível local	173
4.2.3.2	Estratégias adotadas a nível regional	184
4.2.3.3	Estratégias em nível nacional.....	188
4.2.3.4	Estratégias a nível internacional ou global	190
4.2.4	<i>Um Balanço entre Conflito-Cooperação</i>	194
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	197

6	REFERÊNCIAS	210
----------	--------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

Aquecimento global. Esse é o tema do momento quando se pensa em questões ambientais. Discussões sobre o assunto são encontradas nos mais diversos veículos de comunicação, desde os mais tradicionais à chamada mídia alternativa. Governantes de todo o mundo reúnem-se, com uma frequência cada vez maior, em busca de consensos mínimos sobre o que fazer para solucionar o que hoje é considerado um dos mais graves problemas já enfrentados pela humanidade. Empresas dos mais variados portes e segmentos tomam iniciativas para a redução da emissão de gases, visando, entre outros objetivos, a demonstrar sua contribuição para a minimização da problemática. Protestos ambientalistas eclodem pelos quatro cantos do planeta. A possibilidade de catastróficas mudanças climáticas já é tratada, inclusive, em rodas de amigos.

A realidade é que, há décadas, ambientalistas em todo o mundo vêm alertando a sociedade sobre os problemas causados pela má utilização dos recursos naturais disponíveis. Entretanto, somente a partir dos anos de 1990, essa realidade parece estar mobilizando a opinião pública a ponto de a sociedade exigir novos encaminhamentos ao modelo de desenvolvimento praticado no mundo, de forma a garantir não apenas a preservação dos recursos naturais, como também a qualidade de vida para os que hoje habitam o Planeta Terra e aos que ainda estão por vir.

Na opinião de Viola (2005), as questões ambientais globais somente adquiriram densidade com a descoberta do buraco na camada de ozônio sobre a Antártida. Entre os principais problemas ligados à atmosfera terrestre encontram-se o aumento da concentração de Gases do Efeito Estufa (GEE) e a conseqüente mudança climática, representada por grandes aumentos na temperatura terrestre. Esse aquecimento vem provocando diversos efeitos ambientais, tais como o derretimento das calotas polares, e o conseqüente aumento do nível dos oceanos, alterações na salinidade do mar, mudanças na dinâmica dos ventos e chuvas, intensificação de ciclones tropicais, exacerbação de secas e enchentes, redução da biodiversidade terrestre, aumento da desertificação. Além disto, há grande preocupação com os efeitos sociais causados pelo impacto na agricultura, decorrente das perdas de produção de alimentos

resultantes dessas alterações. Entre estas implicações encontram-se maior risco de fome, inanição, doenças, insegurança alimentar. Há de se considerar, ainda, a possibilidade de deslocamento de populações residentes em áreas baixas e costeiras, temendo a inundação de seus territórios (ANDRADE, 2006).

Considera-se que a mudança climática poderá ser, para a cooperação internacional e para a governança ambiental global, o maior e mais complexo problema relacionado ao meio ambiente a ser enfrentado deste século em diante (MULLER *apud* ANDRADE, 2006). Sendo a atmosfera um bem público global comum, que abrange todo o planeta, ela vem sendo amplamente explorada e sub-regulamentada. Há mais de trinta anos as nações vêm buscando, via diplomacia internacional, formas coletivas de amenizar os impactos da ação do homem sobre o clima. A inclusão das questões ambientais nas arenas de debate governamentais teve influência direta dos movimentos sociais ambientalistas, exercendo pressão para que tanto as nações, quanto as empresas, tornem essa busca realmente efetiva.

Além das pressões sofridas, tanto por parte da comunidade científica, que demonstrou a gravidade da situação em que se encontra o planeta, quanto dos formadores de opinião pública, em especial a mídia e a sociedade civil organizada, os Estados estão sendo confrontados por um outro fator de impulsão para suas ações. Em outubro de 2006, foi publicado pelo governo inglês o chamado Relatório Stern, considerado o mais completo estudo sobre os impactos econômicos do aquecimento global. Elaborado por uma equipe chefiada por Nicholas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial, o relatório conclui que, em caso de não atuação imediata para a contenção das alterações climáticas, seu custo total será de aproximadamente 5% do PIB global por ano, todos os anos, podendo chegar, no pior cenário, a uma redução do consumo global de até 20% deste PIB. Em contrapartida, os gastos para estabilizar a emissão de gases seriam de 1% do PIB mundial, até 2050. Até pouco tempo, considerava-se que os gastos com ações de prevenção ou de remediação das conseqüências das mudanças do clima seriam praticamente os mesmos, o que teria levado à inércia dos governantes (AQUECIMENTO, 2006; GOLDEMBERG, 2007).

Um dos principais mecanismos globais elaborados na tentativa de reduzir a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) da atmosfera e, dessa forma, minimizar as alterações no clima, em especial o aquecimento global, foi o Protocolo de Kyoto. Entre as estratégias nele estabelecidas, uma desperta especial interesse para o Brasil, tendo em vista ser a única que

permite a participação de países em desenvolvimento. Trata-se do chamado Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, mais conhecido por sua sigla: MDL. Através dele é permitida a redução de GEE em países em desenvolvimento, que em princípio não possuem metas assumidas frente ao acordo, através de projetos financiados por países desenvolvidos.

Obviamente, um projeto dessa natureza - executado em um país, mas financiado por outro, envolvendo relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, que permite a negociação das “reduções certificadas de emissão”, que possibilita a interação entre instituições e atores sociais dos três setores produtivos, e que permite a redução nas emissões de gases responsáveis por um dos principais problemas ambientais já enfrentados pela humanidade, o aquecimento global -, vem atraindo a atenção de pesquisadores de diferentes campos. Diversos estudos vêm sendo desenvolvidos buscando melhor compreender o funcionamento do MDL, sua aplicabilidade e viabilidade, os reais resultados ambientais obtidos, a efetividade de sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, as negociações financeiras nele envolvidas, entre outros (VENTURA; ANDRADE, 2006).

No entanto, uma outra característica de sua estrutura despertou o interesse da presente pesquisa: as relações entre empresas e seus públicos de interesse, durante as etapas de elaboração, validação e aprovação, envolvidas no ciclo do projeto de MDL. Essa “curiosidade” originou-se especialmente por conta de um dos requisitos básicos da aprovação desses projetos: a obrigatoriedade de a empresa proponente comprovar que ouviu a opinião dos atores sociais impactados pelo projeto, e ainda garantir que essa opinião foi levada em consideração no momento da formulação do mesmo.

Verifica-se, assim, que a formulação conceitual dos projetos de MDL incorpora a atual noção de governança ambiental corporativa: a gestão das questões ambientais de uma organização deve ser ancorada no interesse dos acionistas e demais partes interessadas. Para Cunha e Junqueira (2005), a idéia de governança ambiental é construída a partir das discussões sobre governança corporativa, governança democrática, relações de conflito ambiental e abordagens sobre ganhos mútuos para a construção de consensos e cooperação. Utilizando-se das idéias de Almeida (2002), esses autores afirmam que o que se verifica é a

ampliação do conceito de governança corporativa, numa perspectiva que vai além de assegurar aos sócios equidade, transparência, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade pelos resultados. (...) Estes atributos devem ser estendidos às relações da empresa com a sociedade e com o meio ambiente, abrangendo todos os *stakeholders* (CUNHA; JUNQUEIRA, 2005, pág. 2).

De acordo com Gobbi e Brito (2005), a inter-relação entre as organizações e a natureza vem se transformando em um novo campo de estudos, apresentando trabalhos de diversas abordagens teórico-metodológicas. A emergência desse novo campo de estudos estaria ligada à percepção que as organizações passaram a ter de seus impactos nos ecossistemas, especialmente após o advento das grandes transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que marcaram a chamada Terceira Revolução Industrial, entre os anos 1970 e o final do século XX. Entre elas, verifica-se a consolidação dos processos de globalização em suas distintas dimensões (econômica, tecnológica, política, cultural, social). Nessa nova realidade, em que os interesses transnacionais adquirem grande influência, as organizações passam a atender novas demandas dos mercados internacionais, entre elas o respeito e a atenção ao meio ambiente (LERMA; BAQUERO, 2007).

Acompanhando a evolução desse processo de globalização, verifica-se, desde a década de 1970, um grande aumento na intensidade das pressões exercidas por atores socioambientais. Passa-se a verificar a organização dos indivíduos em torno da defesa de interesses que ultrapassam as questões relativas à classe social. Debates sobre gênero, etnias, meio ambiente e outros campos são incluídos nas lutas dos chamados “novos movimentos sociais” (THOMAS, 2006), que têm um papel fundamental na conformação da agenda das nações e das empresas em todo o mundo. A nova realidade exige alterações, inclusive, na conceituação de movimentos sociais, que passam a ser vistos como

ações sóciopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (GOHN, 2004: 251, *apud* THOMAS, 2006).

Paulatinamente, as organizações privadas vêm ampliando o seu foco para além de atender somente aos interesses dos acionistas e, abrangendo a necessidade de ações de responsabilidade socioambiental, ou seja, atividades voltadas a atender às expectativas da sociedade em termos de respeito à lei, aos valores éticos, às pessoas, à comunidade e ao meio ambiente. Durante os anos de 1980, difundiu-se velozmente, em muitos países, a necessidade

de preservação socioambiental, de práticas empresariais mais sustentáveis, de um maior alinhamento entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, e da inclusão das preocupações socioambientais nas estratégias organizacionais. Foi justamente no final dessa década que se desenvolveu o conceito de desenvolvimento sustentável, que viria a ser uma possível referência para a gestão da questão socioambiental (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Nesse momento histórico, verifica-se que as empresas já se encontravam sob a vigilância de diferentes atores sociais, tanto advindos do espaço técnico-econômico (agentes econômicos, legisladores, acionistas, fiscais ambientais ...), quanto do político-institucional (consumidores, fornecedores, comunidade, ONGs...). Gradativamente, em especial nos países desenvolvidos, as responsabilidades ambientais passam a ser vistas como mais um fator de competitividade. À medida que avançavam as descobertas sobre os impactos da atividade humana e da industrialização sobre o meio ambiente, e sobre a finitude dos recursos naturais, ocorre o aumento das pressões sobre as empresas, que passaram a perceber possibilidades de ganhos. “A internalização da dimensão sócio-ambiental, por parte dessas empresas, era percebida como uma oportunidade de buscar “novos” produtos e mercados” (ANDRADE; DIAS, 2003).

Já na década de 1990, verifica-se a ampliação dos debates em torno de questões socioambientais. Organizações não-governamentais, comunidades locais, associações de classe, agências governamentais e os próprios agentes econômicos passam a buscar soluções para a gestão da relação desenvolvimento econômico e meio ambiente (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008). Nesse momento, um novo debate se apresenta no mundo da administração: a idéia de que a governança corporativa – a gestão em busca do alinhamento de interesses - não deve pautar suas atividades exclusivamente pelos interesses dos acionistas (*shareholders*), mas também pelo interesse de outros grupos (os chamados *stakeholders*) que sofrem o impacto das decisões tomadas pela empresa, como: empregados, fornecedores, clientes e a comunidade em geral.

Diversos acontecimentos ocorridos naquele período teriam marcado a consolidação de princípios ambientais basilares, atuando na regulação da questão socioambiental e no desenvolvimento de políticas e estratégias socioambientais corporativas. Como exemplos podem-se citar a realização da Primeira Conferência do GEMI (*Global Environmental Management Initiative*), tendo como tema o gerenciamento da qualidade e das relações da

empresa com o meio ambiente; a Segunda Conferência Internacional da Indústria sobre Controle do Meio Ambiente, onde foi estabelecida uma carta de 16 Princípios Empresariais para o Desenvolvimento Sustentável; a instituição no Reino Unido, da BS-7750, uma especificação para o gerenciamento de sistemas ambientais; a edição de uma cartilha do GEMI resumindo uma proposta de parâmetros da Qualidade à Gestão Ambiental.

Cumprido salientar que a instituição da BS-7750, acima citada, ocorrida em 1992, propôs um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) apoiado nos conceitos de gestão da qualidade definidos pela norma BS 5750 que, por sua vez, deu origem à série internacional de normas ISO (*International Organization for Standardization*) 9000. Já em julho de 1993 foi implantado, em Genebra, Suíça, o comitê técnico da ISO (TC-207), tendo como objetivo a elaboração da série de normas ISO 14000, referente a ferramentas de gestão ambiental.

Como pode ser observado, durante as últimas décadas constata-se uma tendência à ampliação do enfoque da gestão socioambiental nas organizações, sendo essa orientada pela busca da manutenção e/ou ampliação de vantagem competitiva. Obviamente, não obstante seu caráter “voluntário”, tendo em vista a não obrigatoriedade frente aos órgãos públicos de regulação ambiental, a certificação das empresas por normas que atestem a efetividade de sua gestão ambiental tornou-se, durante a década de 1990, praticamente compulsória para o comércio internacional (ANDRADE; DIAS, 2003).

De acordo com os autores, além de as empresas passarem a adequar-se à legislação ambiental vigente, elas passam a adotar outros instrumentos e regras de proteção ambiental, de acordo com as exigências de atores sociais estratégicos pertencentes tanto ao espaço técnico-comercial quanto ao político-institucional. Tendo em vista a incorporação da questão ambiental como um fator de competitividade, deixando de verificar apenas a coerção exercida pelos custos advindos da exploração do meio ambiente e passando a enxergar fatores de obtenção de vantagens. Com isso, passaram a “enxergar o espectro de atores sócio-ambientais do espaço político-institucional para além das agências governamentais de controle ambiental” (ANDRADE; DIAS, 2003, pág. 37).

À medida que cresciam as pressões sociais por uma atuação ambientalmente responsável, crescia também a cobrança do mercado mundial para que as empresas se adequassem às novas regras vigentes. A demonstração de preocupação com o meio ambiente passou a ser um

fator de sobrevivência competitiva no mercado, em qualquer lugar do mundo. Com isso, muitas empresas passaram a adotar uma gestão ambiental adequada e a se pronunciar em relação à adoção de uma postura social e ambientalmente correta.

Essas pressões para a absorção de um processo de gestão ambientalmente correto vêm de todos os lados: das regulações governamentais, dos acionistas, investidores e bancos, atores do espaço técnico-econômico, exigindo a redução dos riscos ambientais; e dos consumidores, entidades da sociedade civil, comunidades locais etc., representantes do espaço político-institucional, cobrando produtos que causem menores impactos ao ambiente. Segundo nos relembram Gobbi e Brito (2005), há diversos estudos procurando integrar a questão ambiental à competitividade econômica. Estes afirmam que a proteção ao ambiente natural não representa uma ameaça às empresas, mas sim uma oportunidade de geração de vantagem competitiva, não apenas pela “ecoeficiência”, traduzida pela economia de insumos ou ganhos de produtividade.

Muitos autores, a exemplo de Rocha *et al* (2005), afirmam que um dos principais objetivos de uma produção limpa é a satisfação das necessidades da sociedade, ansiosa por produtos ambientalmente corretos. Conforme destacam Silva *et al* (*apud* ROCHA *et al*, 2005), a conscientização social vem exercendo grande influência sobre as decisões da gestão das empresas. Estas, além de lucrarem com os benefícios trazidos pela redução dos custos, pela própria preservação ambiental, e pela diminuição de infrações a leis cada vez mais rígidas, também saem ganhando com a boa imagem agregada à sua marca.

Segundo Scotto & Limoncic (1997, *apud* ANDRADE *et al*, 2005), à medida que, paulatinamente, os trabalhos sobre o meio ambiente foram aproximando-se das ciências sociais, surgiram algumas linhas de pensamento ecológico social que buscam defender a gestão das relações sociais como um dos fatores determinantes para a escolha do modo de uso e apropriação dos recursos naturais. É justamente nessa linha de pensamento que se encontra essa dissertação de mestrado. Para sua elaboração, a gestão ambiental é entendida como uma forma de mediação de conflitos socioambientais, por meio de processos de negociação, dando ênfase ao papel das diversas partes impactadas pelos empreendimentos (HEMMATI, 2002, *apud* GOBBI; BRITO, 2005).

Conforme nos ensina Andrade (2000), as questões ambientais envolvem, por si só,

sentimentos distintos, olhares diferenciados sobre um mesmo objeto. Por esse motivo, em uma relação que envolva temas ligados ao meio ambiente, certamente haverá conflitos de interesse. Ainda de acordo com o autor, é necessária, então, a realização de uma aproximação entre as diferentes lógicas de ação desses atores, para a obtenção de um mínimo de cooperação. Essa tarefa é realizada através de estratégias de relacionamento político-institucionais. Importante assinalar que, em questões envolvendo a atmosfera terrestre, haverá a exigência de cooperação e, conseqüentemente, do estabelecimento dessas estratégias em diversos níveis e envolvendo os mais diversos atores sociais.

Tratando-se de projetos de MDL, intrinsecamente ligados ao meio ambiente e à sua preservação, e diretamente relacionados com a temática das mudanças climáticas, isto não seria diferente. Já em sua formulação, houve a necessidade de árdua negociação envolvendo governos, organizações internacionais, integrantes da sociedade civil organizada e representantes do mercado. Nos projetos de MDL verificam-se formas divergentes de análise das propostas apresentadas, exigindo uma aproximação entre a empresa proponente e as partes interessadas no projeto, visando ao estabelecimento de consensos mínimos.

Tomando por base essa constatação, poder-se-ia indagar: Como se dá o processo de aproximação das diferentes lógicas de ação dos atores em uma negociação para formulação de um projeto de MDL? Quais são os principais conflitos de interesses existentes em um caso desse tipo? Como se realiza a regulação desses conflitos? Qual o papel de cada ator estratégico nesse processo? Qual a importância da comunicação organizacional e das estratégias de relacionamento político-institucional para a minimização desses conflitos? Como se vê, muitas são as indagações possíveis.

Diante da realidade exposta, concluiu-se pela necessidade de realizar uma investigação sobre as formas de regulação de conflitos socioambientais relacionados aos projetos de MDL. objeto relevante não apenas para o desenvolvimento dos estudos em Ciências Sociais, no que se refere às questões ligadas ao meio ambiente e seus impactos sociais, mas também para auxiliar na formulação de políticas públicas relativas à governança ambiental, bem como para a tomada de decisões no que diz respeito às estratégias político-institucionais a serem adotadas por empresas na gestão de seus conflitos socioambientais.

Esse interesse pela interação dos atores no sistema-mundo contemporâneo, diante de questões

ligadas à governança ambiental em âmbito mundial, faz com que o presente estudo integre o Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO), novo grupo de pesquisa ligada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA. Nesse contexto, a análise de uma especificidade ocorrida dentro do Protocolo de Kyoto, considerado um dos mais audaciosos instrumentos da governança ambiental internacional, é extremamente rica.

Some-se a isso o fato de o mercado de créditos de carbono, originado pelo Protocolo, ainda se encontrar em fase embrionária de desenvolvimento. Nações de todo o mundo, e suas respectivas empresas, estão iniciando a adoção de estratégias que auxiliem no controle das mudanças climáticas globais. Especialmente no âmbito dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, há grande interesse brasileiro para que esse mercado realmente se concretize. O país é considerado um dos mais fortes negociadores potenciais mundiais de Créditos de Carbono. Para obter a aprovação desses projetos, e a conseqüente obtenção dos créditos, necessariamente as empresas terão que legitimar a si mesmas e a seus projetos de MDL perante seus públicos. Por esse motivo, a questão do relacionamento entre organização e *stakeholders* torna-se fundamental, sendo seu estudo não apenas oportuno, mas necessário.

Sendo esta pesquisadora graduada em Comunicação Social, na área de Relações Públicas, tendo exercido por alguns anos a função de intermediadora entre empresas e seus públicos de interesse, inevitavelmente traz-se um novo olhar para a questão. Vê-se a necessidade de analisar os relacionamentos entre a empresa proponente do projeto de MDL, bem como os conflitos socioambientais ligados a ele, sob a ótica da comunicação organizacional, entendida como uma das funções estratégicas da organização no relacionamento com seus públicos estratégicos, tendo como ênfase sua imagem e identidade corporativa (KUNSCH, 2007).

Cada vez está mais nítido como os processos comunicacionais contribuem para desenvolver formas de inter-relação mais participativas (...) e a facilitar sua interação social de maneira responsável para conjugar seus interesses com as condições culturais, econômicas e políticas em que se inserem e se desenvolvem, para configurar com maior sentido nossa sociedade. Trabalhar esses aspectos se faz indispensável como parte das tarefas de qualquer organização (RESTREPO, 1996, pág. 92).

Considerando a atual conjuntura da gestão socioambiental no Brasil e no mundo, o novo papel dos atores sociais na governança ambiental, e a necessidade de estabelecimento de diálogo entre as partes envolvidas em um projeto de MDL, ou seja, a empresa e seus *stakeholders*, visando à minimização dos conflitos socioambientais, chega-se às **premissas básicas** que

nortearam essa investigação:

- O estabelecimento de estratégias de relacionamento político-institucionais são fundamentais para a minimização de conflitos socioambientais entre empresas e seus *stakeholders*.
- Empresas proponentes de projetos de MDL necessitam adotar estratégias político-institucionais visando a se legitimar frente aos indivíduos e organizações ligados, direta ou indiretamente, à atividade de projeto a ser desenvolvida.

Considerando-se a necessidade de uma análise empírica da realidade existente, optou-se pela realização de um estudo de caso, metodologia que possibilita um olhar aprofundado sobre o objeto em questão. Decidiu-se, então, pela análise Projeto Plantar¹. A escolha desse projeto, dentre os mais de duas centenas já aprovados pelo Brasil no âmbito do Mercado de Carbono, deu-se por três motivos fundamentais:

- 1) O Projeto Plantar inaugurou o mercado de créditos de carbono no Brasil.
- 2) A metodologia de “sumidouro de carbono” via plantação de florestas de eucalipto, utilizada pelo Projeto, ainda é bastante controversa.
- 3) O Projeto recebeu inúmeras críticas por parte de um número significativo de atores sociais ligados à sociedade civil organizada, contrários à sua aprovação.

Feita essa escolha, definiu-se o foco do estudo por meio da seguinte **pergunta de partida** :

Quais as estratégias de relacionamento político-institucionais utilizadas para a regulação de conflitos socioambientais ocorridos durante o processo de elaboração, validação e aprovação do Projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da empresa Plantar?

Dessa forma, esta dissertação de mestrado tem como **objetivo geral** a análise das estratégias de relacionamento político-institucional adotadas para a regulação dos conflitos

¹ O objeto de estudo dessa dissertação de mestrado é o projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) desenvolvido pela empresa Plantar S.A. Por razões de simplificação e objetividade, nessa pesquisa ele é denominado somente como Projeto Plantar.

socioambientais ocorridos durante o processo de avaliação, aprovação e implantação do Projeto Plantar. Entre os **objetivos específicos** perseguidos estão:

- Identificar os principais conflitos socioambientais ocorridos;
- Mapear os principais atores estratégicos envolvidos nesses conflitos, apresentando-se suas lógicas de ação;
- Analisar as estratégias de relacionamento político-institucional utilizadas pela Plantar para a regulação dos conflitos, dando especial ênfase à comunicação organizacional;
- Realizar um balanço sobre o conflito-cooperação ocorrido nesse processo.

Para a realização da análise pretendida, esta pesquisadora assumiu para si dois **pressupostos** orientadores. Primeiramente, acreditava-se que, durante o processo de elaboração, validação e aprovação de seu projeto de MDL, a Plantar teria buscado apenas o fortalecimento das estratégias político-institucionais já praticadas pela empresa em sua gestão socioambiental e em sua relação com algumas de suas partes interessadas (funcionários, vizinhos, ONGs ambientalistas locais, clientes, institutos de pesquisa, mídia e governos locais), adotando poucas medidas específicas para o fortalecimento de sua legitimidade em relação ao projeto de MDL. Um segundo pressuposto adotado era de que a comunicação organizacional, uma estratégia fundamental de estreitamento das relações político-institucionais de uma organização, teria sido utilizada pela Plantar de forma reativa, impossibilitando o alinhamento prévio de interesses entre a empresa e os atores sociais contrários ao projeto de MDL.

Na busca de resultados consistentes à análise pretendida, adotou-se como estratégia metodológica o estudo de caso e utilizaram-se os seguintes procedimentos metodológicos, que serão posteriormente detalhadas: pesquisa bibliográfica aprofundada sobre os principais temas envolvidos, englobando documentos científicos, artigos publicados pela mídia virtual e impressa, e documentos institucionais; pesquisa de campo através da realização de entrevistas semi-estruturas com os principais atores envolvidos; análise de documentos; e a realização de observação não participante.

Além deste capítulo introdutório, onde o tema do estudo foi contextualizado, apresentando-se

o problema de pesquisa, sua relevância para o campo das Ciências Sociais e para a gestão empresarial, bem como seus objetivos e pressupostos, a presente dissertação de mestrado é composta por mais quatro capítulos.

O primeiro deles, Capítulo 2, apresenta inicialmente um resumo da evolução ocorrida na Governança Ambiental Global, até o momento da assinatura do Protocolo de Kyoto, descrevendo as especificidades da participação brasileira no Mercado de Carbono, através de projetos ligados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O capítulo tem seguimento com uma descrição sobre o crescimento da participação de atores sociais não-estatais no que concerne à temática ambiental, enfocando a participação do mercado, em especial as empresas, e da sociedade civil organizada, tendo os movimentos sociais ambientalistas como sua maior expressão. Finaliza-se essa parte do estudo com a conceituação de conflitos socioambientais e suas formas de regulação.

No Capítulo 3, apresenta-se o modelo de análise utilizado como guia para o desenvolvimento deste estudo de caso, juntamente com a pormenorização dos procedimentos metodológicos adotados.

A descrição do estudo de caso escolhido, o Projeto Plantar, é realizada no Capítulo 4. Nele, será apresentado o detalhamento do projeto em análise, os principais conflitos socioambientais relacionados com sua elaboração, validação e aprovação, bem como os atores sociais envolvidos e suas respectivas lógicas de ação. Nesse mesmo capítulo são trazidas as principais estratégias político-institucionais utilizadas pela empresa para a regulação dos conflitos havidos, com uma atenção especial para a comunicação organizacional, realizando-se uma análise sobre o papel por elas exercido na minimização desses conflitos.

Ao final, no Capítulo 5, são tecidas as considerações finais sobre o estudo realizado.

2 GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL (GAG), MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL), REGULAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: CONCEITOS IMPORTANTES PARA A ANÁLISE DO PROJETO PLANTAR

2.1 EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL

A governança ambiental está relacionada à participação de todos, e de cada um, nas decisões que envolvem o meio ambiente. Governos, empresas, integrantes da sociedade civil devem trabalhar juntos a fim de obter ampla e irrestrita adesão a um projeto maior: a manutenção da integridade do Planeta Terra (ESTY; IVANOVA, 2005). Justamente por envolver atores sociais tão distintos, a governança ambiental é considerada o maior desafio da comunidade internacional.

Importante reforçar o entendimento de que a governança global não inclui apenas as ações de governos. Para Camargo (2005), é possível, até mesmo, haver governança sem governo e governo sem governança. A autora afirma que o termo governo sugere a existência de uma autoridade formal, responsável pela implementação de políticas instituídas. Já governança refere-se àquelas atividades apoiadas em objetivos comuns, compartilhados por diferentes esferas, desde instituições governamentais até mecanismos informais de cunho não-governamental, mas que só funcionam quando aceitas pela maioria ou, mais especificamente, pelos principais atores de determinado processo.

Dessa forma, entende-se que governança é um fenômeno de dimensões mais amplas do que governo. Ela pode ser entendida como o “conjunto de instrumentos que fortalecem a capacidade de governar e de expandir os instrumentos de gestão, ampliando a eficácia dos resultados e a mobilização dos atores mais estratégicos” (CAMARGO, 2005, p. 315). Gonçalves (2005) afirma que o termo governança tem origem na expressão “governance”,

surgida das reflexões conduzidas, especialmente, pelo Banco Mundial, ao procurar aprofundar o debate sobre garantias de um Estado eficiente. Citando Diniz (1995), o autor afirma que, as discussões deslocaram o foco de atenção das implicações puramente econômicas da ação estatal, passando a envolver as dimensões sociais e políticas da gestão pública.

O termo governança vem sendo aplicado em campos variados, com sentidos diferentes (GONÇALVES, 2005). Neste trabalho, busca-se a sua compreensão enquanto problema das relações internacionais, englobando sua dimensão política. Utiliza-se o conceito referindo-se aos padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos, bem como aos arranjos institucionais de agregação e articulação de interesses (SANTOS, 1997, *apud*, GONÇALVES, 2005).

Gonçalves (2005) afirma, baseado em Pierik (2003), que a ampliação da governança para os espaços globais vem se avolumando como consequência da globalização. Diante da queda de soberania dos Estados, outros atores sociais, a exemplo das organizações supra nacionais, das ONGs de atuação internacional e das empresas multinacionais, passam a preencher um espaço de poder, verificando-se, assim, a emergência da governança global. Poder-se-ia afirmar, então, que no nível global “diplomacia, negociação, construção de mecanismos de confiança mútua, resolução pacífica de conflitos e solução de controvérsias são os meios disponíveis para chegarmos à casa comum da Governança Global” (BRIGAGÃO; RODRIGUES, 1998, p. 116, *apud* GONÇALVES, 2005).

Pensando-se precisamente nas questões relativas ao meio ambiente em nível global, define-se que, nesse estudo, a governança ambiental global é entendida como um conjunto coerente de organizações, instrumentos de política internacional – tratados, instituições, agências -, mecanismos de financiamento, regras, procedimentos e normas que regulam o processo de proteção mundial do meio ambiente (NAJAM *et al*, 2006, *apud* ANDRADE, 2007).

A população mundial demorou algumas décadas para perceber a necessidade da união de esforços para o bem de todos os habitantes do planeta. Speth (2000) considera que o início das preocupações ambientalistas ocorreu nos Estados Unidos, nos anos 1960. À época, elas restringiam-se a pautas locais, a exemplo da poluição da água e do ar, da poluição sonora, e da exposição a substâncias tóxicas. No entanto, a crescente demanda por qualidade ambiental após a 2ª Guerra, a flagrante poluição e deterioração do meio, a ascensão dos movimentos pelos direitos civis e contra a guerra, a generalização da opinião pública contra os crimes

praticados pelas grandes corporações e a ocorrência de grandes desastres ambientais, fizeram com que, rapidamente, o tema tomasse proporções até então inimagináveis.

Foi necessário mais de uma década de inquietações circunscritas a níveis basicamente locais, para que a agenda global fosse sendo constituída. Somente com a tomada de consciência sobre a finitude dos recursos naturais, ocorrida no início dos anos 1970, inicia-se a constatação da necessidade de construção de uma nova governança ambiental global, um novo modelo de gerenciamento para as questões ligadas ao meio ambiente. Nesse período, apenas o crescimento populacional do planeta e a proteção da camada de ozônio eram considerados desafios em escala global (SPETH, 2000).

O ano de 1972 é considerado o ano-chave para a mudança de pensamento em relação ao meio ambiente. Nesse ano é lançado o livro *The Limits to Growth*, de Dennis Meadows, que irá pautar todas as discussões ambientais na década de 70. Nesse livro, Meadows delinea diversos fatores que impactam negativamente o meio ambiente, a exemplo da crescente industrialização, da má-nutrição em expansão, dos recursos não-renováveis em extinção, além do rápido crescimento populacional. Pela primeira vez uma obra introduziu na discussão econômica a noção de finitude dos recursos naturais (Nobre, 2002). Nessa mesma década, surge um fluxo constante de publicações chamando a atenção para as preocupações de escala global (SPETH, 2000).

É justamente no ano de 1972 que ocorre a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMA), em Estocolmo, considerada a precursora do debate moderno e das negociações sobre governança ambiental global. Durante sua realização se evidenciam, pela primeira vez, as conseqüências decorrentes do padrão de crescimento até então adotado. Carwell (1996, *apud* Speth, 2000) vê a CNUMA como fundamental para a legitimação da biosfera como um objeto de política nacional e internacional, de gerenciamento coletivo. Foi a partir de sua realização que se intensificaram as pesquisas sobre o impacto ambiental das ações humanas, bem como se iniciaram as primeiras articulações em nome de um ativismo ecológico (MEIRA; ROCHA, 2003, *apud*, THOMAS, 2006). Outra conseqüência importante da Conferência de Estocolmo foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), organismo que viria a ter papel de destaque na formulação da agenda global dos anos 1970 (SPETH, 2000). Ainda na mesma década, o mundo presencia a crise energética, em especial por conta do choque do petróleo, o que

chama a atenção para o caráter limitado dos recursos naturais. À mesma época, verifica-se a crescente poluição atmosférica nos países do norte e a fundação do *Greenpeace*, organização internacional que ajudou na popularização das questões ambientais (THOMAS, 2006).

Speth (2000) destaca que, a partir dos anos 1980, desenvolvem-se uma série de trabalhos teóricos buscando reunir as questões ambientais em uma agenda coerente, tendo em vista ações de amplitude internacional. Nesse momento, destaca o autor, já era impossível ignorar a pressão advinda especialmente das lideranças políticas e intelectuais da comunidade científica e das ONGs, atores que tinham pleno acesso à mídia, mantendo as questões ambientais à vista do grande público. Como grande destaque desse período, tem-se a publicação, em 1987, do documento *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*, elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), instituída pela ONU em 1983. Mais conhecido como Relatório da Comissão Brundtlandt, este relatório coloca o desenvolvimento como capaz de satisfazer às necessidades atuais sem sacrificar a habilidade do futuro de satisfazer as suas próprias necessidades (NETO, 2004).

Na opinião de Neto (2004), do Relatório da Comissão Brundtlandt destacam-se duas questões importantes ao debate ambiental da época: (1) a relação da degradação ambiental com as questões relativas à desigualdade social e, (2) a co-responsabilidade dos diferentes setores da sociedade sobre a situação.

Um dos pontos de destaque do Relatório afirma que:

Afinal, o Desenvolvimento Sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. Sabemos que esse não é um processo fácil, sem tropeços. Escolhas difíceis terão que ser feitas. Assim, em última análise, o Desenvolvimento Sustentável depende do processo político. (ONU, 1987, *apud* NETO, 2004, p. 38)

Consagrado posteriormente durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Eco-92 ou Rio-92, o conceito de desenvolvimento sustentável possibilitou, pela primeira vez, imaginar a articulação efetiva das dimensões econômica, social e ambiental (CAMARGO, 2005). Cabe aqui destacar que a Eco-92 é considerada outro evento de grande importância mundial para a governança ambiental global. Entre os resultados mais significativos trazidos pelo evento encontram-se o estabelecimento das Convenções da Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Desertificação,

além da criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (THOMAS, 2006).

De acordo com Van Bellen (2002, *apud* Philippi e Erdmann, 2007), o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável tem sua mais longínqua origem no debate internacional sobre o próprio conceito de desenvolvimento. Ele estaria ancorado nas críticas às concepções restritivas de desenvolvimento, que dariam excessiva ênfase ao crescimento econômico, levando a desastres ambientais significativos e ao aumento das desigualdades sociais. Essa crise paradigmática levou ao surgimento de novas concepções do desenvolvimento, buscando a sustentabilidade do crescimento, que passa a incluir outras dimensões como a social, a ecológica, a espacial e a cultural, sem excluir a dimensão econômica (PHILIPPI; ERDMANN, 2007).

Não obstante o novo paradigma trazer consigo todas essas dimensões, e de ser utilizado com diversos sentidos pelos mais distintos atores sociais, é importante ressaltar, conforme relembram Milani e Keraguel (2007), haver certo consenso de que o conceito de desenvolvimento sustentável ancora-se no balanço existente entre as esferas ambiental, social e econômica, resguardando-se, ainda, a relação entre as presentes e futuras gerações. Para os autores, a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, desde sua concepção na década de 1970, e em particular em sua implementação em nível global, a partir da Rio-92, demonstram muitas contradições entre as ações políticas locais e internacionais. Citando Lipietz (1993), os autores afirmam que a aplicação do termo em âmbito planetário exige atores tanto pensando globalmente e agindo localmente, como agindo localmente e pensando globalmente, e que ainda sustentem simetricamente as três dimensões – ambiental, social e econômica (MILANI; KERAGUEL, 2007).

Conforme se apresentará posteriormente, a aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável no projeto de MDL da Plantar foi uma das principais críticas havidas no conflito socioambiental ora em estudo.

2.2 A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NA GOVERNANÇA AMBIENTAL

Como verificado na evolução histórica da governança ambiental global, os Estado não são os únicos atores importantes quando se trata da gestão das questões ambientais. As organizações internacionais governamentais, as empresas transnacionais, os indivíduos, as ONGs, os cientistas, desempenham um papel importante no gerenciamento das questões ambientais. Isso ocorre porque a profusão de atividades que impactam o meio ambiente global é muito grande. Cada um desses novos atores sociais é dotado de recursos diferentes e persegue valores e aspirações divergentes, devendo estar envolvido no processo. Preocupações com equidade e justiça, entretanto, são fundamentais para que haja respostas eficientes à degradação ambiental. Incorporar as diferentes percepções dos múltiplos atores quanto ao que é justo e equitativo é um enorme desafio do sistema de governança ambiental global (OLSON, 1999, *apud*, ANDRADE, 2007).

Ainda de acordo com o autor, a lógica dos bens públicos, como é o caso do meio ambiente, sugere que a ação coletiva deve ser organizada nas escalas do problema a ser enfrentado, tornando inadequadas respostas somente em um único nível. Dessa forma, é necessário haver esforços para sua minimização do nível global ao individual, passando pelo nacional e pelo local.

No entanto, na opinião de Le Prestre (2000), “os Estados são e continuarão sendo os atores dominantes da ecopolítica internacional” (pág. 97). Para o autor, apesar dessa constatação, não se pode limitar a dinâmica da ecopolítica internacional ao estudo das interações entre os Estados, tendo em vista que esses estão submetidos a novas coações, perderam algumas atribuições de sua autoridade, especialmente após o final da Guerra Fria, devendo, então, levar em consideração o comportamento dos demais atores estratégicos.

Seria errôneo reduzir a ecopolítica mundial às interações entre os Estados. A multiplicidade dos atores participantes e os papéis importantes que eles desempenham em quase todas as fases das políticas públicas tornam seu estudo indispensável em toda análise da dinâmica da ecopolítica. Sem dúvida, os Estados continuam sendo os atores mais importantes e, como foi visto, enquadram amplamente as ações dos outros atores. No entanto, a emergência de atores não estatais é significativa, não somente porque eles afetam a dinâmica política ambiental e os progressos neste campo fora de qualquer ação estatal. Esses atores formam as coalizões das OIGs e das ONGs. (LE PRESTRE, 2000, p. 156)

Já Viola (2005) ressalta que, nestas últimas décadas, houve mudanças significativas em relação ao papel exercido por cada um dos diferentes atores sociais na governança ambiental. Nos anos 1970, teria havido um papel destacado para os estados, sendo que, nos anos 1980, esse destaque ter-se-ia deslocado para a sociedade civil. Já nos anos 1990, o “eixo da governabilidade” ter-se-ia modificado gradualmente para o campo do mercado e seus atores. Para o autor, a governabilidade global é baseada em um sistema de atores misto, que funciona com um grau significativo de inclusão e competição. A responsabilidade de cada ator diferencia-se, de acordo com cada momento histórico. Em sua opinião, nenhum desses atores estratégicos – corporações econômicas, estados ou organizações não-governamentais – pode ser excluído do funcionamento dos regimes ambientais.

Na opinião de Viola (2005), o que realmente interessa nesses regimes não é saber qual a alternativa mais “justa”, e sim a mais viável, a que melhor contribua para uma participação positiva dos diversos atores envolvidos. Dessa forma, “o que realmente interessa num regime ambiental é o estabelecimento de regras de ação realistas que permitam uma negociação progressiva entre os diversos atores na procura do objetivo comum” (VIOLA, 2005, p. 187). Essa idéia é compartilhada por Le Prestre (2000), quando ressalta que as buscas por equacionamentos às questões ambientais não podem ter a ilusão de obter como resultado uma solução absoluta e definitiva, diante da diversidade de interesses em jogo em cada momento histórico, em cada localidade.

Tendo em vista os diversos interesses em jogo, cada ator social possui um papel diferenciado nas negociações ambientais. Apresentam-se alguns dos principais atores sociais envolvidos na temática:

2.2.1 As Organizações Internacionais Governamentais (OIG)

As organizações internacionais governamentais, a exemplo do Banco Mundial, do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), da própria Organização das Nações Unidas (ONU), e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), possuem utilidades diferentes para cada Estado, a depender do poderio de cada um desses. Elas podem ter um papel de multiplicação da capacidade diplomática, de facilitação na

construção das coalizões, de espaço para exposição de pontos de vista, de acesso imparcial e eqüitativo aos conhecimentos científicos (LE PRESTRE, 2000).

As OIGs também possuem atribuições no agendamento, de acordo com o mesmo autor, atribuições importantes no agendamento das questões ambientais, sendo utilizadas, inclusive, pelos próprios Estados para tentar influenciar a agenda internacional e legitimar sua definição do problema ambiental; na formulação de políticas, tendo importante função de mediação entre os diferentes Estados; um papel importante na implementação dos acordos multilaterais, como o Protocolo de Kyoto, objeto desse estudo. Le Prestre (2000) destaca o papel da avaliação das políticas geridas pelas OIGs, visto terem a missão de avaliar o respeito às disposições internacionais pelos governos. O problema seria, na opinião do autor, o acesso limitado das OIGs às sociedades que buscam influenciar. Dessa forma, essa tarefa normalmente se resume a simples solicitação de informações ou na análise de relatórios. A dificuldade de acesso direto às sociedades nacionais teria conduzido ao desenvolvimento de laços estreitos entre OIGs e ONGs (LE PRESTRE, 2000).

Ainda de acordo com o autor, há opiniões distintas acerca do efetivo papel das OIGs, apresentando-se duas correntes majoritárias: 1) Os partidários das OIGs acreditam serem elas “embriões de futuras instituições universais”. Para justificar seu entendimento, utilizam o exemplo da União Européia, cujas leis e decisões são aplicáveis diretamente pelos tribunais nacionais, substituindo, então, as leis nacionais existentes. Haveria, também, organizações como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que influenciam na política interna de um país, impondo, inclusive as condições financeiras e políticas para a obtenção de empréstimos. Haveria aquelas, a exemplo do Pnuma e da Unesco, que influiriam na agenda internacional etc. 2) Os céticos acerca da autonomia das OIGs argumentam sobre elas não serem, em sua maioria, financeiramente independentes; sobre seus secretariados serem fracos diante de certos estados, tendo como exceções o Banco Mundial e o FMI; de não haver independência real dos funcionários das OIGs em relação aos Estados; e sobre as decisões serem tomadas, de modo geral, por coalizões de governos, não havendo imposição de decisão, por parte das OIGs (LE PRESTRE, 2000).

Interessante notar que o Banco Mundial é citado, por diversas vezes, como uma OIG diferenciada. Suas peculiaridades têm um significado especial junto ao objeto deste estudo, já que o Projeto Plantar foi desenvolvido por meio de uma parceria entre a empresa Plantar S.A.

e o próprio Banco Mundial. As especificidades dessa relação serão abordadas no Capítulo 3.

2.2.2 Os Estados

Segundo o enfoque tradicional das relações internacionais, mais conhecido por enfoque “realista”, os Estados possuem importância primordial nas relações tocantes ao meio ambiente. “Por Estado, entende-se, geralmente, um conceito jurídico que descreve uma população ocupante de um território definido e está organizada em torno de instituições políticas comuns” (LE PRESTRE, 2000, pág. 124). Para o autor, a soberania, que pressupõe ser o Estado detentor de autoridade exclusiva e suprema na tomada de decisões e na aplicação destas em seu território, é o atributo principal dos Estados.

O princípio da soberania constitui, para Le Prestre (2000), a base sobre a qual os Estados fundam suas relações. O respeito à soberania e independências dos outros Estados é uma regra necessária de direito internacional. Ele também pressupõe que os Estados são juridicamente iguais, independentemente de seu tamanho, população e outras características.

Obviamente, as dimensões políticas, territoriais, geográficas, sociais e econômicas são extremamente distintas entre cada Estado. No plano diplomático, as desigualdades econômicas são traduzidas através da existência de dois blocos principais: o eixo Norte-Sul. Recorda-se que o eixo Leste-Oeste desapareceu com o fim da Guerra Fria (LE PRESTRE, 2000; KARLSSON, 2005) A bipolaridade entre Norte e o Sul permite enxergar a existência de dois grandes grupos: os países industrializados desenvolvidos, e os países em desenvolvimento.

Em realidade, como ressalta Karlsson (2005), essa divisão Norte-Sul inclui não apenas questões econômicas, mas também categorias físicas e climáticas. Os países em desenvolvimento, localizados no Sul, estão basicamente localizados em ecossistemas subtropicais ou tropicais. Já os países desenvolvidos, o Norte, estão sobretudo em áreas de clima e de ecossistema temperado e ártico. Essa diferenciação traz grandes conseqüências para as discussões na área ambiental, já que os problemas existentes em cada uma dessas áreas são extremamente distintos. Considerando-se que a comunidade científica internacional

é imensamente dominada pelos países desenvolvidos, a temática das pesquisas, a quantidade de dados disponíveis sobre os países e suas problemáticas ambientais, entre outros aspectos, também são dominados pela visão dos países do Norte.

Dessa forma, como destaca Karlsson (2005), também no campo das mudanças ocorridas no meio ambiente global, como é o caso das mudanças climáticas, não obstante serem os países do Sul os que provavelmente estarão mais afetados pelos impactos negativos do aquecimento global, as pesquisas e análises acerca do tema são realizadas, em sua maioria, pelo Norte.

Entretanto, quando a ciência, tanto natural quanto social, entra no processo político como a base para a governança ambiental, nos níveis global, regional e nacional, o divisor do conhecimento torna-se muito mais do que uma questão puramente científica. Ele pode ter conseqüências políticas. (KARLSSON, 2005, pág. 68)

Com isso, de acordo com a autora, muitas das questões tratadas pela governança ambiental global tendem a ser as constantes na agenda de prioridades dos países do Norte, incluindo, com freqüência, a mudança climática, a redução da camada de ozônio e a biodiversidade. Karlsson (2005) também afirma que outra conseqüência importante do divisor Norte-Sul estaria relacionado à participação inaquedada de países em desenvolvimento no acesso ao conhecimento para fins de política e de ação globais. A ausência de conhecimento científico enfraqueceria a posição dos países em desenvolvimento nas negociações multilaterais e na participação das convenções.

No que diz respeito à mudança climática, Viola (2005) destaca que há diversos grupos de interesses interagindo na busca de soluções. Tem-se, por exemplo, os países continentais com alta intensidade de carbono por habitante (EUA, Canadá e Austrália); países desenvolvidos com intensidade mediana de carbono por habitante, como o Japão, a Nova Zelândia e a Noruega; os países ex-comunistas industrializados que sofreram drástica redução em suas emissões decorrente de colapsos econômicos (Rússia, Ucrânia, Bielo-Rússia, Bulgária, Romênia), e que, por este motivo, têm créditos nos compromissos assumidos. A este trabalho, interessam especialmente os três subgrupos descritos a seguir, que, na opinião do autor, destacam-se nas negociações relacionadas ao MDL.

Nesses subgrupos, em primeiro lugar encontram-se os países grandes com proporções significativas de emissões globais (Brasil, China, Índia, Indonésia, África do Sul). Ressalta-se que os países desenvolvidos demandam destes compromissos de redução da taxa de

crescimento de futuras emissões, no entanto, de acordo com Viola (2005) apenas o Brasil mostra-se disposto a tratar a questão. Em segundo lugar estão os integrantes da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Arábia Saudita, Kuwait, Iraque, Irã, Emirados Árabes Unidos, Líbia, Argélia, Nigéria, Venezuela, Equador e Indonésia). De acordo com o autor, a maioria desses países é contrária ao regime de mudança climática, mesmo que esboçando sua opinião indiretamente. Em terceiro, os países fortemente receptivos ao estabelecimento de acordos de redução das taxas de crescimento futuro de emissões (Coréia do Sul, Singapura, Argentina, Uruguai, Chile e Costa Rica).

Verifica-se que, não obstante ser um dos países em desenvolvimento do eixo Sul, o Brasil vem desempenhando um importante papel nas negociações internacionais referentes a questões ambientais. De acordo com Viola (2005), todo processo de construção de um regime ambiental internacional, um tipo de governança ambiental global, exige a presença de pelo menos um ator que impulse esse processo e que seja capaz de liderar e sustentar o regime. Em primeira instância, apenas os Estados Unidos, a União Européia e o Japão apresentam esse potencial, por sua importância tanto na economia como no ambiente. A União Européia adquiriu grande capacidade de atuação a partir de meados dos anos 1990, por agir como um bloco. No entanto, vê-se que países como a China, Índia, Rússia, Canadá, Indonésia e Brasil têm se revelado muito importantes no processo decisório, apesar de não constituírem um potencial de liderança. A participação desses países, juntamente com o bloco europeu, representa, na opinião desse autor, condição básica para o funcionamento do regime de controle das emissões.

Vale citar, ainda, que o Brasil teve um papel importante na I Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima, realizada em Berlim, em 1995. Sua argumentação de que, em uma primeira fase, não seria apropriado o estabelecimento de compromissos por parte dos países em desenvolvimento foi de fundamental importância para o delineamento do que se tornou o Protocolo de Kyoto (VENTURA; ANDRADE, 2006).

2.2.3 A Comunidade Científica

No tocante ao meio ambiente, a comunidade científica possui um papel relevante. O

conhecimento científico acumulado pelos cientistas é necessário, por exemplo, em organismos internacionais como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em grupos de especialistas de várias convenções, em entidades que elaboram padrões técnicos e avaliações globais etc. (KARLSSON, 2005).

Essa assessoria científica contribui, de acordo com Karlsson (2005) para as deliberações intergovernamentais das seguintes maneiras: 1) incentivando ações, através do fornecimento dos termos do debate; 2) garantindo um componente significativo para as negociações; e 3) estabelecendo altos padrões científicos para as deliberações, decisões e implementações de políticas.

Barros (2007) também coloca em destaque o papel da comunidade científica na construção de regimes internacionais, especialmente no que se refere aos assuntos relativos à atmosfera. A autora afirma haver duas razões para essa importância. A primeira, é porque se trata de um tema altamente técnico. Como consequência, verifica-se a segunda razão: só eles têm capacidade de mobilizar atores políticos a partir de suas conclusões científicas. Não obstante a relevância de sua participação, deve-se destacar que há críticas quanto à existência real de um consenso científico.

Especificamente no tocante à mudança climática e à elaboração do Protocolo de Kyoto, Viola (2005) afirma que

A comunidade científica tem um papel-chave em relação a essas questões, pois quando a grande maioria de cientistas concorda no diagnóstico de um problema, e é eficiente em comunicá-lo ao público em geral e aos decisores, cria-se aquilo que denominamos "comunidade epistêmica", adquirindo, então, peso internacional. (VIOLA, 2005, pág. 189).

A constituição, por parte das Nações Unidas, do IPCC, teve um caráter fundamental. De acordo com o autor, durante toda a década de 1990 o IPCC forneceu subsídios para as negociações no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima, tendo assumido papel de referência na formação da opinião pública internacional sobre a questão da mudança climática.

Corroborando a informação de Karlsson (2005) de que a comunidade científica é formada, em sua maioria, por integrantes do Norte, Viola (2005) traz a informação de que a comunidade

dos climatólogos, que durante a década de 1980 formulou a teoria do aquecimento global, é constituída, em aproximadamente dois terços, por cientistas que trabalham em instituições norte-americanas.

2.2.4 As Empresas

Na opinião de Le Prestre (2000), o setor privado, desde muito tempo, contribui para a ecopolítica internacional, através de suas representações junto a governos e organizações internacionais. No entanto, para ele, apenas recentemente é que lentamente se verifica a organização das empresas a fim de promover seus interesses e contribuir para a busca de soluções duráveis, nas conferências globais.

Tradicionalmente, o que se verificava era a ação das empresas por intermédio dos Estados. No entanto, vê-se a tendência à ampliação da ação política das empresas, defendendo diretamente seus interesses no plano internacional. Outra constatação verificada é a progressiva conscientização da necessidade de levar em conta os problemas ambientais, visto serem eles suscetíveis de afetar as operações das empresas. De acordo com Le Prestre (2000), o comprometimento do mundo industrial com as questões ambientais mudou a partir dos anos 1990, por conta de: emergência da indústria ambientalista, que vê na adoção de regulamentações internacionais uma oportunidade de crescimento; apoio de certas empresas e governos à ação de determinadas ONGs ambientalistas; incentivos, por parte de governos e OIGs, para que o setor privado desempenhasse um papel mais ativo e institucionalizado nas questões ambientais.

Cabe registrar, aqui, o papel de duas instituições empresariais para a preparação da Rio-92: o *Business Council for Sustainable Development* (BSCD) e a Câmara de Comércio Internacional, que, pouco depois, criou o Conselho Mundial da Indústria para o Meio Ambiente. Essas duas instituições elaboraram os princípios que formariam um código de conduta das empresas. Posteriormente, elas se fundiram para formar o Conselho Mundial das Empresas para um Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development*) (LE PRESTRE, 2000). No Brasil foi fundado, em 1997, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), representante nacional

daquela entidade. Trata-se de um órgão com participação significativa na governança ambiental local e em suas repercussões a nível internacional, mantendo estreita relação com o governo federal. O CEBDS integra, entre outros importantes grupos de discussão nacional, a Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável, o Grupo Institucional de Produção Mais Limpa e o Fórum Brasileiro de Mudança Climática (CEBDS, 2007).

Para se ter uma idéia sobre a importância da participação das empresas brasileiras no processo de desenvolvimento de políticas públicas no contexto do aquecimento global e das mudanças climáticas, ressalte-se que, desde a quarta Conferência das Partes (COP 4), realizada em Buenos Aires em 1998, o CEBDS integra a delegação brasileira que discute, a nível mundial, as decisões a serem tomadas para a minimização do problema (CEBDS, 2004).

De acordo com o Conselho,

O CEBDS acredita que o Protocolo de Quioto, mais do que qualquer outro acordo de cooperação internacional até hoje conhecido, é uma oportunidade única e imperdível de, preservando-se a integridade dos interesses nacionais, alinhar o processo de desenvolvimento com os princípios da sustentabilidade. (CEBDS, 2004, pág. 1)

A manutenção de uma matriz energética pouco intensiva em carbono é tida pelo grupo de empresas como uma das principais contribuições do Brasil para a problemática, associada a medidas efetivas de redução das taxas de desmatamento e queimadas, e de estímulo ao reflorestamento. O MDL é referido como uma possibilidade concreta de “redirecionar, em bases mais austeras, o modelo de desenvolvimento atual utilizando instrumentos de mercado” (CEBDS, 2004, pág. 1).

Quando se refere à promoção de desenvolvimento sustentável ligada aos projetos de MDL, o CEBDS (2004) afirma que além dos benefícios macroeconômicos obtidos através da atração de investimento externo, esses projetos promovem “benefícios locais, proporcionados pela geração de emprego e renda e administração eficaz dos recursos naturais” (CEBDS, 2004, pág. 1)

O crescimento do interesse e participação das empresas nas discussões globais sobre as questões ambientais pode ser observado no fato de que, na Rio-92, apenas um líder empresarial falou em nome do setor. Já na Rio+10, conferência realizada em Joannesburgo, em 2002, havia cerca de 1000 dirigentes de grandes empresas participando do Business Day

(ALMEIDA, 2005).

Posteriormente, ao tratar sobre o Mercado de Carbono (item 2.3.1), será possível verificar o relevante papel desempenhado pelas empresas no que tange aos mecanismos de regulação da problemática do meio ambiente global.

2.2.5 Os Indivíduos

Na visão de Le Prestre (2000), não se pode esquecer o papel de algumas pessoas-chave que, historicamente, vêm exercendo um papel fundamental no desenvolvimento de uma consciência ambientalista internacional. Essas pessoas atuam diretamente junto aos responsáveis pelas decisões, devido ao seu acesso privilegiado às autoridades públicas, influenciam opiniões, em virtude do prestígio de que gozam na sociedade e em certas comunidades científicas, graças à sua habilidade diplomática, ou ainda através da utilização de recursos de sua organização.

Para exemplificar sua opinião, o autor cita o cientista Jacques Cousteau, cuja influência junto ao governo francês contribuiu significativamente para concentrar as atenções na dimensão internacional das ações da França no que tange ao meio ambiente. Outro indivíduo importante trazido pelo autor é Maurice Strong. Tendo em vista sua habilidade diplomática e organizacional, Maurice teve e continua tendo papel de destaque junto à ONU. Além de ter exercido a função de secretário-geral das Conferências de Estocolmo e da Rio-92, foi o primeiro diretor-executivo do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e fundador do Conselho da Terra. Maurice desenvolve, ainda, a importante atividade de sensibilização das empresas privadas aos problemas ambientais, buscando a aproximação das preocupações entre o mundo empresarial e o governamental, tendo como objetivo a conciliação entre proteção ao meio ambiente e promoção de desenvolvimento.

Outra autora a enaltecer a crescente participação dos indivíduos na construção dos mecanismos de governança ambiental global é Barros (2007). Ela destaca a contribuição de indivíduos que não fazem parte, necessariamente, nem da comunidade científica e nem de uma organização da sociedade civil. Denominados de negociadores “*ad hoc*”, esses

indivíduos desempenharam importante função política ou comercial, possuindo significativos recursos de poder. Entre os exemplos trazidos pela autora, no âmbito das negociações sobre o clima, encontram-se Bill Clinton, Bill Gates, Al Gore, Tony Blair, Kofi Annan. Já no escopo regional, Barros (2007) destaca Fernando Henrique Cardoso e Fábio Feldman.

2.2.6 As Organizações Não-Governamentais (ONGs)

Para Gemmill e Bamidele-Izu (2005), a globalização teve um papel relevante no enfraquecimento dos mecanismos tradicionais de governança, já que a crescente integração econômica reduziu o poder dos governos nacionais, possibilitando, ao mesmo tempo, o acesso de outros atores econômicos e políticos ao cenário global. Especialmente a partir da década de 1970, verifica-se a emergência à cena internacional de todos os campos de domínio, de organizações não governamentais. Como resultado de seu desenvolvimento e profissionalização, ocorridos no decorrer da década de 1980, verifica-se, já no início dos anos 1990, um expressivo crescimento da participação dessas organizações na governança global. “Elas se tornaram, agora, atores importantes nas relações internacionais, em especial na ecopolítica” (LE PRESTRE, 2000, pág. 135).

Em realidade, “as ONGs e outros grupos da sociedade civil não são apenas atores na governança, mas também a força propulsora que impulsiona uma maior cooperação internacional por meio da mobilização ativa de apoio público a acordos internacionais.” (GEMMILL; BAMIDELE-IZU, 2005, pág. 90). No que tange às mudanças climáticas, esse papel é facilmente verificado. Mobilizações em todo o mundo eclodem, pressionando governos e empresas a adotarem uma postura rápida e eficaz para minimizar o aquecimento global e suas conseqüências.

Importante destacar o conceito de sociedade civil. Para Michael Bratton (1994, *apud* Gemmill e Bamidele-Izu, 2005, pág. 91), ela representa a interação social “caracterizada pela cooperação entre os membros da comunidade, pelas estruturas da associação voluntária e pelas redes de comunicação pública”. De acordo com as autoras, outras definições a tratam como a esfera pública da vida social, excluindo-se as atividades governamentais, sendo que, geralmente, o termo sociedade civil é utilizado para “classificar pessoas, instituições e

organizações que têm como meta fomentar ou expressar um objetivo comum, mediante idéias, ações e exigências aos governos” (GEMMILL; BAMIDELE-IZU, 2005, pág. 91).

Dessa forma, não apenas as ONGs fazem parte da sociedade civil. Ela possui uma composição bastante diversificada, incluindo desde pessoas físicas até instituições religiosas, acadêmicas ou grupos de interesse específico. Vale citar que a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável, definida na Eco-92 como a responsável pela implementação da Agenda 21, identifica os seguintes componentes principais da sociedade civil: mulheres, crianças e jovens, populações e comunidades indígenas, ONGs, trabalhadores e sindicatos, a comunidade científica e tecnológica, comércio e indústria, e agricultores. No entanto, no âmbito da governança ambiental, as ONGs são os atores de maior destaque (GEMMILL; BAMIDELE-IZU, 2005). Citando Charnovitz, as autoras caracterizam as ONGs como

grupos de pessoas organizadas pelas inumeráveis razões da imaginação e da aspiração humanas. Tais grupos podem ser constituídos com a finalidade de defender uma causa específica, como os direitos humanos, ou de levar a cabo programas de ajuda humanitária, como por ocasião de desastres. Seus integrantes podem agir em nível local, regional ou global (GEMMILL; BAMIDELE-IZU, 2005, pág. 92).

Para Le Prestre (2000), cinco fatores principais explicariam o crescimento geral das ONGs e sua mobilização internacional: 1) o desenvolvimento dos meios de comunicação, dando-lhes acesso à informação e possibilidade de uma rápida formação de coalizões; 2) a verificação, por parte das ONGs nacionais, de que elas possuem preocupações comuns; 3) o desenvolvimento de cidadãos dedicados à ação local; 4) o desejo de certos governos em desenvolver bases locais para suas ações, ou ainda o desejo de organismos de ajuda internacional e de ONGs do Norte em constituir grupos que lhes permitam apreender melhor a realidade de países em desenvolvimento, podendo, ainda, controlar melhor a implementação dos projetos que financiam; e 5) a necessidade de as ONGs constituírem, nos países onde a manifestação política é limitada, vias de mobilização política suplementar.

O autor afirma que, no plano ambientalista, o crescimento das ONGs de atuação nacional e internacional foi “espetacular”. Para se ter uma idéia, em 2000, o Centro Internacional de Ligação para o Meio Ambiente (CILMA), que consiste numa rede de 850 ONGs originárias de 107 países com a missão de promover a troca de informação sobre questões ambientais e desenvolvimento com o PNUMA e seus membros, possuía um cadastro de mais de oito mil ONGs com as quais se comunica. Para ele, as ONGs ambientalistas “são tradicionalmente

ativas na geração de reivindicações e no agendamento delas. Mas, participam cada vez mais nas deliberações e nas implementações das decisões, seja diretamente como executoras, seja como controladoras” (LE PRESTRE, 2000, pág. 140). Outro ponto importante das ONGs no tocante a este trabalho é a sua significativa contribuição para a disseminação da informação, durante as reuniões intergovernamentais sobre a camada de ozônio ou sobre as mudanças climáticas. As ONGs tiveram, também, um papel decisivo nos conflitos socioambientais relativos ao Projeto Plantar, podendo ser consideradas entre os principais responsáveis pela articulação do movimento social contrário ao Projeto.

Gemmill e Bamidele-Izu (2005) consideram que a atuação das ONGs, e da sociedade civil em geral, deve ter um papel importante em cinco áreas-chave: coleta e difusão de informações; consulta para o desenvolvimento de políticas públicas; implementação de políticas; avaliação e monitoramento destas; e advocacia em prol da justiça ambiental. No entanto, para Le Prestre (2000),

O papel desempenhado pelas ONGs não se limita à sua contribuição em certas fases da política pública. Elas podem agir como correias de transmissão entre as ONGs e os governos, como mediadoras entre Estados e como consultoras junto destes mesmos atores (as ONGs científicas são estreitamente associadas aos processos de negociação) ou como grupos de pressão a favor de novos domínios de ação e novas políticas (...) (LE PRESTRE, 2000, pág. 143)

Le Prestre (2000) ainda ressalta que algumas ONGs são extremamente poderosas, possuindo recursos, orçamento anual e perícia científica superiores à de muitos países. No campo ambiental, algumas ONGs, a exemplo da WWF e do *Greenpeace*, possuem milhões de membros. O autor destaca três tipos de ONGs encontradas nas democracias industriais: 1) organizações compostas de grande número de indivíduos, representando grande diversidade de interesses em matéria ambiental, especialmente a nível nacional; 2) ONGs internacionais propriamente ditas, mas que podem exercer atividade nacional; e 3) organizações orientadas para a pesquisa e consultoria política, ou ainda à ação prática local.

Desde o início de 1989 assiste-se, de acordo com Le Prestre (2000), à construção de duas tendências ligadas a organizações da sociedade civil: a formação de coalizões nacionais e internacionais, reunindo um grande número de organizações mobilizadas para determinado fim, e a mobilização de populações locais, em particular as populações nativas, também chamadas de autóctones. Já Gemmill e Bamidele-Izu (2005) destacam que, antes dos anos 1990, vários movimentos sociais eventualmente utilizavam a ONU como um fórum global,

tendo como objetivo chamar a atenção para determinadas questões. À época, seu principal propósito não era influenciar as deliberações oficiais. No entanto, durante o processo de elaboração da Eco-92, estas organizações passaram por esforços de capacitação, culminando com a abrangência de sua atuação.

As autoras enfatizam ser “a ONU a organização intergovernamental que mais abertamente reconheceu e apoiou a necessidade de colaboração com o setor não-governamental” (GEMMILL; BAMIDELE-IZU, 2005, pág. 94). Entre as inovações havidas no relacionamento entre ONGs e ONU, durante a preparação da Eco-92 e após ela, estão a realização de fóruns paralelos de ONGs, promovidos simultaneamente com as conferências oficiais da ONU, o credenciamento de ONGs para participação de conferências internacionais, com a finalidade de fazer *lobby* junto às delegações nacionais, a realização de manifestações em sessões plenárias, e a consultas a essas organizações, que têm um importante papel em fornecer informação atualizada aos governos sobre questões críticas (GEMMILL; BAMIDELE-IZU, 2005).

2.2.7 O Movimento Social Ambientalista

O termo “movimento social” foi adotado por volta de 1840, visando a designar o crescente movimento operário europeu articulado em partidos políticos e sindicatos. À época, as mobilizações giravam em torno de dois eixos centrais: a constatação da existência de uma opressão contra a qual era preciso lutar, e a idéia de construção de uma nova sociedade enquanto projeto político (THOMAS, 2006). Ao início da década de 1980, era comum o entendimento de movimento social como “uma ação grupal para transformação voltada para a realização dos mesmos objetivos, sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns e sob uma organização diretiva mais ou menos definida” (SCHERER-WARREN, 1987, pág. 20, *apud* THOMAS, 2006). Com isso, os indivíduos identificariam aqueles que compartilham os mesmos interesses de classes que os seus.

Esse conceito de movimento social, no entanto, é considerado como superado, já que o foco nas classes sociais e a determinação do homem de acordo com o lugar que ocupa na esfera produtiva são condições consideradas insuficientes para explicar as crescentes mobilizações

que surgem na década de 1970 (GOHN, 2003; GOHN, 2004). Aos poucos, vê-se o acirramento de tensões em torno de debates sobre gênero, etnias, meio ambiente e de outros campos. Também os objetivos dos movimentos sofreram alterações.

Enquanto nas reivindicações pré-década de 70 lutava-se pela transformação da sociedade e pela fundação de uma nova ordem social, que eram as bases dos projetos dos partidos políticos e sindicatos, os novos conflitos sociais não buscam a tomada de poder, mas sim a garantia de certas condições de sociabilidade. Para Doimo (1995, *apud* THOMAS, 2006), o surgimento de novas formas de articulação dos indivíduos no interior da sociedade civil fez com que fosse imprescindível repensar o conceito de movimento social, objetivando dar escopo maior ao mesmo, tornando-o capaz de abarcar as novas práticas. Assim, ao longo do tempo, o conceito sofreu transformações, referindo-se, atualmente, a uma série de novas formas de participação. Desta forma, os conflitos deixam de estar localizados exclusivamente na esfera econômica, passando a ser denominados de “novos movimentos sociais”.

Elabora-se, então, uma série de novos conceitos sobre movimentos sociais, dentre os quais se destaca o de Gohn (2004), segundo o qual movimentos sociais são “ações sóciopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (GOHN, 2004, pág. 251).

Thomas (2006) afirma que é importante ter-se em mente que na sociedade contemporânea nenhum ator social luta sozinho. Os atores articulam-se de maneira global com o intuito de agir localmente. Para ela, é através dessa articulação com os demais atores sociais que o indivíduo deixa sua posição de mero espectador para ser um cidadão pensante e atuante na realidade que o cerca. A função desses atores sociais é a de revelar os problemas da sociedade. A análise dessa sociedade civil, no entanto, é, segundo a autora, “por diversas vezes, erroneamente, reduzida à análise das organizações não-governamentais (ONGs)” (THOMAS, 2006, pág. 41), quando, em realidade, essas organizações seriam apenas parte constitutiva desta nova sociedade, e não a sua totalidade. Importante lembrar que a sociedade civil pode se manifestar através de entidades diversas: movimentos sociais, as próprias ONGs, igrejas, sindicatos, associações diversas, entre outras. Esse campo é de tensão e caracterizado por não possuir fronteiras bem definidas entre os atores que o compõem.

Diversos autores, a exemplo de Sachs (2005), Santilli (2005), Leis (2002) e Viola (1987), citados por Thomas (2006), indicam a década de 1970 como o início dos primeiros movimentos ambientalistas. Eles surgem em um contexto de conturbações políticas, econômicas e sociais. Para Leis (2002), o diferencial desse movimento está em sua enorme capacidade de captar adeptos em todos os espaços da sociedade e em todas as sociedades. Já Castells (1999) enaltece que o movimento ambientalista conquista posição de destaque em virtude da sua capacidade de impactar valores culturais e instituições da sociedade. Isto faz com que os mais diversos atores incluam em seus discursos a temática ambiental.

Verifica-se que um dos principais pontos da agenda de discussões de movimentos sociais, ambientalista ou não, a nível global envolve a temática do desenvolvimento sustentável. Milani e Keraguel (2007) entendem que a constante presença do debate ocorre porque ainda não houve o reconhecimento de que o atual modelo de desenvolvimento existente é incapaz de resolver os problemas sociais e ambientais que ele acarreta. Para os autores, a atual crise social e ambiental existente não pode ser identificada apenas e tão somente como resultado da ação predatória dos países do Norte, já que os sistemas econômicos adotados pelo Sul também são responsáveis tanto pela degradação ambiental quanto pelo fracasso em satisfazer as necessidades da maioria da população desses países. Milani e Keraguel (2007) afirmam, também, que as políticas de ajuste estrutural exigidas pelas entidades financeiras internacionais têm papel de destaque na manutenção da situação vigente, o que não elimina a responsabilidade dos governantes do Sul.

Na opinião dos autores, não é de se estranhar, portanto, que os movimentos internacionais tragam à tona a questão do desenvolvimento sustentável. Isso ocorre porque eles se aprofundam no debate político existente sobre a própria definição de sustentabilidade, levando-se em conta seus diferentes contextos geográficos, culturais e históricos. A questão do desenvolvimento sustentável é trazida, especialmente, pelos chamados alterglobalistas que, através de uma visão mais crítica, discutem o próprio modelo neoliberal, que acusam de ignorar a diversidade e as características culturais e históricas de cada localidade (MILANI; KERAGUEL, 2007).

Os autores tecem sua argumentação através da análise da participação desses movimentos no Fórum Social Mundial, verificando suas discussões sobre o modelo de desenvolvimento hoje existente e sua incompatibilidade com o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável seria “o coração das discussões no Fórum Social Mundial e suas ramificações temáticas e regionais” (MILANI; KERAGUEL, 2007, pág. 100). Em Porto Alegre, em 2001, o tema foi incorporado ao Fórum como sua segunda área temática, em sessões dedicadas à saúde e à sustentabilidade. Os temas dos *workshops*, de acordo com os autores, envolveram controles sociais sobre o meio ambiente, proteção ambiental, democratização de conhecimento científico e privatização de conhecimento, através de propriedade intelectual. As mesmas áreas temáticas foram mantidas em 2002, tendo, no entanto, maior atenção às tensões existentes entre ciência e tecnologia, ecologia e capitalismo, agroecologia e direitos de propriedade intelectual, consumo verde, ético e sustentável e áreas de sustentabilidade urbana. Em 2003, houve alterações nas áreas temáticas, com atenções voltadas para a democracia e o desenvolvimento sustentável (MILANI; KERAGUEL, 2007).

A observância da relação dos movimentos críticos ao modelo de desenvolvimento adotado mundialmente (os alterglobalistas) e do Fórum Social Mundial refletem na análise das críticas existentes ao Projeto Plantar, visto ter havido, no Fórum de 2002, uma mesa de discussões sobre o Projeto.

Segundo Milani e Keraguel (2007), as críticas a esses movimentos têm sua base de apoio no relatório do Nosso Futuro Comum e na Agenda 21, documentos constantemente citados pelas agências internacionais que trabalham com desenvolvimento sustentável, a exemplo da Unesco, do Banco Mundial e outras agências de cooperação bilateral. Esses documentos costumam servir de base filosófica para incontáveis iniciativas internacionais, tendo sido desenhados por diplomatas e especialistas internacionais de todo o mundo. Entretanto, para esses críticos, essa tentativa de aglutinação de tantos interesses, considerado por muitos um dos pontos fortes desses documentos e um bom exemplo de práticas de governança ambiental global, representa, em realidade, seu principal problema. Isso porque, nessa tentativa de obtenção de consensos, procura-se equilibrar, a todo custo, desenvolvimento e meio ambiente, ecologia e expansão de comércio internacional, entre outros temas, obtendo-se, ao final, fórmulas extremamente vagas ou de contribuição irrealista. Em resumo, relatórios como o produzido pela Comissão Brundtlandt não dariam a devida atenção aos custos e diferentes visões culturais acerca do desenvolvimento sustentável.

2.2.7.1 O movimento ambientalista brasileiro

No interior dessas mudanças nasce no Brasil, nessa mesma época, um ambientalismo urbano em defesa de valores e interesses universais, com base social pluriclassista (embora concentrado nas classes médias), composto, em sua maioria, por indivíduos de médio a alto nível educacional e integrado por pessoas de diversos sexos, raças e idades. Considera-se que, dos países que compõem a América Latina, é no Brasil que esse tipo de movimento nasce mais cedo. O desenvolvimento do ambientalismo brasileiro passou por três fases que representam um amadurecimento do movimento, podendo-se incluir uma quarta fase pré-ambientalista, com ações de caráter conservacionista (THOMAS, 2006):

- 1920-1970 - Ações de Caráter Conservacionista: Nesse período, identifica-se uma série de ações pontuais de caráter preservacionista, mas que não podem ser configuradas como um processo ou ainda uma consciência ambiental mais estruturada. Por este motivo, esse período pode ser denominado de pré-movimento ambientalista;
- Década de 1970 até 1986 - Fase Fundacional: Viola (1987, *apud* THOMAS, 2006) caracteriza esse período como sendo tímido, amador, centrado em ações de denúncia e de difusão de uma consciência ecológica. As lutas tiveram pouca eficácia, no entanto, suas ações contribuíram enormemente para a conscientização de determinadas parcelas da população e, também, para trazer a questão ambiental à mídia. O início da década de 1980, momento em que se dá o processo de redemocratização do país, é tido como de transição ou de politização das ações dos grupos ambientalistas nacionais. Na opinião de Viola (2003), nesse momento ocorre um crescimento qualitativo e quantitativo das associações ambientalistas e, ainda, o início da articulação destas com partidos políticos e órgãos governamentais. O movimento ambientalista, até então centrado nos estados do sul e sudeste, passa a espalhar-se por outras localidades brasileiras. Aos poucos, o movimento deixa de atuar apenas nas denúncias, passando à formulação de estratégias. Paulatinamente a opinião pública acompanha esse desenvolvimento, passando a ver a questão ecológica com mais seriedade, assim como as ações realizadas em prol desta.
- De 1986 ao período pré-Rio 92 - Fase de Institucionalização: Em meados da década de

1980 são institucionalizados os primeiros grupos ambientalistas no Brasil, havendo crescente profissionalização dos mesmos. Da denúncia passa-se à proposição de ações para reversão do quadro de degradação ambiental, havendo construção de metas, objetivos e até mesmo avaliação do desempenho por parte das organizações. Inicia-se também a busca pela captação de recursos junto a ONGs internacionais, órgãos governamentais e associados (MEIRA; ROCHA, 2003, *apud* THOMAS, 2006). De acordo com Viola e Leis (2002), é nesse período que o movimento passa a caracterizar-se enquanto multissetorial, constituindo-se de: a) associações e grupos comunitários ambientalistas; b) agências estatais; c) outros movimentos sociais que passam a incorporar a questão ecológica; d) grupos e instituições de pesquisas sobre a temática ambiental; e) empresas e empresários focados na sustentabilidade ambiental; f) partidos políticos formulando políticas específicas; g) grupos religiosos que vinculam a dimensão ambiental à espiritual; e, h) formadores de opinião.

- Década de 90: Essa década é considerada um momento de inflexão para o movimento ambientalista brasileiro. Devido à instauração de comitês preparatórios para a Rio-92, ocorre um “boom” de novas ONGs ambientalistas, profissionalização das já existentes e uma crescente articulação entre estas e partidos políticos, governos e empresas. De acordo com Viola e Leis (2002), o principal resultado desse evento foi seu forte e positivo impacto nos movimentos e ONGs ambientalistas. É no ano de 1990 que se institui o Fórum Brasileiro de ONGs, formado por grupos ambientalistas propriamente ditos e por movimentos que incorporaram a temática ambiental a suas lutas, com o objetivo de dialogar e traçar um diagnóstico para os problemas brasileiros.

A observância sobre a atuação desses atores sociais, todos eles estratégicos para o estabelecimento de um sistema eficaz de governança ambiental global é extremamente relevante para a compreensão dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), tratados no item seguinte dessa pesquisa. Verifica-se que os formuladores do Protocolo de Kyoto e de seus mecanismos de flexibilização, como é o caso do MDL, incorporaram o conceito de governança, não apenas dando oportunidade de voz a diversos atores, como também lhes garantindo um espaço relevante na construção desse sistema.

Conforme será detalhado na seqüência do trabalho, o tipo de governança utilizado nos projetos de MDL teve impacto substancial nos desdobramentos relativos ao Projeto Plantar,

fazendo com que ele se tornasse um rico objeto de estudos sobre conflitos socioambientais e estratégias de político-institucionais de regulação.

2.3 MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL): INSTRUMENTO DE FLEXIBILIZAÇÃO E GOVERNANÇA AMBIENTAL

2.3.1 O Surgimento do Protocolo de Kyoto e a Criação de Um Novo Mercado Mundial

Durante a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), a Eco-92, a maior parte dos países do mundo assinou e ratificou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Climas (CQNUMC), cujo objetivo principal era garantir a estabilização da concentração dos Gases do Efeito Estufa (GEE) - grupo formado pelo Dióxido de Carbono (CO₂), Metano (CH₄), Óxido Nitroso (N₂O), Perfluorcarbonos (PFCs), Hidrofluorcarbonos (HFCs) e Hexafluoreto de Enxofre (SF₆) - na atmosfera, prevenindo a sua influência no sistema climático mundial. Nesse evento, também foi estabelecido um grupo de acompanhamento anual das ações relacionadas ao tema: a Conferência das Partes (COP). No entanto, apesar da CQNUMC provar a existência de um consenso internacional sobre a necessidade de medidas visando à redução da emissão dos GEE, a primeira meta específica para os países somente foi estipulada cinco anos depois, em 1997, durante a terceira Conferência das Partes (COP-3), realizada em Kyoto, no Japão. O mundo assistia, assim, ao nascimento do Protocolo de Kyoto, acordo multilateral que estipula metas concretas de redução na emissão de gases do efeito estufa por parte dos países desenvolvidos.

Naquele mesmo ano, cientistas demonstraram que 97% da emissão desses gases tiveram origem nas nações industrializadas, especialmente por conta da queima de combustíveis fósseis como o carvão e o petróleo. Para se ter uma idéia sobre a participação desses países na questão, naquele período, apenas os EUA respondiam, sozinhos, por 21% do total de emissões mundiais, não obstante representarem somente 4% da população do planeta. Em contrapartida, juntos, 136 países em desenvolvimento emitiam 24% do total de GEE lançados

sobre a atmosfera (VENTURA; ANDRADE, 2006).

Importante notar que 23% das emissões globais de GEE são causados pelo desflorestamento, sendo que a maior parte disso é advinda de países em desenvolvimento. Na América Latina, dois terços das emissões de gás carbônico são geradas em desmatamentos através de queimadas, tendo o Brasil como um dos principais responsáveis por esse índice (VENTURA; ANDRADE, 2006). A própria procura por alternativas para a redução dos GEE vem, contraditoriamente, gerando novas áreas de desmatamento nos países em desenvolvimento, tendo em vista o crescimento da procura por biocombustíveis. Ocorre que, na ânsia de ampliar as plantações de oleaginosas para a produção de combustíveis alternativos, em tese ambientalmente mais corretos, países como a Indonésia vêm desmatando grandes áreas florestais (GREENPEACE, 2007). Além da própria devastação da floresta, com perdas inestimáveis para a biodiversidade, a utilização de queimadas para a abertura de áreas ainda provoca a emissão dos próprios GEE que a produção dos biocombustíveis pretende minimizar.

Na tabela abaixo, é possível verificar-se o significativo aumento nas taxas de concentração de três dos gases do efeito estufa, ocorrido após a Revolução Industrial. Esses dados reforçam a afirmação de que, não obstante a contribuição dos países em desenvolvimento, são as ações antrópicas dos países industrializados as principais responsáveis pelo aumento desses gases.

Tabela 1 – Dados de concentração de GEE relativos à atividade humana

	CO ₂	N ₂ O	CH ₄
Concentração pré-industrial	Cerca de 280 ppm	Cerca de 270 ppb	Cerca de 700 ppb
Concentração em 1998	365 ppm	314 ppb	1475 ppb
Taxa de mudança na concentração	1.5 ppm/ano	0.8 ppb/ano	7.0 ppb/ano
Tempo de vida na atmosfera	5 a 200 anos	114 anos	12 anos

Fonte: MIGUEZ (2001)

Importante assinalar que a condição básica estipulada pelo próprio Protocolo para sua vigência era a ratificação desse acordo por um número mínimo de países desenvolvidos, que corresponderem, ao menos, a 55% do total de emissões desses gases, tomando-se como referência os níveis de 1990. A meta é que, no período entre 2008 e 2012, 38 países desenvolvidos reduzam suas emissões, em média, 5,5% abaixo dos níveis de referência. Foi assim que, em 16 de fevereiro de 2005, após intenso debate político, efetivamente entra em vigor o Protocolo de Kyoto, considerado o mais significativo marco político mundial em questões relacionadas ao meio ambiente. O documento foi ratificado por 132 países, incluindo-se os 38 com compromissos reais de redução de emissão. Cumpridas as metas estipuladas, prevê-se uma redução de 61,6% em emissões ao final do primeiro período de compromissos (LOPES, 2002).

É fundamental para o entendimento das questões relacionadas à efetiva redução da emissão de GEE observar que, no intervalo decorrido entre a criação desse acordo mundial, em 1997, e sua entrada em vigência, em 2005, o mundo foi surpreendido com uma notícia desanimadora. Em 2001, os EUA, principal responsável por essas emissões, retiraram-se do Protocolo de Kyoto. A ratificação do documento pela Rússia, em 2004, garantiu a sua efetivação.

Considerando-se, então, que os países industrializados são, comprovadamente, os principais responsáveis pela emissão de GEE na atmosfera, e levando-se em conta os argumentos de que os países em desenvolvimento não poderiam equiparar-se aos desenvolvidos, sob pena de ter o seu próprio crescimento dificultado, a CQNUMC divide os países em categorias para o estabelecimento de metas, ou não: o chamado “Anexo I” é formado por dois subgrupos - países do “Anexo II”, composto pelas nações ricas, grupo bastante semelhante à Organização de Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em termos de componentes, e os países denominados “Economias em Transição”, abrangendo países da Europa Oriental e a maioria dos países da antiga União Soviética -, sendo que seus integrantes possuem metas de redução; e os “Não-Anexo I”, categoria formada pelos países em desenvolvimento, do qual faz parte o Brasil, sem metas definidas para o primeiro período de vigência do Protocolo, ou seja, entre 2008 e 2012.

Tendo-se estabelecido a divisão e a diferenciação entre os países, um passo importante foi realizado para o efetivo atendimento dos compromissos até então firmados: o estabelecimento de três mecanismos de flexibilização. Dois destes - a “Implementação Conjunta”, que

pressupõe que uma empresa de um país desenvolvido ou os próprios países do “Anexo I” podem financiar projetos específicos para a redução de emissões em outros países desenvolvidos, recebendo créditos para isso, e o “Comércio de Emissões”, que estabelece a efetiva compra e venda de créditos de carbono, exclusivamente entre os países do “Anexo I” - , têm sua atuação restrita aos chamados países desenvolvidos ou industrializados. Já o terceiro, o Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), permite a participação de países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. O estabelecimento desses mecanismos de flexibilização é considerado um dos pontos de maior impacto trazidos pelo Protocolo de Kyoto para as negociações internacionais. Isso porque se introduz a possibilidade da comercialização das reduções de emissão efetivamente realizadas, permitindo que um país alcance suas metas individuais por meio de projetos implementados em outros países.

Em realidade, o Protocolo de Kyoto não representa a primeira tentativa de comercialização da “permissão para poluir”. Projetos objetivando o atendimento a interesses divergentes, de forma a minimizar impactos ambientais, já foram praticados em diversos locais do mundo, porém de maneira localizada, para atender a interesses nacionais. A idéia central desse tipo de prática é a criação de incentivos para as empresas encontrarem meios de reduzir suas emissões e vender seus créditos no mercado aberto de carbono. Em resumo, esse princípio permite que, uma vez estabelecido o limite global e os limites de cada país, é possível delimitar Permissões de Emissões devidamente divididas, entre todos os segmentos econômicos de cada nação, cujas atividades impactem a atmosfera. Com isto, as empresas que excederem o limite estipulado em sua Permissão terão que comprar Créditos de Carbono de outras companhias que não realizaram todas as emissões permitidas.

É importante deixar claro que não apenas o Protocolo de Kyoto gera a possibilidade de comercialização desses créditos. Verifica-se uma crescente procura em todo o mundo “industrializado” por projetos economicamente viáveis, que promovam, principalmente, a substituição das energias provenientes dos combustíveis fósseis por outras renováveis. Com isto, cresce também a procura por formas de comercialização desse “direito de poluir”, surgido da necessidade de empresas e nações estarem em conformidade com as exigências ambientais através da redução de suas emissões internas ou pela aquisição de permissões de outras empresas: os Créditos de Carbono.

Em realidade, o Protocolo de Kyoto oportunizou o estabelecimento de mecanismos de

regulação das problemáticas ambientais globais, tendo o mercado como principal ator. Essa iniciativa confirma a relevância da atuação do mercado no momento histórico atual, conforme assinalado por Viola (2005), citado anteriormente. Isso não significa, no entanto, que se trata da melhor estratégia existente. Há atores sociais, a exemplo de algumas ONGs baseadas no hemisfério Sul, que apresentam duras críticas ao MDL enquanto mecanismo de governança fundamentado no comércio de emissões, sob o argumento de que se trata de uma forma encontrada pelos países industrializados do Norte de escaparem da responsabilidade de reduzirem suas emissões de GEE, dentro de suas próprias fronteiras (SOUTHSOUTHNORTH, 2004). De acordo com a organização, entre os argumentos dessas ONGs encontra-se o fato de o MDL ser moralmente errado, visto tentar transferir a responsabilidade da solução do problema para aqueles que não o criaram.

Segundo a SouthSouthNorth (2004), a principal questão em jogo é a eficiência econômica ao invés de o conceito de desenvolvimento sustentável. Em realidade, seria mais viável, economicamente, realizar projetos de redução de emissão nos países pobres, do que nos ricos países industrializados. Logo, para os críticos, faz-se necessário que os países do Sul, a exemplo do Brasil, desenvolvam capacidade político-institucional de avaliação dos projetos de MDL, verificando a sua efetividade socioambiental.

Um resumo das argumentações contrárias à possibilidade de comercialização do chamado “direito de poluir” encontra-se em Dutschke (2000):

- Responsabilidade do Norte: visto que a grande maioria das emissões de GEE teve e tem origem nos países industrializados, considera-se que eles deveriam começar sua redução em seu próprio território.
- Soberania: nesse item, haveria três argumentos. 1) Os países industrializados conseguiram seu desenvolvimento a custa do uso excessivo de seus recursos naturais, não devendo, então, interditar as atividades de outros países que buscam desenvolver-se. 2) Projetos de longa margem no tempo, podendo chegar a 50 anos, limitam a liberdade de decisão do governo. 3) Os projetos de redução podem não corresponder aos planos de desenvolvimento do país anfitrião.
- Concorrência “ruinosa”: isso porque o poder de negociação do Norte é muito grande,

havendo risco de que os certificados de redução se deteriorem e percam o seu valor, assim como a maioria das matérias-primas provenientes dos países do Sul.

- Custos futuros: a realização de opções mais baratas de redução das emissões na atualidade pode prejudicar os países do Sul no futuro. Quando quiserem (ou necessitarem) adotar seus próprios limites de redução, terão custos marginais mais altos para cada tonelada reduzida.
- Intervenção na política econômica e financeira: muitos países receptores dos projetos mantêm, por motivos políticos, subsídios que podem distorcer o mercado ligado a projetos climáticos.

Não obstante as críticas existentes a realidade é que, efetivamente, a inclusão de mecanismos de flexibilização para o alcance das metas de Kyoto oportunizou, além dos próprios mecanismos a ele relacionados, a criação de diversas iniciativas de comercialização voluntária dos CERs por parte dos países desenvolvidos. Nelas, as reduções de GEE envolvidas não são utilizadas para o atendimento dos países do “Anexo I”. Entre essas iniciativas às metas do Protocolo encontram-se: o Esquema Britânico de Negociações de Emissões (*UK Emission Trading Scheme*), considerado, segundo informações de Vela e Ferreira (2005), o maior do mundo em negociações de GEE; o Mercado Europeu de Negociações de Créditos de Gases do Efeito Estufa (*GHG European Trading Scheme*), que tem o objetivo de intermediar a compra e venda entre indústrias poluidoras e as que emitem menos gases do que o permitido; e a Bolsa do Clima de Chicago (*Chicago Climate Exchange*), mais conhecida por CCX, criada por empresas norte-americanas.

Pode-se afirmar que o Crédito de Carbono seria um benefício, um prêmio recebido por uma empresa ou nação como recompensa por seus esforços em evitar ou reduzir suas emissões de GEE, ou então por retirar esses gases da atmosfera, ato que nesse mercado recebe o nome de “seqüestro” desses mesmos poluentes. Essa recompensa viria na forma de títulos representativos dos Créditos de Carbono conquistados, os denominados Certificados por Emissões Reduzidas (CERs), também conhecidos por Reduções Certificadas de Emissões (RCEs). Os principais projetos elegíveis à emissão desses Certificados são aqueles que tratam de: aumento da eficiência energética; uso de fontes e combustíveis renováveis; adoção de melhores tecnologias e sistemas para o setor produtivo em geral; resgate de emissões através

de sumidouros; estocagem dos GEE retirados da atmosfera; atividades ligadas ao uso da terra como o reflorestamento e o florestamento (LOPES, 2002).

Cada tonelada de métrica de dióxido de carbono equivalente reduzida ou removida por um projeto corresponde a uma unidade de CER. O cálculo da equivalência ao dióxido de carbono é realizado de acordo com o Potencial de Aquecimento Global de cada um dos gases, índice divulgado pelo IPCC. Com ele, pretende-se uniformizar as quantidades dos diversos gases de efeito estufa em termos de dióxido de carbono equivalente, possibilitando que reduções de diferentes gases sejam somadas com pesos iguais (ARAÚJO, 2006).

Para uma melhor compreensão do volume de dinheiro envolvido no Mercado de Carbono, é interessante citar que, apenas no dia 14 de janeiro de 2005, a Bolsa de Chicago negociou o volume recorde de 21.000 toneladas de carbono, sendo 10.000 toneladas em uma única transação (VELA; FERREIRA, 2005). Durante todo o ano de 2005, o mercado de créditos de carbono movimentou US\$ 11,6 bilhões (CARDOSO; JULIANI, 2006). Projeções da *International Emissions Trading Association* (IETA) indicam que, entre 2006 e 2012, as demandas mundiais por créditos de carbono serão de 800 milhões de toneladas. Esse cálculo considera fatores como: inventários das nações sobre as emissões, ou seja, o quanto cada país é obrigado a efetuar reduções de emissões de gases de efeito estufa; o volume a ser reduzido para atingir as metas do Protocolo de Kyoto; e o percentual de créditos de carbono que pode ser usado para cumprimento dessas metas, sendo que o Protocolo limita em até 6% do total acordado (já o *European Trading Scheme* permite até 8%).

Cabe destacar que o preço das permissões de CO₂ equivalente negociado no Mercado Europeu é bastante distinto daquele tratado nos EUA, por exemplo. De acordo com matéria publicada no Carbono Brasil em maio de 2006 (MULLER, 2006a), isso ocorre porque no primeiro, os limites de emissão de carbono são obrigatórios. Naquele mês, a permissão estaria sendo negociada a US\$ 18 a tonelada no Mercado Europeu, enquanto a Bolsa de Chicago o negociava a US\$ 3,50.

No entanto, é importante citar que esse mercado ainda permanece bastante instável. Em maio e junho de 2006, os preços dos créditos de carbono apresentaram grande queda nas bolsas de valores internacionais, fazendo com que os mais céticos duvidassem de sua recuperação. No Mercado Europeu, por exemplo, o preço médio caiu de 28,5 euros por tonelada, em abril, para

9,95 euros, em junho. Essa queda ocorreu porque alguns países europeus, entre os quais França e Polônia, anunciaram que iriam reduzir a compra de créditos. O mês de julho, no entanto, representou uma retomada de crescimento, sendo a tonelada de créditos de carbono negociada por 16 euros. Essa recuperação estaria sendo ocasionada por conta da preocupação, de indústrias de diversos países do mundo, com as multas previstas no Protocolo de Kyoto.

O Brasil é considerado um dos países com maior potencial no mundo para a oferta de Créditos de Carbono. Isso acontece por conta da alta diversidade de possibilidades para atividades que reduzam a emissão de GEE, ou que promovam o seu seqüestro da atmosfera. Além disso, um dos maiores sumidouros naturais de gás carbônico no mundo é a Floresta Amazônica. Pode-se ter uma idéia da quantidade de CO₂ absorvido por essa formação vegetal ao considerarmos que cerca de 50% do volume dos chamados gases poluentes são absorvidos pela própria biosfera, através das florestas e dos oceanos. No entanto, também no Brasil encontra-se um paradoxo: ao mesmo tempo em que aqui se encontra um dos maiores sumidouros florestais do mundo, a maior parte das emissões de gás carbônico do país, cerca de 75%, são provenientes justamente do desmatamento, através de queimadas. Outras bases de contribuição para o lançamento de CO₂ brasileiro na atmosfera estão no tráfego de veículos e na combustão industrial.

Quando se fala em Mercado de Carbono, três situações representam interesse específico para o Brasil:

- 1) Projetos diretamente ligados aos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, apresentados a seguir;
- 2) Projetos de Compensação, ligados à Bolsa de Clima de Chicago (CCX), representando possibilidades especiais de participação do país. Caso uma empresa integrante da CCX não consiga alcançar a redução acordada, ela deverá comprá-las de outras empresas que atingiram um nível extra em suas reduções ou então adquirir créditos de projetos de compensação do Brasil. Para entrar nessa Bolsa, os projetos brasileiros devem ser ligados a seqüestro de carbono em reflorestamento, manejo sustentável, energia renovável ou florestamento. Para que esses projetos sejam aceitos na CCX, é necessário, ainda, um estudo prévio realizado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), agente catalisador brasileiro para a CCX;

3) Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), lançado em dezembro de 2004, através de um convênio entre Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). Esse mercado tem como objetivo a comercialização eletrônica, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, de títulos de diminuição de lançamentos atmosféricos de carbono. Trata-se de uma iniciativa do governo visando incentivar e facilitar às empresas brasileiras o acesso ao mercado mundial de Créditos de Carbono. Essa iniciativa decorre do fato de que, de acordo com pesquisa realizada pela Amcham do Rio de Janeiro, citada por Vela e Ferreira (2005), até 2005 as empresas do país ainda demonstravam pouco interesse em relação a esse mercado, provavelmente por conta das indefinições sobre como operá-lo. Além da comercialização eletrônica de créditos, efetivamente iniciada em 15 de setembro de 2005, o MBRE pretende a criação de um banco de projetos, de forma a dar transparência a todas as proposições e definições desse novo ramo de negócios. Essa parceria com a Fundação Getúlio Vargas representa um esforço educacional para a criação de uma consciência do empresariado brasileiro sobre o meio ambiente e o aproveitamento da biodiversidade. Em setembro de 2005, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro iniciou, através de uma parceria com a Bolsa de Mercadorias & Futuros e o Ministério do Desenvolvimento, a negociação com Créditos de Carbono no país. Segundo especialistas do setor do meio ambiente, esses créditos podem render ao Brasil valores que se aproximam da casa dos US\$ 3 bilhões.

2.3.2 Os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)

Pode-se afirmar que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, único mecanismo de flexibilização que permite a participação de países em desenvolvimento, originou-se de uma proposta brasileira de estabelecimento de um fundo que receberia as contribuições dos países do “Anexo I”, conforme sua contribuição para o aumento da temperatura global. O dinheiro arrecadado pelo Fundo de Desenvolvimento Limpo seria destinado aos países em desenvolvimento, a fim de alavancar o surgimento de novas tecnologias limpas (ARAÚJO, 2006). Devidamente modificado, seu propósito inicial foi garantir assistência para que os países “Não-Anexo I” viabilizassem o seu desenvolvimento sustentável, contribuindo, ao

mesmo tempo, para a redução global dos GEE na atmosfera. Esse objetivo é atingido através da implementação de projetos de redução e/ou sequestro desses gases em países em desenvolvimento, financiados por países desenvolvidos. De acordo com o Protocolo, esses projetos podem envolver investimentos em tecnologias mais eficientes, substituição de fontes de energias fósseis por renováveis, racionalização do uso da energia, florestamento e reflorestamento, entre outras (LOPES, 2002).

Lopes (2002) enaltece que as atividades do projeto de MDL a serem desenvolvidas devem estar exclusivamente relacionadas a determinados tipos de GEE, e aos respectivos setores de atividades responsáveis pela maior parte dessas emissões. Note-se que podem participar de uma atividade de projeto de MDL países integrantes do “Anexo I”, países “Não-Anexo I” ou entidades públicas e privadas dessas nações, desde que por elas devidamente autorizadas. Essas atividades ainda podem ser implementadas por meio de parcerias entre o setor público e privado. Na opinião de Streck (2005), esse pode ser considerado um bom exemplo de uma das novas formas de governança ambiental, a chamada “governança em rede, associando governos, o setor privado e organizações da sociedade civil” (STRECK, 2005, pág. 139). Para o autor, a governança tradicional mostra-se superada, verificando-se, agora, a existência de uma governança em vários níveis, saindo de um procedimento mais formal e legalista para uma abordagem mais informal, participativa e integrada. O autor enxerga nos MDL um exemplo de “rede global de política pública”, visto que “os diferentes estágios do projeto envolvem um amplo leque de atores oriundos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como de instituições financeiras internacionais” (STRECK, 2005, pág. 153), possibilitando, ainda, a emergência de redes de implementação de âmbito internacional.

Para que sejam considerados elegíveis como projeto de MDL, as atividades propostas devem observar alguns critérios fundamentais, entre os quais o da adicionalidade, que pressupõe a comprovação de efetiva redução da emissão de GEE e/ou remoção de CO₂ adicional ao que ocorreria na ausência desse projeto. Outro requisito fundamental é que o projeto contribua para o desenvolvimento sustentável do país onde venha a ser implementado. Resumidamente, o projeto deverá demonstrar benefícios reais, mensuráveis e de longo prazo na busca de solução para a mudança do clima (LOPES, 2002).

Importante lembrar de outro requisito fundamental para a aprovação do MDL: a comprovação de que a opinião de todos os atores (entendidos pelo Protocolo como o público, incluindo

indivíduos, grupos e comunidades afetadas ou com possibilidade de serem afetadas pela atividade do projeto) impactados pelas atividades de projeto foi levada em conta. Ou seja, esses atores deverão ser consultados a este respeito, sob pena de não aprovação do projeto (LOPES, 2002).

Todas as atividades de um projeto de MDL, bem como as reduções de emissões de GEE e/ou aumento da remoção de CO₂ a ele atribuídas, devem ser submetidas a um criterioso processo de aferição e verificação. Entre as principais instituições relacionadas a esse processo encontram-se:

- Conselho Executivo de MDL: responsável pela supervisão do funcionamento do MDL. Entre suas atividades destacam-se: 1) o credenciamento das Entidades Operacionais Designadas; 2) o registro das atividades de projetos de MDL; 3) a emissão dos Certificados de Emissão Reduzidas; 4) o desenvolvimento e a operação do registro do MDL; e 5) o estabelecimento e aperfeiçoamento de metodologias para definição da linha de base, monitoramento e fugas de gases.
- Autoridade Nacional Designada (AND): os governos de países participantes de uma atividade de projeto de MDL devem designar, junto à CQNUMC uma Autoridade Nacional, responsável por atestar que a participação dos países é voluntária e que as atividades ali desenvolvidas contribuem para seu desenvolvimento sustentável. No Brasil, essa Autoridade é a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), criada em 7 de julho de 1999. A CIMGC é presidida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, e vice-presidida pelo Ministério do Meio Ambiente. Ainda compõem essa Comissão os Ministérios das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dos Transportes, das Minas e Energia, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Casa Civil da Presidência da República.
- Entidade Operacional Designada (EOD): entidades credenciadas pelo Conselho Executivo e designadas pela COP, que ratificarão ou não o credenciamento feito pelo Conselho. Cabe a essas entidades: 1) a validação de atividades de projetos de MDL, de acordo com as decisões do Acordo de Marraqueche, relativas à regulamentação do Protocolo de Kyoto; 2) a verificação e certificação de reduções de emissões de GEE e

remoções de CO₂; 3) a manutenção de lista pública de atividades de projetos de MDL; 4) o envio de relatório anual ao Conselho Executivo; 5) a disponibilização para o público de informações não-confidenciais sobre os projetos de MDL. Até janeiro de 2008, de acordo com informações das Nações Unidas, havia apenas 18 entidades devidamente credenciadas junto ao Conselho Executivo (UNFCCC, 2008).

Para que um projeto de MDL resulte em Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), suas atividades de projeto devem, necessariamente, passar pelas sete etapas do Ciclo do Projeto, quais sejam:

- 1) Elaboração de Documento de Concepção de Projeto (DCP), por parte dos participantes, usando metodologia de linha de base e plano de monitoramento aprovados. Esse documento deve conter, entre outras informações relevantes: a descrição da(s) atividade(s) de projeto, seus participantes, a metodologia da linha de base adotada, as metodologias para o cálculo da redução, o plano de monitoramento, a justificativa para a adicionalidade, o relatório de impactos ambientais, os comentários dos atores e informações quanto à utilização de fontes adicionais de financiamento;
- 2) Validação, etapa em que se verifica, através de uma avaliação independente realizada por uma Entidade Operacional Designada (EOD), se o projeto está em conformidade com a regulamentação do Protocolo de Kyoto;
- 3) Aprovação pela Autoridade Nacional Designada (AND). Um dos principais elementos dessa fase é a confirmação de que a atividade de projeto a ser desenvolvida contribui para o desenvolvimento sustentável do país.
- 4) Submissão ao Conselho Executivo para registro do projeto. Importante ressaltar que o registro é aceitação formal, pelo Conselho Executivo, de um projeto validado como atividade de projeto do MDL. A aprovação de projetos pela Autoridade Nacional Designada é necessária, mas não é suficiente para sua aprovação pelo Conselho Executivo.
- 5) Monitoramento. Trata do recolhimento e armazenamento de todos os dados necessários para calcular a redução das emissões de GEE, de acordo com a metodologia de linha de base estabelecida no DCP. Essa etapa é de responsabilidade dos participantes do projeto;
- 6) Verificação/certificação. É o processo de auditoria periódico e independente, para revisar os cálculos acerca da redução de GEE ou remoção de gás carbônico.

- 7) Emissão de unidades de redução, de acordo com cada projeto. Nessa etapa, o Conselho Executivo atesta sua certeza de que, cumpridas todas as etapas, as reduções de emissões de gases de efeito estufa decorrentes das atividades de projeto são reais, mensuráveis e de longo prazo e, portanto, podem dar origem a RCEs (MCT, 2008).

Nesta pesquisa, tem-se especial interesse pelas três primeiras etapas do Ciclo do Projeto. É no decorrer de seu desenvolvimento que serão observadas as estratégias político-institucionais utilizadas pela Plantar S.A., na tentativa de minimização dos conflitos socioambientais relacionados ao seu projeto de MDL, o Projeto Plantar.

2.3.2.1 As atividades ligadas a florestamento e reflorestamento

Nesta pesquisa, serão enfocados os projetos de MDL ligados a atividades de reflorestamento, mais conhecidos como “sumidouros de carbono”, tendo em vista a metodologia utilizada pelo Projeto Plantar. Essa metodologia, bastante criticada pelos atores sociais contrários ao projeto ora em estudo, traz consigo muitos questionamentos. Efetivamente, foram necessárias seis rodadas de negociações das Conferências das Partes (COP) das Nações Unidas para que fossem estabelecidos acordos mínimos entre todos os atores estratégicos para a governança ambiental global, no que se referem ao assunto mudanças climáticas.

Não obstante o Protocolo de Kyoto determinar, desde sua criação, a necessidade de atenção especial tanto às emissões de GEE, como também à remoção de CO₂ por “sumidouros”, foi somente durante a realização da COP 7, realizada em Marraqueche, que se estabeleceu a possibilidade de inclusão de projetos ligados a LULUCF (*Land Use, Land-Use Change and Forestry* / Uso do Solo, Mudança de Solo e Florestas), no âmbito do MDL. Das disposições elaboradas naquela oportunidade, a Decisão 17, é conhecida como Acordo de Marraqueche. Sua regulamentação, no entanto, só ocorreria na COP 9, através da Decisão 19 (UNFCCC, 2008).

As atividades de LULUCF envolvem, então, a remoção de gás carbônico, através de projetos de reflorestamento (alteração, induzida pelo homem, de terras não-florestadas em terras

florestadas realizadas por meio de plantio e sementeira, por exemplo) e florestamento (conversão, induzida pelo homem, de terra que não foi florestada por um período de, ao menos, 50 anos, em terra florestada por meio de plantio, sementeira e/ou a promoção de fontes naturais de sementes). Entretanto, há uma questão muito específica a ser considerada: ao mesmo tempo em que remove o CO₂ da atmosfera, essa atividade libera certa quantidade do mesmo gás, e emite, ainda, óxido nitroso e metano (ROCHA *et al.*, 2004).

Os projetos tratam da fixação de carbono, sob a forma de biomassa, em atividades de florestamento e reflorestamento. A captura do carbono ocorre pelo processo da fotossíntese, sendo que o carbono seqüestrado da atmosfera fica estocado na madeira enquanto a árvore está viva. No momento do corte, uma parte do carbono é liberada, sendo que, no entanto, ainda há grande acúmulo na biomassa da árvore.

Interessante notar que, em sua definição, foram estipulados dois tipos distintos de RCEs, de acordo com a não-permanência do carbono na espécie vegetal. Desta forma, há uma RCE temporária, cujo valor negocial se expira no final do período de compromisso subsequente ao período no qual foi criada, e outra de longo prazo, que se expira no final do período de creditação² da atividade de florestamento ou reflorestamento do projeto de MDL para a qual foi criada. Ambos os tipos de RCE podem ser utilizadas pelos países do Anexo I para o alcance de suas metas.

De acordo com a decisão 19, formulada naquele momento, a definição de reflorestamento permanece a adotada no Acordo de Marraqueche, qual seja

“Reflorestamento é a conversão, induzida diretamente pelo homem, de terra não-florestada em terra florestada por meio de plantio, sementeira e/ou a promoção induzida pelo homem de fontes naturais de sementes, em área que foi florestada mas convertida em terra não-florestada em 31 de dezembro de 1989 (-/CMP.1 - Uso da Terra, Mudança de Uso da Terra e Florestas)”. (ROCHA *et al.*, 2004).

Já Suerdieck (2002), destaca que, para serem elegíveis como projetos de MDL, as atividades florestais necessitam que:

² O período de creditação de um projeto de MDL ligado a atividades de Florestamento ou reflorestamento pode durar de 20 a 60 anos, conforme a espécie vegetal utilizada (ROCHA *et al.*, 2004). Segundo os autores, períodos mais longos de tempo privilegiam plantios de florestas naturais, tais como matas ciliares, florestas para preservação permanente e florestas para áreas de reserva legal.

- 1) o uso da terra tenha sido não-florestal, ou seja, dedicado à agropecuária e/ou alterada por ação humana até 31 de dezembro de 1989;
- 2) as atividades florestais tenham sido iniciadas após o primeiro dia de janeiro de 2000.

Para os cálculos de adicionalidade do projeto, é necessário um procedimento de estimativa e avaliação do acúmulo de biomassa em campo, bem como um sistema de monitoramento para coletar, analisar e inventariar as amostras visando a acompanhar a consistência das projeções em relação à formação de biomassa (SUERDIECK, 2002). De acordo com a autora, esse sistema de monitoramento possibilita não somente verificar a evolução na fixação de carbono durante o reflorestamento, como também identificar as perdas ou vazamentos de carbono (erros ou desvios das projeções de fixação de carbono).

Entre as justificativas para a complexidade envolvida nos projetos de LULUCF estão as questões de não permanência, adicionalidade, fugas, incertezas e impactos socioeconômicos e ambientais, inclusive os impactos na biodiversidade e nos ecossistemas naturais, associadas às atividades de projetos de florestamento e reflorestamento (UNFCCC, 2008). No entanto, de acordo com diversos ambientalistas, ONGs e movimentos sociais, uma das principais críticas existentes é a não inclusão, até esse momento, da proposta de Redução de Emissão de Desmatamento (RED) como atividade de projeto dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (CASTRILLÓN, 2007).

De acordo com Castrillón, a proposta para a RED surgiu em 2005, durante a COP 11, liderada por Papua Nova Guiné e Costa Rica. Já na ocasião, a idéia contou com apoio da coalizão de Nações com Florestas Tropicais. Em resumo, propõe-se a inclusão do desmatamento evitado no comércio global de créditos de carbono. Ressalta-se que, de acordo com os apoiadores da proposta, tem-se a consciência de que a inclusão da redução do desmatamento no mercado de carbono não deteria a mudança climática. No entanto, acredita-se que ela deve integrar uma estratégia múltipla, envolvendo a busca de energia limpa (CASTRILLÓN, 2007; CAMPAGNUCCI, 2007). Castrillón (2007) destaca que o Brasil, por sua vez, vem defendendo a criação de um fundo de contribuições voluntárias para compensar os esforços de países em desenvolvimento na redução de seus desmatamentos.

A proposta para a inclusão da Redução de Emissão de Desmatamento nos MDL é apoiada pela Declaração das Florestas, um movimento que defende que as populações tradicionais das

florestas, as comunidades e os governos necessitam de incentivos reais para manter e fazer crescer seu “capital florestal” (CAMPAGNUCCI, 2007). A autora afirma que, de acordo com a declaração, o desmatamento das florestas tropicais em todo o mundo representa entre 18% e 25% das emissões de carbono globais. Com essa afirmativa, reafirma-se a grande participação dos países em desenvolvimento para o problema do aquecimento global. Espera-se que nas próximas rodadas de negociação da Conferência das Partes haja avanços nesse sentido já que, na última COP-13, realizada em Bali, esse foi um dos pontos mais polêmicos e debatidos. Ao final do evento, decidiu-se pelo estabelecimento de diretrizes para que o mecanismo seja incluído no período após 2012, conhecido como Pós-Kyoto.

Outro ponto interessante a ser destacado em relação à questão é que dados do IPCC informam que o potencial de seqüestro de carbono das florestas do planeta é de cerca de 15% das emissões globais de GEE, considerando-se os combustíveis fósseis queimados até o ano de 2050. Para capturar cerca de 30 milhões de toneladas de carbono em um ano em plantios de novas árvores, seriam necessários 40 mil km² de área plantada. Mas, reduzindo o desmatamento em 20%, esses mesmos 30 milhões de toneladas deixariam de ser emitidos. Um projeto de plantação geralmente leva 20 anos para acumular alguns poucos milhões de toneladas de carbono – ou seja, seqüestrar o carbono -, mas centenas de milhões são liberadas em um único ano por desmatamento. Esses dados vêm corroborar os pedidos de diversos grupos ambientalistas para que o desmatamento evitado possa ser considerado no âmbito do mercado de carbono, recebendo, assim, os incentivos necessários para a conservação florestal.

2.3.2.2 A Utilização de Tecnologias mais Eficientes e a Caracterização de Desenvolvimento Sustentável no MDL

O estabelecimento dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo por parte do Protocolo de Kyoto teve como objetivo principal possibilitar a realização de atividades, em países em desenvolvimento, que viessem a contribuir para a minimização dos GEE na atmosfera, ao mesmo tempo em que garantissem o desenvolvimento desses países, de maneira sustentável (PROTOCOLO, 2007). Entre as diversas formas possíveis para a efetivação de um projeto de MDL encontra-se a realização de investimentos em tecnologias mais eco-eficientes. No

entanto, questiona-se se a tecnologia adotada visa, efetivamente, a uma produção mais limpa ou se representa somente a utilização da chamada tecnologia de fim-de-tubo.

O conceito de produção mais limpa (P+L) surgiu por ocasião da Rio 92, tendo como objetivo a minimização do desperdício de matérias-primas e energia nos processos produtivos. A prática da P+L relaciona-se a ajustes no processo produtivo, que permitam a redução da emissão ou geração de resíduos. Ou seja, ela tem por objetivo otimizar o uso de recursos e reduzir a geração de resíduos nos processos produtivos. Trabalha-se, nesse conceito, com o princípio da prevenção à poluição, em uma estratégia proativa (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Alguns conceitos costumam confundir-se com o da produção mais limpa, a exemplo da própria produção limpa, tecnologias limpas e mais limpas, ou até mesmo as tecnologias fim-de-tubo. Os princípios de produção limpa (*clean production*) foram propostos pelo *Greenpeace*, durante os anos 1980, e estipulavam que os processos realizados com essa abordagem deveriam utilizar somente matérias-primas renováveis, praticar a conservação dos recursos naturais, não utilizar ou produzir químicos perigosos, não havendo, ainda, geração de resíduos tóxicos. Nesse processo, que questiona até mesmo a necessidade do próprio produto ou serviço, buscam-se compreender a origem das matérias-primas, seu processamento, os desperdícios existentes ao longo da cadeia produtiva, quais os produtos fabricados com esses recursos, avaliando, até mesmo, a utilização desses produtos e seu destino após o final de sua vida útil. (Andrade *et al*, 2007).

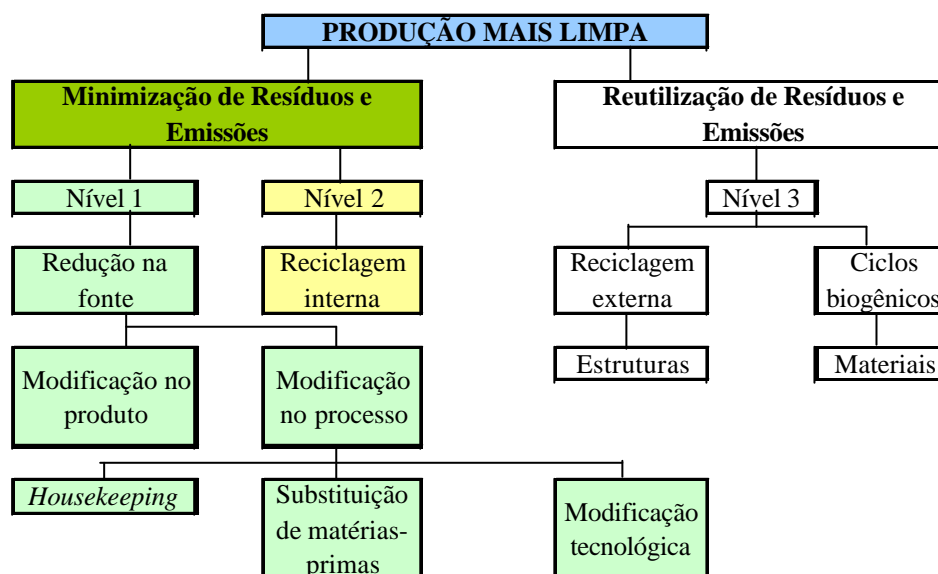
A produção limpa (PL) também pode ser entendida como o sistema de produção que busca condições ideais. Conforme alertam Nascimento, Lemos e Mello (2008), trata-se de uma meta a ser perseguida, porém de difícil atingimento, visto que sempre haverá algum tipo de impacto, de não aplicação dos princípios da precaução etc.

Já a tecnologia limpa corresponde à meta de uma tecnologia que não cause impacto ambiental, enquanto a tecnologia mais limpa visa ao menor impacto, comparando-se a outras técnicas. Por outro lado, as tecnologias de fim-de-tubo atuam após a geração dos resíduos sólidos, efluentes ou emissões atmosféricas e tem como foco o tratamento, controle e destinação adequada do resíduo visa, basicamente, à redução do dano ambiental (ANDRADE *et al*, 2007). Nesse caso, a tecnologia é utilizada para remediar os impactos ambientais

decorrentes dos processos produtivos.

Considerando-se que o Projeto Plantar engloba, conforme será visto no capítulo 4, alterações no processo produtivo visando à produção do “ferro primário mais limpo do planeta” (GRUPO PLANTAR, 2008), questiona-se qual o tipo de tecnologia ou produção adotada. De acordo com Nascimento, Lemos e Mello (2008), as ações de P+L priorizam a redução da produção de resíduos ainda na fonte - seja através da adoção de boas práticas operacionais, da substituição de matéria-prima ou da modificação da tecnologia -, e até mesmo a modificação do produto. Em caso de impossibilidade da eliminação dos resíduos, estes deverão ser, preferencialmente, reutilizados no mesmo processo, ou em outro processo da própria empresa. Apenas em último caso devem ser buscadas alternativas de reciclagem. Esses três níveis de tratamento dado aos resíduos produtivos podem ser verificados na figura abaixo.

Figura 1 - O que fazer com os resíduos



Fonte: CNTL (2000) apud ANDRADE *et al* (2007).

Citando Kiperstok (2002), Andrade *et al* (2007) afirmam que as medidas encontradas no nível 1 do quadro acima são as mais desejáveis do ponto de vista da produção mais limpa, pois enfocam a redução da geração de resíduos e, portanto, a redução da poluição. A idéia seria a busca da origem dos resíduos, de soluções para minimizá-los, chegando-se, enfim, à situação considerada ideal: a não existência de resíduos. Ressalta-se que, de acordo com Kiperstok

(2002, *apud* ANDRADE *et al*, 2007), não obstante a P+L procurar melhorias constantes, a fim de atingir o objetivo de resíduo zero, isso não é o suficiente para o alcance da sustentabilidade.

Verifica-se, então, a necessidade de avaliação dos projetos de MDL sob mais de uma perspectiva. Não basta a verificação do cumprimento da redução ou remoção de gases, seja através da adoção de tecnologias mais eficientes ou até mesmo mais limpas, da substituição de combustíveis ou outro tipo de atividade de projeto. É necessária a constatação de que o projeto está atendendo o “triple bottom-line” da sustentabilidade, quais sejam as dimensões econômica, social e ambiental, e ainda promovendo o desenvolvimento do país onde está sendo desenvolvido. No âmbito do MDL, cabe à Autoridade Nacional Designada (AND) de cada país realizar essa verificação, atestando, ou não, a contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, foram estipulados cinco critérios básicos a serem atendidos, objetivando a comprovação da efetiva contribuição da atividade de projeto para o desenvolvimento sustentável do país, quais sejam (CIMGC, 2003):

- a) Contribuição para a sustentabilidade ambiental local: procura avaliar a mitigação dos impactos ambientais locais (resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, dentre outros) propiciada pelo projeto em comparação com os estimados no “cenário de referência”, ou seja, na situação existente na ausência do projeto.
- b) Contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos: busca verificar o compromisso do projeto com responsabilidades sociais e trabalhistas, programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis. Verifica, também, as melhorias, em nível qualitativo e quantitativo, de empregos diretos e indiretos comparando-se com o cenário de referência.
- c) Contribuição para a distribuição de renda: Analisa os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda, observando os benefícios socioeconômicos propiciados pelo projeto.
- d) Contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico: Avalia o grau de inovação

tecnológica do projeto, tanto em relação ao cenário de referência quanto às tecnologias empregadas em atividades passíveis de comparação com as previstas no projeto. Verifica, também, a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada.

e) Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores: Essa medição pode ser realizada a partir da integração do projeto com outras atividades socioeconômicas na região de sua implantação.

Não obstante a adoção de tecnologia eco-eficiente e a contribuição para o desenvolvimento sustentável serem condições fundamentais para a aprovação de um projeto de MDL, vale ressaltar que esta pesquisa não pretende avaliar o Projeto Plantar à luz dessas dimensões. Entretanto, trata-se de elementos importantes para a compreensão das críticas dos atores sociais ao Projeto Plantar, como será visto no capítulo 4.

2.3.3 Os Projetos de MDL Brasileiros

Até novembro de 2006, o Brasil era o segundo colocado nas negociações mundiais relacionadas a projetos ligados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. No início de 2006, o Brasil chegou a assumir a liderança nesse mercado. No entanto, desde o princípio era sabido que tanto a China quanto a Índia poderiam levar vantagens, tendo em vista que grande parte de sua fonte de energia vem da queima de carvão, o que é altamente poluente, apresentando, assim, grande potencial de redução de emissão de gases. Essa tendência comprovou-se já no início de 2007, quando o Brasil caiu para a terceira colocação.

De acordo com dados das Nações Unidas, em janeiro de 2008, havia 908 projetos já aprovados pelo Conselho Executivo no mundo, e mais 49 aguardando avaliação e registros. Entre os projetos aprovados, 304 estão localizados na Índia (33,48% do total), 152 na China (16,54%) e 115 (12,67%) no Brasil. Até pouco tempo, o Brasil era considerado uma referência na América Latina. Observa-se, no entanto, um grande crescimento na participação do México, que já ocupa o quarto lugar mundial, com 100 projetos registrados (11,01% do total) (UNFCCC, 2008). Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, neste mesmo mês havia em todo o mundo 2942 projetos em alguma das sete etapas do Ciclo do

Projeto (MCT, 2008).

Interessante verificar como está a distribuição mundial de Reduções Certificadas. Nesse quesito, a Índia apresenta 30,8% das reduções mundiais; China, 29,91%; Brasil, 14,7%, e México, 2,41% (UNFCCC, 2008). Essa variação está relacionada tanto ao estágio do Ciclo de cada projeto, quanto ao tipo de gás envolvido, entre outros fatores.

Apesar de sua aparente vulnerabilidade frente à Índia, o Brasil continua apresentando vantagens diante de seus concorrentes, diante da possibilidade de realização de uma maior diversidade de projetos voltados para a redução da emissão de gases poluentes. De acordo com informações obtidas no site do Ministério de Ciências e Tecnologia, em janeiro de 2008, as atividades ligadas à redução de emissão ou ao seqüestro do gás carbônico estavam recebendo maior enfoque no país (67% dos projetos), seguida do metano (32%). Em relação ao setor industrial envolvido no projeto, 62% eram ligados à geração elétrica, 15% à atividade de suinocultura, 11% a aterros sanitários, e o restante relacionados à indústria manufatureira, a projetos de eficiência energética, ao manejo e tratamento dos resíduos, entre outros (MCT, 2008)

2.3.4 Os Impactos do MDL no Relacionamento da Empresa Proponente com Seus Públicos

Certamente, assuntos como o Protocolo de Kyoto e seus mecanismos de implementação não impactam apenas os países envolvidos em sua negociação. Muitos outros agentes sofrem os efeitos de sua aplicação. Questões econômicas, de tecnologia, de imagem, legislações, são alguns dos exemplos ligados a este acordo mundial. No caso do MDL, objeto deste estudo, inúmeras são as particularidades envolvidas, a exemplo da possibilidade de participação de países Anexo I e Não-Anexo I, de efetivação de parcerias entre organizações públicas e privadas e da obrigatoriedade do envolvimento dos atores impactados.

Em realidade, o que se percebe é que elementos distintos ligados a esse mecanismo motivam a participação de diferentes agentes em sua realização, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 2 - Agentes envolvidos e motivação para participar do MDL

Agente	Motivação
Países em desenvolvimento	Promover o desenvolvimento sustentável e contribuir para a mitigação da mudança do clima.
Parte Anexo I	Custo-efetividade no cumprimento das metas.
Organizações governamentais não	Promover o desenvolvimento sustentável e contribuir para a mitigação da mudança do clima.
Corporações	Reduzir emissões, oportunidades de investimentos, ganhos de competitividade, marketing institucional, responsabilidade social.
Empresas com foco específico	Oportunidade comercial, difusão de tecnologia.
Associações	Novas oportunidades para membros.
Corretores e intermediários	Oportunidade comercial.
Bancos de desenvolvimento	Promover o desenvolvimento sustentável e contribuir para a mitigação da mudança do clima; criar novos mercados.
Investidores institucionais	Diversificação da carteira de investimento e investimento socialmente responsável.

Fonte: Lopes (2002, p. 40)

Observe-m-se, especialmente, as motivações ligadas às corporações, já que neste estudo, trata-se dos mecanismos político-institucionais de relacionamento utilizados pela empresa proponente do projeto de MDL. Todos os elementos citados têm relação com o modelo de gestão socioambiental praticado pela organização.

O interesse das empresas em reduzir emissões pode estar ligado ao cumprimento de exigências ambientais, à consciência ambiental de seus dirigentes, a acordos firmados com governantes, à verificação da necessidade de ceder a pressões de seus públicos de interesse, e à possibilidade de obtenção de ganhos financeiros significativos, através da negociação dos chamados Créditos de Carbono. Além disso, a comprovação de diminuição das emissões trará diversos ganhos de imagem à organização. Imagem, credibilidade e legitimidade estão diretamente relacionadas com competitividade.

Independentemente da utilização do projeto de MDL como marketing institucional apresentando a empresa como ambientalmente correta, a própria validação do projeto trará ganhos competitivos significativos à sua proponente. A exemplo disso, empresas associadas à Bolsa do Clima de Chicago afirmam que a principal vantagem dessa busca “voluntária” pela redução de suas emissões é o aumento do valor de seus títulos em bolsas, já que passam a ter sua imagem associada a uma organização preocupada com as questões ambientais (SCHINDLER, 2006).

Essa opinião é corroborada por Neves (2000). O autor entende que pessoas e instituições obedecem à lei, procuram ser éticas, entre outras práticas politicamente corretas, a exemplo dos bons cuidados com o meio ambiente, por conta do receio com sua imagem. Seria esse o motivo que levaria a maior parte das organizações privadas a estabelecer estratégias de comunicação, visando à construção do que o autor chama de “imagem competitiva”. Para ele, a busca por essa imagem não se resume à boa percepção da organização frente ao público em geral. Ela deve ser utilizada para

conseguir a preferência de clientes e de consumidores, fazer crescer a renda e os lucros, alavancar negócios, atrair – e manter – bons profissionais no mercado de trabalho, despertar a confiança de investidores, abrir as portas dos poderosos, comprar boa vontade de formadores de opinião e de tomadas de decisão, aumentar o nível de tolerância da opinião pública (...) (NEVES, 2000, p. 23).

Para a construção de uma imagem empresarial competitiva e, dessa forma, obter credibilidade é necessário o desenvolvimento, o fortalecimento e a proteção a atributos positivos da imagem da empresa, ao mesmo tempo em que deve buscar-se neutralizar, o máximo possível, os atributos negativos. Para tanto, o estabelecimento de bons programas de comunicação não é suficiente. É preciso, em realidade, que a atuação da empresa seja condizente com essa boa imagem. Em outras palavras, a imagem da organização será reflexo de sua atuação concreta, isto é, da sua identidade

Para Neves (2000), são itens indispensáveis à boa imagem corporativa que a empresa tenha bons produtos e serviços, seja bem administrada, seja um bom lugar para trabalhar e que tenha valor agregado para a sociedade. Nesse último quesito o autor entende que é necessário à organização ir além dos interesses do próprio negócio. A empresa deve ser um “boa cidadã corporativa”, sendo exemplos dessa atuação o respeito ao meio ambiente, a contribuição para o desenvolvimento social e cultural, e a transparência, expressa em um bom relacionamento

com todos os públicos.

Some-se a isso a necessidade de observação dos dois requisitos básicos para a aprovação de um projeto de MDL, já citados, que têm estreita ligação com a gestão socioambiental das empresas, considerando-se o interesse de seus *stakeholders*: 1) o projeto deve colaborar para o atingimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável definidos pelo país no qual as atividades forem implementadas; 2) a empresa deve comprovar que a opinião de todos os atores (entendidos pelo Protocolo como o público, incluindo indivíduos, grupos e comunidades afetadas ou com possibilidade de serem afetadas pela atividade do projeto) impactados pelas atividades de projeto foi levada em conta.

Perceba-se que, necessariamente, esses atores sociais deverão ser consultados sobre as atividades do projeto, sob pena de não aprovação do mesmo. Além de essa comprovação ter de estar presente no Documento de Concepção do Projeto, no momento da verificação deste a Entidade Operacional Designada (EOD) deverá fazer inspeções de campo, momento em que, entre outras atividades, entrevistará os participantes do projeto e os atores locais. Somente de posse do relatório emitido por essa entidade é que o Conselho Executivo do MDL emite o Certificado de Emissão Reduzida.

2.3.5 As discussões sobre o Pós-Kyoto

Não obstante o período para cumprimento das metas assumidas perante o Protocolo de Kyoto tenha se iniciado em 2008, indo até 2012, as negociações pós-Kyoto já se encontram em andamento. Acredita-se que a maior parte dos países terá interesse em dar continuidade a um sistema global de minimização dos impactos humanos a atmosfera. Isso ocorre tanto por conta das pressões da sociedade civil mundial por uma redução das taxas de GEE, especialmente por conta dos relatórios do IPCC que prevêem grandes catástrofes em caso de continuidade das emissões nos níveis atuais, quanto porque há grandes interesses financeiros em jogo, haja vista o conteúdo do já citado Relatório Stern.

Para se ter uma idéia da movimentação financeira advinda das negociações do mercado de carbono, em 2004, antes da entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, o volume global de

carbono comercializado era inferior a US\$ 1 bilhão. Já em 2006, alcançaram-se cifras na ordem de US\$ 30 bilhões (BANCO MUNDIAL, *apud* MACAN-MARKAR, 2007).

Não obstante a perspectiva de continuidade do acordo, há diversos entendimentos sobre a não efetividade do Protocolo. Em um balanço sobre os resultados até então alcançados, Veiga (2007), afirma que poucos países, a exemplo da Alemanha e do Reino Unido, demonstram avanços no sentido de reduzir seus GEE. Para o autor, a efetividade de um compromisso para após 2008 está diretamente relacionada à adoção (e efetivo cumprimento) de metas pelos EUA, o maior emissor de gases do planeta. O autor destaca, ainda, a necessidade de atribuição de responsabilidades a alguns países emergentes, obrigando-os, por exemplo, a dar “um basta ao desmatamento de florestas tropicais” (VEIGA, 2007).

O autor conclui, baseado em relatório publicado em 2007 pelo InterAcademy Council, da Holanda, onde se constata a necessidade de acelerar as pesquisas científicas e tecnológicas cujo objetivo seja a descarbonização das matrizes energéticas, havendo, no entanto, algumas soluções paliativas a serem empregadas no decorrer dessas pesquisas, que tudo dependerá do preço da tonelada de carbono. Para ele, a racionalidade econômica dos atores do mercado, decidirá se haverá ou não investimentos na busca de efetivas soluções para as mudanças climáticas.

A previsão é de que as negociações para a definição dos termos de compromisso para o novo período seguirão até 2009. Ainda há “grande volume de divergências e interesses envolvidos” (INTERNATIONAL, 2007), especialmente se considerar-se que, além das metas pós 2012, devem-se discutir, ainda, as políticas públicas a serem adotadas para incentivar as ações de mitigação das mudanças climáticas.

Apesar das previsões de delonga nas negociações, em setembro de 2007 o Clube de Madri e a Organização das Nações Unidas (ONU) propuseram ao G8 e ao G20, durante reunião realizada em Berlim, na Alemanha, o rascunho de um plano para após o atual período de compromissos. Nele, prevê-se um custo mínimo de US\$ 10 bilhões anuais (FOLHA ONLINE, 2007). A União Européia também parece não querer aguardar. Já em outubro de 2007, antes da realização da COP-13, ministros de meio ambiente dos 27 países-membros fixaram sua opinião reiterando o compromisso assumido em março daquele ano de reduzir, de forma unilateral, suas emissões de CO₂ em cerca de 20%, até 2020. O pacto entre os

ministros envolve, também, a afirmação de que, até 2020, 20% da energia consumida na União Européia proceda de fontes renováveis, e que os biocombustíveis representem, já em 2008, 10% do volume total consumido (FOLHA ONLINE, 2007b).

A última Conferência das Partes, a COP-13, foi realizada em dezembro de 2007, em Bali, na Indonésia, reunindo mais de 10 mil participantes de cerca de 180 países. Uma das principais discussões ocorridas nesse fórum esteve relacionada a uma proposta do Banco Mundial: incorporar a preservação das florestas tropicais dos países em desenvolvimento no mercado de créditos de carbono (MACAN-MARKAR, 2007). Em realidade, essa iniciativa já havia sido proposta em 2006, pelo próprio Banco Mundial, através da criação de um fundo para reduzir as emissões de carbono mediante a proteção das florestas. Outra grande vitrine para o possível novo período de compromissos são os biocombustíveis, que despertam grande interesse por parte do governo e empresariado brasileiro, não obstante as inúmeras críticas existentes por parte dos movimentos sociais e ONGs ambientalistas.

Ao final da Conferência, foi elaborado o que se denominou de *Bali Roadmap*, mais conhecido no Brasil como o Mapa do Caminho de Bali, enumerando as principais ações necessárias, constatadas durante o evento, para um futuro climático seguro (UNFCCC, 2008). Como parte desse mapa, encontra-se o Plano de Ação de Bali, traçando o curso para as próximas negociações. Verifica-se que a própria Nações Unidas prevê o ano de 2009 como fechamento de um acordo sobre o que será o pós-Kyoto.

O texto contém alguns avanços em direção ao que deve vir a ser o acordo global para o pós-Kyoto. Entre eles, destaca-se: a menção a compromissos mensuráveis e verificáveis por parte dos países em desenvolvimento; a inclusão da redução do desmatamento como uma ferramenta de mitigação do aquecimento global; o compromisso das nações mais industrializadas em transferir tecnologias para ajudar os países em desenvolvimento na luta contra as mudanças climáticas (UNFCCC, 2008).

Em verdade, há diversas críticas sobre os poucos resultados obtidos após duas semanas de um encontro que ficou marcado pela “imensa pressão internacional que se exerceu sobre o governo dos EUA” (ANGELO, 2007). Após árduas negociações, o país teria concordado em estabelecer os compromissos acima especificados por conta da concordância dos países em desenvolvimento a também estabelecerem objetivos de redução em suas emissões. No

entanto, o mundo ainda terá que aguardar para saber quais serão os próximos desdobramentos da complexa tentativa de governança ambiental global sobre as mudanças climáticas.

2.4 REGULAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Existe uma forte tendência em se pensar o meio ambiente apenas sob a ótica biológica, considerando-se aspectos de flora e fauna. No entanto, é necessário pensar-se a natureza também como morada da espécie humana, o que “nos ajuda a entender o meio ambiente como um espaço comum, habitado por diferentes indivíduos, diferentes grupos sociais e diferentes culturas” (SCOTTO, 1997, pág. 1). Deve-se considerar, ainda, que todos compartilham o ar e as águas, esses elementos da natureza que pertencem a todos, sendo seu uso coletivo. Todos deveriam, então, usufruir com igualdade o uso dos recursos naturais. Entretanto, cada indivíduo ou grupo social utiliza esses recursos de acordo com seus interesses e necessidades, o que pode trazer conflitos. Desta forma, Scotto (1997) afirma que, “dentro do campo das lutas sociais, encontramos conflitos entre pessoas e grupos de interesses divergentes que disputam pelo acesso aos recursos naturais e pela gestão do meio ambiente” (pág. 1).

A autora assegura que as pessoas fazem parte do meio ambiente, sofrendo, também, os impactos das transformações ambientais. Pensar em soluções para os problemas e os conflitos ambientais é discutir o próprio modo de organização da sociedade. Isso porque, desde os primórdios das sociedades humanas, os grupos sociais organizam e estruturam sua sobrevivência tendo como base suas relações com a natureza. “O meio ambiente, portanto, é a base natural sobre a qual se estruturam as sociedades humanas para sobreviver” (SCOTTO, 1997, pág. 10). Como, ao longo do tempo, as sociedades passaram a organizar-se de formas diferentes, também passaram a existir modos diferenciados de relacionamento com o meio ambiente. O modo de apropriação, exploração, uso e regulação destes recursos, que estão na base do processo do “desenvolvimento”, são vistos como questão decisiva pelas populações que acreditam depender do meio ambiente para a preservação do seu presente e para a construção de seu futuro.

Considerando-se, então, a natureza como moradia da espécie humana, e os recursos naturais como bens comuns indispensáveis para sua sobrevivência, devem os seres humanos estar

incluídos no meio ambiente e também nas estratégias de preservação ambiental. Deve a ecologia estar associada às questões sociais e ao modo de vida das pessoas, visto que elas são atingidas pelas alterações produzidas pela forma de apropriação dos recursos naturais, diante da dinâmica própria das atividades econômicas. Vê-se que os interesses econômicos das atividades sobrepõem-se aos interesses das populações locais (SCOTTO, 1997). Conforme resume a autora,

a degradação do meio ambiente é o resultado de um tipo de modelo econômico no qual as políticas ambientais estão subordinadas a determinados interesses que na maior parte das vezes contrariam os interesses das populações efetivamente atingidas pelo problema ambiental (SCOTTO, 1997, pág. 19).

Scotto (1997) afirma que, muitas vezes, um único indivíduo ou empresa tem o poder de alterar as condições de uso de bens indispensáveis à sobrevivência das pessoas. Há sociedades inteiras dependendo, de maneiras diferenciadas do uso e apropriação dos recursos existentes na natureza. Há, conforme define Acsehrad (2004), uma relação íntima e indissociável entre sociedade e meio ambiente. Essa relação é defendida, segundo o autor, na perspectiva das ciências sociais críticas. Para os adeptos dessa corrente, “os objetos que constituem o “ambiente” não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia pois eles são culturais e históricos: os rios para as comunidades indígenas não apresentam o mesmo sentido que para as empresas geradoras de hidroeletricidade; (...)” (ACSELRAD, 2004, p. 7)

Dessa forma, nos afirma o autor, todos os objetos do ambiente, incluindo as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e também os usos e sentidos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se material e socialmente. Visto que em seu processo de reprodução, as sociedades se deparam com diferentes projetos de uso e significação de seus recursos ambientais, conclui-se que o uso deles está sujeito a conflitos entre distintos projetos, intenções e finalidades. O autor afirma que, vista dessa perspectiva, “a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, embora esse caráter nem sempre seja reconhecido no debate público.” (ACSELRAD, 2004, p. 8).

Conforme destacado por Le Prestre (2000, pág. 16), “(...) o meio ambiente é mais do que a natureza. É também uma apreensão do mundo, um produto cultural e um campo de ação econômica, política e social” (LE PRESTRE, 2000, págs. 16-17). O autor afirma que os problemas ambientais existem porque há impacto a certos grupos ou atores. Dessa forma, a definição dos problemas dependerá de fatores de caráter geográfico, demográfico, histórico,

cultural, religioso, científico, econômico ou político. Haveria, então, uma determinação no plano interno de cada sociedade, em função de seus valores e prioridades, dos custos econômicos e sociais das medidas de prevenção, contrapostos aos custos futuros de uma degradação ambiental. A mesma lógica poderia ser aplicada no plano internacional, onde as soluções pregadas por cada ator refletiriam uma tendência de universalização, seja de uma cultura política, de tradições administrativas ou de experiências nacionais.

Le Prestre (2000) entende que “problemas ambientais implicam conflitos simultaneamente inevitáveis e normais” (pág. 28). Isso ocorre porque as questões ambientais colocam em discussão as opções realizadas por sociedades anteriores ou até mesmo a noção de desenvolvimento. Para o autor, esses conflitos se apresentam de formas variadas, dizem respeito à identificação dos problemas e das soluções, bem como à forma de utilização dos recursos naturais, e podem criar disputas de jurisdição entre instituições administrativas e sociais. No âmbito de um mesmo país, Le Prestre (2000) vê a possibilidade de disputas entre unidades administrativas com interesses distintos, ou ainda entre agentes executivos das administrações e os agentes de projetos de ONGs, ou de projetos autônomos. Já no nível internacional, o autor destaca que estes conflitos manifestam-se entre as organizações internacionais (OIG), as ONGs, as empresas e os Estados, podendo ocorrer, também, entre todos esses atores. Verifica-se, assim, a necessidade de aprimoramento no sistema de governança ambiental vigente, no sentido de procurar harmonizar o interesse de todos os atores sociais envolvidos.

Tomando-se a atmosfera terrestre como exemplo, vê-se a complexidade da questão, a nível internacional. Trata-se de bem de uso coletivo para todos os habitantes do planeta, indivisível, cujo uso por um indivíduo ou grupo não impede sua utilização pelos demais. Há grande desproporcionalidade de participação dos países desenvolvidos em suas alterações; no entanto, também os países em desenvolvimento, e cada ser humano individualmente, têm sua parcela de contribuição nas modificações que vêm ocorrendo. Os impactos de todos esses atores sobre a atmosfera refletem na qualidade de vida de todos os habitantes do Planeta (seres humanos, fauna e flora), e ainda das gerações que estão por vir. Os custos embutidos nesses impactos serão, direta ou indiretamente, em maior ou menor grau, sentidos por todos.

Diante das implicações da problemática, estão sendo necessários anos de negociações, envolvendo os mais diversos atores sociais (governos, ONGs, OIG, empresas, movimentos

sociais, cientistas, indivíduos) buscando uma solução viável, um mínimo de consenso entre os inúmeros interesses envolvidos. Em uma situação como essa, reafirma-se a constatação de que os problemas ambientais, todos eles, são formas de conflito entre interesses privados e interesses coletivos (IBASE, 1995; SCOTTO, 1997). Dessa forma, conforme conclui Scotto (1997, pág. 21), “as lutas contra as agressões ao meio ambiente são lutas pela garantia do caráter coletivo do meio ambiente”. Some-se a isso o fato de que, embora a legislação garanta a todos o direito de acesso aos recursos naturais, na prática, esse acesso é diferenciado, de acordo com as esferas de poder vigentes.

Entende-se, então, que em torno de problemas socioambientais ocorrem confrontos entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum, sendo que cada um desses atores segue sua lógica própria (IBASE, 1995; ACSELRAD, 2004). Desse processo de confrontação de interesses surgem mecanismos buscando assegurar a regulação dos conflitos. Na opinião de Scotto & Limoncic (1997, *apud* ANDRADE *et al*, 2005), para que essa atividade de negociação seja desenvolvida é necessária alguma forma de entendimento, de acordo entre as partes, visando a atingir consensos básicos. Isso pode ser feito individualmente, devendo, no entanto, ser legitimado pela coletividade. Esse entendimento é buscado justamente através de negociações, de acordos.

Na opinião de Little (2001, *apud* TORRES *et al*, 2005), conflitos socioambientais podem ser definidos como disputas entre grupos sociais, advindas dos diferentes tipos de relação que esses mantêm com seu meio natural. Considerando-se que cada conflito possui seus ambientes naturais particulares, juntamente com seus atores sociais e relações próprias de cada conflito, esse autor propõe três procedimentos básicos, necessários à sua análise: a) identificação e análise dos principais atores envolvidos no conflito, tomando por base seus interesses econômicos e ambientais; b) identificação e análise dos principais agentes naturais envolvidos no conflito; e, c) análise sintética e global do conflito, incluindo a identificação de impactos ambientais. A análise dos conflitos ligados a um projeto de MDL, então, deve ter como perspectiva os diversos níveis desses conflitos (global, nacional, regional e local), e os diversos atores sociais estratégicos envolvidos.

Nesta dissertação, o enfoque de análise será dado ao nível local, visto buscarem-se as estratégias de regulação de conflitos socioambientais utilizadas pela empresa proponente do Projeto Plantar. Entretanto, como será visto no capítulo 4, não há como realizar uma

dissociação completa entre local e global no caso em questão. Tanto os conflitos ocorridos ganharam proporções que extrapolaram o nível local, como os mecanismos utilizados tiveram que ser ampliados a outros níveis.

2.4.1 Estratégias de Relacionamento Político-Institucional

Conforme destacado anteriormente, o mundo assistiu, nas últimas três décadas, a um grande avanço da participação de atores estratégicos do espaço político-institucional. Gradativamente, e cada vez mais, o respeito ao meio ambiente deixa de ser visto apenas como uma forma de atender a determinações legais e evitar multas e outras sanções tarifárias, impostas pelo espaço técnico-comercial, para ser encarado como um fator estratégico para a competitividade e legitimidade, tendo em vista as pressões e cobranças de ONGs, integrantes da sociedade civil, da mídia, dos próprios clientes, entre outros.

No entanto, segundo nos alertam Andrade e Dias (2003), a maioria dos estudos sobre as estratégias empresariais continua adotando uma abordagem tradicional para o estudo das táticas socioambientais corporativas. Ou seja, os estudos permanecem adotando a perspectiva chamada determinista-estruturalista, visualizando as normas impostas pelo espaço organizacional como determinantes das mudanças estruturais das empresas, desprezando-se a capacidade das corporações de influenciarem os seus *stakeholders*, “não levando em consideração, portanto, a possibilidade das empresas participarem e influenciarem o espaço político-institucional como atores desse processo” (ANDRADE; DIAS, 2003, pág. 44). Os autores nos ensinam que, para essa abordagem tradicional, as estratégias socioambientais utilizadas pelas empresas são formadas por meio de imposição do próprio espaço organizacional, e não como um processo de negociação entre as partes. Verifica-se, então, a insuficiência dessa abordagem para a compreensão das estratégias empresariais em questões ligadas ao meio ambiente nas quais, conforme visto anteriormente, há diversos interesses em jogo e as estratégias socioambientais são construídas através do processo de negociação entre empresas e seus *stakeholders*.

À medida que as noções sobre estratégias organizacionais evoluíram, alguns autores passam a questionar a limitação da visão até então dominante. Passa-se a enxergar a estratégia

organizacional imersa em um ambiente cada vez mais complexo e diverso, sendo a organização o resultado de um processo socialmente construído, através das inter-relações entre atores estratégicos. Nessas relações, os jogos de poder estariam sempre em evidência, influenciando o processo de formação estratégica (ANDRADE; DIAS, 2003, pág. 60). Nesse sentido, vê-se a evolução, também, das correntes neo-institucionalistas, visualizando o próprio ambiente organizacional como ator estratégico. A abordagem institucionalista tradicional vê duas faces da organização: uma econômica, cuja ênfase recai sobre as dimensões racionais da ação, e outra sociológica, que a define como um sistema de ação organizada. Já a neo-institucional acrescenta a essas duas faces uma terceira possibilidade: a da ação política da organização, enquanto ator social coletivo. Segundo esses autores, esse novo enfoque permite enxergar que as empresas

participam do jogo de poder que determinam os arranjos institucionais, mesclando conflito e cooperação e, conseqüentemente, da definição de quem se qualifica como participante legítimo das decisões estratégicas. Assim, a formação da estratégia organizacional é também moldada por poder e política, seja como um processo intra-organizacional ou como o comportamento e da própria organização em seu ambiente externo (ANDRADE; DIAS, 2003).

A abordagem neo-institucionalista permite, então, de acordo com esses autores, a compreensão da articulação entre atores sociais estratégicos e a estrutura da organização, verificando que a empresa atua, ao mesmo tempo, em dois espaços anteriormente citados: sob a lógica da eficiência, no espaço técnico-econômico do mercado, e sob a lógica da conformação às regras que lhe dão legitimidade perante a seus *stakeholders*, no espaço político-institucional. As relações entre os atores estratégicos envolvidos com a organização se dão, então, não somente como produto de regras e do próprio mercado, mas também pela ação coletiva, por mecanismos de coordenação, convenções e acordos.

Admitindo-se então, conforme nos ensina Gobbi e Brito (2005), que a gestão ambiental de uma empresa pode ser entendida como uma forma de mediação de conflitos socioambientais, por meio de processos de negociação, que têm ênfase no papel das diversas partes impactadas pelos empreendimentos, verifica-se a necessidade de uma atuação cada vez maior da empresa como ator sócio-político influente em seu meio. Para tanto, é necessário que ela busque o estabelecimento de estratégias de relacionamento com os demais atores do espaço político-institucional, possibilitando o alinhamento de interesses em meio a noções divergentes sobre as questões existentes. Esse alinhamento entre as empresas e seus mais *stakeholders*, no que

diz respeito às questões ambientais, deve levar em consideração a gestão do meio ambiente, entendida “como resultante da participação de atores sociais, da construção de sujeitos coletivos, da constante composição, oposição e negociação entre interesses individuais e coletivos em torno da apropriação dos recursos naturais” (ANDRADE *et al.*, 2005, p. 1).

Vê-se que, tanto em nível global, quanto em nível local, e mais precisamente, empresarial, as questões relacionadas aos conflitos socioambientais e suas formas de regulação dialogam, necessariamente, com a evolução do conceito de governança ambiental e do crescimento da influência e participação dos atores sociais estratégicos que, no caso das empresas, são os seus *stakeholders*. É explícita a necessidade de interação e diálogo entre todos os diversos atores sociais de alguma forma envolvidos em problemas ligados ao meio ambiente, em todos os níveis da situação-problema. Interessante observar que, conforme realizado pelo Ibase (1997), no Brasil, a origem dos conflitos socioambientais está intimamente ligada ao desenvolvimento da legislação ambiental. Isso porque essa legislação prevê um ritual de avaliação de impactos e de realização de audiências públicas, havendo a obrigatoriedade de participação dos diversos atores sociais. Dessa forma, “o meio ambiente se transforma num foro possível para negociações e discussão do desenvolvimento” (IBASE, 1997, pág. 45), envolvendo, cada vez mais, os atores do espaço político-institucional.

Consta-se que quando se traz ao centro das atenções o conflito ambiental em si, desloca-se a atenção do problema propriamente dito para os atores sociais e as relações que eles estabelecem entre si (IBASE, 1995). Nesse sentido, Acselrad (in IBASE, 1995), acredita que os fracassos ocorridos na luta ambiental estão relacionados a problemas na articulação entre os atores.

Nesse processo de conflito de interesses e busca de entendimentos, é fundamental que cada um dos atores envolvidos compreenda a lógica de ação utilizada pelo outro. Conforme ressaltam Dias e Souza (2002), a identificação do tipo de racionalidade ou ainda dos princípios de legitimidade dos diferentes atores envolvidos em um conflito é uma fase necessária à sua negociação e, conseqüentemente, à construção de regras e acordos. “O comportamento dos atores é então interpretado através destes princípios de legitimidade em torno dos quais os indivíduos sustentam seus argumentos e se fazem representar” (DIAS; SOUZA, 2002). Importante notar que, de acordo com essa visão, os interesses dos atores são, portanto, legítimos, já que representariam a sua própria percepção da realidade.

Para lidar, então, com os diferentes percepções existentes sobre a mesma realidade, é necessário que essas diferentes lógicas ou racionalidades em questão sejam “traduzidas”, de acordo com a possibilidade de cada caso, na linguagem umas das outras. Com isso, o princípio da tradução de Callon e Latour (1991), citados por Dias e Souza (2002) e também por Andrade (2005), seria o elemento que permitiria a decodificação das diferentes lógicas de ação dos atores estratégicos, possibilitando o surgimento de acordos. O princípio da tradução integra a chamada Sociologia da Tradução, sendo que os desdobramentos científicos resultantes dessa teoria podem ser encontrados na abordagem sociológica das Lógicas de Ação. Nela, o processo de formação de estratégias organizacionais, incluindo-se, obviamente, as estratégias ligadas às questões socioambientais das empresas, incorpora noções de poder, conflito, atores estratégicos, cooperação, regras, convenção, tradução e acordos.

Amblard *et al* (1996, *apud* ANDRADE, 2005), afirmam que, de acordo com a abordagem das lógicas de ação, a análise do comportamento do ator estratégico deve considerar o contexto da situação que o envolve. Tendo em vista haverem sempre contextos e interesses (individuais e/ou coletivos) por trás das interações entre atores estratégicos, durante a formação das estratégias de uma organização, realizada através de jogos entre os atores, estará sempre presente o binômio conflito-cooperação. Nesses jogos, os atores não escolhem a melhor estratégia, mas sim um acordo satisfatório, que atenda a seus interesses, podendo-se “considerar que os atores entram nos jogos de poder para, através do conflito, obter a cooperação” (ANDRADE, 2005, pág. 2).

Importante salientar que, considerando-se que os processos conflituosos impõem aos atores a busca de articulações e alianças pra sua regulação, essa cooperação é obtida através da fixação de acordos e articulação de compromissos. Esses acordos, segundo a abordagem sociológica das convenções, não precisam se ater aos limites legais ou contratuais. Os mecanismos de regulação podem constituir-se tanto de contratos escritos como permanecer na forma de acordos informais. Essas convenções seriam realizadas tendo como base, justamente, a compreensão das lógicas de ação dos outros atores envolvidos na questão (DIAS e SOUZA, 2002).

Para regular o conflito, os fundamentos do acordo não podem ser buscados nas formas ou objetos sociais relativos aos atores tomados isoladamente. Ao contrário, tais fundamentos devem ser tecidos a partir do encontro ou da zona de interseção observada entre as diferentes

racionalidades em jogo. Essa clarificação se torna possível quando as diferentes lógicas de ação ou racionalidades em jogo são “traduzidas”, na medida do possível, na linguagem umas das outras (ANDRADE, 2005, pág. 4).

Diante do exposto, faz-se necessário buscar compreender o papel desempenhado pela Plantar enquanto ator estratégico responsável pela legitimação do Projeto Plantar perante os públicos de interesse. Conforme será explicitado no capítulo de análise do Projeto, para obter sua aprovação, fez-se imprescindível a aproximação da empresa com diversos atores sociais também estratégicos do espaço político-institucional.

É justamente este o intuito desta pesquisa: compreender quais foram as estratégias de relacionamento político-institucionais utilizadas pela Plantar não apenas no intuito de legitimar-se perante seus *stakeholders*, mas mais especificamente no sentido de regular os conflitos socioambientais ocorridos durante o processo de elaboração, validação e aprovação de seu projeto de MDL. Para tanto, faz-se necessário verificar quais foram os acordos realizados, como as diferentes lógicas de ação em jogo foram traduzidas, a fim de buscar um consenso mínimo entre os atores, possibilitando, assim, o atingimento da cooperação necessária para a aprovação do Projeto Plantar.

2.4.1.1 O papel das relações públicas na regulação dos conflitos socioambientais

Quando se pensa na atuação estratégica das empresas no sentido de garantir sua legitimação perante os atores do espaço político-institucional, e na tradução das lógicas de ação envolvidas, visando, entre outros fatores, à regulação de seus conflitos socioambientais, não há como não se pensar no papel da comunicação. Diálogo, negociação, relacionamentos, acordos, todos esses termos estão intrinsecamente ligados à comunicação das organizações com os seus respectivos públicos ou *stakeholders*.

Em realidade, observa-se que durante as últimas décadas, ao mesmo tempo em que ocorreu a evolução dos conceitos de governança ambiental, de participação e influência dos *stakeholders* e até mesmo das estratégias corporativas para lidar com as mudanças mundiais, percebendo-se na empresa o papel fundamental de ator social do espaço político-institucional,

também ocorreram avanços significativos no âmbito das formas de comunicação das organizações. Já durante a década de 1970, destaca Kunsch (2007), iniciou-se a consolidação de estratégias de relacionamento que, no Brasil, passaram a ser chamadas com diversas terminologias: comunicação corporativa, organizacional ou empresarial; relações institucionais; assuntos corporativos; relações externas; entre outros. Na década anterior, a atividade de relações públicas, aqui entendida como a utilização de estratégias na busca de entendimento entre os públicos, era ainda muito incipiente no país. Poucas empresas, na maioria das vezes multinacionais, possuíam em seu quadro departamentos internos responsáveis por essa ação (KUNSCH, 1997). “*As multinacionais trouxeram consigo uma cultura de valorização da comunicação*” (KUNSCH, 1997, pág. 20).

De acordo com Mestiere (2004), o crescimento da atividade de relações públicas no Brasil desenvolveu-se tendo como base o jornalismo econômico. À época, notícias sobre empresas, o mercado financeiro e o de capitais passam a ocupar espaço privilegiado. Com isso, as atividades de relacionamento entre empresas e imprensa têm grande crescimento. É nesse período que nascem as assessorias de imprensa, empresas e profissionais exclusivamente dedicados ao relacionamento com o público “imprensa”. O autor explica que, durante o “milagre brasileiro”, vivenciado durante o período militar, as relações com os acionistas tornaram-se a nova demanda de mercado para as relações públicas. Ele considera que “o regime ditatorial, ao impedir a formação de líderes políticos, fez surgir as lideranças empresariais” (MESTIERI, 2004, p. 19), novos públicos a serem trabalhados pelas relações públicas.

No entendimento de Kunsch (1997), com a abertura dos mercados ocorrida no contexto da globalização, a sociedade passou a requerer uma comunicação muito mais estratégica. Passou-se a entender como importante a construção de uma boa imagem, um bom relacionamento com seus diversos públicos, destacando, nesse momento inicial, a imprensa e o governo. Durante a década de 1980, sobretudo a partir de 1985, com a reabertura política do Brasil, empresas e instituições começaram a visualizar que suas relações com a sociedade de forma geral devem se dar pelas vias democráticas. De acordo com a autora, o fim da Guerra Fria, em 1989, e o surgimento da globalização foram elementos que alteraram por completo o comportamento institucional, passando a comunicação a ser vista como área estratégica para ajudar as organizações a enxergar e detectar as oportunidades e as ameaças do macroambiente.

Nesse momento histórico, as organizações passam a compreender melhor a necessidade de transparência perante a sociedade. Percebem que os formatos tradicionais até então utilizados, baseados nos departamentos de relações públicas governamentais e de relações com a imprensa, assim como as ações comunicativas focadas no jornalismo empresarial, bem como na adoção exclusiva de produtos e instrumentos (jornais, revistas, boletins, vídeos institucionais etc.), eram insuficientes para atender às novas demandas sociais (KUNSCH, 2007).

“Na contemporaneidade, a comunicação organizacional tem ocupado um espaço relevante tanto no meio acadêmico como no mundo corporativo” (KUNSCH, 2007, pág. 1). A autora afirma que, não obstante a comunicação ser inerente à natureza das organizações em geral, tendo em vista serem elas formadas por pessoas que se comunicam entre si e que, por meio de processos comunicativos, viabilizam seu sistema funcional, nos últimos tempos ela passou a assumir importância estratégica, sendo por fim incorporada à gestão das empresas.

(...) a comunicação organizacional no sentido corporativo começou a ser encarada como algo fundamental e como uma área estratégica na contemporaneidade. As ações isoladas de comunicação de marketing são insuficientes para fazer frente aos novos mercados competitivos e para se relacionar com os *stakeholders* ou públicos estratégicos. Estes estão cada vez mais exigentes e cobram das organizações responsabilidade social, atitudes transparentes, comportamentos éticos, graças a uma sociedade mais consciente e uma opinião pública sempre mais vigilante (KUNSCH, 2007).

Na medida em que a comunicação organizacional começa a ser reconhecida e valorizada como estratégica para as organizações, percebe-se, também, uma tendência a um novo posicionamento dos profissionais por ela responsáveis dentro da estrutura organizacional. Em muitos casos, ela passa a se posicionar, inclusive, diretamente ligada à presidência da empresa ou organização. “Para nós, comunicadores, isto em absoluto não significa *status*, mas condição para que nos garanta uma visão ampla da empresa, que nos permite contar, no dia-a-dia, com o melhor raio X da organização” (ANTUNES, 2003). A comunicação, quando posicionada adequadamente na estrutura do sistema de gestão organizacional, permite auxiliar a obtenção das metas organizacionais. Obviamente, esse posicionamento, bem como a própria estrutura do departamento responsável, irá variar de acordo com: a) a natureza, importância e finalidade da organização, b) o tamanho, importância e tamanho dos públicos da organização, c) a situação administrativa da organização (estrutura interna formal e informal), e d) situação econômico-financeira da organização (ANDRADE, 2003).

Conforme destaca Kunsch (2007), há quatro realidades distintas da área de comunicação nas organizações brasileiras: 1) organizações que vêem a comunicação com um elevado valor estratégico; 2) a comunicação vista apenas na esfera técnico/tática, com a utilização de instrumentos mas sem uma perspectiva clara sobre diretrizes e estratégias; 3) organizações nas quais a comunicação é reativa e improvisada; e 4) as organizações nas quais a comunicação existe espontaneamente, sem nenhum tratamento especial, assumindo uma função mais administrativa e funcional (KUNSCH, 2007). De acordo com a autora, “muitas só descobrem a necessidade de investir nessa área em momentos de crise, usando estratégias de relações públicas e técnicas de gerenciamento da comunicação com os públicos e a opinião pública só para apagar incêndios” (KUNSCH, 2007, pág. 6).

Sempre que se pensa no processo comunicativo de uma organização, deve-se ter em conta a complexidade dos aspectos relacionais, os contextos e os condicionamentos internos e externos a ela. Por esse motivo, há necessidade de trabalhar a comunicação por meio de uma perspectiva muito mais interpretativa do que instrumental, a partir de uma visão de mundo (KUNSCH, 2007). A autora cita James Taylor (2005, pág. 215), quando este afirma que “a comunicação não é mais descrita como transmissão de mensagens ou conhecimento, mas como uma atividade prática que tem como resultado a formação de relacionamento”.

Nesse sentido, Kunsch (2007) entende que sempre, em primeiro lugar, quando se trata da comunicação organizacional, deve-se pensar na comunicação entre pessoas, já que os seres humanos não vivem sem se comunicar. Com isso, ao tratar de comunicação e organizações, deve-se sempre ter em mente o verdadeiro sentido da comunicação humana, qual seja a busca da compreensão e a colocação de idéias em comum. Nesse aspecto, entende-se que a comunicação organizacional tem grande contribuição a dar aos mecanismos de relacionamento político-institucional de regulação de conflitos socioambientais, diante da necessidade de, para se chegar a um acordo, ser necessário realizar a tradução das lógicas de ação envolvidas. Importante citar, nesse sentido, o entendimento de Kunsch (2007) para a necessidade de um maior valorização da comunicação interpessoal por parte das organizações.

Não obstante o crescimento, em termos de importância, da comunicação nas organizações, o conceito de comunicação organizacional ainda não se encontra consolidado. Nesta pesquisa, será adotado um entendimento amplo e estratégico, utilizado por Cees V. M. Van Riel, que

entende a comunicação organizacional como

um termo generalizado que engloba as relações públicas, assuntos públicos, relações com investidores, comunicação com o mercado de trabalho, propaganda institucional, comunicação com o ambiente e comunicação interna. Denota um grande grupo de atividades heterogêneas de comunicação, que só possuem algumas características e comum. A característica mais importante que todas essas atividades têm em comum é, sem dúvidas, que todas elas são primordialmente dirigidas aos chamados públicos-alvo (VAN RIEL, 1995, pág. 12).

Conforme visto anteriormente, a atenção aos interesses dos *stakeholders* é uma questão que vem se consolidando, de forma irreversível, nas estratégias socioambientais empresariais. Em realidade, em qualquer decisão empresarial é necessário que se indague qual a gama de públicos e quais os interesses e lógicas de ação envolvidos. Estes são, por muitas vezes, antagônicos. Governo, comunidade, ONGs, clientes, funcionários, acionistas, formadores de opinião em geral nem sempre possuem o mesmo pensamento sobre determinado objeto.

Por esse motivo, entende-se que quando uma empresa se propõe a elaborar um projeto de MDL, deve estar preparada para estabelecer, com todos os públicos envolvidos, estratégias de relacionamento que busquem a harmonização com seus públicos. Na opinião de Mestiere (2004), essa ação de relações públicas é a função que permite à alta administração da empresa analisar seu real posicionamento perante todas as áreas de opinião pública. Para o autor, as relações públicas, juntamente com finanças, produção, marketing e recursos humanos, são uma das cinco funções básicas da moderna administração.

Ainda de acordo com Mestiere (2004), a determinação do método de relacionamento a ser desenvolvido com cada um dos públicos de interesse de uma organização passa, necessariamente, pelo conhecimento prévio sobre qual é a opinião desses públicos sobre a organização ou ainda sobre a questão envolvida. É primordial que a organização conheça o conceito existente sobre ela e suas atividades. Somente dessa forma poder-se-á determinar quais estratégias de relacionamento deverão ser utilizadas para cada caso. O autor enfatiza que os principais problemas de relacionamento público de uma organização são oriundos da falta de transparência e de falhas na comunicação. Essa opinião é pactuada por Neves (2000), que afirma que não há, no mundo corporativo, uma abordagem sistêmica, processos ou o emprego adequado de técnicas para a construção ou consolidação de uma imagem positiva para a empresa. O que geralmente se verifica são atitudes defensivas, normalmente insuficientes.

Diante do exposto, e considerando-se que, no tocante à regulação de conflitos socioambientais entende-se a necessidade de aprimoramento do relacionamento entre a empresa e seus stakeholders, essa pesquisa dará mais enfoque às relações públicas do que à comunicação organizacional como um todo.

Ressalte-se que o termo Relações Públicas é anterior à terminologia Comunicação Corporativa, sendo utilizado no Brasil e no mundo desde a década de 1950. Durante o decorrer dos anos, seu significado foi alterado, modificado e ampliado, sendo muitas vezes deturpado a ponto de perder o sentido original. Teobaldo (1993) ressalta que o termo possui diferentes significados para diferentes pessoas, dependendo da situação em que é utilizado. Assume-se, nesta pesquisa, a corrente teórica que considera relações públicas como a função responsável pelo assessoramento de diversas áreas da organização para as estratégias e ações de relacionamento (CONFERP, 2007), ou ainda “a arte de harmonizar expectativas entre uma organização e seus diversos públicos” (MESTIERE, 2004, p. 15).

De modo geral, Mestiere (2004) destaca que essa corrente de pensamento considera relações públicas como a função administrativa que, por um lado, facilita a comunicação e a interpretação da empresa junto aos seus públicos e, por outro, a comunicação das idéias e opiniões desses públicos junto à empresa. Do exercício dessa atividade obtém-se um programa de ações ou estratégias capazes de conquistar a compreensão, a aceitação e o apoio públicos. Em outras palavras, essa corrente teórica entende o termo como o esforço para estabelecer e manter mútua compreensão entre uma organização e seus públicos.

Há autores, a exemplo de Kunsch (2003) que entendem as relações públicas como o instrumento da comunicação institucional. Esta seria a “responsável direta, por meio da gestão estratégica das relações públicas, pela construção e formatação de uma imagem e identidade corporativas fortes e positivas de uma organização” (KUNSCH, 2003, pág. 164). A comunicação institucional, por meio das relações públicas, teria então como proposta básica a influência político-social de uma organização.

De acordo com a autora, “não há dúvidas de que cabe às relações públicas administrar estrategicamente a comunicação das organizações com seus públicos, atuando não de forma isolada, mas em perfeita sinergia com todas as modalidades comunicacionais” (KUNSCH, 2003, pág. 166). Elas seriam responsáveis pela construção da credibilidade e pela fixação de

um posicionamento institucional coerente e duradouro das organizações (KUNSCH, 2003), temas que estão intrinsecamente relacionados com sua legitimidade perante a sociedade.

Uma visão extremamente relevante da atividade de relações públicas para esta pesquisa é a expressa por Simões (1995), que afirma serem as relações públicas a gestão da função organizacional política, tendo como objetivo prático a busca da cooperação no sistema organização-públicos; elas seriam uma função política das organizações. A interação entre organizações públicas, privadas ou de terceiro setor e seus públicos é, em realidade, um sistema social, inserido em processos de sociedades diferentes, ou seja, em uma cidade, estado, país e até mesmo o mundo. Para o autor, esse sistema social, “com sua estrutura e seu processo, contém, em sua dinâmica, as causas e efeitos, no espaço e tempo, do entrelaçamento de todas as variáveis de todos os tipos de relações (cultural, econômica, política, ideológica, jurídica, estatal) entre os dois componentes” (SIMÕES, 1995, p. 45), ou seja, entre a organização e seus públicos.

Simões (1995) ainda esclarece o porquê de considerarem-se as relações públicas uma função política citando diversos autores, entre eles Bobbio (1986), que entende a política como uma forma de atividade humana estreitamente ligada a questões de poder, sendo que este seria percebido como o tipo de relação entre sujeitos. Tem-se ainda que:

Toda organização, seja ela qual for, além dos seus objetivos específicos (econômicos, culturais, religiosos, políticos) é um subsistema social no interior da sociedade global. Enquanto subsistema social possui, em seu interior, relações sociais estáveis (interação entre indivíduos e grupos e também um tipo particular de relação social que se denomina relação política. As relações políticas, portanto, não são de outra natureza que a das relações sociais. Nessa perspectiva, as relações políticas não designam um novo tipo de relação, mas aspectos específicos das relações sociais. Existem relações e sistemas políticos na medida em que existem: 1) luta pelo poder; 2) tomada de decisão e 3) processo de escolha (TRINDADE, 1974, *apud* SIMÕES, 1995, p. 37).

Certamente, processos que envolvam conflitos de interesse, entre eles conflitos socioambientais, envolverão questões de luta de poder, e exigirão das organizações e de seus públicos um processo de escolha, de busca de consensos, que levará a uma tomada de decisão. Para que isso ocorra, será necessário o estabelecimento de entendimentos, de negociações, entre as organizações e seus públicos diretamente envolvidos com a questão.

Buscando um entendimento global sobre as relações públicas, observe-se o quadro abaixo, um

retrato da teoria utilizada por Simões (1995).

Tabela 3 - Estrutura básica da teoria sobre Relações Públicas

Definição conceitual: (O que são Relações Públicas?)	Como ciência, Relações Públicas abarca o conhecimento científico que explica, prevê e controla o exercício de poder no sistema organização-públicos. Como atividade, Relações Públicas é o exercício da administração da função (subsistema) política organizacional, enfocado através do processo de comunicação da organização com seus públicos.
Definição operacional: (Como se exerce esta atividade?)	a) analisando tendências; b) prevenindo conseqüências; c) assessorando o poder de decisão; d) implementando programas planejados de comunicação.
Objetivos da ciência e da atividade: (Cientificamente, quais são seus objetos de estudo e manejo)	Material: A organização e os públicos. Formal: O conflito no sistema organização-públicos, ou dialeticamente, a compreensão mútua.
Causa da existência da atividade: (Por que esta atividade foi identificada e considerada útil pela sociedade?)	O conflito é iminente no sistema social organização-públicos.
Níveis do problema no sistema organização-públicos: (Qual é a "sintomatologia"?)	Um processo que vai desde a integração dos interesses até a convulsão social.
O aspecto político: (Por que política e não comunicação?)	A relação é política. O instrumento é a comunicação. Dois lados da mesma moeda.
A matéria-prima: (Qual o elemento que gera, evita e resolve conflitos?)	A informação.

<p>Os instrumentos:</p> <p>(Como se busca e envia informação?)</p>	<p>Antes de tudo, através de políticas e normas administrativas justas e produto e serviço com qualidade. Depois, através de todo e qualquer meio, existente ou a ser criado que leve mensagens da organização aos públicos e vice-versa.</p>
<p>Objetivo:</p> <p>(A que visam à função e a atividade?)</p>	<p>Legitimar as decisões organizacionais.</p>
<p>A finalidade:</p> <p>(Para que legitimar?)</p>	<p>Facilitar as transações com os diversos públicos, além dos clientes, e mantê-los fiéis e multiplicadores.</p>
<p>A ética:</p> <p>(É ética a atividade de Relações Públicas?)</p>	<p>A atividade de Relações Públicas em si é ética, pois útil para a sociedade. Os problemas éticos são gerados pelos profissionais como em qualquer outra atividade. Todavia, a essência da ética é intrínseca ao processo de legitimação.</p>

Fonte: Simões (1995, p. 42)

Importante esclarecer que o exercício das Relações Públicas em uma empresa, ou seja, o desenvolvimento de atividades voltadas a obter o entendimento entre a organização e seus públicos, garantindo um bom relacionamento institucional, não deve ser estar, isoladamente, a cargo de profissionais da área de comunicação. Trata-se de uma atividade que envolve múltiplos conhecimentos não apenas sobre a organização e a atividade que ela exerce. Normalmente, as questões políticas enfrentadas por uma organização são muito mais amplas, exigindo um conjunto de especialistas (especialistas em relações com o governo, com a imprensa, com os acionistas, redatores, sociólogos etc.) trabalhando com um só objetivo (MESTIERI, 2004; NEVES, 2000).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme informado anteriormente, a presente pesquisa nasceu da verificação de que os projetos de MDL contêm, em sua concepção, mecanismos de governança que tornam obrigatório o envolvimento das empresas proponentes e seus *stakeholders*. Começou-se a indagar como se processam as relações entre esses atores sociais, portadores de interesses e olhares tão diferenciados sobre o meio ambiente. Sabia-se que, necessariamente, eles estariam envolvidos em uma questão conflituosa e que teriam que fazer opções, utilizar-se de estratégias para a regulação desses conflitos. Diante dessas constatações, concluiu-se pela necessidade de realizar uma investigação sobre as formas de regulação de conflitos socioambientais relacionados aos projetos de MDL.

Optou-se, então, pela realização de um trabalho de cunho exploratório, visando à análise das estratégias político-institucionais utilizadas por uma empresa durante o processo de legitimação de seu projeto de MDL junto às partes interessadas. Era necessária a realização de uma verificação empírica. Optou-se, então pela realização de um estudo de caso. Conforme nos ensinam Quivy e Campenhoudt (1998), esse procedimento metodológico possibilita, baseado em uma pesquisa de campo minuciosa, um olhar mais aprofundado sobre o objeto em questão.

O Projeto Plantar, fruto de uma parceria entre a Plantar S.A. e o Banco Mundial, oficializada em 2002, apresentou-se como um rico caso de investigação, diante de seu pioneirismo, da utilização da controversa metodologia de “sumidouros de carbono” através de plantios florestais de eucalipto, e efetiva constatação da existência de conflitos socioambientais a ele ligados. Tendo em vista o interesse da pesquisa em avaliar as estratégias de relacionamento político-institucional utilizadas pelo Projeto para legitimar-se perante seus públicos de interesse, estabeleceu-se como período da investigação o tempo decorrido para as etapas de elaboração, validação e aprovação do Projeto Plantar.

Desde já se deve observar que, na prática, o Projeto passou por dois momentos distintos desse

ciclo: 1) O primeiro, no ano de 2002, quando teve que obter a aprovação final dos próprios investidores do PCF, ligado ao Banco Mundial. Nesse momento, discutia-se o Projeto em sua concepção global, envolvendo todas as atividades a que se propunha realizar, que serão explicitadas no próximo capítulo. A essa época, iniciaram-se as principais manifestações contrárias vindas dos *stakeholders*. 2) Já em 2007, visando obter a aprovação oficial de seu Projeto, agora perante autoridade brasileira (AND) dentro do mecanismo de MDL, a empresa necessitou ouvir novamente a opinião das partes interessadas. No entanto, nessa oportunidade, estava-se discutindo somente a etapa do projeto ligada à Mitigação de Metano, como será explicado a seguir, não havendo manifestações contrárias.

Com isso, não obstante o corte temporal dessa pesquisa referir-se ao ciclo que envolve elaboração, validação e aprovação de um projeto de MDL, por conta das peculiaridades do Projeto Plantar, esse período não se encerra em 2002. Ele se estende até os dias de hoje, visto que ainda há duas etapas do mesmo a serem apresentadas à AND e ao Conselho Executivo de MDL. Ou seja, o Projeto ainda está sendo elaborado, para ser novamente validado e aprovado, só que agora em relação a outras atividades.

Primeiramente, a pesquisa valeu-se de levantamento bibliográfico sobre os principais temas abordados, sendo eles: a Governança Ambiental Global, observando-se sua evolução e as distintas formas de participação dos atores sociais estratégicos; o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), instrumento de flexibilização criado pelo Protocolo de Kyoto; e as estratégias de Regulação dos Conflitos Socioambientais, dando-se ênfase às relações públicas, um dos métodos utilizados na comunicação organizacional. Posteriormente, com base nos conceitos teóricos estudados, foi formulado um modelo de análise (abaixo) que permitisse, de maneira o mais objetiva possível, auferir os elementos indispensáveis à investigação pretendida. Com isso, delimitou-se que, em relação ao conceito Conflitos Socioambientais, seriam analisadas as dimensões interesses envolvidos e atores estratégicos. Já em relação aos Relacionamentos Político-Institucionais, seriam observadas as dimensões política e comunicacional, dando-se ênfase à segunda.

Tabela 4. Modelo de Análise Utilizado

CONCEITO	DIMENSÕES	INDICADORES
Conflitos Socioambientais	Interesses envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> - Argumentos/discursos favoráveis e contrários ao Projeto - Caracterização das situações-problema enfrentadas
	Atores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> - Papéis dos principais atores estratégicos - Lógicas de ação envolvidas
Relacionamentos Político-Institucionais	Política	<ul style="list-style-type: none"> - Parcerias já existentes e posteriormente realizadas - Participação em grupos setoriais
	Comunicativa	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia comunicacional utilizada - Públicos de efetivo relacionamento - Manifestações de apoio recebidas - Técnicas e instrumentos de comunicação empregados - Ações de responsabilidade socioambiental adotadas

Fonte: Elaboração própria

Visando à obtenção de informações que dessem conta da verificação de cada um dos indicadores estabelecidos, foram analisados diversos documentos institucionais da empresa proponente, a exemplo da folderes, *website*, planos internos, bem como registros relativos: ao próprio Projeto Plantar, à certificação FSC, às críticas dos atores sociais contrários ao Projeto, aos argumentos contrários à eucaliptocultura. Destacam-se, entre os documentos pesquisados, os seguintes:

- 1) Documento inicial de concepção do Projeto Plantar, aprovado pelo Banco Mundial em 2002.
- 2) Pré-contrato de parceria realizado entre a Plantar S.A. e Banco Mundial, cujo termo final foi assinado em 2002.
- 3) Sete cartas-manifesto enviadas pelos atores sociais contrários ao Projeto Plantar, elaboradas durante março de 2003 e junho de 2004.
- 4) Boletins informativos da *World Rainforest Movement* (WRM), de números 65, 70, 74, 76 e 77, publicados entre dezembro de 2002 e dezembro de 2003.
- 5) Revisão número 3 do Relatório de Validação do Projeto de Mitigação das Emissões de Metano na produção de carvão vegetal da Plantar, realizada em 2007, pela Entidade Operacional Designada DNV (*Det Norske Veritas*).
- 6) Manifestações favoráveis à Plantar, coletadas para compor as primeiras propostas do Projeto ao Banco Mundial, em 2000 e 2001, e as obtidas para subsidiar o processo de validação do projeto de Metano junto à Autoridade Nacional Designada, em 2006.
- 7) Relatório da WRM sobre as certificações FSC da Plantar S.A. e da V&M Florestal.
- 8) Relatório de Re-certificação FSC do Plano de Manejo da Plantar, de 2006.
- 9) Plano de Gestão Social da Plantar, elaborado em 2004 e revisado em 2006.

Em seguida foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com alguns dos membros-chave tanto da Plantar como do Movimento contrário a seu projeto de MDL, bem como entrevistas estruturadas via e-mail com funcionário da empresa e com outros integrantes do Movimento, com quem não foi possível contato pessoal. O intuito dessas entrevistas foi de obter, em seus discursos, subsídios à análise que se propõe. Verifica-se, abaixo, a relação dos entrevistados.

Tabela 5. Relação de Entrevistados

Identificação do(a) Entrevistado(a)	Tipo de Entrevista	Breve Caracterização do(a) Entrevistado(a)
Analista Ambiental	Pessoal	Responsável pelas atividades de licenciamento e certificação da empresa. Um dos representantes da Plantar no processo de articulação com outras empresas certificadas FSC.
Analista de Projetos (de Carbono) n. 1	Pessoal	Acompanhou, em decorrência de sua ex-função de secretaria do diretor da Plantar, todo o processo das primeiras negociações com o Banco Mundial.
Analista de Projetos (de Carbono) n. 2	Pessoal	Formado em Relações Internacionais. Ambientalista. Vasta experiência de trabalho junto ao terceiro setor.
Coordenador Socioambiental	E-mail	Contratado após o período mais agudo das críticas do Movimento, visando a atender a condicionantes da certificação FSC.
Equipe de Comunicação	Pessoal	Formada por uma jornalista, recém-contratada, e por uma assistente social, que foi uma das responsáveis pelo início da implementação do Plano de Gestão Social da Plantar.
Gerente de Projetos (de Carbono)	Pessoal	Logo após as primeiras críticas do Movimento, foi descolado de suas funções para cuidar especificamente das relações sociais da Plantar com seus <i>stakeholders</i> locais.
Gerente de Relações Institucionais	Pessoal	Responsável pelo relacionamento da empresa com prefeituras e outros órgãos governamentais, com entidades setoriais ligadas à silvicultura e à carbonização, e com outras empresas do setor.

Integrante do Movimento n. 1	Pessoal	Integrante da Rede Alerta contra o Deserto Verde. Considerada a principal articuladora para a inserção da Rede no Estado de Minas Gerais. Uma das relatoras da análise da WRM sobre as certificações da Plantar e da V&M Florestal. Representou o Movimento em evento realizado no Canadá, participando de debate específico sobre o Projeto Plantar.
Integrante do Movimento n. 2	Telefone	Ex-presidente de ONG ambientalista local. Principal realizadora de vídeo-documentário produzido sobre o Projeto Plantar para ser enviado a investidores do PCF do Banco Mundial.
Integrante do Movimento n. 3	E-mail	Integrante da FASE-ES, organização não governamental considerada a principal articuladora brasileira das ações da Rede Alerta.
Integrantes do Movimento de números 4 a 9	E-mail	Responderam a mini-questionário enviado a todos os 141 e-mails obtidos nas assinaturas das cartas manifesto. Entre eles há: mestre em geologia com estudos publicados sobre os impactos negativos do eucalipto no Espírito Santo; deputado estadual; ambientalista; relator de Relatório dos Direitos Humanos elaborado pela FASE-ES sobre áreas impactadas pelo eucalipto em Minas Gerais.
Superintendente Executiva de ONG favorável à Plantar	Pessoal	Fundadora e dirigente da AMDA, ONG ambientalista que defendeu o Projeto Plantar em diversos momentos.

Fonte: Elaboração própria

Além dos procedimentos metodológicos acima citados, foi utilizada a técnica de observação não participante. Com base em todos os elementos disponíveis, foi realizada triangulação de dados, para melhor aferir os resultados encontrados.

4 UMA ANÁLISE DA REGULAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS LIGADOS AO PROJETO PLANTAR

O Projeto Plantar foi desenvolvido pela Plantar Siderúrgica S.A, em parceria com um dos institutos do Banco Mundial. A empresa é parte integrante do Grupo Plantar, criado em 1967, como empresa de engenharia florestal. Trata-se de uma organização familiar, ligada à família Moura. Sediado em Belo Horizonte, capital do estado mineiro, atualmente o Grupo subdivide-se em quatro empresas distintas: Plantar S.A. Reflorestamentos, Plantar Siderúrgica S.A, Plantar Energética Ltda e Plantar Empreendimentos Ltda. Esta pesquisa está focada nas atividades das duas primeiras empresas, tendo em vista suas interfaces com o projeto de MDL ora em análise.

A Plantar S.A. Reflorestamentos foi fundada em 1967, atuando em todas as práticas de silvicultura: cultivo de mudas, plantio, manutenção de árvores e formação completa de florestas de eucalipto ou de pinus. Importante notar que a empresa foi criada um ano após o lançamento do Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento (PIFFR), considerado um dos principais instrumentos responsáveis pelo desenvolvimento do complexo agroindustrial de celulose no país. Segundo Koopmans (1999), o crescimento real das plantações de eucalipto no Brasil teve início em meados da década de 1960, com a promulgação do novo Código Florestal Brasileiro. Além da edição de leis que viabilizaram o novo código, houve a elaboração de inúmeras portarias, por parte do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que facilitaram o desenvolvimento do cultivo e garantiram o reconhecimento da atividade de reflorestamento como uma atividade agrícola (KOOPMANS, 1999).

Atualmente, a clientela da Plantar é formada pelas principais indústrias nacionais de celulose, painéis de madeira, indústrias siderúrgicas e de lápis. Possui atividades na Bahia, Espírito Santo, Goiás e Minas Gerais, apresentando-se como vanguardista no setor florestal. Desde 1987, desenvolve a clonagem de eucaliptos para obtenção de uniformidade das árvores e substancial aumento na produtividade das florestas. Também mantém produção de mudas por

meio de sementes, o que possibilita a continuidade do melhoramento genético das espécies e a presença da organização no mercado de mudas. Atualmente, possui três viveiros próprios localizados em Curvelo (MG), Teixeira de Freitas (BA) e Itumbiara (GO) (GRUPO PLANTAR, 2008).

Suas florestas próprias, localizadas nos municípios de Curvelo, Felixlândia, Morada Nova de Minas e Itacambira, todos no Estado de Minas Gerais, visam a garantir suprimento de matéria-prima para a área de siderurgia. Vale ressaltar que, de acordo com o Relatório de Recertificação FSC da Plantar, a empresa teria mais de 16 propriedades rurais, com uma área total de mais de 180.000 hectares. No entanto, a própria certificadora explica que a maior parte dessas áreas estava, em 2003 (ano em que se iniciou a redação do relatório) em fase final de produção. Desta forma, para fins de somatório de áreas de produção, consideram-se apenas quatro propriedades, localizadas nos municípios acima citados, com uma área total de 65.802,05 hectares (SCS, 2006).

Considera-se, então, que a Plantar possui 49% de suas áreas certificadas pelo FSC (*Forest Stewardship Council* / Conselho de Manejo Florestal), esquema de manejo florestal reconhecido e respeitado mundialmente, pretensamente um atestado da sustentabilidade das plantações. Essas áreas totalizam 32.232 hectares, sendo composta de 23.118 hectares de plantações de eucalipto e 7.533 hectares de áreas de conservação de vegetações nativas. A propriedade localizada no município de Itacambira ainda não foi objeto da certificação de bom manejo florestal.

Fundada em 1985, a Plantar Siderúrgica S.A. Minas Gerais está localizada no maior pólo guseiro do Brasil, no município de Sete Lagoas (MG), região próxima tanto às jazidas de minério do Quadrilátero Ferrífero como aos maciços florestais de eucalipto. Sua produção é focada no ferro gusa, atuando nos mercados nacional e internacional. A empresa declara-se uma referência nacional em modelo de siderurgia a carvão vegetal, o que seria baseado em modernos conceitos de proteção ao meio ambiente, sobretudo no que tange à preservação do solo e da água e no combate à poluição do ar. Um dos principais balizadores de seus cuidados ambientais seria justamente a certificação de suas plantações de acordo com os critérios do FSC.

Atualmente, a Plantar Siderúrgica utiliza apenas energia renovável na produção de ferro gusa,

tendo apenas o carvão vegetal à base de eucalipto como matéria-prima termorreductora. A empresa afirma que a utilização de biomassa renovável evita o uso de combustível fóssil e, conseqüentemente, a emissão de gases causadores do efeito estufa e da chuva ácida. Além da liberação de oxigênio pelas florestas de eucalipto, durante o ciclo completo de produção sustentada, uma quantidade considerável de carbono é removida da atmosfera, e parte dela é fixada no ferro gusa produzido (GRUPO PLANTAR, 2008).

4.1 O PROJETO PLANTAR

Enquanto o mundo assistia ao nascimento do Protocolo de Kyoto, em 1997, a Plantar iniciava a vislumbrar uma oportunidade de negócio. Iniciou-se, assim, uma fase de pesquisas sobre as possibilidades reais de utilização dos benefícios ligados ao MDL, em especial o financiamento estrangeiro para o desenvolvimento de novas tecnologias, para a viabilização da produção de ferro gusa tendo o carvão vegetal à base de eucalipto como matéria-prima termorreductora (ANALISTA DE PROJETO N. 1, 2007, informação verbal).

A entrevistada afirma que o pioneirismo do Projeto Plantar deve-se, em grande parte, à visão de futuro do proprietário do Grupo Plantar. Com o fim dos incentivos estaduais para o plantio de eucaliptos, ocorrido em meados da década de 1990, a utilização de carvão renovável como matéria-prima para a indústria siderúrgica havia se tornado insustentável. A empresa teria chegado a ficar três anos sem plantar (ANALISTA DE PROJETOS N. 1, 2007, informação verbal). Note-se que os incentivos fiscais do governo brasileiro, materializados através de duas edições do Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento (PIFFR), haviam se encerrado em 1988 (ANDRADE e DIAS, 2003). No entanto, nesse mesmo ano, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais criou seu programa de financiamento, o Pró-Floresta, mantido por cerca de 10 anos (AMS, 2001, pág. 11). É importante ressaltar que, de acordo com a AMS, as indústrias de siderurgia e de celulose e papel, eram obrigadas, por força da lei, a manter áreas próprias para sua produção de matéria-prima.

Foi quando começaram a surgir no mercado conversas sobre o crédito de carbono. Geraldo Moura, diretor da empresa, percebeu aí uma oportunidade. Então começaram a buscar informações, a pesquisar como isso iria funcionar... Eles então elaboraram a concepção, a idéia do projeto, que foi apresentada num evento onde havia um representante do Banco Mundial, que se interessou... O principal ponto, para o Banco, era o potencial de replicabilidade do projeto (ANALISTA DE PROJETOS Nº 1, 2007).

O evento ao qual a entrevistada se refere foi o Aspen Fórum, realizado em São Roque/SP, no ano de 1998, onde a Plantar apresentou a concepção do que viria a ser o Projeto Plantar.

As conversações da Plantar com o Banco Mundial visando à concretização de uma parceria para elaboração de um projeto de MDL no Brasil iniciaram-se naquele mesmo ano. Desde aquele momento o Banco, organismo internacional de propriedade de diversos países e parte integrante do sistema das Nações Unidas, estabeleceu que, para a efetivação de uma parceria, seria necessário à Plantar adequar-se às melhores práticas em termos de responsabilidade socioambiental vigentes no mundo (ANALISTA DE PROJETO N. 1, 2007; EQUIPE DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL, 2007). Foi nesse momento que a empresa intensificou sua busca pela certificação de suas atividades de acordo com as normas ISO e, principalmente, adequou seu manejo florestal no intuito de obter a certificação FSC, o que viria a ocorrer em 1998. De acordo com a Analista de Projetos n. 1 (2007), a obtenção do certificado de bom manejo florestal seguindo as normas da FSC era considerada requisito fundamental para o andamento das negociações entre o Banco e a Plantar. A parceria foi concretizada em 2002.

Considera-se que o Projeto Plantar, realizado através de uma parceria entre a Plantar e o Fundo Protótipo de Carbono (PCF), do Banco Mundial, inaugurou o mercado de créditos de carbono no Brasil (IETA, 2006). Seus créditos de carbono foram comercializados em abril de 2002, antes mesmo da análise pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), que no Brasil representa a Autoridade Nacional Designada (AND) para tratar de assuntos de MDL. Em realidade, ele foi submetido a essa Comissão antes do início da vigência do Protocolo de Kyoto. Mesmo sem a validação do Projeto por aquele órgão competente e, conseqüentemente, sem o registro por parte do Conselho Executivo de MDL, o PCF garantiu a compra dos créditos gerados durante os sete primeiros anos de sua implantação, numa operação que envolve U\$ 5,3 milhões (COLLER, 2002).

É importante esclarecer que, para fins do Protocolo de Kyoto, considera-se como projeto

pioneiro o Projeto da Novagerar, do Rio de Janeiro. Realmente, esse foi o primeiro projeto do mundo a ser aprovado pelo Conselho Executivo de MDL. No entanto, o que se afirma aqui é o Projeto Plantar como precursor da comercialização de créditos de carbono no Brasil.

Para o entendimento da análise aqui realizada sobre o Projeto Plantar e os conflitos socioambientais a ele relacionados, é importante lembrar que o Banco Mundial, parceiro da Plantar no Projeto, tem como um de seus objetivos maiores a ajuda a países em desenvolvimento na redução da pobreza e promoção do desenvolvimento social e econômico, por meio de empréstimos e auxílio técnico em projetos em diversas áreas. Em realidade, segundo informações do Grupo Banco Mundial (2006), a instituição pode ser vista como uma cooperativa que busca apoiar os seus integrantes. No tocante às mudanças climáticas, foi criado o *Carbon Fund Unit* (CFU), unidade de Financiamento de Carbono, cujo objetivo maior é, de acordo com o Banco, apoiar o desenvolvimento de um mercado de redução de emissão de carbono, no âmbito do MDL, buscando assegurar que os países em desenvolvimento sejam incluídos no mercado de carbono (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2006).

Na prática, através dos projetos de Financiamento de Carbono, nos quais se encontra o Fundo Protótipo de Carbono (PCF), órgão diretamente envolvido na parceria com o Projeto Plantar, o Banco Mundial compra reduções de alta qualidade em projetos que, em tese, não agridam o clima em países em desenvolvimento. Essa iniciativa busca, de acordo com o Banco, alavancar investimentos privados a favor da questão ambiental global. O PCF foi implementado em abril de 2000, com capital inicial de US\$ 180 milhões, e composto por seis participantes do setor público - governos da Holanda, Finlândia, Suécia, Noruega, Canadá, além do Banco Internacional Japonês para Cooperação - , e dezessete empresas japonesas e européias, como Deutsche Bank, British Petroleum - Oil e Mitsubishi (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2006).

Observe-se que as negociações do Banco Mundial com a Plantar iniciaram-se em momento anterior à criação do Fundo que viria a apoiar o projeto. Observe-se, ainda, a presença, na própria configuração do PCF, princípios da governança ambiental global, visto encontrarem-se, nesse órgão, atores sociais governamentais e representantes do mercado, trabalhando juntos para a minimização dos gases do efeito estufa no mundo.

O principal objetivo do PCF seria o “learning-by-doing”, ou seja, o aprendizado pela prática, através da participação em projetos de MDL que visem à redução de gases do efeito estufa, contribuindo para a edificação da capacidade do setor privado e das instituições governamentais (BANCO MUNDIAL, 2002). Nota-se, então, que o pioneirismo do Projeto Plantar está presente no próprio âmago de sua elaboração, visto tratar-se de uma parceira com um órgão que pretende desenvolver capacitações em prol dos MDL no mundo.

O Projeto Plantar teria sido escolhido pelo PCF em virtude da grande possibilidade de replicação de sua metodologia em siderúrgicas localizadas em outros países do mundo (BANCO MUNDIAL, 2002). De acordo com o Analista de Projetos n. 2 da Plantar (2007), o Brasil é o único país que tem tecnologia em escala necessária para produção de ferro e aço à base de carvão vegetal, sendo que quase toda a siderurgia mundial é baseada em coque de carvão mineral. Essa informação é endossada em boletim da Associação Mineira de Silvicultura (AMS, 2001).

A associação informa que a siderurgia a carvão vegetal foi utilizada pela primeira vez no Brasil no ano de 1827, no município de Caeté (MG). Cerca de 50 anos depois, a Companhia Belgo-Mineira inaugurou uma indústria siderúrgica integrada, ou seja, que produz primeiramente o ferro gusa e, a partir dele, o aço. Contudo, somente em 1937, com a instalação da segunda unidade da Belgo no município de João Monlevade, também em Minas Gerais, teria ocorrido a “primeira experiência de integração entre a siderurgia e a atividade de produção de florestas plantadas de eucalipto, com a finalidade de suprir a demanda de carvão vegetal na indústria” (AMS, 2001, pág. 12). Interessante notar que essa experiência ocorreu antes da instalação de indústrias siderúrgicas à base de coque mineral, o que viria a ocorrer em 1941, com a inauguração da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no estado do Rio de Janeiro.

Esclarece-se que o carvão vegetal (originado de madeira de florestas nativas ou de plantações de eucalipto) e o coque mineral (proveniente da destilação do carvão mineral extraído de reservas fósseis) têm a mesma função no processo siderúrgico, qual seja a atuação como redutores do ferro presente no minério para a geração do gusa. Além disso, eles seriam, de acordo com a AMS (2001), a principal fonte energética do processo e os responsáveis pela estruturação da carga dentro do alto-forno.

No Brasil, as reservas minerais para a extração de carvão mineral são pouco expressivas e de baixa qualidade (AMS, 2001). Essa escassez significa a necessidade contínua de importação. Segundo informações da associação, por muitos anos essa dependência externa para a manutenção da indústria de siderurgia foi financeiramente interessante, considerando-se, entre outros fatores, os custos e barreiras envolvidos no plantio de eucalipto. A maior barreira econômica para o reflorestamento é o alto investimento inicial para estabelecer novos plantios, frente ao tempo necessário para a geração de receita. Isso porque, no Brasil, o tempo de crescimento necessário para o primeiro corte é de, em média, sete anos, representando um dos melhores desempenhos do mundo. Algumas indústrias nacionais teriam chegado, inclusive, a substituir o carvão vegetal pelo coque. No entanto, a partir da segunda metade da década de 1980, o surto de desenvolvimento da China, até então um dos principais exportadores de coque, transformou-a em importadora de ferro-gusa.

Esse fato mudou a correlação de forças no mercado de insumos e produtos siderúrgicos, pois encareceu assustadoramente o coque e valorizou o ferro-gusa. Dessa forma, valorizou-se o aumento do preço do carvão vegetal, o que estimulou atitudes oportunistas na utilização de matas nativas para sua produção (AMS, 2001, pág. 13)

Ressalta-se o fato de o coque, além de não renovável, ter um alto custo ambiental e social em sua extração e processamento, tendo em vista a emissão de carbono e a contaminação por enxofre. O carvão vegetal, sendo extraído de florestas (nativas ou plantadas), representa um recurso renovável e praticamente inesgotável de recursos, desde que adotadas técnicas adequadas de manejo florestal (AMS, 2001). A associação também ressalta o fato de que, além de não apresentar contaminação por enxofre, a siderurgia a carvão vegetal possui um balanço de CO₂ negativo, visto que as plantações absorvem mais carbono durante seu crescimento do que a quantidade liberada durante o processo de carvoamento e de produção do gusa.

Dessa forma, o incentivo advindo do MDL representaria uma importante fonte de recursos externos para promover o desenvolvimento limpo e sustentável de uma cadeia produtiva estratégica para o país (ANALISTA DE PROJETOS N° 2, 2007). Interessante notar que, com o financiamento adicional proporcionado pelos créditos de carbono, a produção de ferro baseada em carvão vegetal renovável se torna mais atrativa aos produtores e se configura numa alternativa estratégica para evitar o uso de fontes de energia não-renováveis ou fósseis.

Desde a concepção original do Projeto Plantar tem como objetivo geral “reduzir as emissões de gases do efeito estufa por meio do estabelecimento de plantios sustentáveis de florestas de eucaliptos para suprir o uso de carvão vegetal na produção de ferro primário” (GRUPO PLANTAR, 2007). Em outras palavras, a metodologia proposta prevê a redução de emissões de GEE por meio da utilização de combustível renovável (carvão vegetal proveniente de plantios sustentáveis de eucalipto) no lugar de combustível fóssil (coque de carvão mineral) ou biomassa não-renovável (carvão vegetal de florestas nativas), na indústria de ferro gusa.

De acordo com informações do Gerente de Projetos de Carbono da Plantar (2007) e do Analista de Projetos n. 2 (2007), a Plantar já vinha utilizando o carvão vegetal, porém de forma não exclusiva, na produção do ferro gusa. No entanto, com o fim dos incentivos governamentais para o plantio do eucalipto, a prática estava tornando-se financeiramente inviável. A exclusividade no uso do carvão vegetal somente é possível por conta do financiamento advindo do Projeto de MDL (GERENTE DE PROJETOS, 2007). Cabe esclarecer que a Plantar, não obstante ser uma das maiores plantadoras de eucalipto do mundo, possui poucas áreas próprias de plantio, com o objetivo de abastecer sua indústria siderúrgica. Nos demais plantios, a Plantar opera como empresa prestadora de serviços de silvicultura (GERENTE DE PROJETOS, 2007; EQUIPE DE COMUNICAÇÃO, 2007).

Segundo os cálculos da equipe responsável pelo Projeto, a produção 1,0 tonelada de ferro gusa com a utilização de combustível fóssil ou não-renovável, tomado como cenário de referência, emite 1,9 toneladas de CO₂. Em contrapartida, a produção da mesma quantidade de ferro utilizando-se carvão vegetal resgata da atmosfera 1,1 toneladas de CO₂ e libera-se 164 quilos de oxigênio. Somando-se as emissões evitadas no processo industrial e o resgate de carbono propiciado pelos plantios sustentáveis de eucalipto, o uso de carvão vegetal de florestas plantadas na produção de ferro gera um ganho ambiental mínimo de três toneladas de CO₂ para cada tonelada de ferro produzida. Além disso, o Projeto Plantar conta com uma componente de redução das emissões de metano, no processo de transformação da madeira em carvão vegetal, contabilizadas separadamente (GRUPO PLANTAR, 2007).

A proposta é que, ao longo de 28 anos, haja a diminuição da concentração de gás carbônico (CO₂) na atmosfera em aproximadamente 12,8 milhões de toneladas equivalentes, gerando a possibilidade de negociação de mais de US\$ 30 milhões em Certificados de Emissões Reduzidas (COLLER, 2002). Parte dessas CERs já foi comprada pelo *Protocol Carbon Fund*

(PCF), um dos “braços” do Banco Mundial, em uma operação pioneira que contou com o apoio do Rabobank Internacional (GRUPO PLANTAR, 2007). De acordo com o Relatório de Validação do Projeto (DNV, 2007), a aquisição dos créditos envolveu, ainda, a Autoridade Nacional Designada da Holanda, visto ser esse o país que contabilizará a redução de emissões obtida para buscar alcançar as metas estipuladas pelo Protocolo de Kyoto.

A concepção completa do Projeto, elaborada em 2002, antes mesmo da fixação de todas as regras referentes ao Protocolo de Kyoto, prevê a redução de GEE e remoção de gás carbônico por meio de quatro atividades parcialmente integradas:

- 1) Atividade Florestal: prevê a remoção e estoque de gás carbônico (CO₂) em 23.100 hectares de plantios sustentáveis de eucalipto, localizados em áreas que estariam ocupadas por pastagem na ausência do projeto.
- 2) Atividade de Carbonização: envolve a redução das emissões de metano (CH₄) no processo de produção do carvão vegetal (carbonização da madeira), através de melhorias na eficiência do processo de produção.
- 3) Atividade de Produção de Ferro Gusa: refere-se às emissões de CO₂ que foram evitadas através da utilização de carvão vegetal renovável (carbo-neutro) ao invés de coque ou biomassa não-renovável no processo de produção do ferro gusa.
- 4) Atividade de Regeneração do Cerrado: processo que envolve a regeneração induzida de aproximadamente 400 hectares de vegetação nativa de cerrado em terras não-florestadas, acima das exigências legais. Ressalta-se que essa é uma atividade-piloto, sendo que os Certificados de Emissões Reduzidas (CER) poderão ou não ser reivindicados, conforme fatores operacionais (GRUPO PLANTAR, 2008).

Verifica-se, então, que o Projeto pretende a busca tanto da redução das emissões de GEE quanto à remoção de CO₂ da atmosfera. As atividades acima descritas envolvem todo o processo produtivo do ferro gusa, desde o plantio de eucalipto, que será utilizado como fonte de energia para os fornos, até o estágio produtivo propriamente dito. Ao final de sua implantação, o Projeto pretende atingir os seguintes números:

Tabela 6 - Projeto Plantar em Números

Área reflorestada	23.100 hectares
Carvão vegetal produzido	10 milhões de toneladas
Ferro gusa produzido	13 milhões de toneladas
Volume de CERs*	13 milhões de toneladas de CO ₂
Duração do Projeto	28 anos
Empregos gerados	1000 pessoas

Fonte: GRUPO PLANTAR (2008)

É necessário esclarecer-se desde logo que, conforme acordado posteriormente através da Decisão 19 do Protocolo de Kyoto, os créditos de atividades florestais são contabilizados separadamente daqueles originários das atividades industriais. Por esse motivo, a Plantar viu-se obrigada a separar a metodologia de seu Projeto global, para fins de apresentação à Autoridade Nacional Designada (AND) brasileira e ao Conselho Executivo de MDL, em três projetos distintos:

- 1) Mitigação de emissões de metano na produção de carvão vegetal;
- 2) Reflorestamento como fonte renovável de suprimento de madeira para uso industrial;
- 3) Mitigação de CO₂ no processo de produção de ferro gusa, através do uso de carvão vegetal renovável (carbon-neutro) como fonte de energia termo-redutora (MCT, 2007).

Até o momento, apenas o projeto 1, referente à mitigação de metano, foi submetido e aprovado pela AND e pelo Conselho Executivo de MDL, o que ocorreu em 2007. O projeto de mitigação almeja a otimização da produção de carvão, especialmente através do controle de temperatura e fluxo de ar, reduzindo, dessa forma, as emissões de metano. Para a obtenção desse controle utiliza-se um modelo melhorado de forno. Em Relatório de Validação realizado pela Det Norske Veritas (DNV), entidade operacional designada pelo Conselho Executivo de MDL, encontra-se a afirmação de que o projeto “atende a todas as exigências da UNFCCC para o MDL e todos os critérios relevantes do país anfitrião e aplica corretamente a

metodologia de monitoramento e linha de base AM0041” (DNV, 2007, pág. 2). A contabilização das Reduções Certificadas de Emissões (RCE) é realizada a partir de julho de 2004, data de início das atividades. De acordo com a Entidade Operacional Designada (EOD), “a documentação vem mostrando que a Plantar considerou o MDL no momento de decidir sobre outro projeto relacionado, o “Substituição de coque por carvão vegetal”, através da carta de intenção de 25 de abril de 2001 do Fundo Protótipo de Carbono (PCF)” (DNV, 2007), sendo que a entidade foi contratada para realizar a validação inicial do daquele projeto ainda em 2001.

Interessante notar que, em pesquisa realizada pela Associação Mineira de Silvicultura (*apud* DNV, 2007) junto a 12 empresas produtoras de carvão vegetal em Minas Gerais (estado onde é produzida a maior parte do carvão do Brasil), correspondente a 20% de toda a produção do estado, não houve indicações de atividades de projeto visando à redução da emissão de metano. Na opinião da DNV, isso ocorre devido às barreiras de investimentos, barreiras ao desenvolvimento e implementação de novas tecnologias, bem como a barreiras relacionadas a conhecimento especializado, habilidades e exigências de treinamento.

Esclarece-se, no entanto, que para fins dessa pesquisa, o Projeto Plantar é analisado em sua concepção completa. Isso porque foi essa a metodologia apresentada inicialmente às partes interessadas em 2001, visando a obter seus comentários na fase de avaliação. As críticas dos atores sociais em relação ao Projeto, ocorridas principalmente no período de 2002 a 2004, englobam sua proposta na íntegra, até mesmo porque todas as atividades de projeto são completamente interligadas.

Segundo informações do Analista de Projetos n. 2 da Plantar (2007), teria sido muito melhor para a empresa se ela pudesse ter submetido o Projeto Plantar em sua íntegra à análise da AND e ao Conselho Executivo de MDL.

Apresentar o projeto em três fases separadas aumenta muito o custo de transação. Só separamos os projetos por conta das exigências do próprio Protocolo de Kyoto em separar as reduções industriais das florestais e porque as metodologias de base são distintas, aprovadas em momentos diferentes. Felizmente, em breve poderemos concluir a submissão de todas as fases do projeto (...). Já há, inclusive, onze metodologias florestais aprovadas pelo Conselho. (ANALISTA DE PROJETO n. 2, 2007, informação verbal).

4.2 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DIANTE DO PROJETO PLANTAR: INTERESSES E LÓGICAS DE AÇÃO ENVOLVIDAS

O Projeto Plantar originou inúmeras relações institucionais para a empresa proponente. Tratando-se de um projeto de MDL, reflexo do amadurecimento da governança ambiental global em prol da minimização dos efeitos das ações antrópicas sobre a atmosfera e, conseqüentemente, da redução do aquecimento global, o Projeto absorveu uma série de mudanças que estavam ocorrendo no mundo. A necessidade de interação entre um grande número de atores sociais ligados ao Projeto Plantar – Banco Mundial, investidores do PCF, integrantes da FSC Brasil e da FSC Mundial, ONGs ambientalistas de atuação local, nacional e internacional, moradores da região etc. - é apenas um exemplo desses impactos.

Em realidade, a ocorrência de conflitos durante as etapas de elaboração, validação e aprovação do Projeto Plantar seria, em tese, previsível. Conforme visto anteriormente, todas as questões ligadas ao meio ambiente são passíveis de embates, tendo em vista a pluralidade de interesses e lógicas de ação em jogo. Para alguns atores, a exemplo de Le Prestre (2000), os conflitos Socioambientais são inevitáveis.

A vasta pesquisa realizada constatou que diversos dos *stakeholders* da Plantar consideraram suas informações e argumentos insuficientes para seu convencimento sobre a legitimidade do Projeto Plantar enquanto projeto de MDL. Para eles, o Projeto não seria passível de contribuir para a minimização das mudanças climáticas nem de gerar desenvolvimento sustentável para o Brasil. Objetivando a não aprovação do Projeto Plantar, esses atores sociais articularam-se e procuraram manifestar sua opinião, pressionando os atores estratégicos. As ações sociopolíticas realizadas pelos atores sociais contrários ao Projeto serão, ora em diante, denominadas Movimento Contrário ao Projeto Plantar, ou apenas, Movimento.

De acordo com os dados levantados, a mobilização envolveu:

- Elaboração e envio de 5 (cinco) cartas-manifesto endereçadas aos investidores do Fundo Protótipo de Carbono (PCF) do Banco Mundial entre março e dezembro de 2003;

- Elaboração e envio de 1 (uma) carta-manifesto endereçada ao próprio Banco Mundial e à Presidência da República do Brasil, sendo copiada ao Ministério do Meio Ambiente, ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, em dezembro de 2003;
- Reuniões e manifestações de organizações contrárias ao Projeto realizadas durante a realização do Iº Fórum Social Brasileiro, ocorrido em 8 de novembro de 2003;
- Manifestações contrárias ao Projeto apresentadas durante a realização da Conferência sobre a Mudança Climática, realizada em Milão, Itália, em dezembro de 2003, culminando pela escolha do Projeto para receber o Prêmio Treetanic 2003, concedido ao “pior projeto de sumidouro de carbono do mundo”;
- Elaboração e envio de 1 (uma) carta-manifesto endereçada ao Conselho Executivo de MDL, em junho de 2004;
- Elaboração, em 2004, de um vídeo-documentário denominado “Cartas em Vídeo”, enviado aos investidores do PCF;
- Diversas publicações contrárias ao Projeto Plantar e à certificação FSC concedida às plantações da Plantar, publicadas nos boletins da WRM de números 65, 70, 74, 76 e 77, entre dezembro de 2002 e dezembro de 2003.
- Publicação das cartas-protesto elaboradas pelo Movimento no site da *Sinkswatch*, uma iniciativa do WRM para investigar os projetos de seqüestro de carbono envolvendo plantações florestais de eucalipto, destacando seus prejuízos às populações, aos ecossistemas e ao clima.
- Participação, em 2005, em espaço de discussões exclusivamente reservado ao Projeto Plantar, em Reunião de ONGs realizada no Canadá.

A transcrição abaixo, trazida da segunda carta-manifesto enviada ao PCF, apresenta um resumo sobre a principal alegação do Movimento, bem como de sua postura veemente ao se posicionar contrariamente ao Projeto Plantar pode ser vista na seguinte assertiva:

Podemos assegurar aos senhores que vamos continuar nossa luta contra o projeto de “créditos de carbono” que a Plantar apresentou ao PCF/Banco Mundial. Os senhores não devem investir neste projeto e em nenhum outro projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que se baseie em plantação de monoculturas de árvores em larga escala por causa dos impactos negativos que essas plantações causam nos países do Sul, onde têm sido implementados (ACPO *et al*, 2003).

4.2.1 Origem e formação do Movimento

Segundo informações de integrantes do Movimento, entre eles a pessoa responsável pela articulação da Rede Alerta contra o Deserto Verde no Estado de Minas Gerais, o interesse pelo Projeto Plantar iniciou-se em 2003,

meio que por acaso. O que aconteceu foi o seguinte: **coincidiu de a WRM (...) fazer um estudo sobre a certificação FSC.** Na verdade a idéia inicial era fazer uma pesquisa sobre a W&M Florestal, que tem em torno de 250. 000 hectares certificados pela FSC. Quando o pessoal veio para fazer o estudo (...) **nós ficamos sabendo que, nesse dia, a Plantar estava fazendo uma reunião, uma audiência pública em Curvelo para re-certificar sua área.** Então, coincidentemente, a gente baixou em Curvelo no dia, e fomos parar na reunião. Presenciamos a “audiência publica”. E audiência publica é aquilo...o pessoal fala e não é considerado. Pelo menos foi o que eu percebi, pelo que saiu no resumo público depois da certificação. (INTEGRANTE DO MOVIMENTO Nº 1, informação verbal, 2007, grifo nosso)

Essa versão sobre o início do Movimento coincide em muitos pontos com as informações prestadas por outra integrante, presidente de uma ONG ambientalista local ora inativa, sediada no município de Felixlândia, que afirma:

Nosso envolvimento com as críticas ao projeto de carbono da Plantar começou meio que por acaso. A gente estava, na verdade, colhendo assinaturas para um abaixo assinado contra a empresa, por que estava acontecendo de secar nascentes próximas aos plantios. Tinha pouco tempo que havíamos fundado a ONG. Foi quando o distrito recebeu a visita de um estudante alemão que tinha ido a Curvelo, conhecido a terrível realidade de lá, e que depois foi convidado a integrar a Rede Alerta contra o Deserto Verde. Foi ele quem nos levou a uma reunião sobre a certificação FSC da Plantar. A gente caiu lá de pára-quedas, mas daí pudemos saber o que estava acontecendo. (INTEGRANTE DO MOVIMENTO Nº 2, informação verbal, 2008).

Para a entrevistada, muitos dos atores sociais locais ficaram bastante descontentes quando perceberam que a empresa Plantar, que já teria um expressivo histórico de impactos ambientais e sociais, iria obter dinheiro através dos créditos de carbono, pelo desenvolvimento de um projeto intitulado de desenvolvimento sustentável. Por esse motivo,

com o apoio da Rede Alerta e da WRM, começaram a se articular para protestar contra o Projeto.

Segundo informações da Integrante do Movimento nº 1 (2007), uma das grandes responsáveis pela organização dos atores sociais locais junto à Rede Alerta contra o Deserto Verde, até o ano de 2002, não havia, no Estado de Minas Gerais, nenhuma articulação contrária à monocultura do eucalipto. Seu vínculo pessoal com a Rede Alerta teria se iniciado após um estudo por ela realizado sobre as relações de trabalho no setor do eucalipto. Nesse momento, ao tomar conhecimento sobre a existência e atuação da Rede, bem como sobre um primeiro encontro que seria realizado no Estado do Espírito Santo, resolveu conhecer o trabalho mais de perto. Após participar desse encontro, assumiu a incumbência de estruturar a Rede Alerta em Minas Gerais, um dos estados com maior área de plantio de eucalipto no Brasil. Para essa integrante, “os assinantes das cartas são os mesmos integrantes da Rede Alerta. Não há dúvida disso” (INTEGRANTE DO MOVIMENTO Nº 2, informação verbal, 2007).

Realmente, verifica-se que o Movimento é composto por representantes do estado de Minas Gerais, onde se localiza a Plantar, e também dos estados da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, onde se verifica atuação da Rede Alerta. Entre seus integrantes encontram-se: associações de geógrafos; pesquisadores da UFMG e da UFES; vereadores; deputados; organizações ambientalistas; organizações de defesa aos direitos humanos, aos direitos dos índios, de famílias carvoeiras e de trabalhadores de forma geral; associações de moradores; grupos de luta pelo campo e pela terra; e sindicatos de trabalhadores rurais. No entanto, não é possível generalizar e afirmar que todos eles são integrantes da Rede Alerta. Entre os seis integrantes que responderam ao questionário enviado via e-mail, dois afirmaram não fazer parte da Rede.

Foi realizada uma tabulação de todos os assinantes que se identificaram em seis das sete cartas-manifesto, visando a identificar entidades ou indivíduos com maior participação, localização dos integrantes, entre outros elementos que pudessem subsidiar esta pesquisa. Ressalta-se que não foi possível identificar os assinantes de uma das cartas, datada de dezembro de 2003, visto que ela originou-se de uma ação da própria WRM, que disponibilizou um manifesto em seu website e conclamou a todos os seus integrantes para enviá-lo ao Banco Mundial, ao Presidente da República no Brasil, copiando-se ao Ministério do Meio Ambiente, ao Governador de Minas Gerais, e ao Secretário de Meio Ambiente desse

mesmo estado.

Com essa tabulação, foi possível identificar 162 pessoas ou organizações contrárias ao Projeto Plantar. Destas, apenas sete assinaram todas as seis cartas-manifesto. A grande maioria está mencionada em, ao menos, três dos seis documentos. Uma das integrantes do Movimento explica que isso ocorre porque a Rede Alerta

é uma rede informal, porque cada entidade tem suas obrigações aí de acordo com a demanda que vai se envolver ou não. E como **as articulações acontecem por e-mail**, tem relação com isso se chegar a tempo não, porque normalmente o pessoal organiza para mandar a carta, aí, às vezes não dá tempo de todo mundo assinar, do pessoal ter acesso a essa informação. Não dá tempo. É tudo muito rápido. (...) Se chegou a tempo e o pessoal teve acesso, beleza. Se não, não assina. Quem assinou a primeira, a segunda, com certeza assinaria todas. Mas tem essa coisa da disponibilidade. Porque muitas entidades, você sabe, não tem acesso a *e-mail*, ou então tem de vez em quando... Imagina no interior de Minas, onde só tem de vez em quando acesso, uma vez que vai na cidade, ou a liderança que vai...Aí às vezes já passou o prazo... Daí essas assinaturas não serem tão frequentes. (INTEGRANTE DO MOVIMENTO Nº 1, informação verbal, 2007, grifo nosso)

A Integrante nº 1 (2007) afirma, ainda, que as assinaturas para as duas primeiras cartas foram colhidas durante a realização de dois dos três Encontros Nacionais da Rede Alerta, um ocorrido em Belo Horizonte e o outro na Bahia.

Entre esses 162 integrantes, é possível afirmar que 30 são provenientes de Minas Gerais, 51 do Espírito Santo, 19 da Bahia, 12 do Rio de Janeiro, havendo ainda quatro “estrangeiros”, oriundos da Alemanha, Argentina, Itália e Uruguai. Não foi possível verificar a origem dos 46 integrantes restantes.

Não obstante a impossibilidade de identificação de todos os integrantes do Movimento, é possível constatar a presença de alguns atores sociais com longa trajetória em críticas à monocultura do eucalipto. Acredita-se ser oportuno conhecer mais propriamente ao menos dois deles: a WRM e a Rede Alerta contra o Deserto Verde.

a) Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM, sigla em inglês para *World Rainforest Movement*)

É uma rede internacional criada em 1986, formada por grupos de cidadãos tanto de países do Norte como do Sul, tendo como objetivo a realização de esforços em defesa das florestas

tropicais. Inicialmente, o objetivo da rede era combater as falhas do plano de ações da FAO (organização das Nações Unidas para a agricultura e alimentação) e do Banco Mundial ligados às florestas tropicais, os excessos do comércio madeiras tropicais e os problemas da *International Tropical Timber Organization* (Organização Internacional das Madeiras Tropicais). Atualmente, o WRM trabalha para garantir a conservação da terra e do modo de vida dos “povos das florestas”, apoiando seus esforços para defender as florestas de madeiras comerciais, barragens, mineração, plantações comerciais, entre outros projetos que as ameaçam. O WRM integra uma secretaria conjunta para combater as causas do desmatamento e da degradação florestal, processo ligado ao trabalho do Fórum Intergovernamental de Florestas, atuando, ainda como instituição receptora para a Coalizão Global de Florestas, um grupo de organizações afetas às questões ligadas aos índios e às florestas (WRM, 2007).

Pode-se dizer que sua atuação mais focada no combate ao monocultivo do eucalipto deu-se em 1998, com a publicação da "Declaração Montevideu", e o lançamento de sua campanha contra a monocultura árvore plantadas. Segundo o *website* da WRM, estas plantações “estão resultando em uma série de impactos sociais e ambientais negativos sobre as comunidades locais” (WRM, 2007). Em maio de 2000, a WRM realizou uma publicação (*Mount Tamalpais Declaration*) conclamando os governos a não incluir plantações florestais como “sumidouros de carbono” nos projetos de MDL. A rede também exigia que as reduções obtidas em atividades industriais fossem calculadas separadamente das remoções obtidas através das árvores plantadas.

Durante o III Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2003, no Brasil, é formada a Rede Latinoamericana contra a Monocultura de Árvores, elege-se a WRM como seu secretariado. No ano seguinte, durante o IV Fórum Social Mundial, na Índia, a rede participou da elaboração da *Mumbai Forest Initiative*, projeto que visa a ser uma primeira contribuição para um processo global baseado na solidariedade entre movimentos, grupos e pessoas que trabalham em questões ligadas a florestas em nível local, nacional ou internacional.

Mensalmente, a WRM distribui um boletim eletrônico a mais de dez mil indivíduos e organizações, em 131 países do mundo. Elaborado em inglês, espanhol, francês e português, o boletim é considerado uma “ferramenta de fortalecimento para processos locais e globais que afetem florestas e seus povos” (WRM, 2007). A organização também dissemina informações

e documentos relevantes sobre as questões florestais, através de seu *website*. Cabe ressaltar a forte mobilização da WRM contra a certificação FSC (Conselho de Manejo Florestal). A rede conta com, ao menos, três livros publicados sobre o tema, dezenas de artigos divulgados em seu boletim mensal, além de quatro boletins especiais, exclusivamente dedicados às críticas à certificação.

O Secretariado Internacional da WRM está sediado em Montevidéu, no Uruguai, e seu gabinete de apoio europeu fica em Moreton-in-Marsh, no Reino Unido.

b) Rede Alerta contra o Deserto Verde

Trata-se da rede brasileira de combate à monocultura de eucaliptos. Ao que parece, existe há muitos anos. Não foi possível obter informações detalhadas sobre sua origem, formação etc. O *website* informado por integrantes da própria rede (www.justicaambiental.org.br) pertencente à Rede Brasileira de Justiça Ambiental, faz pouquíssimas referências sobre a Rede Alerta.

Encontra-se divulgado, no *website* da FASE-ES, ONG fundada em 1961, atuante no trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo, e que, por diversas vezes, assina documentos juntamente com a “Rede Alerta...” que esta tem o objetivo de

frear a expansão da monocultura do eucalipto no Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A Rede é formada por aproximadamente 100 entidades e luta pela devolução das terras que foram tomadas de indígenas, quilombolas e pequenos proprietários rurais, além de combater a exclusão social e exigir reforma agrária e recomposição da mata nativa (FASE-ES, 2008).

Além disso, pesquisas na internet revelam outros dados. Em carta-denúncia de 2002, sobre possível pacto entre uma grande empresa de comunicação e uma das maiores produtoras de celulose do Brasil, assinada pela “Rede Alerta...”, encontra-se a indicação de 100 integrantes da Rede (ACAPEMA *et al*, 2002). O documento inclui associações ligadas à defesa do meio ambiente, políticos, associações de moradores, organizações ligadas aos trabalhadores rurais, aos direitos indígenas, cooperativas de carvoeiros, cientistas, sindicatos, entre outros. A rede também aparece como responsável pela realização de uma cine-caravana contra o deserto verde, intitulada “A expansão da monocultura de eucalipto no Brasil e a luta pelo direito à terra”, que teria percorrido Portugal e Espanha nos meses de abril e maio de 2007.

Em 2004, por sua iniciativa, o dia 21 de setembro (Dia Nacional da Árvore) foi instituído com o Dia Internacional Contra a Monocultura de Árvores (ECOPORTAL, 2008).

Interessante observar que, em 2005, quando da realização do IV Encontro Nacional da Rede Alerta contra o Deserto Verde, seus integrantes estabeleceram, entre outras ações: a) fortalecer a resistência e as lutas locais contra as monoculturas que invadem as terras de indígenas, quilombolas, geraiszeiros e demais camponeses; b) fortalecer projetos de reconversão de áreas de eucalipto em áreas cultiváveis, garantindo a segurança alimentar; c) fortalecer a articulação e o apoio mútuo entre os países da América Latina, através da Rede Latinoamericana contra Monoculturas de Árvores; d) desacreditar a certificação do FSC (Conselho de Manejo Florestal) para plantações de árvores em grande escala; e) desacreditar, também, outras certificações como a da CERFLOR; f) intensificar a divulgação e a crítica ao mercado de carbono, através de trabalhos nas comunidades e mediante instrumentos alternativos de comunicação; g) criar o dia nacional de luta contra o mercado de carbono; h) exigir que o Ministério do Meio Ambiente impeça a inversão de recursos públicos do PRONAF para o plantio de monoculturas; i) pressionar os núcleos das Delegacias Regionais de Trabalho para que atuem com respeito aos mutilados e acidentados do corte do eucalipto e do trabalho escravo em carvoarias (ECOPORTAL, 2008)

A Rede Alerta contra o Deserto Verde representa, no Brasil, a Rede Latinoamericana contra a Monocultura de Árvores. Esta é uma rede descentralizada de organizações latinoamericanas que tem como objetivo principal coordenar atividades para opor-se à expansão das monoculturas florestais em grande escala, em toda a região, quer seja para a produção de madeira e celulose, para a produção de azeite de palma, ou para utilização como “sumidouros de carbono” (WRM, 2007). O grupo também é responsável pelo apoio a alternativas social e ambientalmente adequadas de usos florestais.

Criada em janeiro de 2003, durante o Fórum Social Mundial, a Rede Latinoamericana é formada por representantes da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Paraguai e Uruguai. Naquele momento, definiu-se que a rede atuaria através de um “ponto focal” em cada país sendo que, a nível nacional, buscam incorporar todas as organizações interessadas no tema. Entre as principais funções dos pontos focais nacionais estão: 1) manter contato com o resto da rede; e 2) promover a criação de uma rede nacional (formal ou informal) contra as plantações (WRM, 2007).

Entre as principais atividades da Rede Latinoamericana, que atualmente conta com 16 países-membros, encontram-se: apoio a lutas locais contra o monocultivo de árvores, apoio a alternativas de desenvolvimento local, geração de consciência sobre os impactos sociais e ambientais da monocultura de árvores, captação de atores sociais ligados à temática, realização de atividades de investigação.

4.2.2 As lógicas de ação da Plantar e do Movimento contrário a seu Projeto

Definitivamente, as formas de os principais atores sociais envolvidos no conflito verem a contribuição do Projeto Plantar para o desenvolvimento sustentável são divergentes. O Movimento enxerga haver completa incompatibilidade entre a cultura de florestas de eucalipto e, conseqüentemente de projetos a ela relacionados, e o desenvolvimento sustentável. A Plantar vê a realização de atividades que contribuem para a sustentabilidade do Planeta, do Brasil e da própria empresa.

Através da análise das 7 (sete) cartas-manifesto e de diversas publicações realizadas no Boletim da WRM, verifica-se que o Movimento baseou sua argumentação em alguns pontos básicos: 1) Incompatibilidade entre monocultura de eucaliptos e desenvolvimento sustentável; 2) Contestabilidade da certificação FSC para comprovar a sustentabilidade das plantações de eucalipto; 3) Dúvidas em relação à efetividade de uma plantação florestal enquanto “sumidouro de carbono”; 4) Descaso da empresa em relação às partes interessadas tanto no momento de obter a certificação FSC quanto para legitimar seu projeto de MDL; 5) Críticas à gestão socioambiental da Plantar.

Poder-se-ia alegar que, em realidade, o Movimento seria ilegítimo para questionar o projeto de MDL da Plantar, tendo em vista a apresentação de poucas críticas ao Projeto Plantar propriamente dito. Todos os oito integrantes entrevistados, seja por e-mail, por telefone, ou pessoalmente, disseram que o que os motivou a criticar o Projeto foi a utilização de plantações de eucalipto, e não o Projeto em si. Quando questionados sobre o que os motivou para as críticas ao Projeto Plantar, obtiveram-se repostas como: “Não podemos continuar aceitando a monocultura, sobretudo quando esta causa impactos socioambientais ampliados (INTEGRANTE DO MOVIMENTO Nº 3, 2008). Ou ainda, “Basicamente, pelos impactos ambientais, sociais, culturais e até econômicos que a monocultura de eucalipto traz à nossa

sociedade! E pelo abuso de ainda quererem utilizar o mercado de carbono para se beneficiarem ainda mais!” (INTEGRANTE DO MOVIMENTO Nº 5, 2008).

Porém, a observação da metodologia do Projeto na íntegra demonstra a relação intrínseca entre a eucaliptocultura e o Projeto. Sem as plantações não há seqüestro de carbono e nem mesmo matéria-prima para o carvão vegetal, em cujo processo de carbonização se busca mitigar as emissões de metano. Em resumo, sem o eucalipto, o Projeto Plantar não existe.

Também poder-se ia alegar a falta de conhecimento dos Integrantes do Movimento acerca dos projetos de MDL em geral e do próprio Projeto Plantar e sua empresa proponente. Isso porque, muitos dos argumentos trazidos nas cartas-manifesto são afirmações generalistas, extensíveis a todas as empresas de eucalipto do Brasil e do mundo, a exemplo de: “(...) os grandes plantadores de monoculturas através da mecanização diminuem cada vez mais o número de empregados” (WRM, 2003) e também “As empresas que plantam eucalipto em Minas Gerais (...) esquecem de mencionar que para implementar os cerca de dois milhões de hectares de plantios no Estado, muita mata atlântica e cerrado foram queimados (...)” (AGB *et al*, 2003).

No entanto, a grande verdade é que o Movimento conseguiu despertar a atenção do Banco Mundial e dos investidores do PCF. Ao tomar conhecimento sobre o Movimento, foi realizada uma *Due Diligence*, uma espécie de auditoria para que os investidores pudessem verificar, por eles mesmos, o Projeto que estavam apoiando. E mais do que isso: o Movimento obrigou a Plantar a alterar sua forma de relacionar-se com seus *stakeholders*, conforme será visto posteriormente.

Será apresentado, primeiramente, um detalhamento sobre as principais críticas realizadas pelo Movimento, procurando verificar os interesses e lógicas de ação tanto do Movimento quanto da Plantar. Em seguida, serão analisadas as estratégias de relacionamento político-institucionais utilizadas pela Plantar buscando regular os conflitos socioambientais ocorridos.

4.2.2.1 Incompatibilidade entre monocultura de eucalipto e desenvolvimento sustentável

Um dos principais argumentos utilizado pelo Movimento buscando impedir a aprovação do Projeto Plantar enquanto um projeto de MDL refere-se à impossibilidade de considerar a monocultura compatível com a promoção de desenvolvimento sustentável. Verifica-se que um dos requisitos básicos dos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, e razão de sua criação por parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), é que a atividade de projeto a ser executada contribua para o desenvolvimento sustentável do país executante. Segundo os integrantes do Movimento, “há muitos impactos sociais e ambientais causados por estes projetos e pela indústria da silvicultura (monocultura de árvores). Por isso, esses projetos são totalmente inadequados para um mecanismo como o MDL que reivindica ser promotor de desenvolvimento sustentável” (SUPTILZ *et al*, 2004).

A promoção de monoculturas – às vezes mascaradas com expressões como “o plantio de florestas de rápido crescimento” ou “florestas produtivas” – não traz benefícios para a população mineira, bem como é uma ameaça aos moradores locais e ao meio ambiente. Pelo nosso entendimento, o MDL não traz “desenvolvimento limpo” (...) (WRM, 2003, pág. 1).

Entre os principais argumentos utilizados, destacam-se:

- A expansão da monocultura de eucalipto em larga escala causa impactos negativos de caráter social, econômico, ambiental e cultural para as comunidades locais;
- A ocupação das terras para esse fim vem ocasionando a expulsão de comunidades tradicionais como índios, negros e dezenas de milhares de agricultores, aumentando o desemprego;
- Por tratar-se de espécie exógena, o eucalipto não permite a sobrevivência da fauna e da flora local, acabando com a biodiversidade;
- Plantações de eucalipto oferecem trabalho durante, basicamente, os dois primeiros anos (preparação de terra, plantio, aplicação de agrotóxicos, capina e irrigação), praticamente dispensando mão-de-obra durante os cinco anos seguintes, até chegar ao ponto de corte;

- O uso de agrotóxicos nas plantações causa danos à água e ao solo, prejudicando, conseqüentemente, as populações locais (ACPO *et al*, 2003; AGB *et al*, 2003; SPUTITZ *et al*, 2004; WRM, 2006; OVERBEEK, 2007b).

Esses argumentos podem ser encontrados em diversos trechos tanto das cartas-manifesto como das matérias publicadas no website da WRM, a exemplo de:

A região de Curvelo, onde a Plantar pretende instalar seu projeto de “seqüestro” de carbono, é uma região de cerrado. Os impactos ambientais do plantio de eucalipto nesta região têm sido desastrosos. Rios secaram, eucalipto foi plantado em cima de nascentes, áreas legais de preservação permanente foram desrespeitadas. O eucalipto de curto ciclo não permite que alguma planta ou animal viva nele, não tendo, portanto, nenhuma biodiversidade. O uso de agrotóxicos tem causado a morte da fauna local (AGB *et al*, 2003).

Há, ainda, forte argumentação sobre a não existência de benefícios do eucalipto para as comunidades locais que, em realidade, só veriam impactos negativos do cultivo da espécie. Um dos argumentos apresentados é de que “(...) a introdução das plantações de árvores comerciais, como espécies exóticas (eucalipto, pinus, entre outros), provocam a expulsão de pequenos agricultores de suas terras, criando um grande problema social no país” (WRM, 2003).

Essas alegações são feitas com base em inúmeras críticas existentes por parte de diversas organizações defensoras do meio ambiente, a exemplo da Rede Alerta contra o Deserto Verde e do WRM (*World Rainforest Movement* / Movimento Mundial pelas Florestas), e por pesquisadores do Brasil e do mundo. Trata-se de críticas a empresas produtoras de eucalipto de forma geral, e não à Plantar propriamente dita ou a seu projeto de MDL.

Nativo da Austrália, país que possui quase 90% de sua área de vegetação coberta pelas cerca de 600 espécies do gênero, o eucalipto é uma cultura de manuseio relativamente fácil, possuindo mecanismos especiais de adaptação e regeneração que permitem seu bom desenvolvimento tanto em regiões áridas como nas tropicais. Nas últimas décadas, florestas homogêneas e renováveis de eucalipto vêm sendo implantadas em diferentes regiões do planeta, em especial no Brasil (GUERRA, 1995).

O crescimento vertical do eucalipto é considerado espetacular, se comparado à maioria das árvores nativas, proporcionando altos índices de produtividade. No Brasil, a espécie mais

utilizada é o *eucalyptus grandis*, de grande utilização na produção de madeira para fins industriais, particularmente na produção de carvão vegetal (matéria-prima para a indústria siderúrgica) e celulose. Pode ser utilizado, ainda, em aplicações variadas na área de serraria, como postes, dormentes para estradas, madeira para construção civil etc., e na fabricação de móveis, brinquedos, lápis, fósforos etc. Sua casca vem sendo empregada para a extração de corantes e suas folhas são ricas em óleos consumidos na indústria de cosméticos, produtos medicinais, detergentes, repelentes para insetos, entre outros usos (GUERRA, 1995).

Não obstante tratar-se de uma espécie com diversos usos industriais,

A questão do eucalipto é bastante complexa do ponto de vista técnico científico, embora esteja sendo considerada apenas como uma questão polêmica. Nesta polêmica, de um lado se colocam as empresas, cuja postura vem sendo de pouca transparência nas discussões e do outro as ONGs da área de meio ambiente. Estas vêm adotando uma postura excessivamente crítica sobre o tema, correndo o risco de afirmações apressadas e de generalizações indevidas, sem a necessária fundamentação técnico científica. (GUERRA, 1995, pág. 18)

O autor ressalta a impossibilidade de fazer extrapolações dos resultados encontrados em pesquisas técnicas sobre o eucalipto de um país para outro, em virtude das diferenças em relação ao tipo de solo, às condições climáticas, e às espécies plantadas em cada localidade. Outra questão de grande destaque, para o autor, é que “a questão ambiental ligada às florestas homogêneas de eucaliptos não pode ser discutida sem levar em conta a questão social” (GUERRA, 1995, pág. 18).

A implantação do eucalipto para fins comerciais no Brasil teve início por volta de 1905. No entanto, foi após 1961, quando o país sediou a II Conferência Mundial do Eucalipto, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que se abriram as portas para o crescimento de seu cultivo no país. De acordo com Koopmans (1999), a essa época houve um comunicado do FAO, divulgando a possível falta de celulose no mundo, por conta do crescimento populacional e das dificuldades naturais enfrentadas pelos países produtores das zonas temperadas em suprir a matéria-prima necessária. Na opinião do autor, “foi feito um “convite e alerta” aos países de clima tropical para que ficassem atentos ao sinal verde que seria dado no tocante ao setor de matéria-prima para celulose” (KOOPMANS, 1999, pág. 105). A promulgação do novo Código Florestal Brasileiro, em 1965, e a criação do Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento (PIFFR), em 1966, foram seus grandes impulsionadores. Ainda de acordo

com Koopmans (1999), posteriormente a isso, houve a criação, por parte do governo federal, do Fundo de Investimentos Setoriais-Reflorestamento (FISSET), causando grande pressão sobre as terras agriculturáveis, paulatinamente ocupadas pelo eucalipto.

O apoio ao plantio de eucalipto estava alicerçado em diversos programas de incentivo fiscal para o reflorestamento. Aliado a esses financiamentos, as indústrias de celulose ainda contavam com políticas governamentais focadas no crescimento econômico do país, a exemplo do I Programa Nacional de Papel e Celulose, de 1974 (ANDRADE e DIAS, 2003).

Verifica-se que o crescimento de área reflorestada com eucaliptos e com pinus no Brasil teve uma expansão muito rápida, conforme verificado na tabela abaixo.

Tabela 7 – Área total reflorestada no Brasil em 31/dez/2006 (em hectares)

Ano de Plantio	Eucaliptos	Pinus	Araucária	Acácia	Outros	Total Geral
1947 – 1982	24.186,4	35.097,9	3.673,3	-	377,4	63.335,0
1983	2.533,3	3.512,7	106,7	0,2	9,2	6.162,1
1984	513,9	5.217,9	89,2	-	121,7	5.942,7
1985	1.774,1	3.206,4	92,2	-	25,6	5.098,3
1986	3.316,2	2.086,0	75,0	0,8	75,4	5.733,4
1987	6.186,5	5.334,9	71,5	1,4	39,6	11.633,9
1988	6.710,1	5.195,7	137,6	2.843,1	4.508,2	19.394,7
1989	9.387,8	6.377,8	83,0	-	15,5	15.864,1
1990	10.446,9	9.331,7	1,3	-	5,9	19.785,8
1991	10.961,5	9.463,0	-	-	48,6	20.473,1
1992	4.760,2	9.037,7	-	-	17,4	13.725,3

1993	6.383,0	10.637,8	67,3	-	13,0	17.101,1
1994	6.894,5	18.192,6	89,5	-	38,3	25.214,9
1995	9.935,9	16.254,1	150,2	-	52,0	26.392,2
1996	17.995,1	14.339,7	89,2	-	54,0	32.478,0
1997	22.853,0	14.560,3	84,1	-	64,8	37.562,2
1998	27.864,7	17.052,5	102,3	-	49,9	45.069,4
1999	41.651,1	15.734,3	101,1	-	81,2	57.567,7
2000	67.324,0	16.519,8	0,2	-	72,7	83.916,7
2001	120.080,8	18.016,8	11,9	-	101,8	138.211,3
2002	127.634,9	16.150-0	-	-	76,0	143.860,9
2003	147.061,8	19.992,6	-	-	86,1	167.140,5
2004	158.700-4	22.176,1	9,7	-	59,4	180.945,6
2005	188.129,1	24.524,5	-	-	110,0	212.763,6
2006	297.086,5	25.713,8	-	-	28,1	322.828,4
TOTAL	1.320.481,7	343.726,6	5.035,3	2.845,5	6.131,8	1.678.220,4

Fonte: BRACELPA (2008)

Andrade e Dias (2003) destacam o ano de 1987 como o início da fase de maturidade da indústria florestal brasileira, quando foi lançado o II Programa Nacional de Papel e Celulose. Arelado às leis de incentivo florestal, Koopmans (1999) indica o grande apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às indústrias de celulose e papel, que teriam recebido, no período de 1986 a 1990, 11,2% de todos os financiamentos realizados pelo banco. Realmente, conforme se verifica na tabela acima, a área reflorestada por eucalipto inicia um expressivo processo de crescimento a partir de 1999. No entanto, após

o ano 2000, ocorre um verdadeiro *boom*, com o aumento dos plantios aumentando de forma exponencial.

Não obstante o crescimento da cultura do eucalipto no Brasil ter se estruturado a partir da década de 1960, já em 1949, o cientista-conservacionista Augusto Ruschi, um dos primeiros ambientalistas brasileiros, advertia para os impactos sócio-ambientais causados pela substituição de florestas nativas do norte do Espírito Santo por espécies exóticas de rápido crescimento, como o eucalipto, para a fabricação de dormentes e carvão vegetal (ANDRADE, 2000).

Em meados dos anos 1970, justamente no apogeu do reflorestamento com eucaliptos, surgem, segundo Guerra (2005), as primeiras críticas bem fundamentadas ao modelo de administração dos recursos florestais utilizados no Brasil. O autor destaca o papel exercido pelo cientista Warwick Kerr, de renome internacional, alegando que as empresas brasileiras teriam responsabilidade direta sobre a destruição de mata nativa para o plantio de florestas renováveis de eucalipto em locais antes ocupados por ela. Em consequência, as críticas ao eucalipto se expandem, chegando às questões sobre redução da biodiversidade da fauna e da flora regional. Iniciam-se, então, de acordo com Guerra (2005), os questionamentos e as comparações entre as florestas nativas, que apresentavam grande diversidade e espécies únicas, com as florestas de eucalipto, com árvores iguais, da mesma idade, com menos espécies vegetais e animais etc.

De acordo com Andrade e Dias (2003), com o início da fase de maturidade da indústria florestal brasileira, no final dos anos 1980, inicia-se o “processo de acirramento das pressões dos atores sócio-ambientais pela preservação das matas nativas brasileiras e por uma maior responsabilidade ambiental e social corporativa” (ANDRADE; DIAS, 2003, pág. 235). As políticas e programas governamentais, a exemplo do Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento (PIFFR), que perdurou entre os anos de 1966 e 1988, focadas quase que exclusivamente no crescimento econômico, teriam contribuído fortemente para esse cenário de críticas (MENDES, 1990, *apud* ANDRADE; DIAS, 2003), já que não houve preocupação com a conservação das reservas florestais nativas.

Em realidade, verifica-se que as críticas existentes contra o modelo de plantio de eucalipto praticado no Brasil são muito semelhantes às realizadas por movimentos ambientalistas no

resto do mundo. Um compilado dessas críticas pode ser encontrado no documento elaborado pelo próprio Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) denominado “Campanha Plantações: dez respostas a dez mentiras”. Resumidamente, apresentam-se os argumentos do movimento contrário ao eucalipto com base na WRM (1999):

1) As plantações de eucalipto não poderiam ser consideradas “florestas plantadas”, como afirmam os técnicos e as empresas produtoras. Isso porque uma floresta tem numerosas espécies de árvores de diferentes idades, além de outras espécies vegetais, e também variedade de fauna, que nela encontra abrigo. Já as plantações comerciais são constituídas por uma ou poucas espécies de árvores, todas em blocos homogêneos de uma mesma idade, e sendo que pouquíssimas espécies de fauna e flora conseguem nela se instalar. Outro ponto em questão é que comunidades humanas fazem parte das florestas, já que muitos povos nelas habitam e com elas interagem; em plantações, no máximo lhes é permitido acesso.

2) As plantações em grande escala não só não melhorariam o meio ambiente, como causariam impactos negativos no solo (erosão, perda de nutrientes, desequilíbrios na reciclagem de nutrientes, compactação e difícil reconversão); na água (afetada em sua quantidade, em virtude, principalmente, do grande volume consumido pelas espécies plantadas, e qualidade, por conta da erosão e do uso de agrotóxicos); na flora (sua instalação seria geralmente precedida de desmatamento através de corte ou queima da floresta preexistente; há extermínio da flora nativa, para não haver competição) e na fauna (visto que não haveria alimentos para os animais, bem como há mudanças na água).

3) Não se pode considerar que as plantações aliviam a pressão sobre as florestas para exploração de madeira, por conta de, geralmente, representarem mais um fator de desmatamento. Além disto, a madeira produzida e a nativa têm mercados diferentes.

4) As plantações em grande escala não permitiriam o melhor aproveitamento de terras degradadas, já que dificilmente são nela instaladas, tendo em vista que neste tipo de solo as árvores não crescem bem, deixando de ser rentáveis.

5) Não foi comprovada a afirmação de que plantações florestais são sumidouros eficientes de carbono. Primeiramente, porque geralmente essas plantações substituiriam as florestas nativas ou outras vegetações que, por si só, já sequestram carbono, e em muitos casos, antes do plantio.

Há o desmatamento, havendo liberação de volume de carbono superior àquele que uma plantação em crescimento pode capturar. Também pelo fato de serem sumidouros apenas temporários, sendo que o carbono é liberado após a colheita, quando os produtos derivados das plantações são destruídos.

6) A utilização das plantações para suprir a necessidade de uso crescente de papel deve analisar: o consumidor final desse papel (países desenvolvidos como os EUA e o Japão usam uma quantidade significativamente maior do que países em desenvolvimento), o seu uso (40% é utilizado como embalagens e envoltórios, sendo apenas 30% utilizados para escrita e impressão), bem como a grande utilização para publicidade. Em realidade, o consumo atual de papel seria ambientalmente insustentável e socialmente desnecessário.

7) O argumento de que as plantações são mais produtivas que as florestas seria questionável, especialmente se observar-se o que se entende por “produtivo” e quem é beneficiado com essa produção. Isso porque as plantações comerciais produzem única e exclusivamente madeira (diferentemente da floresta que também gera outras espécies vegetais, mel, remédios etc.), tendo como beneficiário direto a empresa proprietária.

8) As grandes plantações de eucalipto gerariam emprego direto, basicamente, durante as fases de plantio e colheita. Normalmente, trata-se de empregos de baixa qualidade. Além disto, o número de vagas geradas tende a diminuir sensivelmente, por conta da mecanização.

9) As plantações, não obstante os métodos de gerenciamento empregados, afetam a vida e as possibilidades de sobrevivência das comunidades locais. Mesmo em relação aos impactos ambientais, seria utópico pretender que eles possam ser solucionados com um bom gerenciamento técnico, visto que as próprias características do modelo o tornariam insustentável. Isso porque estas culturas se caracterizariam: a) pela grande escala, grandes concentrações de monoculturas florestais; b) pela monocultura de espécies exóticas, o que teria fortes implicações negativas sob a biodiversidade; c) pela exigência de rapidez de crescimento, acarretando a seleção de espécies, o uso de fertilizantes e herbicidas, e um grande consumo de água; d) pelo corte em intervalos curtos de tempo, pressupondo um grande saída de nutrientes do sistema, erosão e destruição do habitat das poucas espécies que lá se adaptaram.

10) Seria totalmente falso o argumento de que as plantações devem ser analisadas como um sistema “floresta”, que incluiria florestas primárias protegidas, como as florestas de produção, florestas protetoras, secundárias e todo o tipo de plantação. Isto porque seria necessário considerar uma plantação como uma floresta. Além disto, as plantações não completariam as florestas, mas sim, seriam uma das principais responsáveis por sua destruição. A única forma de garantir a sustentabilidade com plantações seria: a) ser de pequena escala; b) ser formada por uma multiplicidade de espécies, sendo todas, ou algumas, nativas; c) dar abrigo, alimentação e possibilidade de reprodução à fauna nativa; d) permitir o desenvolvimento da flora nativa; e) conservar ou melhorar o solo; f) regular o funcionamento das águas da região; g) ter a aprovação da população local; e h) oferecer produtos e serviços de utilidade para essas populações. Nenhuma das monoculturas em grande escala seria capaz de satisfazer a ao menos uma dessas condições, não podendo, portanto, integrar o sistema floresta.

No Brasil, diversas organizações contrárias à monocultura do eucalipto desenvolveram trabalhos procurando demonstrar os impactos sociais e ambientais causados por esse modelo de cultivo. Um dos exemplos desses estudos foi realizado por uma equipe multidisciplinar da Associação Agência Terra, nos anos de 1994 e 1995, retratando as ocorrências na Bacia do Rio Piracicaba, no Estado de Minas Gerais, região próxima aos plantios ligados ao Projeto Plantar. Contando com o apoio financeiro da Agência Holandesa para a Cooperação Internacional de Desenvolvimento (NOVIB), o estudo resultou inclusive em um livro, cujo resumo foi apresentado no Fórum das Organizações Não-Governamentais, realizado em paralelo à Conferência Mundial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, realizada na Dinamarca no ano de 1995.

Nessa pesquisa, onde mais de uma centena de trabalhadores e suas famílias, técnicos de empresas e de instituições de associações de classe, sindicatos, universidades, prefeituras, fazendeiros, comerciantes, profissionais de órgãos governamentais e lideranças políticas foram entrevistadas, questionou-se

o modelo de administração dos recursos florestais implantado na região, que só privilegiou os grandes projetos com o a monocultura de eucaliptos. Cobrindo áreas gigantescas na Bacia do Rio Piracicaba, para atender a demanda crescente de madeira das empresas, o referido modelo ignorou o fato de que o ser humano é parte integrante do meio ambiente em que vive e que, portanto, os problemas sociais são também problemas ambientais (GUERRA, 1995, pág. 19).

O trabalho de Guerra (1995), que enfatiza a imparcialidade da pesquisa e a independência na

obtenção e na análise das informações, afirma existirem muitos preconceitos e tabus por parte de ambas as partes em disputa: ambientalistas e empresas.

Obviamente, as empresas produtoras de eucalipto possuem uma visão completamente diferente sobre a espécie e seus impactos sociais e ambientais. As entidades do setor de silvicultura garantem, conforme atestado pela Associação Mineira de Silvicultura (AMS, 2001, pág. 14), que os problemas apresentados no cultivo do eucalipto “já foram superados, com a introdução de novas tecnologias e a evolução no gerenciamento florestal pela adoção de novas regras para o cultivo, formalização do emprego e assistência ao trabalhador”.

Somam-se a esses argumentos os dados disponibilizados pelo Anuário Estatístico da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) 2006, que afirmam que, em 2005, o setor respondeu pela arrecadação de cerca de 1,8% do total recolhido aos cofres públicos no país. O mesmo material informa que a cadeia produtiva do setor de florestas plantadas, considerando o setor primário e a transformação industrial, foi responsável, em 2005, por cerca de 4,1 milhões de empregos, sendo 676 mil diretos, 1,7 milhão indiretos e 1,8 milhão de empregos resultantes do efeito-renda (ABRAF, 2007).

De acordo com informações da Associação Brasileira de Produtores de Celulose e Papel (BRACELPA), até dezembro de 2006 Minas Gerais era o quarto estado com maior área reflorestada do Brasil, com 1,72 mil km² de áreas plantadas. Isso representa 0,29% de toda a área do estado. Ainda segundo a Associação, trata-se do terceiro estado que mais emprega mão-de-obra (própria e terceirizada) em atividades florestais no país, ficando atrás de São Paulo e Bahia (BRACELPA, 2008).

Importante notar que, conforme destaca o presidente da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), à qual a Plantar é associada, na carta de apresentação do anuário 2007 da instituição, “o momento é de franca expansão das indústrias associadas às florestas plantadas de eucalipto e pinus” (ABRAF, 2007). Há diversos investimentos anunciados para os próximos anos pelas indústrias de celulose e papel, de painéis de madeira reconstruída, de siderurgia a carvão vegetal e de produtos de madeira “sólidade”. De acordo com ele,

(...) o crescimento das florestas plantadas em 2006, comparativamente a 2005, atingiu cerca de 30.000 hectares em novas áreas, a par de uma área total de reformas que ultrapassa 500 mil hectares, revelando uma produtividade crescente das florestas, que permite obter maiores volumes de madeira nas colheitas realizadas nas mesmas áreas cultivadas (ABRAF, 2007).

Realizando um paralelo com a questão relativa aos efeitos das mudanças climáticas, o executivo entende que “as florestas plantadas se afirmam no mercado de créditos de carbono como alternativa viável para a redução de emissão de gases causadores do efeito estufa, além de se constituírem em um novo produto no mercado financeiro, atraindo o interesse de novos investidores” (ABRAF, 2007).

Percebe-se que essa visão sobre a contribuição dos produtores de eucalipto para o desenvolvimento do país é compatível com uma das correntes de opinião a respeito do papel das empresas, trazida por Schommer (2008): a “visão liberal”.

Na “visão liberal” predomina a idéia de que a principal responsabilidade das empresas é gerar lucro aos seus acionistas. Dessa maneira, as empresas produziriam benefícios à sociedade na medida em que gerassem empregos, pagassem impostos e ofertassem bens e serviços à sociedade (KREITLON, 2004, *apud* SCHOMMER, 2008). Uma segunda visão apontada pela autora é a “visão crítica”, que considera que as empresas, especialmente as globalizadas, são responsáveis pela maior parte dos problemas sociais e ambientais existentes, sendo, ainda, as grandes beneficiárias “de um sistema essencialmente explorador e concentrador de poder e de riquezas” (SCHOMMER, 2008, pág. 15). Nessa mesma corrente de pensamento estariam, segundo a autora, os críticos ao próprio conceito de desenvolvimento sustentável, que o veriam como uma idéia utópica sobre a possibilidade de conciliar, de um lado, crescimento econômico, consumismo e competitividade, e de outra proteção ambiental e justiça social. Já a terceira e última corrente é chamada de “visão política”. Nela, estariam incluídos os que defendem e participam do movimento da responsabilidade socioambiental, considerando que

Mesmo que se acredite que o papel central das empresas é produzir bens e serviços e gerar lucros para os acionistas (visão liberal) e se admita que as empresas são as grandes vilãs da sociedade atual (visão crítica), pelo poder que concentram, elas não podem estar à margem do debate político, ambiental e social (SCHOMMER, 2008, pág. 16).

Interessante notar, no âmbito desta pesquisa, que os formuladores da “visão política” entendem que é por meio da política que as pessoas, instituições e sociedade transformam e são transformadas. Nesse sentido, as empresas precisam ser pressionadas politicamente para

avançar em suas práticas, sendo as pressões e conflitos de interesses vistos como naturais e necessários para a evolução social (SCHOMMER, 2008). Portanto, os atores sociais, tanto os do espaço técnico-econômico, como os do espaço político-institucional, teriam fundamental importância para a definição das estratégias socioambientais das empresas.

Outro ponto destacado pelos produtores é que o plantio de florestas no Brasil, além de contribuir para reduzir o déficit de madeira e de garantir o sequestro de carbono, ainda contribuiria para a redução de emissão de CO₂, através da substituição de combustíveis fósseis por uma fonte renovável de energia. As florestas plantadas são consideradas vitais para a sustentabilidade de indústrias que usam a madeira como matéria-prima, a exemplo das empresas produtoras de celulose e papel, indústria de madeira serrada para fabricação de móveis etc., pois elas evitam o esgotamento dos recursos florestais naturais (BRACELPA, 2008). Os produtores entendem haver, então, grande contribuição social e ambiental advinda do plantio de eucalipto no Brasil.

Não obstante as alegações dos produtores de eucalipto, procurando demonstrar que há uma efetiva contribuição no cultivo da espécie para o desenvolvimento, de forma sustentável, do país, o Movimento acrescenta outros argumentos procurando despertar a atenção do Banco Mundial para a amplitude da questão. De acordo com o Projeto Plantar (GRUPO PLANTAR, 2007A), os 23.100 hectares de plantações de eucalipto estão sendo dispostos em áreas já devastadas para serem utilizadas como pastagens, e que estavam abandonadas. Para o Movimento, seria importante “(...) lembrar que a Plantar não pretende recuperar plantações abandonadas, mas sim aumentar as plantações em locais de pastagem, algo que o Banco Mundial considera positivo, porque o eucalipto sequestra mais carbono do que o pasto” (WRM, 2003, pág. 2).

O Movimento dá continuidade a sua argumentação dizendo que essa visão do Banco “(...) reflete um pensamento extremamente reducionista, que não considera os aspectos socioambientais do uso da terra. Eucalipto serve para produzir carvão, celulose ou madeira, mas não serve para produzir carne ou outros alimentos” (WRM, 2003, pág. 3). Essa discussão está presente nos discursos da WRM contra a eucaliptocultura, de uma forma geral, como visto acima.

Outro ponto levantado pelo Movimento é que tanto a eucaliptocultura quanto a pecuária

“surgiram do mesmo conceito de “desenvolvimento” não sustentável” (WRM, 2003, pág. 3), e, considerando-se a mudança do cardápio da população urbana, que a cada dia come mais carne, pode-se concluir que o plantio de eucaliptos em áreas de pastagem trará a destruição de mata nativa em outras localidades, visando à abertura de novos pastos.

4.2.2.1.1.1 A efetividade das contribuições do Projeto Plantar para o Desenvolvimento Sustentável

Conforme se percebe pelas alegações do Movimento, acima expostas, suas críticas em relação à não aceitação do Projeto Plantar enquanto um projeto de MDL estão diretamente relacionadas ao fato de que, para seus integrantes, um projeto que tenha como base plantações de eucalipto jamais poderá ser enquadrado como promotor de desenvolvimento sustentável. O Movimento traz informações sobre o histórico da empresa na região, procurando comprovar que esta já causou importantes impactos negativos aos moradores locais e ao meio ambiente. No entanto, à exceção da utilização do modelo de monocultura de eucalipto e suas conseqüências, não há argumentos tratando da não contribuição do Projeto propriamente dito para o desenvolvimento, de forma sustentável, do local onde está sendo desenvolvido.

A Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima (CIMGC), representando no Brasil a Autoridade Nacional Designada (AND) para tratar do MDL, obriga as empresas proponentes a apresentar estudos sobre os impactos ambientais da atividade de projeto a ser desenvolvida, bem como quais as efetivas contribuições para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Dessa forma, na seção D do Documento de Concepção do Projeto Plantar (DCP), é possível encontrar a informação de que houve a realização de estudos de Avaliação de Impacto Ambiental e Social, preparados por uma equipe técnica multidisciplinar.

Como resultado desse estudo, a empresa afirma (GRUPO PLANTAR, 2007A, pág. 49), visto o projeto apresentado referir-se a melhorias do processo na atividade de carbonização, “nenhum impacto negativo relevante é esperado”. A empresa ainda argumenta que se baseará em plantações de eucalipto manejadas de acordo com a legislação brasileira como fonte renovável de matéria-prima, ressaltando que as áreas onde as unidades de carbonização do Projeto estão localizadas, “tem sido certificadas por um sistema ambiental respeitado

independente internacional (Forest Stewardship Council)” (GRUPO PLANTAR, 2007a, pág. 49).

A Plantar apresenta também, no Anexo 4 de seu DCP, um “Plano de Monitoramento para as Atividades de Carbonização do Projeto Plantar”, onde se encontra, em suas páginas 20 e 21, como será realizado o monitoramento das questões sociais e ambientais. Nesse documento, a empresa assegura atenção especial ao “recrutamento e seleção de pessoas locais”, no “desenvolvimento de suas capacidades profissionais”, afirma haver atenção especial às questões de segurança e saúde do trabalhador, sendo esta controlada por um Programa para Controle de Saúde Ocupacional (PCMSO). Há informações, ainda, relativas ao Padrão Abrinq utilizado pela empresa, e ao sistema de gestão da qualidade já adotado.

Além dos empregos gerados, especificados Tabela 5 (acima), a empresa declara que o Projeto trará diversos benefícios sociais e ambientais para a região onde for desenvolvido, a exemplo de: manutenção de, pelo menos, 20 hectares de floresta nativa preservada para cada 100 hectares de floresta plantada; preservação da fauna e da flora e proteção das nascentes d’água; implantação de corredores ecológicos; recuperação de áreas degradadas; capacitação e educação ambiental aos trabalhadores (PROTOCOLO, 2007).

Segundo informações da equipe de Projetos de Carbono da Plantar (ANALISTA DE PROJETOS N. 2, ANALISTA AMBIENTAL, 2007), visto tratar-se de uma parceria com o PCF e de utilizar áreas de plantio certificadas pelo FSC, o Projeto Plantar é pautado por altos padrões de sustentabilidade, contando com diversos indicadores de sustentabilidade ambiental e social.

Dentre os diversos aspectos ambientais monitorados pelo FSC ou pelo Banco Mundial, destacam-se: a) monitoramento de indicadores qualitativos e quantitativos da fauna e flora; b) monitoramento de espécies de fauna local ameaçadas de extinção; c) identificação e preservação de áreas de alto valor de conservação; d) monitoramento trimestral dos aspectos físicos, químicos e biológicos das águas que correm pelas propriedades da Plantar; e) campanhas de educação ambiental em parceria com as escolas públicas locais e comunidades vizinhas; f) medidas intensas de prevenção a incêndios, como a construção de grandes torres de vigilância, realização de campanhas de conscientização, manutenção e treinamento de brigadas anti-incêndio devidamente equipadas; g) manejo adequado de áreas de plantio,

reservas legais e áreas de preservação permanente. Entre os compromissos adotados nesse tipo de manejo estão o cultivo mínimo, a proteção do solo, a realização de aceiros, a manutenção de corredores ecológicos, o controle de nutrientes para o solo etc. (GRUPO PLANTAR, 2008).

Já entre os aspectos sociais e econômicos envolvidos sobressaem-se: a) o plantio de árvores, o manejo e a produção de carvão vegetal são considerados, de acordo com a Plantar, atividades de grande geração de empregos no meio rural, normalmente regiões pobres e carentes de emprego e renda; b) apenas na região de Curvelo, Minas Gerais, o empreendimento teria trazido mais de 1200 empregos diretos; c) desenvolvimento de parcerias em diversos projetos sociais com as comunidades locais, prefeituras e demais instituições da sociedade civil; d) monitoramento das condições de trabalho e saúde dos colaboradores; e) as atividades do projeto são descentralizadas, desenvolvidas por pequenas e médias empresas, todas de capital nacional, sem depender de insumos importados; f) o ferro gusa, além de suprir o mercado interno, é exportado, gerando divisas para o país; g) o Projeto contribui significativamente para a arrecadação de impostos, sendo o principal gerador de receitas na maioria dos pequenos municípios onde as indústrias e os reflorestamentos se instalam (GRUPO PLANTAR, 2008).

4.2.2.2 A certificação FSC e sua aplicabilidade às plantações florestais de eucalipto

Um outro ponto de grande destaque encontrado nas críticas do Movimento ao Projeto Plantar é a sua vinculação à certificação FSC. Em vários pontos das cartas-manifesto verificam-se críticas ao Banco Mundial, por esse organismo financeiro considerar a obtenção da certificação FSC suficiente para comprovar a sustentabilidade das plantações de eucalipto do projeto e, também, para garantir parte de sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Em realidade, a investigação sobre a certificação da Plantar, analisada à mesma época que a de outra empresa do setor florestal, a V&M Florestal, foi objeto, em outubro de 2002, de uma avaliação coordenada pelo WRM, onde se concluiu pela necessidade de revisão nos critérios e

princípios do FSC, no que tange à certificação de plantações florestais (WRM, 2002). Essa mesma investigação teria sido, segundo informações de uma das integrantes do movimento, a principal impulsionadora das críticas ao Projeto Plantar.

a questão da certificação anda junto com a questão do MDL. Não há como separar. Você não vai ter como não discutir as duas coisas, porque **a certificação, enquanto mercado, só ganha força por causa do MDL.** Eu já estou especulando, mas é uma especulação que tem sentido, pelo que está acontecendo. As duas coisas andam juntas (...) **A certificação no Brasil está crescendo por conta do MDL, porque as empresas têm interesse em pegar esse mercado e uma das vias é a certificação.** Vou dar um exemplo básico. Eu estive no Canadá falando da atuação da Plantar e o pessoal me perguntou: “mas o FSC diz que a empresa é sustentável ambientalmente, então, se o FSC diz, nós vamos liberar.” Quer dizer, tem uma autoridade internacional que legitima o processo (...) Inclusive a FASE inicialmente ela integrava o FSC. Só que o FSC ele mudou. Inicialmente não era para certificar áreas de grande porte. Ele era para certificar áreas de florestas nativas mesmo, só que com o passar do tempo mudou. Em 96 abriu para plantação de grande porte, e aí, é por isso que o pessoal questiona. Originalmente o FSC não tinha esse caráter, de grande escala. A larga escala que é questionada nesse processo todo. Se quiser plantar o eucalipto pode plantar mas não tem esse fim comercial que acaba com o processo todo. (...) Então o movimento contra vem daí, dessa questão da certificação abrir espaço para uma atuação das áreas via MDL. (INTEGRANTE DO MOVIMENTO Nº 1, informação verbal, 2007, grifo nosso).

Quando se descobriu que a Plantar estava buscando a re-certificação de sua área e, apoiada nisso, iria buscar a obtenção de financiamento do mercado de carbono para ampliar, ainda mais, suas áreas de plantio, a WRM resolveu ampliar o estudo, que inicialmente envolvia apenas a W&M Florestal, para abranger também a Plantar. O Movimento “aproveitou esse estudo da certificação para realizar uma pressão internacional contra o projeto Plantar, já que se ela tinha um certificado que com uma série de conflitos locais” (INTEGRANTE DO MOVIMENTO Nº 1, informação verbal, 2007).

Durante todo o processo de coleta de dados e informações sobre as estratégias de regulação de conflitos socioambientais utilizados pela Plantar, constatou-se grande interação entre o Projeto Plantar e a certificação das florestas da Plantar pelo FSC. No próprio Documento de Concepção do Projeto, a Plantar declara que,

Em resposta à recomendação para uso de critérios adicionais de sustentabilidade, esclarecemos que todas as áreas de plantio de florestas do projeto são certificadas de acordo com os rígidos princípios e critérios do FSC (Forestry Stewardship Council). Reiteramos ainda que diversos indicadores sociais e ambientais do projeto são monitorados, atendendo inclusive obrigações contratuais, que são verificadas por auditores independentes (MCT, 2007a, pág. 54).

A Analista de Projetos n. 1 (2007, informação verbal) declara ainda que “a certificação FSC foi um pré-requisito do Banco Mundial. Para você ter um contrato junto ao Banco Mundial você teria que ter a certificação FSC. Então a gente foi se adequando de acordo com os requisitos do FSC”.

Dessa forma constata-se que, efetivamente, a certificação de parte das plantações da Plantar pelo FSC teve um peso importante nas críticas realizadas a seu projeto de MDL.

Importante ressaltar que as críticas do movimento ambientalista à concessão de certificados de bom manejo florestal às plantações de eucalipto são anteriores às questões relativas ao MDL. Em realidade, como se viu no item sobre a Origem e Formação do Movimento, as críticas ao Projeto Plantar tiveram início quando uma equipe ligada à WRM foi ao interior de Minas Gerais para avaliar a certificação FSC de uma outra empresa: a V&M Florestal. Ressalta-se, no entanto, que essa empresa também procurou obter créditos de carbono para suas plantações, no que, até o momento, não foi bem sucedida.

Considera-se, então, fundamental conhecer mais profundamente o que é a certificação FSC. De acordo com a FSC Brasil (2008), o conceito Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal) começou a ser desenhado em 1990, quando um grupo de compradores de madeiras, juntamente com representantes de organizações ambientais e um grupo de trabalho de direitos humanos identificaram a necessidade de um sistema “creditável e honesto” para identificar florestas bem manejadas. Andrade e Dias (2003) informam que a iniciativa para sua criação foi liderada pela WWF (*World Wildlife Fund*), fundação internacional que trabalha em rede em prol do meio ambiente (ANDRADE, 2000).

“Após processos de ampla consulta em vários países e com apoio de movimentos socioambientais, em 1993 foi criada a organização Forest Stewardship Council- IC, em assembléia de fundação com mais de 130 participantes de 26 países na cidade de Toronto, Canadá.” (FSC BRASIL, 2008). A principal missão da organização seria o desenvolvimento de princípios e critérios universais, conciliando os interesses dos grupos das câmaras ambientais, sociais e econômicas.

À mesma época, iniciam-se grupos de trabalho e organizações nacionais, que integram a rede global do FSC. Essas organizações locais e independentes, a exemplo da FSC Brasil, atuam

como representantes do FSC em seu país de origem, promovendo a certificação e o consumo de produtos certificados, desenvolvendo padrões nacionais ou regionais adequados à realidade local, realizando consultas com os grupos de interesses locais e atuando como fórum de resolução de conflitos.

A estrutura de rede de FSC Internacional é formada, então, por: 1) Iniciativas Nacionais. Podem ser uma pessoa de contato, um grupo de trabalho ou um escritório permanente. O Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, o FSC Brasil, é um escritório permanente, reconhecido pelo FSC Internacional em 2002. É o maior escritório da América Latina. 2) Agentes nominais. São indivíduos ou organizações que têm papel de administrar e monitorar o uso da logomarca do FSC no país. Eles emitem, aprovam e controlam o uso da logo. 3) Escritórios Regionais. São centros de serviços para as Iniciativas Nacionais, promovendo capacitação e maior integração regional. Também apóiam os processos de certificação em países que não possuem uma Iniciativa Nacional. Atualmente existem quatro escritórios regionais do FSC: África, Ásia, Europa e América Latina; 4) FSC Centro Internacional. Localizado em Bonn, na Alemanha. Coordena as atividades dos escritórios regionais e ações de integração com as Iniciativas Nacionais (FSC BRASIL, 2008).

Visando a promover o manejo florestal ambientalmente responsável, socialmente benéfico e economicamente viável, o FSC está estruturado em 03 câmaras – social, ambiental e econômica –, sendo que as entidades ambientalistas e sociais dispõem de 75% dos votos e as instituições econômicas, 25%. A FSC Brasil (2008) informa que a certificação é realizada por organizações credenciadas e resulta num selo verde, com o aval e a marca do FSC, que distingue e confere maior valor ao produto feito com os insumos extraídos da área florestal certificada.

O FSC baseia o seu processo de certificação florestal em 10 Princípios e Critérios (P&C)³, utilizados por todas as iniciativas nacionais, estabelecidos por votação através de suas três câmaras, com o propósito de informar os consumidores sobre a garantia do manejo

³ Os 10 Princípios e Critérios do FSC são: 1) Obediência às Leis e aos Princípios do FSC; 2) Responsabilidades e direitos de posse e uso da terra; 3) Direitos dos Povos Indígenas; 4) Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores; 5) Benefícios da Floresta; 6) Impacto Ambiental; 7) Plano de Manejo; 8) Monitoramento e Avaliação; 9) Manutenção de florestas de alto valor de conservação; e 10) Plantações. Mais detalhes em www.fsc.org.br

sustentável das florestas. Adicionalmente aos P&C, o FSC recomenda que cada país desenvolva padrões e indicadores nacionais de desempenho ambiental, adequando e detalhando os P&C gerais a cada realidade local (FSC BRASIL, 2008).

A Iniciativa Nacional brasileira é representada pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil), uma organização não governamental sem fins lucrativos, formada por representantes de organizações dos setores sociais, ambientais e econômicos. A organização tem como missão “difundir e facilitar o bom manejo das florestas brasileiras conforme Princípios e Critérios que conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica.” (FSC BRASIL, 2008). O FSC Brasil foi concebido por um grupo de trabalho em 1996, sendo posteriormente constituído em assembléia em setembro de 2001 e credenciado como Iniciativa Nacional do FSC em 2002. Ainda segundo o FSC Brasil, trata-se de organismo financeiramente independente do FSC Centro Internacional, capturando “recursos através de convênios, consórcios e parcerias com empresas, ONGs e poder público, além da contribuição anual dos seus associados.” (FSC BRASIL, 2008).

Igualmente ao FSC Internacional, o sistema de governança praticado pelo FSC Brasil também possui um Conselho Diretor Deliberativo, composto por três membros de cada câmara setorial: social, ambiental e econômica. Tanto as câmaras social quanto a ambiental são compostas por organizações não-governamentais, sem fins lucrativos. A câmara social inclui, também, associações comunitárias e de Povos Indígenas, bem como entidades e pessoas compromissadas com o campo social. A câmara ambiental constitui-se, também, de instituições de pesquisas, e indivíduos com interesse no manejo ambientalmente saudável das florestas e plantações. Já a câmara econômica inclui organizações e indivíduos com interesse comercial, como, por exemplo, indústrias, associações comerciais, atacadistas, varejistas, comerciantes e associações de consumidores.

De acordo com o FSC Brasil (2008), suas principais atividades são: 1) coordenar o desenvolvimento de padrões de certificação nacionais e regionais de manejo florestal; 2) coordenar consultas junto às operações florestais certificadas no Brasil e movimentos interessados na certificação sobre as propostas de políticas do sistema FSC; 3) atuar como agente nominal da logomarca FSC; 4) ser um centro de informações para o desenvolvimento de inteligência de mercado sobre florestas e produtos com a certificação FSC; 5) atuar na resolução de conflitos envolvendo partes interessadas no sistema de certificação FSC; 6)

sensibilizar diversos atores da sociedade sobre o manejo florestal, a certificação FSC e seus benefícios, bem como coordenar atividades e iniciativas que divulguem e promovam o manejo florestal e a certificação FSC junto a produtores e consumidores; 7) esclarecer e/ou capacitar empreendimentos certificados e em processo de certificação sobre o sistema FSC, seus padrões e políticas.

A certificação é um processo voluntário, sendo a avaliação do empreendimento florestal realizada por uma organização independente, a certificadora, verificando-se o cumprimento de questões ambientais, econômicas e sociais que fazem parte dos Princípios e Critérios do FSC (FSC BRASIL, 2008). Após a avaliação, realizada por uma certificadora (existem, de acordo com o site da FSC Brasil, seis empresas certificadoras operando no país), e da adequação de eventuais não conformidades, ocorre a certificação da operação florestal, sendo emitido um resumo público. Após esse processo, é realizado ao menos um monitoramento da operação ao ano.

Outro ponto interessante a ser destacado em relação à certificação FSC é a existência de um processo formal de resolução de conflitos. A organização alega que, sendo o FSC um sistema que busca integrar aspectos ambientais, sociais e econômicos, há o envolvimento de diferentes perspectivas dos grupos de interesse. Com isso, seria natural a ocorrência de desentendimentos sobre padrões de certificação, práticas de manejo florestal ou decisões sobre a certificação. A FSC destaca que o ideal é que as partes busquem um alinhamento. No entanto, quando isso não é possível, recorre-se aos procedimentos formais para a resolução de conflitos. “O processo de resolução de conflitos é um caminho saudável e democrático para solucionar problemas, melhorando a desempenho do sistema FSC e suas certificadoras.” (FSC BRASIL, 2008).

Justamente buscando o consenso entre os atores envolvidos em um processo de certificação de manejo florestal, o FSC considera que sua certificação deve envolver, necessariamente, os grupos de interesse múltiplos, global e localmente. Para favorecer essa participação, O FSC considera obrigatória a realização de consultas públicas de dois tipos: 1) parte do processo de certificação da Unidade de Manejo Florestal (UMF). Tem como objetivos permitir a participação da sociedade no processo de certificação, colhendo informações sobre as práticas socioambientais do empreendimento e permitindo tanto ao empreendimento quanto à certificadora conhecer os impactos do manejo de determinado empreendimento. Essa reunião, conduzida pela certificadora, é considerada um importante espaço para a

manifestação dos movimentos sociais e da sociedade local; e 2) parte do processo de desenvolvimento de políticas e padrões de certificação. Tem o propósito de manter a transparência do processo de desenvolvimento dos padrões e proporcionar um foro estruturado para as contribuições dos grupos de interesse (FSC BRASIL, 2008).

De acordo com lista divulgada pela FSC Brasil, existem 69 florestas certificadas pelo selo no país, operadas por empresas ou por grupos comunitários. Destas, 43 correspondem a plantações florestais, e 26 são efetivamente florestas nativas. O produto certificado é bastante variado, incluindo desde toras de espécies da Amazônia, toras para serraria, óleos, sementes, pinus, entre outras. Importante assinalar, que entre as 43 plantações certificadas pela FSC Brasil, 21 apresentam o eucalipto entre seus produtos, sendo que apenas 13 trabalham exclusivamente com essa espécie vegetal.

Ainda segundo a organização, o Brasil ocupa posição de destaque na certificação de plantações através do sistema do FSC. Há no país mais de 1,5 milhões de hectares de área certificada, o que representa aproximadamente 25% do total de áreas de plantações certificadas no mundo (FSC BRASIL, 2008).

Segundo afirma Andrade (2000), as ONGs são os principais influenciadores do desenvolvimento dessa demanda ambiental, caracterizada por uma certificação de boas práticas de manejo florestal. Essa atuação se dá tendo como foco principal os consumidores de produtos cuja matéria-prima é a madeira, e estes, por sua vez, pressionam o comércio. Com isso, as ONGs contribuíram, conforme os autores, para que muitas cadeias de lojas de departamentos começassem a atuar de forma articulada, exercendo uma maior pressão ambiental sobre as empresas ligadas ao setor florestal e de celulose.

Interessante ressaltar que, de acordo com Andrade (2000), apesar de o FSC “ser o sistema de certificação florestal mais avançado em escala mundial, e ser solidamente apoiado por algumas ONGs mais influentes, o que lhe assegura inegável credibilidade, o FSC vem enfrentando resistências por parte da área empresarial” (ANDRADE, 2000, pág. 186). Baseado nos ensinamentos de Roxo (1995 e 1996), o autor afirma que apesar de a iniciativa de constituição do FSC ser considerada positiva pelos agentes econômicos, especialmente pelo fato de basear-se na crença de que o manejo florestal sustentável é possível, uma parcela desses agentes critica duramente o processo de certificação florestal FSC.

Neste trabalho, não foram verificadas críticas ao FSC por parte de atores sociais advindos do meio empresarial, mas sim das próprias ONGs, que anteriormente haviam sido os principais incentivadores da criação da certificação, de associações ligadas à questão da terra, dos direitos humanos, de populações tradicionais como índios e quilombolas, de indivíduos engajados na questão ambiental, de sindicatos e de movimentos sociais. Verifica-se que, para os integrantes do Movimento Contrário à Plantar, consideram “os certificados do selo “verde” FSC que supostamente estabelecem que o manejo das plantações deve ser ambientalmente adequado, socialmente responsável e economicamente viável, são altamente questionáveis” (SUPTITZ, 2004).

Nessa mesma carta-manifesto encontra-se a afirmação de que a certificação da Plantar e da V&M por parte da FSC

têm resultado numa ampla crítica das ONGs e Movimentos Sociais ao FSC, por causa das conseqüências sociais e ambientais dessas empresas. (...) No entanto, em quase todos os casos onde plantações, em larga escala, têm sido certificadas, a emissão dos certificados tem causado controvérsias significativas, erodindo aos poucos a integridade e credibilidade do FSC como um sistema saudável de certificação. Os certificados da Plantar bem como da V&M Florestal não são exceção à regra” (SUPTITZ, 2004).

A avaliação realizada pela WRM no ano de 2002, sobre a certificação das duas empresas acima citadas, resultou em um extenso relatório amplamente divulgado pela organização. Nele, constata-se que a análise desses dois processos de certificação, em realidade, fez parte de um projeto maior da WRM de discussão do próprio processo de certificação da FSC. Nesse propósito, a organização realizou duas pesquisas: uma no Brasil, envolvendo a V&M e a Plantar, e outra na Tailândia, tendo como principal foco a análise do Princípio 10⁴, relativo a Plantações (WRM, 2002). Ou seja, o processo de certificação da Plantar foi utilizado, em todo o mundo, como um exemplo de não adequação de plantações florestais de eucalipto a um modelo de “bom manejo florestal”.

⁴ “Princípio 10. Plantações. As plantações devem ser planejadas e manejadas de acordo com os Princípios e Critérios de 1 a 9 e o Princípio 10 e seus Critérios. Considerando que as plantações podem proporcionar um leque de benefícios sociais e econômicos, e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, recomenda-se que elas complementem o manejo, reduzam as pressões, e promovam a restauração e conservação das florestas naturais.” (FSC BRASIL, 2008)

De acordo com esse relatório, a idéia de realizar uma análise independente surgiu de um entendimento compartilhado por muitas organizações e movimentos socioambientalistas, tanto do Norte como do Sul, em relação à certificação de milhões de hectares de plantações uniformes e de larga escala de árvores ao redor do mundo. Esses grupos questionariam, justamente, a “sustentabilidade” desses cultivos, quesito questionado desde a inclusão do Princípio 10, por parte da FSC. Através desses estudos pretendiam-se, então, elementos e subsídios para discutir, junto à FSC, melhorias em seu sistema de certificação (WRM, 2002) que, segundo seus próprios princípios basilares, prima pela transparência e pela governança envolvendo as opiniões e interesses de diversos atores estatais.

O “acaso” de ter sido escolhida como uma das empresas representantes, no Brasil, de uma análise detalhada sobre o manejo florestal de plantações em larga escala, justamente no momento em que estava pleiteando financiamento, via um dos órgãos de um dos principais atores globais do mercado de carbono mundial, o PCF do Banco Mundial, trouxe repercussões à Plantar. Definitivamente, a empresa, seu processo de certificação e seu projeto de MDL foram colocados à prova para serem analisados por toda uma gama de atores sociais que compõem a governança ambiental global.

Ao analisar o processo de certificação da Plantar, em 2002, o Movimento teria encontrado sérios erros da certificadora SCS que inviabilizariam a concessão do selo. Um dos pontos que o Movimento considera mais graves é que, contrariamente ao que é pregado pela FSC, os princípios de governança local não teriam sido seguidos, sendo que “nenhuma representação dos trabalhadores, nem das comunidades locais, foi consultada” (AGB *et al*, 2003). O relatório de análise das certificações brasileiras afirma que entre as ONGs consultadas pela certificadora SCS estaria apenas uma, a AMDA, e entre os líderes locais, tão somente o prefeito de Curvelo (WRM, 2002, pág. 6). O documento identifica e enumera diversos *stakeholders* que, por algum motivo, teriam ficado totalmente ausentes das considerações sobre a certificação FSC.

Essa alegação é rebatida pela Plantar em uma carta endereçada aos investidores do PCF, datada de 11 de abril de 2003, exatamente 16 dias após o envio do que teria sido a primeira carta do Movimento. Nela a empresa afirma que “comunidades locais têm sido consultadas freqüentemente a respeito da presença da Plantar na região, tanto por meio de audiências públicas do FSC, bem como pela consulta aos *stakeholders*, realizada no início de nosso

relacionamento com o Banco Mundial” (GRUPO PLANTAR, 2003, pág. 2). A mesma carta informa que representantes e trabalhadores rurais foram consultados sobre a certificação FSC, e “seus comentários e preocupações foram devidamente considerados pelos auditores” (GRUPO PLANTAR, 2003, pág. 7), conforme registrado no relatório de re-certificação da empresa.

As outras críticas mais contundentes à certificação da Plantar estão amparadas, principalmente, no histórico de impactos sociais e ambientais ligados mais especificamente ao modelo de monocultura de eucalipto, amplamente discutido no item anterior, e à gestão socioambiental até aquele momento praticados pela empresa, o que será discutido posteriormente.

Em nível global, as críticas dos movimentos e organizações socioambientalistas solicitando a revisão dos critérios de certificação ligados às plantações florestais parecem estar surtindo efeito. Tanto isso é verdade que se iniciou, em 2004, um processo global de revisão do princípio 10 da certificação FSC. Considerando-se que, àquele ano de 2004, segundo dados da FSC Brasil (2008b), havia mais de cinco milhões de hectares de plantações certificadas pelo padrão FSC, e reconhecendo-se que “a execução dos princípios e dos critérios de FSC para o manejo de plantação está aberta a uma gama de interpretações controversas” (FSC BRASIL, 2008b), os membros da FSC concordaram com a necessidade de revisar o padrão, buscando sua melhoria.

Em princípio, previa-se que o processo de revisão do princípio 10 seria realizado no prazo de dois anos, sendo que, em 2005, seriam analisados os aspectos políticos e, em 2006, os aspectos técnicos. Apenas para se ter uma idéia da complexidade da governança envolvida nesse processo destaca-se que, na primeira reunião sobre a revisão, ocorrida em setembro de 2004, na Alemanha, houve a participação de mais de 100 pessoas provenientes de cerca de 30 países. Cabe citar, ainda, que o Grupo de Trabalho sobre as questões políticas envolvidas nesse processo de revisão é composto por membros integrantes tanto dos países do Norte como do Sul.

Além das reuniões globais, o processo de revisão previu encontros nacionais em países com grande extensão de plantações, sendo que, “nesse caso o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal desempenha um papel importante como articulador nacional, em que se pretende

colher o máximo de contribuições por parte dos atores envolvidos no Brasil” (FSC BRASIL, 2008b). Dessa forma, o FSC Brasil não apenas faz parte do Grupo de Trabalho de Políticas do FSC Internacional, como foi formado, no país, “um Grupo de Trabalho que acompanha todo o processo de revisão, coletando as posições, opiniões, sugestões e críticas sobre a certificação FSC sobre florestas plantadas” (FSC BRASIL, 2008b).

Diante da complexidade do processo, o prazo previsto para sua conclusão já se encerrou. Após 18 meses de discussões, foi possível finalizar os trabalhos sobre a arena política dos debates, sendo elaborado um documento a ser apreciado pelo FSC Internacional. De acordo com o FSC Brasil, “as recomendações feitas pelo Grupo de Trabalho trazem elementos importantes como gestão social integrada, consultas públicas mais eficientes, integridade do ecossistema, data de conversão entre outros e representa um avanço na discussão sobre o manejo das plantações no mundo” (FSC BRASIL, 2008b).

Ressalta-se que a reunião de consulta nacional realizada pela FSC Brasil sobre o Processo Global de Revisão de Plantações foi realizada em Belo Horizonte, no dia 18 de outubro de 2005. De acordo com o “Comunicado Público do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal sobre visita de campo do Processo Global...”, foi nessa reunião que se estabeleceu um processo de diálogo com a Rede Alerta contra o Deserto Verde. De acordo com o FSC Brasil (2008b), houve a proposta, por parte da Rede, de que o processo de consulta saísse de Belo Horizonte e fosse levado para as localidades onde estão as comunidades e organizações afetadas pelas plantações. No entanto, essa visita não foi realizada até o fechamento das contribuições brasileiras para o processo global, por incompatibilidade de agendas e discordâncias sobre o local dos encontros.

Nesse mesmo documento é possível encontrar a afirmação de que

O Conselho Diretor e a iniciativa nacional reconhecem que há desafios a superar para a melhoria da certificação FSC de plantações e um deles é construir de fato um diálogo com o movimento socioambiental, com objetivo de elaborar uma agenda positiva para o manejo florestal responsável. Como resultado, foi desenvolvido uma estratégia socioambiental que construiu uma plataforma de diálogo com as comunidades diretamente impactadas pelas florestas plantadas certificadas FSC (FSC BRASIL 2008b).

A estratégia socioambiental acima referida prevê a realização de visitas de campo e encontros entre a iniciativa nacional e do Conselho Diretores com membros de comunidades, bem como

movimentos sociais e ambientais nas regiões onde existem plantações florestais certificadas pelo FSC no Brasil. O principal objetivo seria conhecer e avaliar o desempenho das empresas nas questões ambientais e, principalmente, nas sociais, e conscientizar a comunidade do entorno sobre o FSC, seus mecanismos e ferramentas de controle, que estão a serviço da comunidade através da certificação (FSC BRASIL, 2008b).

Cabe aqui informar que, independentemente do volume de críticas existentes à certificação FSC da Plantar, inicialmente obtida em 1998, a empresa obteve sua primeira re-certificação no ano de 2003, e novamente em 2006. Cabe ressaltar que as críticas atingem, bastante fortemente, a própria certificadora, a SCS (Scientific Certifications Systems), por não observar adequadamente os Princípios & Critérios da FSC.

De acordo com o Relatório de Re-Certificação (SCS, 2006), esse último processo foi conduzido a pedido da própria empresa, tendo o objetivo de comprovar se ela estava cumprindo as regras mais atuais do FSC disponíveis à época da visita de campo. Esse mesmo documento apresenta a pontuação obtida pela empresa nos três elementos de avaliação para a verificação de uma “floresta bem manejada”, quais sejam: 1) Sustentabilidade dos recursos florestais (89 pontos); 2) Manutenção do ecossistema florestal (82 pontos); 3) Considerações financeiras e sócio-econômicas (81 pontos). Ressalta-se que a pontuação mínima necessária, em uma escala de 0 a 100, para a obtenção de um resultado positivo é de 80 pontos.

Obviamente, o cumprimento aos dez Princípios e Critérios do FSC também é avaliado nesse processo, obtendo a seguinte pontuação: 1) Obediência às leis e aos princípios do FSC (86 pontos); 2) Direitos e responsabilidades de posse e uso da terra (82 pontos); 3) Direitos das comunidades indígenas e comunidades tradicionais (não aplicável); 4) Relações comunitárias e direitos dos trabalhadores das Unidades de Manejo Florestal (81 pontos); 5) Benefícios das florestas/plantações florestais (87 pontos); 6) Impacto ambiental (84 pontos); 7) Plano de manejo (85 pontos); 8) Monitoramento e avaliação (88 pontos); 9) Manutenção de florestas de alto valor de conservação (84 pontos); e 10) Plantações florestais (85 pontos).

Em tabela em que destaca os pontos fortes e fracos de cada um desses princípios, bem como apresenta as condicionantes para a certificação, pode-se observar que as maiores dificuldades da Plantar estão justamente no item 4, que trata das relações comunitárias. Nesse quesito, na avaliação de 2002, a empresa recebeu nove condicionantes, entre as quais se destaca, diante do objeto de estudo desta pesquisa, a “necessidade de aprimorar as formas de se comunicar ou interagir com as populações locais” (SCS, 2006, pág. 37).

Observa-se que desde 2002, ano em que se iniciam os manifestos contrários a Plantar, a certificadora vem estabelecendo diversas condicionantes ligadas à relação da empresa com seus públicos de interesse. Essas condicionantes, bem como as ações da empresa no sentido de cumpri-las, serão apresentadas posteriormente, no item que trata sobre as estratégias de relacionamento político-institucional adotadas.

Importante citar ainda que, em virtude da ampla divulgação, via WRM, sobre as críticas à certificação da Plantar, no ano de 2004, a empresa sofreu duas avaliações, sendo uma com a participação da FSC Internacional (ANALISTA AMBIENTAL, 2007, informação verbal). Já em maio de 2005, houve a realização de uma auditoria surpresa (SCS, 2006). Detalhes adicionais sobre essas auditorias serão apresentados posteriormente.

No ano de 2006, não houve observações significativas no tocante a aspectos ligados ao relacionamento político-institucional da Plantar (SCS, 2006). De acordo com informações do Analista Ambiental da Plantar, até fevereiro de 2008, a empresa não havia recebido o relatório de re-certificação, referente à auditoria realizada em 2007.

4.2.2.3 Dúvidas em relação à efetividade de uma plantação florestal enquanto “sumidouro de carbono”

Em ao menos um ponto dos conflitos socioambientais relacionados ao Projeto Plantar há um consenso entre a empresa e os integrantes do Movimento: ambos concordam que as questões relativas aos chamados “sumidouros de carbono” são extremamente complexas (ACPO *et al*, 2003; GRUPO PLANTAR, 2003). Conforme visto no capítulo teórico, foram necessários anos de negociações entre todos os atores estratégicos da governança ambiental global para definição dos parâmetros dos projetos de LULUCF (*Land Use, Land-Use Change and Forestry* / Uso do Solo, Mudança de Solo e Florestas).

Acredita-se que, por conta dos diversos fatores responsáveis pela complexidade do tema “sumidouros de carbono” (não permanência dos gases, fugas, adicionalidade, impactos socioeconômicos), esse ponto também tenha merecido destaque por parte das críticas do Movimento ao Projeto Plantar. Questiona-se a efetiva contribuição de plantações de eucalipto

para promover o seqüestro de gás carbônico da atmosfera. Entre os principais argumentos apresentados pelo Movimento nesse sentido encontram-se

Acreditamos que o “seqüestro” de carbono por plantações de árvores nunca garantirá um seqüestro a longo prazo, já que mais cedo ou mais tarde o CO₂ fixado será liberado para a atmosfera, portanto o resultado do “balanço” será no máximo zero. Somente uma vegetação natural permanentemente preservada, como a mata atlântica ou o cerrado, podem garantir uma fixação de carbono a longo prazo (AGB *et al.*, 2003).

Além do mais, com esta forma temporária de “seqüestro” de carbono numa árvore, não há diminuição de gás carbônico, contrariando os objetivos do MDL. Quando isso vira precedente para outros negócios deste tipo, o MDL torna-se ainda mais uma farsa. (...) É questionável que as plantações em si funcionem como sumidouros de gás carbônico, tendo em vista o balanço ecológico do processo produtivo incluindo os produtos finais. O carvão é queimado imediatamente após a produção. Também a celulose, o papel e muitos produtos madeireiros têm um ciclo de vida limitado. (...) Além disso, o uso de máquinas e agrotóxicos nas plantações é baseado em produtos petroquímicos, contribuindo indiretamente para o desperdício de recursos não renováveis (WRM, 2003).

Verifica-se, então, a existência de vários questionamentos sobre a eficácia ambiental de se considerar o reflorestamento, ou melhor, as plantações florestais de eucalipto, como uma atividade benéfica para o seqüestro de CO₂ da atmosfera.

De acordo com a Plantar, “as florestas plantadas de eucalipto prestam um grande serviço ambiental na medida em que possibilitam a reciclagem do CO₂ já existente na atmosfera, por meio do processo de fotossíntese, estocam o carbono na biomassa e se tornam uma fonte de energia renovável na forma de carvão vegetal” (GRUPO PLANTAR, 2007). A Analista de Projeto n. 1 (2007) explica que a Plantar utiliza a denominação de seu carvão vegetal como “carbon neutro” pois, independentemente da liberação de carbono ocorrida no momento do corte ou no processo da queima, por exemplo, há sempre uma árvore de eucalipto em processo de crescimento naquele momento, que está realizando seu processo de fotossíntese, mantendo a equação equilibrada. Esse processo é chamado de “estoque dinâmico permanente”, pois enquanto uma parte das plantações está crescendo e há outra em fase de corte, há sempre uma terceira sendo plantada, e assim sucessivamente.

Cabe aqui lembrar que, tendo em vista a necessidade de separação entre a contabilização de emissões de GEE em processos industriais, e de seqüestro de gás carbônico, realizados por atividades florestais, a Plantar viu-se obrigada a separar o seu Projeto em três subprojetos. Com isso, até o momento a atividade de reflorestamento de 23.100 hectares com plantações

de eucalipto ainda não foi submetida à Autoridade Nacional Designada e, conseqüentemente, também não foi apresentada para validação do Conselho Executivo do MDL, o que deve ocorrer, de acordo com o Analista de Projetos n. 2 (2007), ainda em 2008.

Independentemente da polêmica ainda existente sobre esse tipo de projeto, além da Plantar, outras empresas produtoras de florestas plantadas já perceberam o grande potencial de mercado ligado ao seu negócio, tanto no reflorestamento, através do plantio de eucalipto e pinus, como através da manutenção de áreas nativas, com o florestamento. Exemplos disto: 1) Indústria de Papel e Celulose Klabin: primeiro projeto de compensação brasileiro aprovado pela CCX, referente à área de 10 mil hectares, localizada no Paraná; 2) Suzano, holding da Bahia Sul Celulose: obteve autorização para comercializar na CCX cinco milhões de toneladas de carbono, originadas de 40 mil toneladas de florestas de eucalipto localizadas no sul da Bahia; 3) Ara cruz Celulose: tornou-se, membro efetivo da CCX em maio de 2006. Seu projeto prevê o seqüestro de 100 mil toneladas de carbono nas florestas da empresa na Bahia e no Espírito Santo; 4) Celulose Irani S/A, projeto autorizado pelas próprias Nações Unidas em setembro de 2006, sendo que os Certificados de Redução teriam origem na co-geração de energia elétrica à base de biomassa (VENTURA; ANDRADE, 2006).

4.2.2.4 Relação entre a empresa e suas partes interessadas tanto no momento de obter a certificação FSC quanto para legitimar seu projeto de MDL

Entre as críticas do Movimento ao Projeto estaria a ausência de contato entre a empresa e seus *stakeholders*, não apenas no que se refere à oitiva das partes interessadas, requisito básico obrigatório para um projeto de MDL, como também durante o processo de certificação FSC, que exige a realização de audiências públicas envolvendo esses atores sociais. O Movimento afirma que

durante o processo de certificação FSC da Plantar no período de 1998 a 2001, nenhum diálogo aconteceu com as comunidades locais durante os trabalhos de campo da certificadora SCS. Somente durante a última visita da SCS a Curvelo em outubro de 2002, para reavaliar a certificação, lideranças comunitárias afirmam que foram consultadas e que fizeram várias denúncias contra a empresa (ACPO *et al*, 2003).

Importante notar que, questionada sobre a realização de audiências públicas, ou eventos do gênero, para apresentação do Projeto Plantar aos respectivos públicos de interesse, a Plantar respondeu que “Para receber a certificação do FSC, o procedimento de audiência pública foi adotado em área que atualmente são configuradas como do projeto” (GRUPO PLANTAR, 2007c).

No tocante à realização de audiências ou reuniões públicas, a certificadora destaca que houve a realização de momentos, nos dias 17 de setembro e 21 de outubro de 2002. Já o trabalho de campo foi realizado entre os dias 21 a 25 de outubro de 2002 (SCS, 2006). Observe-se que as data informadas conferem com a informação do Movimento sobre a não realização de contatos com as partes interessadas até o ano de 2002. Entretanto ressalta-se que, de acordo com a certificadora, ela teria tomado conhecimento do relatório da WRM logo após a realização da auditoria de campo, em novembro de 2002 (SCS, 2006), justamente a data de publicação do relatório (WRM, 2002).

Além da realização das audiências, a SCS (2006) informa que foram visitadas algumas instituições em Belo Horizonte, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), a fim de já se iniciar a coleta de informações sobre a Plantar. Antes, durante e depois da visita de campo, a equipe teria contatado várias lideranças locais e ONGs. Ainda de acordo com a certificadora, a segunda reunião pública “caracterizou-se pela intensa participação dos representantes dos mais diversos segmentos da sociedade civil local e teve como objetivo levantar as preocupações da comunidade com relação às operações florestais da Plantar (...)” (SCS, 2006, pág. 14).

Procurando rebater as críticas apresentadas pelo Movimento de que, no momento da certificação FSC da Plantar, as partes interessadas não teriam sido ouvidas, a certificadora SCS apresentou, no relatório de re-certificação, a listagem completa de todos os *stakeholders* convidados a participar das audiências públicas (SCS, 2006). Nessa lista encontra-se o nome de 61 indivíduos e organizações, a exemplo de: diversas ONGs, com enfoque às ambientalistas, organizações sindicais, universidades e institutos de pesquisa, prefeituras, câmaras e secretarias municipais, escolas.

Efetivamente, é possível encontrar na relação de atores sociais convidados a discutir o

processo de certificação FSC da Plantar diversas organizações que viriam a fazer parte do Movimento Contrário ao Projeto Plantar. Ao mesmo tempo, é possível identificar diversos atores favoráveis à empresa, e que se manifestaram nesse sentido no dossiê elaborado pela Plantar para ser enviado aos investidores do PCF como prova de sua legitimidade perante seus *stakeholders*.

Um contraponto a essa relação dos convidados a participar da audiência pública está na relação de entidades entrevistadas durante o processo de certificação. Entre as nove instituições pesquisadas, apenas uma encontra-se entre os críticos da Plantar e seu projeto de MDL. Outro ponto de discórdia é que a lista traz o nome da FASE-ES como uma das convidadas. No entanto, o Movimento afirma que

a FASE-ES nunca foi formalmente convidada pela SCS para as audiências públicas sobre a certificação FSC da Plantar. (...) O que é mais relevante para nós é que vários interessados diretos (“stakeholders”) do próprio Estado de Minas Gerais não foram consultados durante o processo de certificação (ACPO *et al*, 2003, pág. 4).

Um fato a ser destacado é que, conforme informações do relatório de re-certificação, antes da auditoria de campo de 2002, não havia negociações diretas entre a Plantar e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curvelo. Tendo em vista que, até então, esse sindicato não se encontrava devidamente estruturado, era seguido o Acordo Coletivo firmado entre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e a Federação da Agricultura de Minas Gerais. A estruturação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curvelo ocorreu em 2002, contando com a participação de empregados da própria Plantar em sua diretoria, tendo ocorrido, neste mesmo ano, a primeira rodada de negociações para a elaboração de um novo Acordo Coletivo (SCS, 2006).

Mais especificamente sobre a coleta de opiniões favoráveis ao Projeto Plantar, o Movimento alega que

ultimamente, a Plantar tem buscado se aproximar das comunidades locais, como nunca fez antes, claramente com um único fim: coletar assinaturas para documentos de apoio à empresa e a seu projeto de “créditos de carbono”. E não houve nenhuma explicação pública sobre o que se trata exatamente esse projeto. (...) Plantar até organizou uma festa para comunidades locais (...). O objetivo da festa era conseguir assinaturas para uma moção de apoio à empresa (ACPO *et al*, 2003, pág. 1).

Além da alegada falta de contato por parte da empresa com seus *stakeholders*, o Movimento

afirma haver uma série de conflitos entre esses atores sociais. Como exemplos desses conflitos citam-se: a) restrições impostas pela Plantar sobre a tradição de deixar o gado solto para pastar; b) contaminação de água com agrotóxicos, ocasionando a falta generalizada de água; c) poucos empregos oferecidos à comunidade local; d) geração de “clima de medo” na população, afirmando que o futuro da empresa e o da comunidade dependem da aprovação do Projeto; e) desvio de estrada tradicionalmente usada pela comunidade, sem a efetiva consulta.

Cabe citar também que, de acordo com a Integrante do Movimento n. 1 (2007) e de matérias publicadas no Boletim da WRM, houve perseguição, por parte da empresa, aos integrantes do Movimento que participaram, por exemplo, das manifestações na COP de Milão.

4.2.2.5 Críticas à gestão socioambiental da Plantar.

Verifica-se, ainda, a existência de críticas em relação à empresa Plantar propriamente dita e ao seu modelo de gestão socioambiental. As cartas do Movimento ressaltam, por exemplo, que:

- A empresa possui um enorme passivo ambiental, ligado, especialmente, aos impactos negativos da eucaliptocultura e à utilização de carvão vegetal de madeira nativa.
- A empresa não dispõe de Estudo e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA).
- Há diversos problemas trabalhistas, tanto na área de carvoaria, quanto na florestal, sendo um dos mais citados a terceirização de atividades fundamentais ao seu negócio.
- As condições de trabalho dos carvoeiros é extremamente precária, sendo expostos à fumaça dos fornos, que contém gases tóxicos.
- O aumento da mecanização nas monoculturas diminui, a cada dia, o número de empregados (ACPO *et al*, 2003; AGB *et al*, 2003; SPUTITZ *et al*, 2004; WRM, 2006; OVERBEEK, 2007b).

Observa-se, no relatório de re-certificação da Plantar, que muitos dos aspectos destacados pelo Movimento foram alvo de condicionantes para a manutenção da certificação FSC da empresa. Não se entrará, nesta pesquisa, no detalhamento sobre as formas utilizadas pela empresa buscando solucionar os problemas efetivamente existentes, visto que isso fugiria dos objetivos pretendidos. Entretanto, percebe-se que a coação realizada pelo Movimento, teve

uma grande influência até mesmo sobre o olhar da empresa certificadora sobre a forma de atuação da Plantar. Ou seja, as pressões dos atores do espaço político-institucional impactaram a própria atuação de um dos principais elementos do espaço técnico-econômico da empresa, que é sua certificação FSC.

Impulsionada, então, tanto pelas influências do ambiente técnico-econômico como do político-institucional, percebe-se que, nos últimos anos, a Plantar vem buscando adequar-se às exigências de mercado para a gestão de sua qualidade e de seus aspectos socioambientais. Na opinião do Analista Ambiental da empresa,

A Plantar está evoluindo sua mentalidade nesse campo. Até a algum tempo atrás a gestão social caminhava desse jeito: alguém pedia alguma coisa e a gente dizia – vamos lá. Esta era a única ferramenta. Não vou dizer que isso continua. Mas passamos a trabalhar mais a questão de ver projetos consistentes e duradouros. E ver que nós não somos só uma empresa, nós somos, em primeiro lugar, um vizinho, nós somos fazendeiros também. Esta mudança de mentalidade foi muito importante mudar isto (ANALISTA AMBIENTAL, 2007, informação verbal).

Atualmente, a empresa afirma que a responsabilidade socioambiental é um compromisso assumido, sendo a análise dos impactos ambientais e sociais decorrentes de suas atividades uma preocupação primordial. Em seu *website*, na página sobre a Siderurgia, em área reservada para o meio ambiente, empresa afirma que

O cuidado com a qualidade dos insumos e dos sistemas de produção tem sido determinante para a integração da atividade siderúrgica ao meio ambiente, que, por sua vez, traduz a filosofia do Grupo Plantar: prosperar no mercado de ferro gusa obedecendo aos princípios do desenvolvimento sustentável, com a adoção de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (Clean Development Mechanism). (GRUPO PLANTAR, 2008)

Essa afirmação pode ser entendida como uma demonstração de que, para a Plantar, seu projeto de MDL está diretamente ligado ao atendimento das questões ambientais vigentes. A empresa afirma que o uso do carvão vegetal representa a melhor aplicação de tecnologia limpa no setor, promovendo a fixação de carbono, liberando oxigênio na atmosfera e, principalmente, não emitindo gases formadores de chuva ácida e nem contribuindo para o agravamento do efeito estufa (GRUPO PLANTAR, 2008). Ressalta-se que, não obstante a empresa afirmar que a utilização do carvão vegetal na indústria de siderurgia seja “a melhor aplicação de tecnologia limpa”, conforme visto no item 2.3.2.1, isso somente seria considerado uma técnica nível 1 se houvesse a redução da produção de resíduos diretamente na fonte. O que ocorre, no caso da Plantar, é a substituição de um insumo, o que o coloca

como uma redução no nível 2, ou seja, uma tecnologia mais limpa que a anterior, mas não necessariamente a mais limpa possível.

Em material institucional, na área relativa aos projetos de créditos de carbono, encontra-se o slogan “Estabelecendo padrões sustentáveis para o setor siderúrgico e sua cadeia de suprimentos” (GRUPO PLANTAR, 2007a). Vale citar que nesse mesmo material, encontram-se as logomarcas do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), uma clara demonstração de apoio dessas instituições ao Projeto Plantar.

Em diversos momentos, a empresa declara-se comprometida com a preservação do meio ambiente. A certificação de suas florestas pelo FSC é citada como comprobatória de sua ação socioambientalmente responsável. Informa, ainda, que o Carvão Plantar, produto final da Plantar Empreendimentos e Produtos Florestais Ltda, foi o primeiro produto brasileiro de uso doméstico a receber o certificado do FSC, atestando tratar-se de produto “ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável” (GRUPO PLANTAR, 2008).

Em material de uso interno sobre sua gestão socioambiental, produzido para dar suporte às avaliações e monitoramentos ligados tanto ao Projeto Plantar quanto à certificação FSC, a empresa afirma que “A Plantar faz parte das comunidades onde atua. É por isso que, cada vez mais, a empresa investe em projetos e ações que, contribuem, efetivamente, para transformar a realidade local” (GRUPO PLANTAR, 2007a, pág. 1). Nesse mesmo compêndio de ações, a empresa declara que boa parte de seus projetos sociais e ambientais são realizados em parceria com o poder público e com entidades parceiras. O texto informa que “da mesma forma que sempre mostrou seriedade com a qualidade de seus produtos e serviços, a Plantar também atua com responsabilidade social, “colhendo” resultados consistentes” (GRUPO PLANTAR, 2007a, pág. 1).

Como exemplos de projetos ligados à prática de responsabilidade socioambiental, apresentados pelo *website* do Grupo têm-se: a) Cidade dos Meninos de São Vicente de Paulo: duas casas com 16 (dezesseis) menores cada, oferecendo formação integral a crianças de baixa renda, através de cursos profissionalizantes; b) Estética Interiorana: aplicado mais especificamente aos municípios de Minas Gerais, oferecendo palestras, exposições e oficinas de sensibilização estético-cultural às comunidades. c) Semana do Meio Ambiente: realizada

anualmente buscando a promoção da conscientização para a preservação ambiental; d) Ame a Ema: projeto ligado à observação e acompanhamento do comportamento das Emas existentes nas propriedades do Grupo, visando à conscientização da população local para a conservação da espécie; e) Lobo Guará não é “Lobo Mau”: visa à preservação da espécie *Chrysocyon brachyurus*, em extinção, que é encontrada nas áreas da Plantar; f) Projeto Guariba: trabalha na coleta de dados sobre a população do macaco Guariba (*Allouata sp*), existente nas áreas do grupo, determinando as bases ecológicas para a conservação da espécie; h) Jornalipto: informativo de tiragem mensal que tem como objetivo informar as comunidades vizinhas ao Grupo sobre as ações da Plantar na área ambiental e social, sendo, ainda, um canal de conscientização e educação (GRUPO PLANTAR, 2008).

De escopo mais amplo, o material de uso interno, acima citado, apresenta além de projetos socioambientais, estratégias de relacionamento adotadas pela Plantar com as comunidades em seu entorno, a exemplo de: a) “Feirinha” de produtores, realizada mensalmente na fazenda da empresa em Curvelo (MG); b) Projeto Apicultura, exploração de mel e subprodutos pela comunidade, em áreas cedidas pela Plantar; c) Plantar de Porteiras Abertas, programa de visitação sistemática à Plantar, com filhos e parentes de colaboradores, e vizinhos das propriedades. Outra vertente do programa é a organização, recebimento e acompanhamento de outras visitas como clientes, organizações não-governamentais e instituições diversas; d) Relacionamento constante com instituições locais, a exemplo de prefeituras e câmaras municipais, associações diversas, entidades de classe. (GRUPO PLANTAR, 2007c).

A empresa mantém diversas estratégias de gestão socioambiental, sendo que algumas delas receberam a certificação de organizações reconhecidas neste campo de atuação. São elas:

- 1) SELO ABRINQ - Empresa Amiga da Criança: Certificação válida para todo o Grupo Plantar. Procura medir o engajamento das empresas para uma atuação social em favor da crianç a e do adolescente, em especial na prevenção e erradicação do trabalho infantil.
- 2) ISO 9001:2000 (Gestão da Qualidade): Obtida em 1997, ano e início dos estudos sobre o Projeto Plantar, para a Plantar Reflorestamento S.A., abrangendo as atividades de produção de mudas, plantio e colheita florestal, e em 2003 para a Plantar Siderúrgica S.A., em substituição e atualização da ISO 9002:1994, que havia sido obtida em 1998.

3) ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental): Obtida pela Plantar Siderúrgica S.A. em 2005, através de um processo de adequação em seu Sistema de Gestão Ambiental certificado, em 2003, pela norma ISO 14001:1996. “A Plantar Siderúrgica S.A. foi a primeira empresa produtora de ferro gusa não integrada no Brasil a ter seu sistema de gestão certificado de acordo com as normas da ISO 14000” (GRUPO PLANTAR, 2008).

4) FSC (*Forest Stewardship Council* / Conselho de Manejo Florestal): Selo obtido pela Plantar Reflorestamento S.A. em 1998, abrangendo as florestas localizadas em Curvelo, Felixlândia e Morada Nova/MG, amplamente discutido anteriormente.

Vale destacar que, visando a adequar-se aos princípios e critérios da FSC, bem como ao constante aprimoramento do planejamento do manejo de suas Unidades de Manejo Florestal (UMF), a empresa realizou uma caracterização individualizada das três áreas certificadas – MG02 (Curvelo/MG), MG03 (Felixlândia/MG) e MG04 (Morada Nova de Minas/MG) -, verificando a tipologia de sua vegetação, bem como o status de conservação de cada uma das áreas, definindo-se as alterações antrópicas presentes e as medidas de manejo realizadas (manutenção de aceiros externos, retirada de cercas internas, interligação com outras áreas, por meio de corredores ambientais, enriquecimento com matas nativas etc.).

Em maio de 1999, a empresa iniciou o monitoramento da qualidade das águas de uma de suas unidades de plantio, localizada no município de Curvelo (MG). Em dezembro de 2003, esse monitoramento foi estendido às unidades de Felixlândia e de Morada Nova de Minas, também localizadas em Minas Gerais. Segundo informações da empresa, os anos de operação desse programa “permitiram a reunião e organização de uma valiosa base de informações que fundamenta o conhecimento das características dos cursos d’água e das influências das atividades de silvicultura exercidas” (GRUPO PLANTAR, 2007c, pág. 12).

Outra providência tomada pela Plantar foi a caracterização da fauna existente, tendo em vista a desmistificação de que o cerrado, vegetação de maior predominância nas áreas onde a empresa mantém plantações, seria um bioma biologicamente pobre.

Ressalta-se que, no tocante às práticas trabalhistas, desde 2003, ano de maior atuação do Movimento, a Plantar vem adotando a alternativa da utilização de pessoal próprio para todas as atividades silviculturais, com isso, não há mais empresas prestadoras de serviço nem

mesmo na área de colheita e carbonização, tradicionalmente ocupadas por terceirizados (SCS, 2006).

Um dos principais pontos de críticas sobre a gestão socioambiental da Plantar, apresentado pelo Movimento, refere-se ao desvio de uma estrada que anteriormente passava pelo viveiro. Isso foi alvo de muitas críticas por parte de segmentos sociais de Curvelo, especialmente porque a Plantar enviou a solicitação aos órgãos competentes antes de se reunir com a sociedade local. Isso gerou mal estar entre muitos usuários da antiga estrada (AGB *et al*, 2003; SCS, 2006).

Interessante observar que, na opinião dos auditores responsáveis pelo processo de certificação FSC, todo esse processo denota a necessidade de a empresa proceder a estudos de impactos sociais específicos quando houver a necessidade de mudanças que venham a afetar, direta e indiretamente, à população local. Esse caso foi um dos grandes incentivadores para a criação de um Programa de Comunicação Social na Plantar, elaboração essa que foi objeto de uma das condicionantes da certificação, como será visto oportunamente.

4.2.2.6 Outras questões afetas aos conflitos socioambientais relativos ao Projeto Plantar

Um ponto interessante identificado é que o Projeto Plantar parece ter sido o único projeto de MDL no mundo a receber, de forma individual, tantas críticas por parte de movimentos sociais e ambientalistas. De acordo com a Integrante do Movimento nº 1 (2007), ela desconhece haver outros projetos onde tenha acontecido isso.

A Plantar possui uma teoria para explicar o porquê de seu Projeto ter sido alvo de tantas críticas. De acordo com o Analista de Projetos n. 2 (2007), quatro elementos do Projeto Plantar tornam-no diferenciado e transformam-no em “vidraça”: seu pioneirismo, a parceria do Banco Mundial, a utilização de eucalipto e a certificação FSC.

Quando o Analista refere-se ao pioneirismo, ele afirma não se tratar exclusivamente de o Projeto ter sido o primeiro a ser negociado no âmbito do mercado de carbono brasileiro, mas mais especificamente ao fato de ter sido o primeiro aprovado pelo próprio Banco Mundial. Com isso, verifica-se que, efetivamente, na lógica de ação da Plantar “é inegável que o Banco

Mundial dá uma visibilidade maior para o Projeto, e coloca a gente na vitrine. Ficamos mais expostos, mais vulneráveis. (ANALISTA DE PROJETOS N. 1, 2007, informação verbal).

Efetivamente, parecem existir muitas críticas por parte de movimentos sociais ao redor do mundo sobre a atuação do Banco Mundial em relação às ações que vêm sendo tomadas para a minimização das mudanças mundiais. Observe-se, por exemplo, as publicações disponíveis no site da CDM Watch, organização criada para fiscalizar as ações realizadas ao redor do mundo ligadas aos MDL, cuja sigla, em inglês, é CDM (*Clean Development Mechanism*) (CDM WATCH, 2005). A CDM Watch afirma que o Banco Mundial é o *player* dominante do mercado de carbono mundial. Para ela, “não apenas os fundos de carbono do Banco são os maiores compradores individuais de créditos de carbono, como o Banco é um dos mais influentes modeladores das regras e modalidades que regem esses novos mecanismos” (CDM WATCH, 2005, pág. 2, tradução própria).

O Banco Mundial é um dos principais incentivadores do desenvolvimento de projetos de MDL, trazendo à agenda mundial a possibilidade de mecanismos financeiros para regular os problemas ambientais. De acordo com o CDM Watch (2005), como justificativa para seus investimentos no mercado de carbono, o Banco alega que, muito mais do que permitir que os países industrializados atinjam, a baixo custo, as metas estipuladas pelo Protocolo de Kyoto, o mercado global de carbono é um consistente com sua missão de redução da pobreza, irá promover o desenvolvimento sustentável e financiar projetos de energia renovável e florestas sustentáveis.

O CDM Watch, através de documento intitulado *The World Bank and the Carbon: rhetoric and reality* (O Banco Mundial e o Mercado de Carbono: retórica e realidade), acredita ter demonstrado, além da falsidade das alegações do Banco, que: a) as metas de redução não vêm sendo atingidas através do mercado de carbono; b) os financiamentos promovidos pelo Banco em energia fóssil e projetos florestais insustentáveis trabalham diretamente contra os objetivos descritos pelo Banco para o desenvolvimento do mercado de carbono; c) não obstante sua retórica, o Banco está, de fato, buscando usar os financiamentos de carbono para dar suporte a tecnologias insustentáveis e práticas como as plantações industriais; d) o Banco está promovendo projetos que não trazem adicionalidade, e metodologias que facilitam a aprovação de projetos igualmente sem adicionalidade de redução, indo totalmente contra os objetivos do Protocolo de Kyoto; e) o principal fundo de carbono do Banco Mundial, o PCF, não se baseia em projetos de energia renovável, como o Banco alegava que seria.

Uma das principais alegações do CDM Watch (2005) é que, de acordo com cálculos do *Sustainable Energy and Economy Network* (SEEN), dez anos após a Rio-92, o Banco havia investido mais de US\$ 22 bilhões em 226 projetos ligados a óleo, gás e carvão nos países desenvolvidos, projetos esses que resultarão em 40 bilhões de toneladas de emissão de CO₂ durante seu tempo de vida. Isto significa duas vezes mais do que as emissões antrópicas do ano de 1999. Por outro lado, no mesmo período o Banco investiu apenas US\$ 1 bilhão em 36 projetos de tecnologias renováveis e eficientes, que efetivamente deveriam combater as mudanças climáticas. Para o CDM Watch (2005), esse tipo de disparidade e contra-senso ocorre para que os investidores dos fundos de carbono ganhem muito mais dinheiro.

Nesse mesmo documento, a CDM Watch (2005) cita o exemplo do Projeto Plantar como um dos projetos que não trazem adicionalidade, já que a atividade realizada, ou seja, o plantio de árvores de eucalipto e sua utilização, na forma de carvão vegetal para a indústria de siderurgia, já seria utilizada pela empresa proponente, independentemente da existência ou não dos financiamentos ligados ao MDL.

Em algumas das cartas-manifesto elaboradas pelo Movimento, endereçadas ao gestor do PCF, pode-se verificar o inconformismo de seus integrantes em relação à aprovação, pelo Banco Mundial, do Projeto Plantar como um modelo a ser seguido por outras empresas.

(...) lamentamos sua resistência em querer discutir “questões de escopo amplo”, contrariando iniciativas do próprio Banco Mundial em querer contribuir ao debate sobre um “desenvolvimento sustentável” no Brasil. Soubemos que o lema do PCF é “aprender enquanto fazendo”. Nesse sentido, **se o projeto da Plantar pretende ser um exercício para conhecer melhor os projetos que envolvam a monocultura de árvores em larga escala, é de fundamental importância compreender o contexto de um projeto desse tipo aos níveis local, regional, nacional e internacional** e suas implicações sociais, culturais, econômicas e ambientais no país aonde for implementado (ACPO *et al*, 2003, grifo nosso).

Mas lembramos a V. Sas. novamente o lema do PCF: “aprender enquanto fazendo”, ou seja, é importante que V. Sas. reflitam sobre a experiência de um projeto como o da Plantar que envolve o plantio de milhares de hectares de uma monocultura que é considerada pelo PCF um exemplo de “desenvolvimento limpo”. Nos assusta quando o Banco Mundial se recusa a refletir e opinar sobre este problema, já que exatamente **o Banco Mundial, por sua experiência com o projeto da Plantar, acaba sendo uma referência para os governos que estão em fase de definição das regras em relação à inclusão ou não das plantações de árvores no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo!** (ACPO *et al*, 2003b, grifo nosso).

O entendimento do Movimento sobre a não adicionalidade do Projeto Plantar pode ser visto em

Consideramos absurdo o argumento de que, sem os créditos de carbono, a Plantar e a V&M passarão a usar o carvão mineral como fonte de energia na produção de ferro gusa. Ambas estão comprometidas com o manejo de plantações em dezenas de milhares de hectares e têm planejamento para o contínuo desenvolvimento dessas monoculturas. O argumento de que, na ausência dos créditos de carbono, estas empresas abandonariam suas plantações e começariam a usar o carvão mineral, é falacioso e não merece credibilidade. Esta “ameaça” é apenas utilizada para continuem fazendo o que já fazem há décadas: implementar plantações insustentáveis de árvores para produzir carvão (SUPTITZ *et al*, 2004).

Percebe-se, ainda, no Movimento contrário ao Projeto Plantar, uma forte crítica ao próprio modelo de desenvolvimento até então praticado no mundo. Isso vem a endossar alguns dos questionamentos trazidos durante a contextualização teórica desta pesquisa, quando se conclui que, entre os movimentos sociais atuais, há grande discussão sobre a efetiva contribuição de empresas e nações para o desenvolvimento sustentável. Esses movimentos entendem que a busca pelo crescimento econômico a qualquer custo continua sendo a principal forma de atuação desses atores sociais.

No final das contas, os beneficiários pelos novos subsídios revestidos sob a máscara do “desenvolvimento limpo” são os países do norte e a classe média alta em países como o nosso (...). Na lógica do contínuo crescimento econômico, estas elites estão aumentando cada vez mais a sua dívida ecológica e a desigualdade social através do consumo tanto de recursos não renováveis, quanto da terra, ambos limitadamente disponíveis. Assim, ao apoiar este processo, o MDL está violentando um dos principais parâmetros para a sustentabilidade: o princípio da equidade e da justiça social e ambiental (WRM, 2003).

Em outra carta também se observa as críticas do Movimento em relação ao entendimento do Banco Mundial sobre o modelo de desenvolvimento que estava sendo apoiado pelo Banco, ao realizar a parceria com a Plantar:

Nesse sentido, nos assusta também quando o Banco afirma que “... a questão fundiária...” esteja “... fora do escopo do Projeto Plantar e da contribuição do PCF ao Projeto...”. É exatamente esta questão e uma outra ainda mais profunda que é o atual modelo de desenvolvimento e suas conseqüências – a desigualdade, a fome, a violência – que queremos combater. É importante que um Banco, que através das suas ações ao longo dos anos (construção das barragens e infra-estrutura, incentivo a plantações, etc.) muitas vezes tem contribuído para agravar, em várias partes do mundo, a questão fundiária e a desigualdade social, repense suas concepções e estratégias (ACPO *et al*, 2003b, pág. 2).

Interessante observar, ainda, o discurso da Integrante do Movimento n. 1. Quando questionada se, em sua opinião, existe algum ponto positivo do eucalipto para o desenvolvimento sustentável do Brasil ela afirma que

“Não! Primeiro que eu não acredito no desenvolvimento sustentável, ele virou uma falácia. Eu acredito que exista sustentabilidade, então para mim, quando fala desenvolvimento sustentável já estão falando de empreendimentos de larga escala, e realmente isso está acontecendo. E quando se tem monocultura, e olha que eu estou falando de experiência, é degradação pura” (INTEGRANTE DO MOVIMENTO, N. 1, informação verbal).

Quando questionada sobre o que acha do argumento utilizado pelos plantadores de eucalipto de que ele diminuiria a pressão sobre a mata nativa, ela afirma:

Esse é um argumento que não se sustenta, vou te dizer por que. Desde a década de 70 estão dizendo que o eucalipto é para substituir a mata nativa, só que ao mesmo tempo em que foram plantando eucalipto foram desmatando. Tanto é que boa parte das áreas desmatadas foram justamente para plantar o eucalipto. (...) A área nativa está sendo desmatada concomitantemente. É uma questão de mercado, e mercado não tem limite. Quando vincula isso ao efeito estufa, e a demanda para diminuir o CO₂ é infinita, também os plantios não têm até onde vá. Então podemos ter futuramente todas as áreas de Minas Gerais plantadas de eucalipto? (INTEGRANTE DO MOVIMENTO, N. 1, informação verbal).

Um outro ponto destacado pelo Movimento refere-se à não efetividade do MDL, especialmente os projetos baseados em plantios de árvores, à alteração das emissões de GEE propriamente ditas. Isso porque “... para cada tonelada de CO₂ “fixada” numa árvore de eucalipto como MDL, um país rico pode explorar mais uma tonelada de combustíveis fósseis, dando continuidade ao seu padrão de produção e consumo ilimitado...” (WRM, 2003).

Muito importante observar-se que a Plantar afirma que seu Projeto está incluído entre uma minoria de projetos mundiais que efetivamente contribuem para o desenvolvimento sustentável do país que o está hospedando. E isso valoriza enormemente o valor de seus créditos. As CERs estão sendo comercializadas no mundo todo a custos extremamente variáveis não apenas por conta da variação da oferta e da demanda por créditos de carbono. A atividade do projeto em si, o tipo de tecnologia desenvolvida (se efetivamente mais limpa ou não) e a efetiva contribuição deste para o desenvolvimento sustentável são fatores de grande peso no Mercado de Carbono.

As diferenças existentes entre os diversos tipos de projetos de MDL desenvolvidos ao redor do mundo indicam que o crédito de carbono não é uma *commodity* ambiental. Essa opinião é

veementemente defendida pelo Analista de Projetos n. 2 (2007). Essa opinião é amparada por diversos pesquisadores, a exemplo de Rocha (2003). Observe-se que, conforme afirma Khalili (2000, *apud* Rocha, 2003), *commodities* seriam mercadorias originadas de recursos naturais (água, solo, madeira, emissão de poluição...). Haveria, até mesmo, um projeto do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo para a criação de uma Bolsa Brasileira de Commodities Ambientais. No entanto, para Rocha (2003), os CERs que vêm sendo emitidas não possuem características de *commodities*, por conta de três fatores básicos: grande diferença existente entre os projetos que as originam, distintas características dos seus compradores e diferentes motivações por parte dos investidores/compradores.

Para o Analista de Projetos n. 2, os projetos de MDL são, em realidade,

um serviço ambiental que está conectado com um contexto que é mais amplo, ou seja, de desenvolvimento sustentável. Essa é uma discussão que não está acabada, está sendo construída e como é um conceito novo, é obvio, vai haver controvérsia. Então, o que significa? Todo projeto gera o mesmo volume de desenvolvimento sustentável? Não. Partindo daí você já não pode mensurar da mesma forma (ANALISTA DE PROJETOS N. 2, 2007, informação verbal).

Ele exemplifica seu raciocínio comparando os projetos brasileiros aos projetos chineses, e afirmando que é impossível precificar da mesma forma uma atividade que envolve a simples colocação de um flauer em cima de uma chaminé, como muitas vezes ocorre na China, com um projeto de substituição de energia fóssil por biomassa no Brasil. “O nível de desenvolvimento sustentável gerado é outro e ele deve ser remunerado de outra forma. (...) É um serviço ambiental, nós estamos fazendo uma limpeza ambiental, o processo é esse” (ANALISTA DE PROJETOS N. 2, 2007, informação verbal).

Efetivamente, os créditos de carbono não são uma commodity! É muito fácil perceber o quanto os investidores estão valorizando projetos diferenciados, que realmente contribuem para a questão da sustentabilidade. Olha, já tem projeto com crédito vendido para além de 2008, na Bahia. É um projeto de substituição de energia fóssil por bambu. Eu sei que eles conseguiram vender a 13 euros, ou algo assim. 13 euros a tonelada! Por que? Porque é um projeto que efetivamente está contribuindo para o desenvolvimento da região. Os investidores pagaram mais pela condição de sustentabilidade (ANALISTA DE PROJETOS N. 2, 2007, informação verbal).

O projeto acima referido é conhecido por "Penha Project" e envolve atividades de pequena escala, através da substituição de combustível fóssil por biomassa de bambu, como forma de geração de energia para a produção de papel reciclado. A sede da empresa localiza-se no

município de Santo Amaro (BA), sendo que a tecnologia necessária para a utilização do bambu teve que ser desenvolvida. Assim como ocorreu no Projeto Plantar, seus créditos de carbono foram comercializados antes mesmo da avaliação por parte do Conselho Executivo de MDL. De acordo com o histórico do projeto, apresentado em seu documento de concepção (SGS, 2008), a preocupação com as questões sociais e ambientais da atividade pode ser encontrada em todo o processo produtivo: busca pela sustentabilidade da produção e manejo do bambu, plantado em florestas da própria empresa; melhoria das condições de trabalho; treinamento de pessoal, entre outros.

Daniel Riccas, ligado ao Instituto Tótem, um dos responsáveis pela formulação do projeto afirma que

não há como o Brasil competir com China, Índia... em quantidade. A matriz energética do Brasil é muito limpa. Então lá eles produzem 8, 10 vezes mais CERS. Aqui então se busca soluções que tragam maior sustentabilidade e o comprador vê com melhores olhos. É por isso que eles pagam mais. Então o projeto ganha 10, 20, 30 e até 40 por cento a mais por cada crédito (RICCAS, 2008, informação verbal).

Amparado na constatação de que os projetos de MDL não são commodity, devendo ser efetivamente remunerados de maneira diferenciada, o Analista de Projetos n. 2 (2007) defende que quem deveria “erguer a bandeira” nessa defesa é a própria América Latina, tendo em vista o grande potencial de desenvolvimento sustentável a ser gerado. Em continuação, ele afirma que “o empresariado brasileiro não está percebendo ou não está sendo assessorado a compreender a questão do MDL como uma questão de competitividade. Ela é essencialmente (uma questão de competitividade) como qualquer questão ambiental”.

As motivações que levariam um investidor/comprador de créditos de carbono a pagar mais por uma CER de um projeto brasileiro estariam, de acordo com o Analista, com sua imagem perante a opinião pública local. “Se considerarmos então que o investidor quer bons projetos para colocar como vitrine de suas negociações em carbono, se considerarmos o potencial de desenvolvimento sustentável dos projetos brasileiros de MDL, temos que o Brasil é o número um do mundo” (ANALISTA DE PROJETOS N. 2, 2007, informação verbal).

Em realidade, o Analista procura alertar para o fato de, em sua opinião, os conflitos existentes em um projeto como o Projeto Plantar são conflitos de mercado, de concorrência, existentes dentro do Mercado de Carbono. Isso porque está se falando de projetos que procuram, a custos diferenciados, obter o melhor serviço possível, com a melhor remuneração. Como exemplo, ele cita o Mercado Europeu, um mercado de comercialização voluntária de carbono,

que efetivamente vem remunerando muito melhor do que o mercado de MDL. Para eles, europeus, o custo envolvido com a realização de um projeto que traga efetivas contribuições de desenvolvimento sustentável é muito alto.

Você quer um exemplo real da concorrência existente na redução de emissão? Pega um projeto de HSC23, lá na China, e compara com o cara que está tentando fazer biodiesel, lá na Europa, de resíduo de aterro sanitário. O cara sua para desenvolver uma tecnologia, para o dinheiro ficar dentro do país dele, e o cara na China consegue fazer cinco vezes mais barato um projeto que vai ter o mesmo volume de redução de emissão. E aí cai de novo na questão da competitividade (ANALISTA DE PROJETOS N. 2, 2007, informação verbal).

Nesse cenário, o Analista (2007) destaca o que, para ele, seria a grande questão ligada a conflitos de interesses no Mercado de Carbono: o fato de que, junto com outros interesses de mercado, estão os interesses que ficaram de fora das negociações do Protocolo de Kyoto. Um exemplo de um mercado enorme que ficou de fora é a questão do desmatamento evitado. “Toda essa turma que trabalha com conservação de carbono mantendo a floresta em pé ficou de fora do mercado, com altíssimos ganhos de serviços ambientais, outros do que o carbono! Você está trabalhando água, você tá trabalhando biodiversidade...”.

Desta forma, observa-se que os conflitos referentes ao Protocolo de Kyoto extrapolam, em muito, os conflitos socioambientais. O Analista de Projetos n. 2 (2007, informação verbal) conclui que “Porque, em realidade, os conflitos socioambientais eles são políticos, são econômicos, eles são globais. E nesse sentido, por conta das questões do MDL, as manifestações locais estão refletindo os fluxos globais”.

Efetivamente, a teoria de que os conflitos ocorridos no âmbito do Projeto Plantar ultrapassam, em muito, as fronteiras locais foi comprovada neste estudo. No entanto, alguns dos entrevistados da empresa externalizaram uma teoria um pouco mais profunda. A de que, por trás dos interesses do Movimento, estão interesses de fabricantes de celulose e papel, que querem barrar a expansão do eucalipto brasileiro (cujo custo de produção é expressivamente mais baixo do que na Europa e cujo tempo de crescimento é, pelo menos, cinco vezes menor), da indústria de ferro e aço (visto que o modelo de siderurgia a carvão vegetal renovável pode alterar a estrutura dos principais setores industriais de base do planeta), e dos próprios envolvidos no mercado de carbono de forma geral, que enxergam no Brasil um fortíssimo concorrente (ANALISTA DE PROJETOS N. 2, ANALISTA AMBIENTAL, GERENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, GERENTE DE PROJETOS, 2007). Eles entendem que,

dando suporte às ONGs que estão lutando contra o eucalipto no município de Curvelo há “uma verdadeira parafernália internacional” injetando dinheiro, poder e conhecimento.

Exemplos desse pensamento podem ser percebidos em

Eu vejo que as críticas à certificação FSC tem muito a ver com o projeto de MDL. Não sei dizer quem é que financia estes grupos, mas temo que sejam partes que não estão interessadas no crescimento florestal no Brasil. Tem que pesquisar isto, pra ver quem é que está investindo nesses grupos que fizeram as críticas. Será que é uma empresa florestal? Dizem que são empresas da Europa e de outros países que não conseguem a mesma produtividade que nós temos aqui. É uma maneira de eles não deixarem que o Brasil ganhe este mercado, que é muito promissor (ANALISTA AMBIENTAL, 2007, informação verbal).

Na lógica da Plantar, parece ser absolutamente clara a possibilidade de um concorrente, financeiramente poderoso, retirar uma pequena parcela de seu lucro para bancar um movimento crítico buscando desestruturar seus demais concorrente, no caso, a própria Plantar. Importante observar, contudo, a lógica visualizada pelos integrantes do Movimento Contrário à Plantar. Ao questionar, por exemplo, a Integrante n. 2 (2007, informação verbal), ela enxerga que haveria um tipo semelhante de “venda” de interesses por parte de ONGs “ditas ambientalistas” que apóiam o plantio de eucalipto.

Boa parte das ONGs que defendem (o eucalipto), elas recebem, elas são financiadas pelas empresas. Tem entidade ambientalista aqui em Minas Gerais (...) que tem sócios empresários. Por exemplo, a Plantar é sócia de uma entidade ambientalista de renome aqui em Minas Gerais, então ela vai defender, inclusive ela defendeu a certificação da empresa. (INTEGRANTE DO MOVIMENTO N. 2, 2007, informação verbal).

Questionou-se a essa mesma Integrante sobre as especulações de muitos integrantes da Rede Alerta serem financiados por indústrias contrárias ao interesse do crescimento do eucalipto brasileiro. A esse respeito ela afirma: “Eu não sou financiada! Eu só sei de mim. Se os outros são.... Mas comunidades locais certamente não são financiadas! O que interessa para mim são os interesses das comunidades locais”.

O Analista de Projetos n. 2 (2007) afirma que, o fato de o movimento ambientalista brasileiro estar falido economicamente, após a retirada do apoio estatal, força as ONGs a buscarem recursos. Ele entende que, na realidade, aí residiria um outro fator de competitividade brasileiro: o fato de que as ONGs no país são mais baratas. “E esse é um assunto pouquíssimo discutido no interior do movimento ambientalista. E eu falo isso de cadeira, porque sou também participante do movimento ambientalista.” (ANALISTA DE PROJETOS N. 2, 2007,

informação verbal). Diante da necessidade financeira para manutenção das atividades do ambientalismo, esse ver-se-ia obrigado a recorrer a financiamentos advindos do mercado internacional. Portanto, ele afirma que haveria grande necessidade de as ONGs brasileiras trabalhem com recursos brasileiros. Dessa forma, elas estariam defendendo interesses que são efetivamente os interesses do país.

Ele afirma, ainda, que em diversas situações é muito fácil verificar os fluxos globais, os interesses internacionais por detrás de um discurso.

Até você lendo o jornal percebe! Gente falando e escrevendo que o projeto de MDL não é adicional. Aí você vai destrinchar o que é aquele cara, ele está dentro do mercado voluntário. E ele fica indignado porque ele não conseguiu entrar nas regras de Kyoto, e então ele tenta te deslegitimar. (ANALISTA DE PROJETOS N. 2, 2007, informação verbal).

Nesse sentido, o analista entende que há interesses procurando influenciar a opinião pública de que o Brasil deve investir em aumentar a quantidade de projetos, a fim de concorrer com China e Índia. No entanto, essa concorrência, em termos de custos, é desleal, já que nossa matriz energética já é muito mais limpa. Diante disso, deve-se buscar a diferenciação do crédito brasileiro, diante da qualidade dos projetos e de sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

O Analista declara que o governo do Brasil já está na briga para tentar diferenciar o crédito de carbono brasileiro. Há, também, algumas consultorias nacionais e empresas que participam nas discussões internas sobre esses processos. Em sua opinião, o crédito brasileiro já está valendo mais no mercado mundial de carbono também por conta do rigor analítico brasileiro. Por conta disso, os riscos de obter créditos de um projeto que foi previamente aprovado pela CIMGC é muito menor do que, por exemplo, dos projetos da Índia. “A tendência é que os projetos brasileiros irão gerar créditos, porque eles possuem muito menos erros operacionais do que em outros países” (ANALISTA DE PROJETOS N. 2, 2007, informação verbal).

4.2.2.7 O conflito em resumo

Conforme se percebe na análise até então realizada, os conflitos ligados ao Projeto Plantar

possuem um alcance territorial, político e ideológico bastante extenso. Inicialmente, poder-se-ia pensar que um projeto de MDL tivesse entre suas “partes interessadas”, consideradas pelo Protocolo de Kyoto os indivíduos ou grupos direta ou indiretamente impactados pelas atividades desenvolvidas, atores sociais locais. No entanto, os dados existentes acerca do Projeto Plantar demonstram a necessidade de uma ampliação de visão.

Em realidade, essa exigência de vislumbrar um horizonte muito mais amplo deveria estar presente em todas as análises que envolvem a prática de projetos de MDL. Isso porque um projeto dessa natureza visa, através de uma atividade realizada localmente, a auxiliar na minimização de um problema que atinge a humanidade como um todo, as mudanças climáticas. Dessa forma, considerando-se a existência de inúmeros interesses em jogo, no tocante ao problema ambiental propriamente dito e às formas de regulação existentes, seria inevitável a existência de conflitos ligados às diversas escalas de atuação do projeto de MDL.

Especificamente no caso do Projeto Plantar, observa-se a existência das seguintes escalas analíticas:

- **Nível local:** as atividades do Projeto Plantar impactam diretamente as comunidades vizinhas das plantações florestais e das carvoarias da empresa, localizadas nos municípios de Curvelo, Felixlândia e Morada Nova de Minas, todos no estado de Minas Gerais, e também seus trabalhadores. Além desses atores sociais, há o envolvimento de ONGs ambientalistas e de cunho social locais contrárias ou favoráveis ao projeto, de sindicatos de trabalhadores, prefeituras, câmaras municipais, secretarias municipais, conselhos municipais de meio ambiente, organizações ligadas ao direito a terra, formadores de opinião. Aparentemente, os principais interesses desses atores no conflito estariam ligados aos impactos sociais e ambientais da eucaliptocultura, e sua conseqüente incompatibilidade com a promoção do desenvolvimento sustentável, bem como a atuação socioambiental da empresa.
- **Nível regional:** o estado de Minas Gerais é um dos principais plantadores de eucalipto do Brasil e também um dos principais produtores de ferro gusa do mundo, estando, dessa forma, entre os principais consumidores (reais ou potenciais) de carvão vegetal renovável como a melhor alternativa de substituição de coque mineral para o abastecimento dos fornos. Com isso, tem-se como principais partes interessadas as

ONGs ambientalistas e/ou sociais de atuação estadual, pró e contra a eucaliptocultura, e também ligadas aos interesses relacionados à prática de carvoaria, Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), secretarias estaduais, a exemplo da do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Indústria e Comércio, o Instituto de Terras de Minas Gerais, o Instituto Estadual de Florestas, conselho estadual de meio ambiente, instituições de pesquisa, entre outros. Ainda deve-se considerar que, em âmbito regional, os conflitos envolveram diversos atores sociais ligados ao Movimento pertencentes aos estados da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, diante da ligação existente com a Rede Alerta contra o Deserto Verde.

- **Nível Nacional:** neste quesito, encontram-se os próprios interesses nacionais em promover a participação brasileira nos projetos de MDL e no mercado de carbono propriamente dito, bem como nos interessados pela discussão sobre eucaliptocultura e desenvolvimento sustentável. Aqui, começam a se fazer mais presentes as discussões sobre a efetividade das plantações de eucalipto como “sumidouros de carbono”. Outro ponto de grande interesse a nível nacional seria a grande extensão de plantações florestais certificadas pela FSC no Brasil. Com isso, considera-se que entre os atores sociais direta ou indiretamente impactados estão o próprio governo brasileiro, especialmente através do Itamaraty, da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima (CIMGC), e em especial do Ministério da Ciência e Tecnologia, responsável por sua presidência, e do Ministério do Meio Ambiente, a Sociedade Brasileira de Silvicultura, Conselho Nacional das Indústrias, Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), ONGs socioambientalistas de atuação nacional, a própria Rede Alerta contra o Deserto Verde, visto que representante nacional da Rede Latinoamericana contra plantações florestais, entre outros. Destaca-se, especialmente, a participação da FSC Brasil e da certificadora SCS como atores de destaque no conflito.
- **Nível Internacional:** nesse aspecto, o conflito tem grande influência em todos os principais *players* do mercado de carbono no mundo, tendo em vista discutir os próprios mecanismos de governança para a regulação internacional para as mudanças climáticas e também, e talvez principalmente, o modelo de desenvolvimento adotado tanto pelos países do Norte como do Sul. Com isso, intensificam-se nessa esfera os debates sobre a efetiva contribuição de projetos ligados ao eucalipto para o

desenvolvimento sustentável, bem como sobre a questionabilidade destes como “sumidouros de carbono”. Nesse cenário, o conflito envolve o Banco Mundial e seus fundos de financiamento, em especial o PCF, as Nações Unidas, através da UNFCCC (*Union Nation Framework on Convention Climate Change*), os grandes investidores/compradores de crédito de carbono internacionais, o mercado internacional de celulose e papel e de ferro, a FSC Internacional, as ONGs e movimentos socioambientalistas de atuação internacional, em especial a WRM (*World Rainforest Movement*).

4.2.3 ESTRATÉGIAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DE RELACIONAMENTO ADOTADAS

Considerando que, de acordo com os pré-requisitos de projetos de MDL, a comprovação de que a opinião das partes interessadas ligadas ao Projeto foi considerada, devendo ser apresentada já no Documento de Concepção do Projeto (DCP), e considerando-se, ainda, a complexidade de interesses envolvidos nos conflitos socioambientais existentes acerca do Projeto Plantar, pergunta-se: como foi possível a Plantar obter a validação de seu Projeto, tanto por parte de seu parceiro, o PCF do Banco Mundial, quanto, posteriormente, perante a AND brasileira, a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, havendo tantas manifestações contrárias? Quais foram as estratégias político-institucionais realizadas para que a empresa pudesse legitimar-se perante seus públicos de interesse e, assim, conseguir dar andamento ao seu projeto de MDL? Como a empresa conseguiu comprovar, perante a AND, que a opinião das partes interessadas, atores socioambientais direta ou indiretamente impactados pela atividade do projeto, foi levada em consideração no momento da elaboração do Projeto Plantar?

Conforme se verifica na seção do Documento de Concepção do Projeto (DCP) que trata sobre o “Comentário dos Atores”, a coleta das opiniões desse público foi realizada em três etapas distintas, abaixo descritas, sendo que nas duas primeiras a empresa teria disponibilizado os documentos do Projeto para análise e posterior comentários no *website* do PCF, no *website* das Nações Unidas e nos escritórios da empresa.

✓ Etapa 1 (Outubro de 2001)

Os atores foram convidados a tecer comentários sobre “as atividades de projeto de plantio de florestas renováveis de eucalipto para produção de carvão vegetal a ser utilizado como matéria-prima na produção de ferro gusa” (MCT, 2007a, p. 50). Essa etapa teria correspondido à fase de cumprimento dos requisitos contratuais do próprio Banco Mundial e da entidade certificadora da FSC, e a oitiva de opiniões relacionava-se à concepção global do Projeto, incluindo as três atividades (mitigação de metano, substituição de matriz energética e seqüestro de CO₂).

Trinta e quatro indivíduos e organizações teriam sido convidados a opinar. Entre eles, destacam-se: prefeituras de seis municípios do estado de Minas Gerais; Associação Brasileira dos Produtores de Eucalipto para Uso Doméstico (ABEPED); Instituto Estadual de Florestas (IEF); “vizinhos da Plantar”; ONG Amigos da Terra; entidades educacionais; “cidadãos de Curvelo e outros membros da sociedade civil”; Secretarias de Estado de Minas Gerais; Clube dos Diretores Lojistas de Curvelo (MG); Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente; FASE-ES; Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Pequenos Produtores de Curvelo; e o *World Rainforest Movement* (WRM) (MCT, 2007a).

Observe-se que entre os atores convidados encontram-se representantes de entidades públicas, privadas e de terceiro setor. Alguns deles, a exemplo da ABEPED, possuem uma relação político-institucional de parceria com a empresa, visto representarem o mesmo setor produtivo. Outros, como a FASE-ES, organização integrante da Rede Alerta contra o Deserto Verde, e o WRM, participaram das manifestações contrárias ao Projeto.

Ao apresentar um resumo sobre as observações recebidas nessa etapa, a empresa afirma que essas salientam a necessidade de o Projeto cumprir com seus objetivos de desenvolvimento sustentável, tanto a nível local quanto a nível regional, e que as críticas se restringem às atividades de florestamento e reflorestamento, e à substituição do uso do coque por carvão vegetal renovável na produção de ferro gusa. A empresa ressalta o fato de não ter havido, nessa etapa, nenhum comentário à atividade de mitigação de metano, objeto de avaliação pela AND até o momento (MCT, 2007a).

Nesse mesmo documento, a empresa informa que as críticas recebidas foram detalhadamente respondidas pelo “Comitê de Participantes do PCF”, e que “os comentários e respostas estão

disponibilizados ao público no site www.prototypecarbonfund.org” (MCT, 2007a, p. 54). Não obstante intensa procura essas informações não foram localizadas no referido *website*.

✓ Etapa 2 (Novembro e Dezembro de 2006)

Essa etapa teria sido realizada conforme instruções da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, para o registro do projeto de MDL. Teria havido o encaminhamento, aos endereços oficiais das instituições pertinentes, de cartas registradas contendo convite para comentários, encarte com o resumo do Plano de Manejo da Plantar, e envelopes selados para retorno dos atores, sem o custo de postagem. Nessa fase, obedecendo-se ao disposto no artigo 3º, parágrafo II, da Resolução nº 1 da Comissão Interministerial, os atores teriam sido convidados a opinar sobre: a) Reflorestamento como Fonte Renovável de Suprimentos de Madeira para o Uso Industrial no Brasil; e b) Mitigação de Emissões de Metano na Produção de Carvão Vegetal da Plantar.

Cinquenta e dois indivíduos e organizações foram convidados a participar dessa segunda etapa de coleta de comentários. Nesta, verifica-se um aumento significativo de convites ao poder público, representados, prioritariamente, por prefeituras e câmaras municipais de Minas Gerais. Chama a atenção, também, a inclusão do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente (CODEMA) de cinco municípios daquele estado. Nessa etapa, a empresa ampliou a chamada a centros comunitários e associações de moradores e de produtores rurais, bem como a um número maior de sindicatos representantes dos trabalhadores rurais.

Teria havido comentários positivos sobre as duas atividades de projeto. O DCP enumera cinco atores sociais que teriam se manifestado positivamente sobre os benefícios trazidos por essas atividades para o desenvolvimento sustentável das regiões atendidas, o que, supostamente de acordo com esses atores, poderia ser tomado como “exemplo às demais empresas de como administrar com tecnologia sem agredir o meio ambiente” (MCT, 2007a, p. 53). A empresa ainda informa que o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento teria declarado forte interesse em avaliar o projeto, mas estava impossibilitado de fazê-lo. A mesma entidade teria sugerido o uso de critérios adicionais de sustentabilidade, a exemplo do *Gold Standard*, fundação que desenvolve projetos de MDL, cuja metodologia é aprovada por diversas ONGs em todo o mundo. Como resposta a esse comentário, a empresa teria reiterado convite para que o corpo técnico da entidade visitasse os

locais do Projeto, esclarecendo, quanto ao uso de critérios adicionais de sustentabilidade, que as florestas já são certificadas por rígidos critérios do FSC.

Além das manifestações positivas, teria havido pedido do Conselho Municipal de Conservação, Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente (CODEMA) de Itacambira para conhecer, mais detalhadamente, as áreas de Reserva Florestal Legal e de Preservação Permanente, além das áreas de Corredor Ecológico, Aceiros e Reflorestamento nas propriedades da empresa daquele município, o que teria sido prontamente atendido, através do envio de mapa da área.

✓ Etapa 3 (Janeiro e Fevereiro de 2007)

O Projeto teria sido disponibilizado no *website* das Nações Unidas, seção que trata de Mudanças Climáticas (UNFCCC – *Union Nation Framework on Convention Climate Change*), pelo prazo de 30 dias, para a coleta de comentários de partes interessadas. Nessa etapa, somente o projeto referente à mitigação do metano foi colocado acessível, tendo em vista ser o único submetido à apreciação. De acordo com o DCP (2007), nenhum comentário foi apresentado.

Observe-se que, não obstante a atuação do Movimento – em resumo: elaboração e envio, via articulação em rede, das cartas-protesto, inserção de diversas informações depreciativas na mídia, voltados para questões ambientais focadas no eucalipto, manifestações em eventos sociais e ambientais de grande repercussão internacional e produção e veiculação de vídeo-documentário -, terem ocorrido no período decorrido entre as etapas de oitava de opiniões número 1 e 2, citadas no Documento de Concepção do Projeto (DCP), isto não é citado pela Plantar. Isso não significa, contudo, que no período decorrido entre 2001 (etapa 1) e 2006 (etapa 2), a empresa ficou parada no que tange à realização de estratégias político-institucionais na busca tanto de minimizar os conflitos socioambientais que se apresentaram, como no sentido de legitimar-se frente a esses e outros atores sociais estratégicos, visando à aprovação do Projeto Plantar. Constatase que, efetivamente, a existência das críticas e a forte atuação do Movimento fizeram com que a Plantar mudasse a forma de se relacionar com seus diversos *stakeholders*, conforme se verá a seguir.

Segundo informações dos próprios analistas e gestores da Plantar, a empresa foi pega de surpresa quando tomou conhecimento sobre a primeira carta enviada pelo Movimento aos

investidores do PCF (ANALISTA DE PROJETOS N. 1, GERENTE DE PROJETOS, 2007). Poucos dias antes do envio da carta, a empresa havia constatado uma publicação contrária ao Projeto, postada no *website* da WRM. Para eles, a principal consequência imediata desse documento foi o incômodo que ele causou perante os investidores do PCF. Sabiamente, o Movimento iniciou suas atividades enfocando os próprios apoiadores financeiros do projeto, visto que esses têm que “prestar contas” sobre a escolha dos projetos de MDL a serem financiados à sociedade civil local. Especialmente na Europa, verifica-se uma grande pressão, por parte dos atores sociais envolvidos nos debates ambientalistas e da comunidade em geral, para uma atuação responsável por parte dos países no combate às mudanças climáticas.

A primeira carta, datada de março de 2003, foi enviada direto aos investidores do PCF. De acordo com a Analista de Projetos n. 1 (2007), esses investidores teriam ficado realmente receosos de apoiar um projeto onde houvesse grandes conflitos inter-relacionados e realizaram diversos questionamentos.

A primeira carta foi enviada aos investidos. Os investidores tomaram um baque, e cobraram do Banco. Como assim? Temos um projeto, estamos investindo num projeto, e aí? E aí, lógico, o Banco fez a movimentação, nós fizemos juntos a movimentação, para provar que é tudo certinho, idôneo. Não houve dúvidas por parte do Banco, já que eles já conheciam. Foram os investidores que fizeram esse questionamento (ANALISTA DE PROJETOS N. 1, 2007, informação verbal).

Não obstante o Banco Mundial conhecer o Projeto desde 1998, tendo contribuído para a formulação de sua concepção, diante da cobrança de explicações sobre as críticas, por parte dos investidores do PCF, foi realizada uma *due diligence*, por parte do Banco, para verificar *in loco* a veracidade dos principais argumentos do Movimento. Com as informações colhidas no local, foi possível ao Banco auxiliar a Plantar nas explicações dadas aos investidores (ANALISTA AMBIENTAL, GERENTE DE PROJETOS, 2007).

De acordo com Analista de Projetos n. 1, a premiação negativa como pior projeto de sumidouro de carbono do mundo, obtida em novembro de 2003, durante a COP-9, realizada em Milão, não teve grandes repercussões junto aos investidores do PCF. Isso porque a COP foi realizada oito meses após as primeiras críticas do Movimento, tendo decorrido tempo suficiente para que os investidores tivessem maior conhecimento sobre o Projeto Plantar, fundamentando sua opinião.

Tendo em vista a constatação, anteriormente citada, de que os conflitos relacionados ao

Projeto Plantar tiveram uma abrangência em diversas escalas, iniciando-se pelo local até chegar ao global, envolvendo inúmeros atores sociais, com interesses divergentes sobre os temas correlatos, verificou-se a necessidade de analisar quais as estratégias de relacionamento político-institucional utilizadas para cada um dos níveis. Em realidade, não se trata de uma escolha metodológica dessa pesquisa, e sim de uma sistematização dos procedimentos adotados pela própria Plantar, ciente da necessidade de agir localmente e pensar globalmente, ao mesmo tempo em que busca atuar globalmente, tendo o local como referência.

Percebe-se, em cada um dos níveis de atuação da Plantar, a importância adquirida pelo estabelecimento de estratégias de relações públicas da empresa, no intuito de estabelecer canais de diálogo entre os diversos públicos envolvidos (direta ou indiretamente) no conflito. Em situações como essa, percebe-se claramente a importância da comunicação da empresa, aqui vista como uma das atuações políticas da empresa em prol da construção de uma boa imagem, de um bom relacionamento com seus diversos *stakeholders*.

No mundo atual, com fronteiras territoriais, culturais, econômicas tão fluidas, quando se torna tão evidente a alternância de poder entre os diversos atores sociais estratégicos de uma forma ou de outra envolvido com as empresas, percebe-se esse espaço político-institucional como uma arena de jogos de interesse. Cada dia mais, verifica-se que as relações entre esses atores estabelecem-se pelas vias democráticas, sendo necessário repensar todo o processo comunicativo e de relacionamento empresarial.

Efetivamente, percebe-se que a Plantar, como tantas outras organizações, necessitou vivenciar um momento de crise institucional, de abalo de sua legitimidade perante seus mais diversos públicos de interesse, para internalizar a necessidade de enxergar a comunicação para muito além do instrumento (seja ele um informativo, uma propaganda, um evento), passando a encará-la como um elemento-chave de seu próprio fortalecimento institucional. Felizmente, para a Plantar, essa percepção sobre a importância de harmonização de interesses entre os diversos *stakeholders* envolvidos em seus negócios – as comunidades vizinhas, as pessoas e organizações contrários ao eucalipto, os governos municipal, estadual e federal, as entidades de pesquisa, os clientes, os parceiros de forma geral, os concorrentes e o setor empresarial em que estão inseridos -, parece não ter sido tardia. O crescimento de mercados que busquem uma atuação socioambiental adequada, com efetivo respeito ao meio ambiente e das pessoas que nele habitam está em plena fase de expansão. Em realidade, a competitividade a nível

global faz com que não haja mais espaço para empresas que não se adequem.

Os conflitos advindos do Projeto Plantar, conforme visto, alteraram desde a forma de a empresa de relacionar com seus funcionários (que passaram a ter, por exemplo, condições de trabalho mais digna), com seus vizinhos de forma geral (que encontraram na empresa uma parceira para a busca de melhorias para a localidade onde está instalada), com as próprias ONGs e movimentos socioambientalistas (que, através da pressão, estão conseguindo garantir cuidados cada vez maiores ao meio ambiente e às populações que nele habitam), com o governo brasileiro (que passa a contar com mais um aliado pela valorização do crédito de carbono brasileiro). O entendimento da Plantar sobre a maneira de solucionar seus conflitos socioambientais pode ser percebido no discurso do Gerente de Projetos:

A gente tem administrado assim esses conflitos, e temos achado que é o melhor caminho: A gente vem trabalhando primeiro no nosso entorno e depois vai abrindo esse leque. A gente tem um esquema de difícil consenso, e então o que a gente pensa? Quem são as partes interessadas? Primeiro acionistas, funcionários, depois o entorno dos projetos. Depois você vai no município, depois você vai no Estado e aí você vai ao mundo. Então agente procura ter um foco de ação social e ambiental dessa maneira, para tentar resolver isso aí (GERENTE DE PROJETOS, 2007, informação verbal).

Procurar-se-á identificar, a seguir, as principais estratégias de relacionamento político-institucional utilizadas pela Plantar procurando sua legitimação perante seus públicos de interesse, no sentido de buscar o estabelecimento de um consenso mínimo de interesses convergentes. Cabe aqui ressaltar o entendimento de que, diante da proximidade conceitual e analítica identificada, entende-se que os termos “relacionamento político-institucional” e “relações públicas” podem ser entendidos como sinônimos.

Passa-se, então, a descrever as estratégias de relacionamento (ou de relações públicas) utilizada pela Plantar, junto aos atores estratégicos do espaço político-institucional a nível local, regional, nacional e global.

4.2.3.1 Estratégias utilizadas a nível local

Tão logo tomou conhecimento sobre as críticas do Movimento, materializadas em uma

publicação no *website* da WRM em momento anterior ao envio da primeira carta-protesto, foi realizar uma tentativa de diálogo com a própria WRM e com a FASE-ES, organização que teria apoiado a matéria. Nesse sentido, as duas organizações foram convidadas, via carta datada de 02 de janeiro de 2003, a visitar as instalações da Plantar, bem como alertadas sobre a “inconsistência das acusações” (GRUPO PLANTAR, 2003, pág., 1). A tentativa de diálogo resultou infrutífera.

O problema é que muitas das pessoas desse grupo são contrárias à monocultura, mesmo. Não adianta nem apresentar provas que as pessoas não aceitam. Elas são contrárias à idéia do eucalipto, e ficam meio impermeáveis ao diálogo. O pessoal da WRM foi convidado a visitar o projeto, antes mesmo da primeira carta ao PCF, tão logo vimos publicação de um artigo no site deles. Mas eles queriam ir ao escritório e a Curvelo, que fica a 2 horas e meia de viagem daqui de Belo Horizonte, no mesmo dia. A gente explicou que era impossível, mas eles não quiseram marcar outra data e se fecharam para o diálogo (ANALISTA DE PROJETOS N. 1, 2007, informação verbal).

Em momento posterior, tomando conhecimento das novas investidas do Movimento, que agora já havia enviado a primeira carta aos investidores do PCF, buscou garantir aos investidores do PCF a veracidade da afirmação sobre a sustentabilidade do Projeto Plantar, e de sua efetiva contribuição para o desenvolvimento sustentável. Esse trabalho foi realizado através da elaboração de uma carta-resposta, enviada aos investidores no dia 11 de abril de 2003, exatos 16 dias após a carta do Movimento, onde foram rebatidas, ponto a ponto, todas as críticas recebidas. A empresa tinha a consciência, no entanto, de que palavras não seriam suficientes para tranquilizar os investidores do PCF. Por isso, reuniu diversos materiais que comprovassem sua argumentação, a exemplo de mapas demonstrativos da localização de nascentes fora das áreas da empresa, dados relativos à certificação FSC, títulos de propriedade de terras etc.

No entanto, acredita-se que o item de maior peso, em termos de importância para o PCF, foram as diversas declarações elaboradas por *stakeholders* com quem a empresa já mantinha bom relacionamento, trazendo manifestações positivas à empresa e ao Projeto. Em realidade, muitas dessas declarações haviam sido colhidas no período de maio de 2000 a setembro de 2001, com o objetivo de instrumentalizar o Banco Mundial para justificar a escolha da Plantar enquanto parceira para a elaboração do primeiro projeto de MDL apoiado pelo Banco. Somou-se a esse material um abaixo assinado de apoiadores da Plantar (ANALISTA DE PROJETOS N. 1, GERENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, 2007). Muitos dos argumentos apresentados pela Plantar para se legitimar perante os investidores do PCF

basearam-se nas informações relativas à certificação FSC, visto ser considerada uma comprovação do bom manejo florestal praticado (ANALISTA AMBIENTAL, 2007).

O Gerente de Projetos de MDL da Plantar (2007) informa que, diante da recusa dos integrantes maiores do Movimento, especificamente a WRM e a FASE-ES, para o estabelecimento de diálogo,

(...) a gente então procurou trabalhar com os nossos vizinhos e com o município de Curvelo especificamente. Então o que agente fez. De posse do relatório, a gente emitiu uma correspondência e começamos a coletar um abaixo assinado do pessoal que era favorável ao projeto. Então a gente trabalhou dentro do município de Curvelo com vereador, com o Presidente da Câmara Municipal de Curvelo, com o Governos em geral, com os vizinhos da fazenda e coletamos uma série de... nem sei quantas assinaturas de pessoas favorável ao projeto, por que a gente precisava de uma resposta para dar ao PCF (GERENTE DE PROJETOS, 2007, informação verbal).

De acordo com o Gerente de Relações Institucionais e da própria equipe de comunicação corporativa da Plantar (2007), o fato de a empresa sempre ter tido um bom relacionamento na região, especialmente com prefeituras, com o governo de Minas Gerais e suas secretarias, e algumas ONGs locais, teve um peso significativo nessa fase inicial de rebate às críticas. Um outro ponto fundamental foi

o bom relacionamento que a gente tinha e tem com o jornalista da Folha de Curvelo. Ele já foi até funcionário nosso. Quando ele viu a carta da WRM, e da FASE, ressaltou-se bem, ele é que decidiu fazer uma matéria para contrapor aquele pessoal. Ele conhece a gente, sabe como a gente trabalha, vê que as histórias de índio, de terra devoluta e de tudo o mais não tinham nada a ver com a Plantar. Foi por isso que ele publicou a matéria. E o pessoal veio dizer que a gente tinha comprado o jornal, pode? (GERENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, 2007, informação verbal).

A matéria à qual o gestor se refere foi publicada em jornal de circulação local, a Folha de Curvelo, em sua edição de número 235, no dia 16 de abril de 2003. O título e subtítulos utilizados refletem o conteúdo do material: “ONGs do Espírito Santo e do Uruguai trabalham pelo aumento do desemprego no município de Curvelo / Amparadas por interesses internacionais, Organizações Não Governamentais criam relatório equivocado contra a Plantar S/A e tentam barrar recursos que seriam investidos no município”. Esse material, devidamente traduzido para o inglês, foi anexado ao dossiê elaborado pela empresa.

Desde logo se percebe a importância que as estratégias de bom relacionamento com os públicos de interesse, ou seja, as relações públicas, tiveram na condução da legitimação da

Plantar perante os investidores do PCF. No entanto, essas estratégias foram utilizadas de maneira a buscar solucionar uma crise da empresa junto a outros públicos de interesse que, de acordo com as informações do Movimento, estavam sendo negligenciados pela Plantar.

Na percepção da Analista de Projetos n. 1 (2007), a interação da Plantar com seus públicos de interesse aumentou, de verdade, com a certificação FSC. Para ela, não só a Plantar como as empresas em geral, não costumavam ter muito diálogo com seus públicos, sendo que essa interação vem crescendo nos últimos 10, 15 anos com o debate sobre a responsabilidade social. A empresa viria, então, acompanhando esse processo de mudança. “A gente já estava mudando por conta do projeto, mudando para obter a certificação FSC, e mudando também à medida que iam aparecendo as questões, as auditorias...” (ANALISTA DE PROJETO N. 1, 2007, informação verbal).

Conforme destaca o Gerente de Projetos (2007), a certificação FSC apontou a existência de falhas na área de comunicação da empresa, havendo algumas condicionantes nesse sentido.

Era uma área que a gente estava devendo bastante. Esse processo, esse contato, essa comunicação com os vizinhos e com a sociedade de modo geral. A gente teve que se reestruturar para isso. A gente contratou pessoas especialistas, começamos a fazer esse trabalho de corpo-a-corpo com os vizinhos, convidá-los para vir à fazenda, criamos ai um dia de visita, tinha um ônibus que rodava as propriedades.... (GERENTE DE PROJETOS, 2007, informação verbal).

Conforme verificado anteriormente, os processos de certificação FSC influenciaram enormemente toda a forma de gestão socioambiental da Plantar, bem como foram um dos principais motivadores para os conflitos que se originaram quando da propositura do Projeto Plantar. Percebe-se que, também no que diz respeito à comunicação organizacional da Plantar, ou mais especificamente, sobre as estratégias de relacionamento (relações públicas) utilizadas pela empresa, a certificação teve um peso fundamental.

Observe-se que a partir da auditoria de re-certificação realizada no ano de 2002, ano em que a Plantar firma sua parceria com o Banco Mundial para a realização do Projeto Plantar e o ano em que a WRM publica seu relatório de análise das certificações tanto da Plantar como da V&M Florestal, a certificadora SCS passa a afirmar que as maiores dificuldades da Plantar estão justamente no Princípio 4, que trata das relações comunitárias, sendo constatada a necessidade de um aprimoramento nas formas de a empresa se comunicar e interagir com as populações locais.

Nesse sentido, vale destacar o texto do relatório de re-certificação, focando três das recomendações recebidas:

- Recomendação 2002/12 - Incentivar a participação dos colaboradores da empresa em atividades comunitárias, com o objetivo de fomentar noções de cidadania e de responsabilidade social tanto da empresa quanto de seus colaboradores, garantindo seu bom nome institucional.
- Recomendação 2002/13 - Implantar uma Sistemática de Recepção e Encaminhamento de Demandas Públicas, contendo os procedimentos a serem seguidos, as responsabilidades e o retorno aos demandantes das providências tomadas, com o objetivo de evitar problemas de relacionamento que podem vir a gerar conflitos ou prejuízos à imagem institucional da empresa.
- Recomendação 2002/17 - Elaborar uma sistemática de comunicação ao público externo, dos procedimentos tomados, na eventualidade de ocorrência de problemas ambientais, advindos ou não, diretamente de suas atividades, sendo que todos os funcionários, independentemente de qualificação ou função poderiam estar cientes, através da inclusão de tais procedimentos nos processos de qualificação a que estão submetidos corriqueiramente (SCS, 2006, pág. 43).

Interessante, ainda, observar que, entre os anos de 1998, ano de certificação das Unidades de Manejo Florestal da empresa, e 2002, ano de publicação do relatório da WRM sobre as certificações da Plantar e da V&M Florestal, foram realizadas cinco auditorias. As deficiências em relação às relações comunitárias da Plantar, no entanto, só foram identificadas na auditoria de 2002. Posteriormente, na auditoria realizada em 2004, já durante o processo de revisão global do princípio plantações da FSC, a Plantar recebeu nove condicionantes, sendo três delas especificamente relacionadas com as questões de relacionamento e imagem institucional da empresa. São elas:

- 1) A contratação de dois profissionais para residir em Curvelo (MG), sendo um deles “responsável pelos aspectos sociais, principalmente os relativos ao relacionamento com as comunidades e sindicatos e elaborando o programa de comunicação social”, visando a “incrementar o relacionamento entre a empresa e a sociedade civil local, promovendo a mitigação de eventuais impactos

sociais e ambientais, além de subsidiar o Programa de Comunicação Social” (SCS, 2006, pág. 60).

- 2) Apresentar à SCS seu Plano de Comunicação Social para os próximos dois anos, elaborado em conjunto com o profissional acima citado, tendo como objetivo “aprimorar o relacionamento entre a empresa e a sociedade civil local” (SCS, 2006, pág. 60).
- 3) Elaborar um “novo procedimento de formalização de demandas de partes interessadas e a implantação de um comitê de resolução de conflitos, tanto para demandas externas à empresa como dos próprios funcionários”, tendo em vista “garantir a transparência, o bom nome institucional e o relacionamento entre a empresa e a sociedade civil local, assim como em relação aos seus próprios funcionários” (SCS, 2006, pág. 61).

Em atendimento a essas condicionantes, além da contratação dos profissionais acima citados, foi contratado, em 2004, um consultor especializado, visando à elaboração do plano, que recebeu a denominação de Plano de Gestão Social (EQUIPE DE COMUNICAÇÃO, ANALISTA AMBIENTAL, 2007). A implementação do Plano ficou a cargo da agora Gerente de Projetos da Plantar que, à época, se afastou de suas atividades para, diante da “necessidade de ter alguém que coordenasse o que seria o sustentável, ser alguém que estivesse vendo as questões do econômico, do social e do ambiental. Então existiu uma primeira proposta de Gestão social, que depois foi revisada, em 2006” (GERENTE DE PROJETOS, 2007, informação verbal). Verifica-se, então, que a necessidade de uma melhor atuação em termos de relacionamento com as partes interessadas, fez com que a Plantar incluísse a comunicação em sua gestão. A importância dada às estratégias de relações públicas a serem utilizadas foi tanta que a empresa viu-se obrigada a deslocar um de seus principais gestores para dedicar-se a função.

O Plano de Gestão Social da Plantar (GRUPO PLANTAR, 2006) faz referência a diversos aspectos sobre a responsabilidade socioambiental da empresa, e destaca, entre as proposta de “o que fazer para cuidar da gestão social”, uma série de instrumentos que poderiam ser caracterizados como de comunicação, a exemplo de boletins informativos, encontros periódicos com as comunidades vizinhas, melhorias na comunicação entre os setores da

empresa, quadro de avisos, campanhas internas, eventos internos e externos. Há, também, diversas propostas que, apesar de caracterizadas como de ação social, têm um importante componente de relações públicas, como a realização de feiras com os produtos da região, a preferência e o incentivo a produtos e serviços da própria região, incentivos de parceria ao pequeno agricultor, participação em fóruns e entidades tanto do setor florestal como de outros desenvolvidos pela sociedade civil, programa de visita à empresa, entre outros.

Outro ponto a ser observado é que, no ano de 2004, foram realizadas duas auditorias sobre o processo de certificação da Plantar, sendo que a segunda foi realizada em conjunto com a FSC Internacional, tendo como objetivo específico a visita ao campo. Nessa oportunidade, foram entrevistadas algumas lideranças locais, bem como houve visitas a projetos sociais desenvolvidos pela empresa. De acordo com o Analista Ambiental da Plantar (2007, informação verbal), nessa segunda auditoria

Eles vieram verificar como a SCS estava nos auditando. Então, foi isto, eles vieram ver a Plantar. Eles fazem isto uma vez por ano, com umas duas certificações no mundo, então eles escolheram a gente, e não foi por acaso. A gente sabe que foi por conta da pressão que a gente tava passando, por pressões de ONGs, e com certeza eles eram pressionados também por lá (ANALISTA AMBIENTAL, 2007, informação verbal).

O relatório dessa auditoria de campo dedica uma parte especial à análise do Princípio 4 da FSC, qual seja, “Relações comunitárias e direitos dos trabalhadores...”. Os auditores concluem que é possível verificar que a empresa, “de forma geral, atende aos requisitos para a certificação FSC” (SCS, 2006, pág. 75). Eles constatarem como principal ponto positivo da empresa, nesse quesito, o fato de ela ser a principal empregadora da região de Curvelo. Os auditores constataram, também, que muitos dos impactos sociais e ambientais da Plantar haviam sido constatados apenas recentemente, com a finalização dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA), inexistindo tempo hábil para a implementação de suas propostas.

Em vista disso, muitas das medidas mitigadoras não surtiram o efeito desejado e, deste modo, ainda se percebem problemas em relação à imagem institucional da empresa em alguns segmentos da sociedade local e regional. tal quadro somente poderá ser revertido ao longo do tempo, mas muitas medidas estão sendo tomadas, enquanto outras se encontram em discussão. Particular atenção deve ser dada a atividades que promovam, não apenas as melhorias de relacionamento com a sociedade local, mas estimulem a geração de renda (...) (SCS, 2006, pág. 76).

Apesar da constatação da contratação de dois profissionais para residir em Curvelo, sendo um destacado especificamente para monitorar os aspectos ambientais de suas operações, e outro,

profissional especializado em Comunicação, que estaria desenvolvendo inúmeras atividades junto às instituições e à população local, os auditores entendem que esses “trabalhos encontram-se ainda muito no início e os resultados ainda não são sentidos em sua total eficiência (...) Além disso, a auditoria constatou que sua eficácia somente poderá ser concretizada se houver uma total reestruturação na própria gestão social da empresa” (SCS, 2006, pág. 72).

Com base nesses resultados, foram apresentadas mais quatro condicionantes e seis recomendações à manutenção da certificação FSC da Plantar. A primeira delas, chamada de “condicionante maior”, determina que a empresa seja estruturada “com níveis gerenciais que incrementem o bom relacionamento entre a empresa e a sociedade, através da conscientização dos Princípios e Critérios do FSC a todos os trabalhadores da Plantar” (SCS, 2006, pág. 76).

Essa nova estrutura seria responsável

pela *gestão social* de todas as iniciativas de relacionamento com funcionários, com a comunidade vizinha às propriedades da empresa em Curvelo e com a sociedade civil em geral, que procure implementar uma mudança na cultura da empresa. Devem ser priorizadas as ações pró-ativas que promovam o bom relacionamento entre a Plantar, seus trabalhadores e a sociedade civil (SCS, 2006, pág. 76).

Como proposta ao atendimento dessa condicionante, a Plantar previu a criação de um Comitê de Relações Socioambientais, com a participação da Diretoria da empresa, e ainda a reformulação e criação de uma Gerência de Desenvolvimento Sócio-Ambiental e da Qualidade, com responsabilidades exclusivamente das áreas social, de ambiência e qualidade. Dessa maneira, mais uma vez se verifica as pressões dos atores sociais do espaço político-institucional alteraram a própria estrutura organizacional da Plantar.

Já em maio de 2005, a auditoria realizada teve um caráter diferenciado. Conforme se constata no próprio Relatório de Re-certificação, tratou-se de uma “*auditoria realizada de surpresa* sem notificação prévia à empresa ou aos representantes da sociedade civil” (SCS, 2006, pág. 80). Ainda de acordo com o documento, esse procedimento teria sido adotado por uma demanda de alguns representantes de entidades locais de Curvelo e Felixlândia, bem como de alguns vizinhos da Plantar, que teriam afirmado que a empresa, ao ser informada sobre a iminência da realização de uma auditoria, tomava providências no sentido de “mascarar” eventuais falhas. Esses atores sociais afirmavam que, normalmente, a empresa não respeitaria os Princípios e Critérios dos Padrões do FSC.

Para os auditores, a acusação não foi confirmada, não tendo sido encontradas qualquer evidência de que o manejo florestal não tenha sido feito de acordo com os Princípios e Critérios da FSC. Pode-se afirmar que um dos principais destaques dessa auditoria foram as observações dos auditores em relação ao cumprimento da “condicionante maior”, realizada no ano anterior. Foi constatada a criação de um Comitê de Relações Socioambientais, composto por profissionais em funções estratégicas (incluindo diretores, consultor e gerentes) que, além de discutirem questões operacionais, ambientais e sociais dentro do escopo da Certificação FSC, também estaria analisando o manejo da Plantar, “a fim de não pairar dúvidas de que os Padrões do FSC encontram-se contemplados pela empresa” (SCS, 2006, pág. 87).

A auditoria surpresa constatou ainda que, naquele último ano, a Plantar havia realizado inúmeras ações sociais junto à população local, destacando-se: a) a comunicação social com a população regional; b) programas sócio-culturais; c) a educação ambiental; d) parcerias com instituições municipais públicas, privadas e prefeituras; e) a abertura de poço artesiano em Felixlândia, cedendo-se a água também para os vizinhos; f) programas de geração de renda, como a exploração de mel.

Os auditores entenderam também que, “as entrevistas realizadas com representantes da sociedade mostram que a empresa está tendo bom relacionamento, até mesmo com alguns representantes de segmentos críticos ao empreendimento” (SCS, 2006, pág. 87). De acordo com o relatório, até mesmo alguns moradores que anteriormente eram contrários à presença da Plantar na região, ter-se-iam demonstrado satisfeitos com a cessão da água proveniente de poço artesiano da empresa para suas famílias.

Realmente, afirmam que no início houve certa desconfiança em relação à PLANTAR, mas atualmente o relacionamento estaria melhor com a empresa, se comparada com a que tinham com o antigo proprietário da área. Ao serem indagados sobre as pessoas que criticam a empresa em seu nome, os entrevistados as desconheciam ou, no máximo, apenas as conhecem “de vista” e não mantêm relacionamento próximo com elas (SCS, 2006, pág. 87).

Acredita-se que, nesse momento de seu relatório, os auditores estejam se referindo aos integrantes do Movimento Contrário ao Projeto Plantar que, aparentemente, também integram um movimento contrário à certificação FSC propriamente dita.

Os auditores ressaltam, ainda, a constatação de que algumas famílias ainda demonstram temor de que as plantações florestais de eucalipto possam prejudicá-las a longo prazo, especialmente

no que se refere à diminuição da água. Nesse aspecto, eles ressaltam a importância dos estudos que estão sendo realizados pela Plantar em relação à qualidade e quantidade das águas superficiais, “bem como do programa de comunicação social, de maneira a manter informada a população regional acerca dos cuidados no manejo da empresa, bem como das medidas tomadas a fim de mitigar eventuais impactos identificados” (SCS, 2006, pág. 87).

Observa-se, então que o processo de relacionamento da empresa com seus *stakeholders* do espaço político-institucional foi motivado, principalmente, por conta da existência de um conflito de interesses que veio à tona com o Projeto Plantar, e pelas condicionantes relativas ao assunto, elaboradas pela certificadora SCS no processo de re-certificação FSC da empresa.

Foi constatado que a estruturação de um departamento de Comunicação Corporativa da Plantar só foi realizada no início de 2007. De acordo com informações da Equipe de Comunicação da empresa (2007), antes existia um departamento de Projetos Sociais, Meio Ambiente e Comunicação, criado justamente para atender às condicionantes da certificação FSC, e em consonância com as mudanças necessárias à atuação socioambiental da Plantar. Com o final desse departamento, a pessoa de Projetos Sociais juntou-se a uma jornalista, recém-contratada.

As integrantes da equipe explicam que, em realidade, a reestruturação das áreas de Comunicação e da agora chamada Coordenação Socioambiental deu-se em agosto de 2007. Até aquele momento, as atividades realizadas, no tocante ao relacionamento da Plantar com seus públicos de interesse, eram realizadas pela equipe de Relações Institucionais (tendo ações mais focadas nos órgãos governamentais, federação de indústrias, associação de silvicultura, entre outras) e pela equipe de “gestão social” ou de “relações sociais”, estabelecida no município de Curvelo por determinação da certificação. Isso ocorria porque a interação da empresa com os públicos de interesse das áreas certificadas é muito maior, tanto por conta dos próprios requisitos da certificação, quanto porque, nas outras áreas de plantação florestal da Plantar, a empresa é, em verdade, uma prestadora de serviços de silvicultura.

Explica-se que a área de comunicação da Plantar nasceu, então, da área de Relações Sociais. A equipe acredita que isso ocorreu até mesmo porque o profissional responsável por essa área, agora “extinta”, era formado em comunicação social (EQUIPE DE COMUNICAÇÃO, 2007, informação verbal). A equipe também destaca um aspecto importante no tocante à legitimação

da empresa perante seus públicos de interesse e seus conseqüentes impactos à imagem institucional da Plantar (e vice-versa). “A empresa ainda peca muito em divulgar o que faz. Ela faz muito, mas muito pouco é divulgado. Ainda há uma visão conservadora em termos de divulgação das realizações na área social” (EQUIPE DE COMUNICAÇÃO, 2007, informação verbal).

De acordo com as integrantes da equipe, a Plantar ainda não desenvolve nenhum tipo de trabalho para divulgar suas ações de responsabilidade socioambiental. Isso está sendo iniciado, por exemplo, através do Jornalipto, que está sendo reestruturado. Elas destacam que, no início, tratava-se de um instrumento só para o público interno, mas agora seu foco é exatamente o público externo (apesar de ser circulado para o público interno e disponibilizado na intranet). A tiragem, de 3000 exemplares, é distribuída para todos os principais *stakeholders* da Plantar, destacando-se vizinhos, prefeituras, secretarias municipais, algumas escolas, IEF (Instituto Estadual de Florestas) e todos os clientes. Em 2007 iniciou-se um trabalho de tradução e envio do Jornalipto para um *mailing* de contatos internacionais.

Segundo o Coordenador Socioambiental e de Segurança no Trabalho da Plantar (2008), - para quem os principais públicos de interesse da empresa são os colaboradores, as comunidades vizinhas, as associações de produtores localizadas no entorno do empreendimento, órgãos públicos e ONGs -, atualmente, o gerenciamento das relações socioambientais da Plantar se dá “estreitando o relacionamento com os diversos públicos de interesse através do diálogo direto, atuando de forma ativa para o fortalecimento cultural, social, ambiental e econômico, principalmente das comunidades localizadas no entorno das áreas da empresa” (COORDENADOR SOCIOAMBIENTAL, 2008).

Em diversos momentos da pesquisa, foi ressaltado, por parte do Gerente de Projetos, do Gerente de Relações Institucionais, da equipe de comunicação e do próprio Coordenador Socioambiental, o excelente relacionamento que seria mantido pela empresa com prefeituras, Conselhos Municipais de Defesa e Conservação do Meio Ambiente, vizinhos, ONGs ambientalistas, imprensa, organizações da sociedade civil (associações, ONGs, cooperativas, sindicatos) ligadas à questão do trabalho rural, da terra etc., outras empresas do setor florestal e institutos de pesquisa ligados à questão florestal. O Coordenador Socioambiental destaca que alguns desses atores sociais, a exemplo das prefeituras, dos vizinhos, organizações da sociedade civil e conselhos de meio ambiente, “participam mais ativamente do dia a dia da

área socioambiental seja através de pedidos de doação, participação em projetos e programas voltados às questões sociais, ambientais, de saúde e segurança e apoio a eventos diversos” (COORDENADOR SOCIOAMBIENTAL, 2008).

Não obstante, na estrutura da Plantar, o departamento de comunicação e o responsável pela área socioambiental sejam distintos, ambos destacam que a relação entre eles é a mais próxima possível. Destaca-se, ainda, que a coordenação socioambiental faz parte do comitê editorial do Jornalipto, considerado, juntamente como website da empresa, o principal canal de comunicação com o público interno. Entretanto, acredita-se que a coordenação socioambiental teria resultados ainda mais expressivos se estivesse situada na mesma estrutura da comunicação corporativa, tendo em vista o olhar estratégico necessário a estas questões. Considere-se, nesse quesito, o fato de que a coordenação socioambiental é responsável, também, pelas questões relativas à segurança e saúde do trabalhador nas áreas próprias, o que, conforme verificado anteriormente, é um outro aspecto crítico à gestão da Plantar.

Importante destacar ainda que, de acordo com a Equipe de Comunicação, em setembro de 2007, estava em elaboração o primeiro Planejamento Estratégico da Área de Comunicação da história da Plantar. Acredita-se que, ao dar à comunicação uma importância realmente estratégica, será possível programar melhorias substanciais no processo de relacionamento da empresa com todos os seus *stakeholders*. Ainda de acordo com a Equipe, foi elaborada uma matriz de análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) da área de comunicação, sendo o Projeto Plantar um importante item de avaliação. “O projeto de carbono além de ser uma oportunidade, pode ser uma ameaça, dependendo do ângulo que a gente avalia” (EQUIPE DE COMUNICAÇÃO, 2007, informação verbal).

4.2.3.2 Estratégias adotadas a nível regional

Conforme destacado anteriormente, a nível regional os conflitos socioambientais ligados ao Projeto Plantar possuem uma ampla relação com as críticas existentes à eucaliptocultura e à prática da carvoaria, especialmente se considerar-se o fato de que Minas Gerais é um dos principais produtores florestais do Brasil e que, em virtude de grande parque industrial de

produção de ferro, trata-se de um importante mercado consumidor de carvão vegetal (renováveis ou não). No que tange à eucaliptocultura, a empresa alega estar consciente das inúmeras críticas existentes ao eucalipto, sendo que lutar sozinho contra isso é muito difícil. Isso se torna especialmente verdadeiro se considerar-se que os diversos aspectos políticos, econômicos e ideológicos ligados (anteriormente abordados) existentes no movimento ambientalista.

Dessa forma, a empresa optou por se aliar a entidades e organizações representativas do setor, podendo sua atuação ser resumida da seguinte maneira, a partir das informações prestadas pelos analistas e gestores entrevistados:

- AMS (Associação Mineira de Silvicultura): participação ativa da Plantar, estando o Gerente de Relações Institucionais entre os diretores da gestão 2007-2009. Destaca-se a produção recente, por parte da AMS, de um CD procurando desmistificar o eucalipto. A própria Plantar possui um folder tratando da mesma questão.
- FIEMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais), onde há uma Câmara das Indústrias de Atividade Florestal. A Plantar integra o grupo técnico de discussões para a elaboração de leis no estado de Minas Gerais.
- ABAF (Associação Baiana de Produtores Florestais): essa relação foi estabelecida por conta da prestação de serviços florestais da Plantar no estado da Bahia.
- ONG Espírito Santo em Ação: nome fantasia da organização não-governamental Movimento Empresarial do Espírito Santo, que tem, trabalhando através de um sistema de governança que promove a articulação entre diversos atores sociais estratégicos, tem entre suas finalidades declaradas “contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado do Espírito Santo” (ES EM AÇÃO, 2008, pág. 1). A Plantar compõe o Conselho Setorial Florestal da organização, juntamente representantes da Ara cruz Celulose (coordenação), da Associação de Engenharia Florestal do Espírito Santo (AEFES), Suzano Papel e Celulose, entre outros.

Além da atuação junto às entidades acima citadas, a empresa também procura, em âmbito regional, articular-se com organizações da sociedade civil. Um dos exemplos mais

emblemáticos dessas relações é representado pelo apoio recebido em diversas oportunidades, por parte da Plantar, da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA). A AMDA vem demonstrando uma estreita ligação com a empresa, tendo sido uma das organizações que elaborou uma manifestação favorável ao Projeto Plantar em junho de 2000, para ser enviada ao Banco Mundial. Na matéria jornalística publicada na Folha de Curvelo, anteriormente citada, também há entrevista favorável por parte da superintendente executiva da organização.

Além disso, conforme se constata em uma das cartas-manifesto do Movimento, no momento da *due diligence* realizada por parte do Banco Mundial para avaliar as críticas realizadas ao Projeto Plantar

V.Sa. contou apenas com a presença e acompanhamento de uma única ONG da área ambiental mineira, a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA), que tem feito defesa sistemática e incondicional do projeto da Plantar e cuja própria empresa Plantar é associada desta ONG. Vale ressaltar que a AMDA é a ONG que tem sido a informante privilegiada da sociedade civil na área ambiental para o processo de certificação FSC, sem desenvolver nenhum trabalho de monitoramento dos impactos das monoculturas de eucalipto em larga escala da Plantar junto às comunidades locais e ao meio ambiente (ACPO *et al*, 2003b).

Questionada sobre o amplo apoio dado à Plantar, a superintendente executiva afirma que, desde a fundação da AMDA, em 1978, a organização tem se empenhado na luta contra a supressão da mata nativa em Minas Gerais, sendo que as causas para esse processo estão ligadas “a fatores econômicos e culturais, sendo que os primeiros são representados pela expansão da fronteira agrícola e pelo consumo de carvão nativo, principalmente da indústria siderúrgica” (AMDA, 2007, informação verbal). Ela prossegue seu raciocínio dizendo que não é contra nenhum cultivo necessário à sobrevivência humana, como é o caso da madeira. Considerando-se, ainda, que não há madeira nativa suficiente para suprir a demanda humana, “nós sempre fomos favoráveis ao plantio de florestas” (AMDA, 2007, informação verbal).

A ambientalista informa que tem conhecimento de que, no início, a Plantar, juntamente com outras empresas do setor, destruiu muita área nativa. No entanto, ela teria sido uma das poucas empresas do setor que mudou sua forma de atuação. Ela destaca o fato de a Plantar ter parado de utilizar substituir mata nativa por plantios, e de ter sido a pioneira em Minas Gerais a utilizar o sistema de corredores ecológicos, possibilitando proteção à fauna durante os sete anos de crescimento da espécie. Outro ponto destacado pela superintendente da AMDA, como

demonstração das boas práticas da Plantar é justamente sua certificação FSC. “Talvez, se a gente for fazer um exame detalhado, a gente vai ver que a Plantar comete erros, mas certamente, em relação à média, na área ambiental ela é uma empresa que realmente merece reconhecimento” (AMDA, 2007, informação verbal).

Ao ser questionada sobre, em sua opinião, ser possível que a uma empresa produtora de eucaliptos e de carvão ter uma contribuição efetiva para o desenvolvimento sustentável, ela responde:

Seguramente que sim. Vamos pegar no aspecto ambiental como eu já falei. A empresa já tem uma boa postura, provavelmente ela pode avançar mais, mas já demonstra realmente que as florestas de eucalipto, se bem plantadas em termos ambientais, contribuem para a proteção da biodiversidade. (...) Esse consorciamento com corredores ambientais de áreas nativas permite o trânsito da fauna e acaba servindo também como abrigo pelo menos, porque a fauna tem medo de sair em locais totalmente abertos. O que não acontece com soja, por exemplo, com milho, que são de curta duração. O eucalipto dura sete anos. Em sete anos você tem aquele abrigo que ajuda a proteger a fauna. Se bem que um grande desafio para as empresas que são responsáveis socialmente no setor, que não são muitas, que é a questão da colheita, que é um verdadeiro choque na fauna. De repente você descobre áreas imensas e a fauna fica perdida até em termos de referência. Esse realmente é um débito que tem, que estamos cobrando que as empresas avancem mais nesse sentido. Em termos sociais, não sou a pessoa certa para julgar, mas também acredito que sim (AMDA, 2007, informação verbal).

Importante considerar-se ainda que, em declaração elaborada em 2000, a AMDA afirma que tendo em vista a proposta da Plantar em manejar suas plantações de acordo com os princípios e critérios do FSC, “(...) a sociedade pode ter garantia de que o Projeto representará um grande e fundamental passo em direção ao objetivo de tornar sustentáveis as atividades baseadas em produtos florestais, principalmente carvão” (AMDA, 2000).

Além da carta de apoio da organização acima citada, a Plantar recebeu ainda demonstrações favoráveis por escrito dos seguintes atores sociais a nível regional:

- Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, consideram do que o Projeto oferece uma “alternativa energética limpa e renovável (carvão vegetal), à energia fóssil”, sendo que a produção do carvão utiliza um “alto padrão de engenharia florestal”, contribuindo na redução das emissões de gás carbônico. O órgão declara, ainda, que acredita que o Projeto Plantar “pode servir de parâmetro e vir a ser utilizado pelas demais siderúrgicas mineiras, razão pela qual conta com o nosso apoio” (SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2000).

- Instituto Estadual de Florestas (IEF), por meio do chefe do Escritório Florestal de Curvelo, declarando conhecer a política utilizada pela Plantar, tendo ciência dos cuidados com o melhoramento genético das espécies e de “uma política voltada para o social, minimizando os impactos ambientais no que se refere aos recursos naturais renováveis e dando aos seus funcionários ótimas condições de trabalho” (IEF, 2001). O mesmo instituto enviou, em 2006, comentário dentro da oitiva relacionada ao projeto de Mitigação de Metano, no âmbito da validação junto à CIMGC, informando que “somos testemunhas do “profissionalismo” com que o Grupo Plantar vem desenvolvendo suas atividades” (IEF, 2006).
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, afirmando a importância de a Plantar ter procurado, voluntariamente, a certificação de seu manejo florestal “segundo princípios e critérios universalmente aceitos e emitida por entidades reconhecidas internacionalmente” (SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2003). Sua certificação lhe capacitaria para pleitear sua inclusão do mercado de carbono através de um projeto de MDL.

4.2.3.3 Estratégias em nível nacional

Acredita-se que uma importante estratégia utilizada pela Plantar para a regulação dos conflitos socioambientais advindos de seu projeto de MDL seja sua efetiva participação no processo de revisão global do padrão de plantações da FSC. O Analista Ambiental da empresa (2007) afirma que desde o ano de 2004, início de 2005, a Plantar já vinha realizando reuniões com a V&M Florestal, o Grupo Celona Ambiental, com a Suzano, Klabin, Duratex e Aracruz. Entretanto, tratava-se de reuniões não sistemáticas, realizadas de acordo com a demanda, para discutir questões ligadas ao FSC e ao manejo florestal.

A consolidação destes trabalhos iniciou-se em 2007, quando foi criado um grupo estratégico, ligado ao IPF – Instituto de Pesquisas Florestais da Esalq, para realizar discussões mais aprofundadas visando organizar a questão florestal. O grupo, composto tanto por empresas já

certificadas pelo FSC no Brasil, quanto outras que ainda pretendem se certificar, a exemplo da Aracruz, participa do Programa Cooperativo de Certificação. Eles consideram o sistema FSC uma ótima saída, uma ótima maneira para fazer a gestão.

Além da Plantar, que integra o comitê, integram o grupo empresas como a Suzano, a Duratex e a Klabin. O objetivo dessas empresas é, de acordo com o Analista, participar mais ativamente das discussões da revisão técnica da questão das plantações no Brasil e no mundo em geral. Entre as ações a serem desenvolvidas estão dois trabalhos, juntamente com a FSC Brasil: 1) Visitas da FSC Brasil às áreas do projeto da Plantar, o que já teria sido realizado na Suzano e na Klabin, se não me engano; 2) Participação da formulação de normas para resolução de conflitos relativos à certificação FSC (ANALISTA AMBIENTAL, 2007, informação verbal).

Segundo o Analista, essa ferramenta de resolução de conflitos pode ser utilizada para conseguir o diálogo. Ele destaca que “estes encontros, estes diálogos da FSC Brasil junto aos atores ligados à Plantar, fazem parte de uma proposta de aproximação maior da Plantar junto à FSC Internacional” (ANALISTA AMBIENTAL, 2007, informação verbal). A empresa estaria estudando a participação, inclusive, das discussões internacionais da FSC.

Além disto, a empresa faz parte do quadro de associados da Sociedade de Investigação Florestal (SIF), entendendo a necessidade de o relacionamento entre empresas do setor florestal e institutos de pesquisa ocorrer de maneira mais ativa. Obviamente, a empresa igualmente integra o quadro da Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), organização que também demonstrou seu apoio ao Projeto Plantar. Outra atuação da empresa a nível nacional é a sua participação na ABRAF (Associação Brasileira de Produtores Florestais), possibilitando-lhe a ampliação do diálogo, trocas de experiências e conhecimento entre empresas de todo o Brasil ligadas ao setor florestal.

Interessante observar que, ainda no ano 2000, a empresa obteve uma carta do Ministério da Ciência e Tecnologia, afirmando o recebimento da proposta do Projeto Plantar e a não objeção do governo brasileiro ao desenvolvimento do mesmo, desde que atendidos os critérios de elegibilidade, que ainda estavam em fase de elaboração. Ao final da carta o então Ministro das Ciências e Tecnologia afirma que o governo brasileiro “não se opõe à submissão da Plantar para obter financiamento do Prototype Carbon Fund (PCF) do Banco Mundial, desde

que o projeto atenda as melhores definições dos interesses regionais e nacional ligados ao social, ambiental e econômicos” (MCT, 2000).

Paulatinamente, a empresa também vem buscando uma maior aproximação e diálogo com ONGs de atuação nacional, a exemplo da Amigos da Terra “Amazônia Brasileira”. Já em 2001, a organização registrou, por escrito, seu apoio ao Projeto Plantar, declarando que “além de possuir atuação exemplar quando se trata de plantios florestais a empresa revolucionou o emblemático setor do carvão vegetal brasileiro ao certificar, pelo FSC, seus plantios florestais e sua produção de carvão” (AMIGOS DA TERRA, 2001).

4.2.3.4 Estratégias a nível internacional ou global

Conforme observado no decorrer desta pesquisa, os conflitos relativos ao Projeto Plantar são muito amplos. Obviamente, o fato de a empresa empregar como principal estratégia metodológica o plantio de eucaliptos tem, por si só, uma enorme carga conflitiva. Há décadas a eucaliptocultura vem sendo contestada por movimentos ambientalistas. Atrelado a isso, há a discordância em relação à aplicabilidade da certificação FSC para plantações florestais. No entanto, por se tratar de um projeto de MDL, as tensões entre os atores estratégicos envolvidos intensificam-se ainda mais.

Observe-se que, de acordo com o exposto no capítulo teórico e no decorrer da análise empírica sobre os argumentos do Movimento contrário ao Projeto Plantar, que um dos principais questionamentos havidos em relação a projetos desta natureza estão ligados ao próprio modelo de desenvolvimento hoje praticado no mundo, com a chancela do próprio Banco Mundial. Indivíduos e organizações de todo o mundo unem-se em redes que ultrapassam totalmente suas fronteiras locais ou nacionais para discutir, contestar os padrões de “globalização capitalista” que vem sendo empregados. Com isto, o posicionamento da Plantar enquanto ator social necessariamente modifica-se, agiganta-se. A Plantar passa a, obrigatoriamente, ter que agir enquanto um ator político internacional.

Esse novo papel não é exercido isoladamente. A empresa precisou fortalecer-se enquanto instituição legitimamente aceita pela comunidade em seu entorno e nos setores empresariais

em que atua, para poder validar-se não apenas perante os investidores do *Protocol Carbon Fund* mas perante a sociedade civil organizada em níveis mundiais.

Na opinião do Analista de Projetos n. 2 (2007), não obstante todas essas ações realizadas no sentido de legitimar o projeto de MDL da Plantar, nos níveis locais, regionais e nacionais, existem muitas chances de os conflitos permanecerem, tendo em vista que os interesses internacionais por detrás deles, que são extremamente importantes quando se trata de questões como projetos de MDL, da própria certificação FSC e, certamente, dos modelos de desenvolvimento adotados tanto nos países no Norte quanto do Sul continuarão a existir. Porém, isso não significa que o Analista desconsidere a importância das estratégias de relacionamento político-institucionais já adotadas e das que estão em andamento.

Quando você consegue realmente em processos localizados construir uma base forte para o desenvolvimento específico de um projeto, você tem um *background* importantíssimo para que aquilo se desenvolva com uma continuidade grande. Agora você vai me perguntar assim, só o problema do desenvolvimento local vai resolver? Não, não vai. E não adianta essa história de você falar que pensar global e agir local não resolve o problema. Você tem que agir local e agir global. E aí é que está uma grande questão porque as instituições brasileiras não estão preparadas para agir globalmente (ANALISTA DE PROJETOS N. 2, 2007, informação verbal)

De acordo com o Analista de Projetos n. 2 (2007), a Plantar está justamente procurando fazer isso: agir localmente e globalmente. Essa atuação está sendo realizada através da participação direta, por exemplo, junto ao Governo brasileiro no suporte a formação da política internacional. Uma das ações da empresa nesse sentido é que, desde a COP 9, realizada em 2003, a Plantar envia um representante para participar das discussões sobre o MDL. Em realidade, segundo o Analista, a Plantar vai às COPs à convite do Governo brasileiro, tendo em vista a constatação, por parte do Governo, de que o Projeto Plantar representa uma experiência real, que está sendo trabalhada desde 1998, sendo interessante ouvir o que se tem a dizer.

Outro ponto de destaque, na opinião do Analista, é o papel que Itamaraty vem realizando objetivando a participação democrática para discutir as questões ligadas às mudanças climáticas, ou seja, para a governança ambiental. Na última COP, em 2006, foi enviada uma delegação de cerca de 90 pessoas. Isso é, segundo o Analista, crucial, no entanto, estariam sendo enviadas principalmente pessoas ligadas à área de pesquisas e de ONGs, “e aí é que passa a ser uma discussão que fica desbalanceada, porque você teria que ter uma

representatividade maior das empresas. Só que essa inclusão das empresas na discussão depende da participação das próprias empresas” (ANALISTA DE PROJETOS N. 2, 2007, informação verbal). Ele afirma que o empresariado brasileiro está acordando para a responsabilidade social, mas não da importância disso para ele mesmo. Nisso, ele vê um paralelo com a questão do MDL, já que ainda haveria poucas empresas investindo em capacitação profissional para discutir a temática, para trabalhar mesmo em parceria com o Governo, construindo possibilidades de arregimentação técnica para formação da legislação e de políticas públicas.

O entrevistado informa, também, que as empresas brasileiras estão começando a articular-se para poder se posicionar de uma maneira mais veemente sobre o Pós-Kyoto. Isso está sendo feito através da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), que conta com a participação da Plantar. Não seria por acaso que a CNI teria instituído o ano de 2007 como o “ano do desenvolvimento limpo”. Ele observa, ainda, que é um ano que se iniciou em julho, diante da necessidade urgente de realizar uma reorganização do setor empresarial.

Na opinião do Analista de Projetos n. 2 (2007), além da CNI, a participação do setor empresarial brasileiro nessas discussões contam com a participação ainda incipiente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), do qual a Plantar é associada, e com uma forte movimentação da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), especialmente por conta do setor açucareiro. Ele destaca que, apesar de os usineiros não terem participado da construção do regime, eles perceberam no mercado de carbono uma grande oportunidade de negócios, e querem fazer com que a substituição de gasolina pelo álcool, por exemplo, possa gerar créditos de carbono.

Cabe aqui destacar que o Analista enxerga, nos conflitos socioambientais existentes por detrás da tentativa de inserção de biocombustíveis como o álcool e o próprio etanol no mercado de carbono, um jogo de interesses muito semelhante ao enfrentado pela Plantar. Há uma série de conflitos econômicos e políticos atuando conjuntamente com as questões socioambientais declaradas.

Retornando a análise do Projeto Plantar propriamente dito, acredita-se que um outro fator importante utilizado pela empresa para auxiliar na regulação de seus conflitos em nível internacional foi apoiar-se na credibilidade e respeitabilidade da FSC Internacional em todo o

mundo. Como exemplo disso, cita-se o amplo espaço utilizado, no próprio processo de recertificação da Plantar, para contra-argumentar as críticas do Movimento.

Diante do exposto, acredita-se que as estratégias político-institucionais adotadas pela Plantar S.A. visando a regulação dos conflitos socioambientais relativos a seu projeto de MDL possam ser assim resumidas:

Tabela 8. Estratégias de relacionamento político-institucionais adotadas pela Plantar

Nível Local	Nível Regional
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tentativa de aproximação com WRM e FASE ✓ Aproximação com diversos <i>stakeholders</i> locais (vizinhos, prefeituras, organizações da sociedade civil, escolas e universidades, conselhos municipais, institutos de pesquisa, mídia etc.), resultando em declarações favoráveis ao Projeto Plantar ✓ Estabelecimento de canais de diálogo com os <i>stakeholders</i> ✓ Realização de parcerias para projetos socioambientais ✓ Melhorias significativas na gestão socioambiental ✓ Implantação de sistemática de recepção e encaminhamento de demandas públicas ✓ Contratação de profissionais de comunicação social para residir na área do entorno florestal ✓ Elaboração e implementação de Plano de Gestão Social ✓ Criação de Comitê de Relações Socioambientais ✓ Criação de Gerência de Desenvolvimento Socioambiental e Qualidade ✓ Realização de programas sócio-culturais e de educação ambiental ✓ Estruturação de Departamento de Comunicação Corporativa ✓ Criação de Coordenação Socioambiental e de Segurança do Trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Maior aproximação com empresas dos setores de silvicultura e mineração ✓ Estreitamento de relações e efetiva participação em entidades e organizações representativas desses setores: Associação Mineira de Silvicultura (AMS), Federação das Indústrias de Minas Gerais (FI-EMG), Associação Baiana de Produtores Florestais (ABAF) ✓ Articulação com organizações da sociedade civil, a exemplo da ONG Espírito Santo em Ação e da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA) ✓ Estabelecimento de relações com as secretarias estaduais de Indústria e Comércio, e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ✓ Realização de parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF)
Nível Nacional	Nível Internacional

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Efetiva participação no processo de revisão global do padrão de plantações da FSC, principalmente por meio de grupo estratégico criado pelo Instituto de Pesquisas Florestais da Esalq ✓ Maior aproximação com a Sociedade de Investigação Florestal (SIF) e a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) ✓ Ampliação de diálogo com a Associação Brasileira de Produtores Florestais (ABRAF) ✓ Aproximação com ONGs de atuação nacional, a exemplo da Amigos da Terra ✓ Participação na Confederação Nacional das Indústrias (CNI) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integração ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) ✓ Aproximação com a FSC Internacional ✓ Participação, desde 2003, nas Conferências das Partes (COP) de discussões sobre mudanças climáticas globais
---	--

Fonte: Elaboração própria.

4.2.4 Um Balanço entre Conflito-Cooperação

Não obstante sua não concordância com a maioria dos argumentos apresentados pelo Movimento na tentativa de deslegitimar o Projeto Plantar para a obtenção de créditos de carbono, muitos dos integrantes da empresa manifestam que a ocorrência dessas críticas foi uma grande oportunidade de aprendizado. Nesse sentido, acredita-se que a existência do conflito, em todos os seus níveis, garantiu uma maior cooperação entre: 1) a Plantar e seus *stakeholders* em nível local; 2) as empresas certificadas pela FSC Brasil e as que pretendem ver suas plantações obterem o certificado; 3) empresas florestais e o FSC Internacional e brasileiro, 4) as empresas e as entidades de pesquisa, visando a demonstrar que, através de um manejo adequado, o eucalipto torna-se uma cultura importante; 4) governos municipais, estaduais e nacional e a Plantar e outras organizações proponentes de projetos de MDL, visando não apenas ao recebimento dos dividendos advindos da venda dos créditos de carbono, mas também ao desenvolvimento sustentável do país. Em uma visão mais ampla, relembra-se a existência do conflito paralelo, mas diretamente relacionado ao Projeto Plantar,

entre o FSC e os movimentos sociais contrários à certificação de plantações florestais de eucalipto. Nesse conflito, verificou-se a existência de cooperação entre os diversos atores sociais envolvidos, no sentido de revisar os padrões de certificação de plantações até então existentes, na busca de um consenso sobre novas normas.

Apesar da constatação de todos os aspectos de conflito e cooperação acima citados, aparentemente a Plantar demonstra maior percepção sobre os ganhos ocorridos na negociação entre ela e seus *stakeholders* locais. Isso é sentido no discurso de praticamente todos os analistas e gestores ouvidos nesta pesquisa, que indicam que os conflitos com o Movimento trouxeram um enorme ganho em termos de melhorias do processo comunicacional e de entendimento entre a empresa e seus públicos de interesse mais próximos, em termos territoriais. O Gerente de Projetos de Carbono (2007), por exemplo, afirma que, após o aprendizado adquirido

a gente está tendo todo cuidado nas áreas novas que a gente está plantando. Queremos fazer a coisa bem certinha. E se dá algum problema, a gente conversa! Eu acredito muito mais no trabalho local de base, nosso foco de trabalho é aqui, meu principal interessado são meus vizinhos, o pessoal da comunidade, as prefeituras, associações do local... É claro que eu não vou desprezar nenhuma ONG também, mas é aqui, meu foco é aqui, a parte mais interessada é essa que está aqui sendo mais afetada (GERENTE DE PROJETOS, 2007, informação verbal).

No entanto, ele informa que essa atitude de estabelecimento de diálogo entre a empresa e as partes interessadas não existia anteriormente.

Isso foi a partir do relatório. Para isso ele serviu. Antes as pessoas reclamavam que a Plantar era uma empresa muito fechada, que quando havia uma crítica elas não eram recebidas. A gente percebeu que precisava mudar. E então desenvolvemos um trabalho bom, de abertura, de comunicação com nossos vizinhos. Para isso eu acho que o relatório surgiu um bom efeito (GERENTE DE PROJETOS, 2007, informação verbal).

Entre as alterações realizadas pela empresa encontra-se uma sistematização para a solução de conflitos locais, realizada, principalmente, através do diálogo. De acordo com a Equipe de Comunicação, da Coordenação Socioambiental, do Gerente de Projetos e do Analista Ambiental, o fato de agora existir uma equipe na própria localidade, aberta ao diálogo, a ouvir as necessidades e críticas da comunidade, melhorou muito o relacionamento da Plantar com seus *stakeholders* locais, especialmente porque conferiu uma identidade à empresa.

Atualmente os conflitos socioambientais enfrentados pela Plantar se referem à

questão da água e coleta de lenha de eucalipto nos talhões da empresa tendo como destino as pequenas carvoarias da região. Estes conflitos são regulados através principalmente do diálogo com os envolvidos e de projetos em parceria com associações e órgãos públicos visando criar alternativas para o pequeno produtor, além de perfuração, manutenção de poços artesianos e instalação de tubulação para fornecimento de água (COORDENADOR SOCIOAMBIENTAL, 2008).

Entretanto, não obstante a melhoria dos relacionamentos institucionais locais, constatada, inclusive, no momento de re-certificação FSC, e também das ações de relações públicas realizadas, a empresa acredita na possibilidade de novos conflitos, especialmente a nível global, por conta da continuidade do Projeto Plantar. A empresa entende que este ano de 2008 poderá ser um ano crítico, já que haverá, novamente, a re-certificação das áreas de plantio, e principalmente, a etapa do projeto ligada às plantações de eucalipto enquanto “sumidouros de carbono” será levada à submissão da AND e do Conselho Executivo de MDL.

Acredito que a gente conseguiu resolver os principais conflitos, e agora estamos aguardando. Quer dizer, estamos trabalhando no nosso projeto. Nossa expectativa é que quando a gente colocar esse processo do projeto para validação florestal, principalmente, o pessoal que está de olho vai se manifestar (GERENTE DE PROJETOS, 2007, informação verbal).

Eu acho que vai haver críticas sim. Não tem como ser diferente. E tem muita gente que eu considero inteligente, boa, que está apoiando o papel contrário, porque é contra simplesmente a projetos florestais. E aí, novamente, a gente começa a ver as interações políticas e econômicas. (...) A questão florestal teve uma parcela reduzida de projetos exatamente porque tinham questões políticas muito grandes desincentivando esse tipo de projeto. Isso é claro. Pelo nível de exigências que as metodologias florestais têm em relação às outras (ANALISTA DE PROJETOS N. 2, 2007, informação verbal).

O Analista Ambiental, no entanto, ainda acredita que, através da negociação e do diálogo, haja a possibilidade de cooperação.

Temos que pegar os grupos que são contra e conversar com eles.(...) Porque eles pensam de um jeito e a gente pensa de outro. (...) Temos que ver como diminuir os desentendimentos, e a gente está buscando fazer isso. Bom, dizem que o eucalipto seca o solo, então vamos fazer as análises de solo e de quantidade de água pra ver. Dizem que os agrotóxicos estão contaminando as nascentes, vamos examinar, e mudar alguma coisa, se tiver que mudar. Os que não houver mesmo possibilidade de sentar para conversar, conseguir é porque eles não estão querendo participar de um consenso. O que a gente quer é trabalhar desta maneira (...) (ANALISTA AMBIENTAL, 2007)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta pesquisa, foi realizada uma profunda investigação em torno do crescimento da participação de diversos atores sociais não estatais na governança ambiental global e corporativa, bem como da influência desses atores na construção do que viria a ser o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Foi realizada, ainda, uma análise sobre a participação brasileira no mercado de carbono, verificando-se os principais interesses envolvidos para a consolidação desse mecanismo de regulação dos problemas ambientais globais. Todos esses estudos foram realizados a partir da constatação de que, em todas as questões relativas ao meio ambiente e às formas de utilização dos recursos naturais haverá, inevitavelmente, conflitos de ordem social e ambiental.

Observando-se, então, que a construção do MDL foi pautada nos modernos entendimentos sobre governança ambiental, havendo sido estipulados como requisitos básicos para a aprovação de seus projetos a atenção aos interesses das partes interessadas e a efetiva contribuição para o desenvolvimento sustentável, além de, é claro, a comprovação da redução de gases do efeito estufa ou da remoção de gás carbônico na atmosfera, constatou-se a necessidade de conhecer quais seriam os conflitos socioambientais existentes em projetos de MDL. Partindo-se, então, das premissas de que (1) o estabelecimento de estratégias de relacionamento político-institucionais são fundamentais para a minimização de conflitos socioambientais entre empresas e seus *stakeholders*, e (2) as empresas proponentes de projetos de MDL necessitam adotar estratégias político-institucionais visando a legitimar-se frente aos indivíduos e organizações ligados, direta ou indiretamente, à atividade de projeto a ser desenvolvida, optou-se pela análise de um caso concreto, escolhendo-se o Projeto Plantar.

O projeto de MDL da Plantar, que durante esta pesquisa foi denominado como Projeto Plantar revelou-se, efetivamente, um rico caso de análise. Além dos três motivos fundamentais que levaram a sua escolha, quais sejam, (1) seu pioneirismo no mercado de carbono brasileiro, (2) a controvérsia existente sobre a metodologia de “sumidouros de carbono” via plantações florestais de eucalipto, e (3) a constatação da existência de inúmeras críticas a sua aprovação,

perceberam-se ao menos outros dois fatores de grande influência na formação dos conflitos: o discurso sobre desenvolvimento praticado pelo Banco Mundial, parceiro da Plantar nesse projeto de MDL, e as discussões sobre a certificação FSC, que legitimaria as plantações de eucalipto como sustentáveis e como promotoras de desenvolvimento sustentável.

Tendo-se em vista a riqueza de fatores de análise existente por detrás de um projeto dessa natureza, que procura, através de uma atividade local, contribuir para a solução de um problema global, foi necessário estabelecer-se um foco analítico. Isso foi realizado por meio da elaboração da pergunta que guiaria todos os passos desta investigação: “Quais as estratégias de relacionamento político-institucionais utilizadas para a regulação de conflitos socioambientais ocorridos durante o processo de elaboração, validação e aprovação do Projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da empresa Plantar?”

Com base nessa pergunta orientativa, a pesquisa adquiriu, como objetivo geral, a análise das estratégias de relacionamento político-institucional adotadas para a regulação dos conflitos socioambientais efetivamente ocorridos em vistas do Projeto Plantar. Já como objetivos específicos, pretendia-se: a) a identificação dos principais conflitos socioambientais ocorridos; b) o mapeamento dos principais atores estratégicos envolvidos, apresentando-se suas lógicas de ação; c) a análise das estratégias de relacionamento político-institucional utilizadas pela Plantar para a regulação dos conflitos, dando-se especial ênfase à comunicação organizacional; e d) a realização de um balanço entre conflito-cooperação ocorrido nesse processo.

Para atingir os objetivos pretendidos, utilizou-se de ampla pesquisa bibliográfica sobre os principais temas envolvidos, pesquisa de campo, através da realização de entrevistas semi-estruturadas e estruturadas com os principais atores envolvidos, análise de documentos, que se revelou de extrema importância visto que as críticas ao projeto foram externalizadas em uma série de cartas-manifesto e de publicações escritas, e a realização de observação não participante.

Ao iniciar a pesquisa, foram estabelecidos dois pressupostos norteadores dos trabalhos: 1) a crença de que, durante o processo de elaboração, validação e aprovação de seu projeto de MDL, a Plantar teria buscado apenas o fortalecimento das estratégias político-institucionais já praticadas, com a adoção de poucas medidas específicas para o fortalecimento de sua

legitimidade em relação ao projeto de MDL, e 2) a suspeita de que a comunicação organizacional teria sido utilizada pela Plantar de forma reativa, impossibilitando o alinhamento prévio de interesses entre a empresa e os atores sociais contrários ao projeto de MDL.

Conforme pôde ser verificado no decorrer desta dissertação, o primeiro pressuposto não se confirmou. A partir do momento em que tomou conhecimento da existência de um movimento contrário não apenas ao seu projeto de MDL mas também à manutenção de sua certificação FSC, a empresa viu-se obrigada a alterar suas estratégias de relacionamento político-institucional. Até então, poucos eram os mecanismos de relacionamento adotados, por exemplo, com vizinhos, moradores das áreas de plantio de eucalipto, com ONGs ambientalistas, e até mesmo com outras empresas do setor de silvicultura. Cabe ressaltar, entretanto, que a atuação da empresa enquanto ator social influente no ambiente político-institucional, capaz de alterar, inclusive, as regras do jogo, ainda se encontra bastante incipiente. Somente recentemente a empresa vem se unindo a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e ao próprio Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CBDES), no sentido de influenciar a formulação das políticas brasileiras relativas ao MDL.

No entanto, o segundo pressuposto foi totalmente comprovado. Conforme visto no item 4.2.3., sobre as estratégias político-institucionais adotadas pela Plantar para a regulação dos conflitos socioambientais ocorridos, as falhas de comunicação da empresa foram consideradas, pelos próprios gestores da organização, um importante entrave a ser solucionado. Além disso, a certificadora SCS, responsável pela avaliação do bom manejo florestal de acordo com as normas do FSC, considerou a comunicação e o relacionamento da empresa com seus *stakeholders* como fatores críticos, determinando-se a necessidade de melhorias nas relações comunitárias da empresa como uma “condicionante maior” para a manutenção da certificação.

Efetivamente, foi somente após a constatação da existência de conflitos relativos ao Projeto Plantar e de um consistente abalo em sua imagem institucional que a Plantar, de forma reativa à situação existente, iniciou a estruturar suas ações de comunicação e de relações públicas, delegando-lhes um papel estratégico em suas atividades.

Ao final da pesquisa, verificou-se que as estratégias de relacionamento político-institucionais utilizadas pela Plantar para a regulação dos conflitos socioambientais ligados a seu projeto de MDL podem ser resumidas da seguinte maneira:

- Melhorias nos relacionamentos entre a empresa e seus *stakeholders*, considerando-se a existência de partes interessadas em níveis local, regional, nacional e internacional.
- Colocação da atividade de relações públicas como ponto estratégico de sua gestão e de sua estrutura organizacional, deixando de adotar uma postura de comunicação apenas reativa.
- Incrementos efetivos em sua gestão socioambiental e em sua atuação em ações de responsabilidade socioambiental.
- Ampliação de sua atuação política frente a grupos de interesse relacionados tanto ao mercado de carbono e ao MDL, como também à própria certificação FSC, procurando influenciar na construção das regras do jogo.

A constatação da adoção dessas estratégias é percebida nas diversas entrevistas realizadas com analistas e gestores da Plantar, em diálogos mantidos com alguns dos *stakeholders* locais, e, principalmente, pela análise da documentação referente ao Projeto Plantar e à atuação socioambiental da empresa, tendo ênfase em seu processo de certificação FSC.

Apesar de os objetivos da pesquisa terem sido atingidos, entende-se que a presente pesquisa sobre a análise das estratégias de relacionamento político-institucional utilizadas pela Plantar para a regulação dos conflitos socioambientais ligados a seu projeto de MDL apresenta limitações:

- 1) Não houve profundidade de análise das estratégias adotadas a nível regional, nacional e internacional. Haveria necessidade de uma investigação mais profunda desses aspectos, incluindo a oitiva de novos atores socioambientais estratégicos. Essa limitação decorreu do fato de que, em realidade, ao iniciar os estudos, não se tinha noção sobre a real abrangência dos conflitos existentes. Essa constatação foi realizada no decorrer da pesquisa, não sendo possível, por conta de limitações materiais,

financeiras e de tempo, ampliar o universo pesquisado.

- 2) Não se pode afirmar que todas as lógicas de ação existentes foram trazidas a tona. Conseguiu-se verificar todas as lógicas explicitadas pelos autores, mas não aquelas subjetivas, que somente os próprios atores sociais detentores do poder e das regras do jogo conhecem. Os conflitos socioambientais ligados ao projeto de MDL da Plantar envolvem interesses extremamente complexos, englobando questões de cunho político, ideológico, cultural, econômico, ambiental, entre outros. Dessa forma, seria necessária uma pesquisa de grande profundidade política e sociológica para tentar fazer emergirem todos os interesses dos atores sociais envolvidos e suas lógicas de ação.
- 3) O limitado número de integrantes do Movimento entrevistados, impossibilitando a extrapolação de seus argumentos a todos os membros.
- 4) Inexistência de visita de campo às áreas atingidas pelo Projeto, por conta de impossibilidades materiais e financeiras, dificultando a apreensão das percepções dos atores locais não integrantes do Movimento sobre a atuação da Plantar.
- 5) Não realização de entrevistas com atores sociais estratégicos no nível nacional e internacional, dificultando-se não apenas a apreensão de todas as estratégias de relacionamento político-institucionais utilizadas, mas também o entendimento de seus interesses e lógicas de ação.
- 6) Impossibilidade de verificação sobre a real desarticulação do Movimento, conforme informações das Integrantes do Movimento n. 1 e 2, ou se seus membros apenas aguardam a submissão da etapa de projeto relativa às plantações enquanto “sumidouros de carbono” para voltar à ativa.

Aparentemente, o Movimento Contrário ao Projeto Plantar enfraqueceu-se. No entanto, acredita-se que a Plantar deve estar sempre preparada para novas situações de crise. Os preceitos de comunicação organizacional e relacionamento de organizações com suas partes interessadas comprovam que, para garantir a legitimação de uma organização perante seus públicos de interesse é necessário investir, constantemente, em estratégias de relacionamento

político-institucional.

Não é possível afirmar quais serão os próximos passos do Movimento, se é que eles ocorrerão. Apesar da extensa pesquisa realizada, não foi identificada nenhuma atividade após 2005. As próprias integrantes entrevistadas pessoalmente falaram sobre o enfraquecimento e desarticulação do Movimento, ocorridos especialmente por: 1) pressões exercidas pela própria empresa; 2) influência de atores sociais ligados à Plantar, a exemplo de Prefeituras; e 3) desmobilização local, ocorrida a partir da aproximação da empresa com as comunidades e demais instituições locais.

Obviamente, como todos os objetos das ciências sociais, existem outros olhares possíveis para esse mesmo objeto de estudos: o projeto de MDL da Plantar. Não foi incorporada a essa análise, por exemplo, a observância se as atividades de projeto representam, efetivamente, a adoção de tecnologias mais limpas. Um outro ponto extremamente interessante que não foi discutido com profundidade nesta pesquisa é a adoção quase que exclusiva de mecanismos de regulação de mercado no sentido de buscar minimizar os problemas ambientais atualmente enfrentados pela humanidade. Dessa forma, verifica-se a existência de um vasto campo de pesquisas passíveis de serem realizadas em relação à adoção de projetos de MDL enquanto instrumentos de minimização das ações antrópicas sobre o meio ambiente. Entre as inúmeras opções de trabalhos a serem realizados, sugere-se: 1) Verificação das motivações das empresas proponentes de projetos de MDL; 2) Análise da efetiva contribuição dos projetos de MDL para o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento que os hospedam; 3) Verificação da efetividade de mecanismos de regulação via mercado para a obtenção de soluções para os problemas ambientais vigentes; 4) Estudos comparativos entre os projetos de MDL brasileiros e os indianos e chineses, por exemplo; 5) Aprofundamento das análises relativas ao Projeto Plantar, procurando identificar os interesses e lógicas de ação dos atores estratégicos a nível nacional e internacional.

Conforme verificado no decorrer da pesquisa, por trás do Projeto Plantar há muitos interesses envolvidos. Esses interesses ultrapassam em muito o limite da localidade onde as atividades de projeto de MDL estão sendo desenvolvidas. Essa extrapolação ocorre por conta de diversos fatores: 1) trata-se de projeto que visa à defesa de um bem comum da humanidade, a atmosfera; 2) ainda há muitas incertezas em relação à efetividade do Protocolo de Kyoto enquanto instrumento de minimização das mudanças climáticas; 3) as alterações a serem realizadas não apenas pela Plantar, mas por todas as empresas, nações e a própria sociedade

no sentido de minimizar os impactos da ação humana sobre o clima envolvem o modelo de desenvolvimento adotado pelas civilizações e os padrões de consumo vigentes.

Some-se a isso a própria fragmentação e falta de coordenação existente no sistema atual de governança ambiental global. Vê-se a existência de conflitos entre os próprios instrumentos de governança, o que leva a uma baixa eficácia dos mesmos (UBERTHUR, 2006). Um exemplo desses conflitos é percebido nos incentivos do Protocolo de Kyoto para o estabelecimento de monoculturas, como o eucalipto, visando à maximização do seqüestro de CO₂, que se choca com o objetivo de conservação da biodiversidade de ecossistemas florestais, encontrado na Convenção da Biodiversidade, assinada em 1992. Verifica-se, assim, que os conflitos existentes a nível local estão explicitando um conflito institucional global, existente entre duas convenções mundiais que deveriam ser sinérgicas.

Em realidade, a discussão sobre o Projeto Plantar demonstrou ultrapassar também as fronteiras dos projetos de MDL propriamente ditos. Há inúmeros fatores em jogo, dentre os quais se podem citar: 1) interesses internacionais de regulação de mercado, preocupados com o crescimento da matriz energética à base de eucalipto no Brasil; 2) movimento ambientalista de atuação global que critica, de forma veemente e amparado em dados científicos, o modelo de monocultura agrícola, tendo em vista os impactos sociais e ambientais envolvidos; 3) as discussões acerca do eucalipto propriamente dito, cultura exógena cuja implantação, no modelo tradicionalmente adotado, sem o adequado manejo, causa diversos impactos sociais e ambientais negativos; 4) os possíveis “interesses ocultos” de organizações internacionais que financiam os movimentos e organizações ambientalistas envolvidas; 5) as estratégias do Banco Mundial para auxiliar o desenvolvimento dos países emergentes; 6) o envolvimento de investimentos externos no país, sem atentar-se, necessariamente, aos objetivos dos indivíduos e nações que estão financiando esses projetos; 7) a (in)coerência sobre a certificação de bom manejo florestal concedida a plantações de eucalipto que, segundo uma forte corrente científica, sequer poderiam ser consideradas florestas.

Acredita-se que o resultado desta pesquisa possa colaborar para os estudos sobre conflitos socioambientais no Brasil, acrescentando a eles um olhar até então pouco explorado: a importância da incorporação de um dos elementos da comunicação organizacional, as relações públicas, como estratégia político-institucional de regulação de conflitos socioambientais. Entende-se, ainda, que esta dissertação possa colaborar para que as empresas

proponentes de projetos de MDL passem a ter um novo olhar sobre o impacto de suas atividades perante seus públicos, ampliando, assim, seu entendimento acerca de quem seriam, efetivamente, as “partes interessadas” e sobre como proceder para legitimar a si e a seus projetos perante esses públicos, visando à diminuição dos conflitos socioambientais que certamente existirão e, assim, facilitar o processo de aprovação e conseqüente comercialização das CERs.

Acredita-se na adoção de estratégias de relações públicas como instrumento efetivo de regulação de conflitos socioambientais relativos a projetos de MDL, possibilitando sua real minimização. Entende-se que, através da utilização de princípios básicos de comunicação organizacional, é possível o estabelecimento de consensos mínimos entre uma organização e seus públicos, permitindo a obtenção de uma efetiva cooperação no desenvolvimento de suas atividades. A adoção de posturas proativas como o real conhecimento sobre quem são os públicos da organização, qual o seu entendimento acerca de determinada atividade ou projeto a ser desenvolvido, o estabelecimento de estratégias de diálogo claro e transparente possibilitam a harmonização prévia de interesses, reduzindo as zonas de conflitos.

A adoção de estratégias de relacionamento entre uma empresa e seus públicos, entre uma organização e os atores sociais direta ou indiretamente impactados por suas atividades, permite um reconhecimento mútuo, possibilita a busca pela equalização de interesses e visões, a criação de vínculos essenciais para a construção de uma identidade forte e positiva, que legitima uma boa imagem perante a sociedade, facilitando processos de negociação e reduzindo o impacto de situações de crise. Não se afirma, aqui, a utopia da inexistência de conflitos. A dualidade de olhares e interesses sob os recursos ambientais é uma realidade. O que se afirma é efetiva possibilidade de minimização destes conflitos através de um diálogo mais fluido, e do estabelecimento de tentativas de compreensão mútua.

No caso específico da Plantar, verifica-se que ela, antes de lançar-se ao desafio de ser um dos primeiros projetos do mundo a negociar créditos de carbono, de ser o primeiro projeto de MDL a ser financiado pelo Banco Mundial, deveria, primeiramente, conhecer melhor a si própria e à proposta apresentada. Ou seja, a empresa deveria ter realizado uma leitura das ameaças e oportunidades ligadas a um projeto dessa natureza. Desta forma, saberia que seu projeto de MDL, por envolver questões tão controversas como o próprio eucalipto e seu modelo de cultivo, a certificação FSC em plantações florestais, a flexibilização dos países

desenvolvidos para atingir suas metas de redução de GEE, e o próprio modelo de desenvolvimento praticado em níveis globais, traria consigo muitos conflitos.

Conhecendo mais profundamente a realidade em que estaria se envolvendo, poderia mapear e conhecer com profundidade os públicos que estariam direta ou indiretamente impactados, mesmo que ideologicamente falando, por esse projeto. Saber, assim, qual o grau de dependência, participação e interferência desses públicos sobre os seus negócios (KUNSCH, 2006), podendo elaborar as diretrizes de sua atuação perante esses atores, antes mesmo que lançar-se a colher formalmente suas opiniões. Poderia, de maneira proativa, garantir o alinhamento com setores envolvidos com a questão, realizar consultas a pessoas-chave ligadas ao objeto do projeto, promover o diálogo entre os envolvidos, estabelecer canais para a solução de dúvidas e para a coleta de opiniões, acompanhar a implementação das possíveis soluções negociadas, transmitir informações de interesse real das partes envolvidas.

Ciente das ressalvas a uma generalização dos resultados encontrados em um estudo de caso único, sugere-se, entretanto, a todas as organizações que pretendem lançar-se ao ainda incerto e conflitivo “mundo” dos projetos de MDL que realizem, paralelamente ao seu projeto propriamente dito, um planejamento estratégico das ações de comunicação e de relacionamento político-institucional que serão desenvolvidas a fim de regular os conflitos que certamente surgirão. Isso porque acredita-se que as questões relativas às mudanças climáticas, redução de emissões de carbono e outros gases do efeito estufa e o próprio Protocolo de Kyoto ainda serão tema de muitas discussões. Ambientalistas questionam fortemente a efetividade das ações que estão sendo tomadas, para uma real diminuição dos impactos antrópicos sobre o meio ambiente. Há diversas propostas em desenvolvimento, por diversos atores sociais estratégicos da governança ambiental global, buscando soluções. Entre elas podemos citar:

- 1) Colaboração da Liderança da Cadeia de Fornecimento (SCLC): envolve 11 corporações (Dell, Hewlett Packard, L’Oreal, PepsiCo, Cadbury Schweppes, Nestlé, Procter & Gamble, Tesco, Imperial Tobacco e Unilever), no que se pretende ser um projeto-piloto. Os resultados da fase piloto deverão permitir um refinamento no processo, possibilitando que grandes empresas trabalhem para manejar suas emissões totais de carbono. Ainda no primeiro semestre de 2008, essas corporações deverão solicitar a até 50 de seus fornecedores que preencham uma ficha de informação padronizada sobre a emissão de carbono. (LEAHY,

2008)

2) Projeto de Revelação de Carbono (CDP): coordenado por organização sem fins lucrativos localizada na Grã-Bretanha. Pretende auxiliar as empresas a calcular e estabelecer estratégias para a redução de suas emissões de carbono. Através de uma parceria com a SCLC, irá estender a metodologia a toda a cadeia de fornecedores, de modo a ampliar aquela proposta a dezenas de milhares de companhias integrantes da cadeia de fornecimento. Pretende-se a criação de uma metodologia padronizada de cálculo, possibilitando “intercâmbio-chave de informação climática através de suas cadeias de fornecimento” (LEAHY, 2008, pág. 1)

3) Imposto sobre o Carbono Emitido: propõe a taxação sobre o carbono, calculado em US\$ 20 por tonelada ao ano entre 2008 e 2020, estabilizando-se em US\$ 240 por tonelada. Essa proposta é apresentada no livro *‘Plan B 3.0: Mobilising to Save Civilisation’* (Plano B 3.0: Mobilizando-se para salvar a civilização), Lester Brown, presidente do Instituto para as Políticas da Terra, com sede em Washington, nos EUA, publicado no início de 2008.

4) O “Acordo de Proteção Climática” (*Climate Protection Agreement*), assinado por prefeitos de mais de 300 cidades dos EUA comprometendo-se a reduzir suas emissões de GEE, independentemente das decisões da Casa Branca (CIDADES SOLARES, 2006).

5) A adoção de práticas organizacionais, visando ao “carbono neutro”, ou seja, à busca da neutralização dos carbonos emitidos por determinada atividade, através de ações como o plantio de árvores.

O debate sobre as atitudes necessárias à mudança, tanto por parte de empresas, como também do governo e da própria sociedade envolve, no entanto, uma questão muito mais complexa: o modelo de desenvolvimento até então adotado, e o modelo que será implementado de agora em diante. Disso depende o futuro não apenas do Planeta mas de todos os seus habitantes (considerando-se aqui seres humanos, fauna e flora). Certamente, o papel das empresas (tema central deste estudo) será fundamental para determinar os rumos dessas mudanças. Sua adaptação aos novos tempos está exigindo, e exigirá, ainda muito mais alterações não apenas tecnológicas e processuais, mas também na sua forma de relacionamento com os atores sociais estratégicos aos seus negócios. Somente dessa forma as empresas conseguirão ao menos certo consenso sobre os inevitáveis conflitos ligados aos impactos de suas atividades

ao meio ambiente, obtendo, assim, ao menos uma cooperação mínima, absolutamente necessária para o sucesso de suas iniciativas.

No entanto, independentemente da obtenção de consenso entre empresas e seus públicos de interesse, é fundamental ressaltar a existência de muitos críticos à adoção de mecanismos de regulação do mercado como uma tentativa de solução para as alterações climáticas, a exemplo do CDM Watch (2005), anteriormente citado. Esses críticos alegam que esses mecanismos não possuem efetividade. Isso porque, eles permitiriam que os países desenvolvidos persistissem no seu modelo de crescimento econômico, às custas do financiamento de projetos nos países em desenvolvimento. Uma efetiva solução para os problemas ambientais atualmente enfrentados pela humanidade estaria na alteração no padrão de desenvolvimento adotado no mundo.

Conforme afirma Schommer (2008, pág. 50), “para conter a degradação do meio ambiente, clama-se pela possibilidade de um modo de vida em que os seres humanos vivam em harmonia com a natureza, o que passa pela mudança nos padrões de consumo e no estilo de vida.”

É importante considerar-se, ainda, conforme destaca Daniel (1999, *apud* SCHOMMER, 2008, pág. 153),

A articulação em prol do desenvolvimento não significa eliminação de conflitos ou homogeneização de interesses, de capacidades e de visões. As diferenças de opinião e de interesse e os confrontos são necessários para a ampliação da esfera pública e para a própria sustentabilidade, já que os sistemas vivos combinam conflito e cooperação para se manter. Novas possibilidades de desenvolvimento podem acontecer exatamente pelo choque de perspectivas entre diferentes agentes.

No tocante ao Projeto Plantar, vê-se que, não obstante a lógica da Plantar e do próprio Banco Mundial, via PCF, entender que o Projeto Plantar trará benefícios sociais e ambientais, essa opinião não é pactuada por uma parte significativa de seus públicos de interesse. Em sua visão há impossibilidade de um projeto relacionado a plantações de eucalipto poder ser considerado uma atividade que gere desenvolvimento sustentável e, possivelmente, não haverá consenso nesse sentido. Dessa forma, resta à Plantar continuar buscando estratégias que, ao menos, minimizem os conflitos existentes, tanto a nível local quanto a nível global.

Entende-se que, localmente, as estratégias de relacionamento político-institucional adotadas, com especial ênfase às ações de comunicação organizacional, têm surtido um efeito positivo. Ao aproximar-se das comunidades locais, adotar uma política de comunicação transparente, promover o diálogo, buscar parcerias com os atores sociais locais em projetos de efetivo ganho para a sociedade, melhorar suas estratégias de gestão socioambiental, entre outras ações, a empresa conseguiu legitimar-se perante seus *stakeholders* a nível local. Isso enfraqueceu os críticos à empresa e, conseqüentemente, ao Projeto.

Todavia, a nível internacional, vê-se que não se trata de uma legitimação individual. Ou seja, não basta que a Plantar busque, sozinha, regular conflitos que não são só seus. Há diversos interesses nacionais por trás das críticas existentes. A empresa já entendeu a necessidade de aprimorar seu relacionamento institucional com organizações que aglutinem o interesse de todo um setor e, por que não afirmar, de toda a nação. Com isso, está buscando melhorias em seus processos comunicacionais e relacionais também a nível nacional, visando, inclusive, a influenciar nas políticas públicas a serem adotadas pelo Brasil no que tange a seu posicionamento mundial sobre os projetos de MDL brasileiros.

Se a adoção dessas medidas terá o resultado esperado, somente o futuro dirá. Nos próximos meses, a empresa deverá apresentar, junto à Autoridade Nacional Designada (AND) as fases seguintes do Projeto Plantar, quais sejam: 1) reflorestamento como fonte renovável de suprimento de madeira para uso industrial, e 2) mitigação de CO₂ no processo de produção de ferro gusa, através do uso de carvão vegetal renovável (carbon-neutro) como fonte de energia termorreduzora. Acredita-se que a aprovação desse projeto e sua conseqüente aceitação formal perante o Conselho Executivo de MDL trará impactos significativos ao mercado de carbono brasileiro de forma geral, diante de seu potencial de replicabilidade no país, ao volume e extensão dos plantios de eucalipto no Brasil e por conseqüência, ao modo de vida e formas de apropriação e uso dos recursos naturais de grande parte da população das áreas envolvidas e ao próprio meio ambiente.

Com isso, os conflitos sociais, ambientais e também econômicos relacionados não só ao Projeto Plantar, mas também a projetos que utilizem o eucalipto em sua metodologia para obtenção de créditos de carbono tendem a se agravar. Dessa forma, restam diversas perguntas: Como empresas brasileiras, governo federal e a sociedade civil envolvida no debate irão buscar o estabelecimento de consensos mínimos, tendo como objetivo maior o real

desenvolvimento sustentável no Brasil?

6 REFERÊNCIAS

ACAPEMA et al. *O pacto da Rede Gazeta de Comunicações com a empresa Aracruz Celulose*. Carta-denúncia. Vitória (ES), 2002. Disponível em <http://www2.fase.org.br/downloads/2004/09/559_carta__denuncia.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2008

ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll, 2004.

ALMEIDA, F. O mundo dos negócios e o meio ambiente no século XXI. In: *Meio Ambiente no Século XXI*. TRIGUEIRO, A. (Coord.), Armazém do Ipê Autores Associados, 4ª ed., Campinas/SP, 2005.

AMBIENTE BRASIL, *Um selo para quem “compensa” o gás carbônico*. Publicada em 22 de dezembro de 2006. Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=28558>>. Acesso em: 26 dez. 2006

_____. *“Carbono neutro” marca nova fase da proteção ambiental*. Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=31970>>. Acesso em: 25 jun. 2007

AMIGOS DA TERRA. *Comentários a respeito das atividades da empresa para o Banco Mundial*. Setembro de 2001.

ANTUNES, D. Comunicação na Embraco: visão de longo alcance. In: NASSAR, P. (Org.). *Comunicação Interna: a força das empresas*, v. 1. São Paulo: ABERJE, 2003.

ANALISTA DE PROJETOS N. 1. *O Projeto Plantar*. Entrevista concedida por Analista de Projetos de Carbono da Plantar S.A. [Set. 2007]. Entrevistadora: Andréa Cardoso Ventura

ANALISTA DE PROJETOS N. 2. *As peculiaridades do Projeto Plantar*. Entrevista concedida por Analista de Projetos de Carbono da Plantar S.A. [Set. 2007]. Entrevistadora: Andréa Cardoso Ventura

ANALISTA AMBIENTAL. *Questões socioambientais relativas ao Projeto Plantar*. Entrevista concedida pelo Analista Ambiental da Plantar S.A. [Set. 2007]. Entrevistadora: Andréa Cardoso Ventura

ANDRADE, C. T. S. *Curso de Relações Públicas: relações com os diferentes públicos*. 6 ed. Sao Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ANDRADE, J. C. *Conflito, cooperação e convenções: a dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A. (1990-1999)*. Tese de Doutorado. Escola de Administração/UFBA, 2000. 420p.

ANDRADE, J.C e DIAS, C.C. *Conflito e cooperação: análise das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A.* Ilhéus, BA: Editus, 2003.

ANDRADE, J. C. S. ; FRANCO, M. T. ; GOES, M. F. B. ; REZENDE, F. . Programa Berimbau: Iniciativa Político-Institucional de Regulação de Conflitos Socioambientais na Área de Influência de Costa do Sauípe - BA. In: *Anais do ENANPAD*, 2005, Brasília. EnANPAD, 2005.

ANDRADE, J. C. Regulação de Conflitos Socioambientais: Programa Berimbau (BA). In: VIII ENGEMA – Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2005, Rio de Janeiro. *Anais do VIII Engema*. 2005.

_____. Mudança Climática, Protocolo de Kyoto e Mercado de Créditos de Carbono: desafios à governança ambiental global. *Anais do ENANPAD*, Salvador, 2006.

_____. *Dilemas e desafios na construção de uma nova Governança Ambiental Global*. Projeto de Pós-Doutorado. Salvador, 2007. (Mimeo)

ANDRADE, J. C. S. ; MARINHO, M. M. ; CARDOSO, L. M. F. ; SANTOS, J. O. . *Análise dos Balanços Ambientais no Estado da Bahia da Perspectiva da Produção Limpa*. RGSA - Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 1, p. 66-81, 2007.

ANGELO, C. *O legado de Bali*. Publicado em 18/12/2007 no Bali, 40 Graus, Blog da Folha Online. Disponível em <<http://bali40graus.folha.blog.uol.br/>> . Acesso em: 21 dez. 2007

AQUECIMENTO pode custar até 20% do PIB global até 2050. *Folha de São Paulo*. Publicada em 30 out. 2006. Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=16&mat_id=9792>. Acesso em: 23 nov. 2006

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS (ABRAF). *Anuário Estatístico da ABRAF 2007*: ano base 2006. Brasília, 2007. Disponível em <<http://www.abraflor.org.br/estatisticas/anuario-ABRAF-2007.pdf>> Acesso em: 22 fev. 2008.

ASSOCIATION OF CONSCIENCE ON OCCUPATIONAL PREVENTION/BRAZIL (ACPO) et al. *Ao Sr. Ken Newcombe – Senior Manager Carbon Finance Business – Banco Mundial*. Carta-manifesto contrária ao Projeto Plantar, enviada em 17 de setembro de 2003. Disponível em <<http://www.sinkswatch.org/pubs/Carta%20Plantar%204%20ingl%EAs.doc>>. Acesso em: 07 jul. 2007

_____. *Ao Banco Mundial (PCF). Sr. Ken Newcombe*. -manifesto contrária ao

Projeto Plantar, enviada em 4 de dezembro de 2003. Disponível em <<http://www.sinkswatch.org/pubs/Carta%20Plantar%204%20ingl%EAAs.doc>>. Acesso em: 07. jul. 2007

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL (BRACELPA). *Números do Setor*. Disponível em <<http://www.bracelpa.org.br>>. Acesso em: 11 fev. 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB) et al. *Para os investidores do PCF (Prototype Carbon Fund)*. Carta-manifesto contrária ao Projeto Plantar, enviada em 26 de março de 2003. Disponível em <<http://www.fern.org/pubs/ngostats/Plantport.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2007

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO AMBIENTE (AMDA). *À Plantar S.A.* Carta de apoio ao Projeto de MDL da Plantar. Belo Horizonte. 20 jul. 2000.

_____. *Comentários sobre o Projeto Plantar*. Belo Horizonte, 19 set. 2001.

_____. *Porque apoiamos o Projeto Plantar*. Entrevista concedida pela Superintendente Executiva da organização não governamental. [Set. 2007]. Entrevistadora: Andréa C. Ventura.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE SILVICULTURA (AMS). O eucalipto no Brasil. In: *Boletim AMS*. Março de 2001. Disponível em <www.almg.gov.br/Publicacoes/Eucalipto/brasil_minas.pdf> Acesso em: 19 fev., 2007

BARROS-PLATIAU, A. F. Os atores da governança ambiental à luz das novas configurações de poder. In: I Encontro Nacional ABRI, 2007, Brasília. *Anais do I Encontro Nacional ABRI*, 2007.

BELLINTANE, A. C. *Créditos de carbono podem render ao Brasil us\$3 bi*. Netcomex – Portal do Empresário de Comércio Exterior. Disponível em <<http://www.netcomex.com.br>>. Acesso em: 30 nov. 2005.

BRANDÃO, L.F. *Produtores de florestas plantadas ganham associação na Bahia*. Publicada na Sala de Imprensa do site da Aracruz Celulose em 05/08/2005. Disponível em <http://www.aracruz.com.br/show_press.do?act=news&id=143>. Acesso em: 22/07/2006.

CAMARGO, A. Governança. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.) *Meio Ambiente no Século XXI*. Armazém do Ipê Autores Associados. 4ª edição. Campinas/SP, 2005.

CAMPAGNUCCI, F. *Declaração das Florestas: desmatamento deve ser combatido*. Publicada em 13 set. 2007. Disponível em <<http://envolverde.ig.com.br/?materia=37236>>. Acesso em: 13 set. 2007

CARBONO BRASIL. *Indústria brasileira de celulose começa a comercializar créditos de carbono*. Publicada em 05/09/2006. Disponível em <<http://www.carbonobrasil.com/noticias.asp?iNoticia=14888&iTipo=7&page=6&idioma=1>>. Acesso em: 23 nov. 2006

_____. *Panorama e tendências do mercado de carbono* - ABN Amro. Publicada em 25 fev. 2008. Disponível em <<http://www.carbonobrasil.com/news.htm?id=392858§ion=7>>. Acesso em: 01 mar. 2008

CARBONO FINANCE, *Prototype Carbon Fund*, Disponível em <<http://carbonfinance.org/Router.cfm?Page=PCF&FID=9707&ItemID=9707>>. Acesso em: 22 dez. 2006

CARDOSO, D. & JULIANI, D. *O Brasil é líder em projetos de carbono*. Gazeta Mercantil de 07/04/2006. Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br/rss/ler.php?id=24061>>. Acesso em: 09 abr. 2006.

CASTELLS, M. O Verdejar do Ser: o movimento ambientalista. In: _____. *O Poder da Identidade*. SP: Paz e Terra. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2). 1999.

CASTRILLÓN, Z. *Florestas entram no comércio de carbono*. Publicada em 02 out. 2007. Disponível em <<http://www.carbonobrasil.com/simplenews.htm?id=265380>>. Acesso em: 05 out. 2007

CENTRO EMPRESARIAL BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS). *Mudança do clima: a visão do CEBDS*. Documento publicado em 30 nov. 2004. Disponível em <<http://www.cebds.org.br/cebds/mc-ctclima.asp>>. Acesso em: 07 jan. 2008

_____. *Energia e Mudança do Clima*. Disponível em <<http://www.cebds.org.br/cebds/>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

_____. *O CEBDS*. Disponível em <<http://www.cebds.org.br/cebds/>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

CDM WATCH. *The World Bank and the Carbon Market: rethoric and reality*. Abril de 2005. Disponível em <<http://www.sinkswatch.org/pubs/CDM%20Watch%20World%20Bank%20rethoric%20and%20reality.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2008

CIDADES SOLARES. *300 cidades dos EUA assinam acordo de redução de emissões alinhados às regras de Quioto sem apoio de Bush*. Boletim Informativo – Edição Ano 01 nº 05 – novembro 2006. Disponível em <http://www.cidadessolares.org.br/conteudo_lista.php?id=1>. Acesso em: 15 fev. 2007

COLLER, T. *“Bird inicia negociação de carbono”*. Publicada no Jornal Valor Econômico de 5 de setembro de 2002. Disponível em <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.694.html>>. Acesso em: 20 dez. 2006

COMISSÃO INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA (CIMGC). *Resolução n. 1*. Brasília, setembro de 2003.

CONSELHO FEDERAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS. *O conceito de Relações Públicas*. Disponível em <<http://www.conferp.org.br>> . Acesso em: 17 jan. 2007.

COORDENADOR SOCIOAMBIENTAL. *As relações socioambientais da Plantar*. Entrevista concedida por e-mail pelo Coordenador Socioambiental e de Segurança do Trabalho da Plantar S.A. [Fev. 2008]. E-mail enviado a VENTURA, A. C. (andreaventurassa@gmail.com)

CRUZ, V. J. *Crise Socioambiental e Sustentabilidade na Gestão do Desenvolvimento de Comunidades: O Caso Ilha D'Ajuda*. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração/UFBA, 2005.

CUNHA, I. A. e JUNQUEIRA, L.A.P. Gestão da Sustentabilidade, Conflito Ambiental e Governança. VIII Encontro de Gestão e Meio Ambiente (ENGEMA): *Anais do VIII Engema*. Encontro realizado na EAESP/FGV, no período de 09 a 11 de novembro de 2005.

DAYRELL, C. *Pior projeto de sumidouro de carbono do mundo e ameaça*. Publicada 12 dez. 2003. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/12/269685.shtml>>. Acesso em 28 ago. 2007

DET NORSKE VERITAS (DNV). *Relatório de Validação do projeto "Mitigação das Emissões de metano na produção de carvão vegetal da Plantar no Brasil"*. Março de 2007. Disponível em <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em 17 mai. 2007

DIÁRIO CATARINENSE, *Brasil perde bilhões no crédito de carbono*. Publicada em 15/11/2006, Disponível em <http://www.agrolink.com.br/noticias/pg_detalhe_noticia.asp?cod=47926>. Acesso em: 26 nov. 2006.

DIAS, C. C. e SOUZA, E. R. L. A Dimensão Político-Institucional das Estratégias Construídas nos Complexos Agroindustriais: proposta de um modelo de análise. *O&S. Organizações e Sociedade*. Salvador, Bahia. V. 9, n. 24, p. 139-150, 2002.

DOMINGOS, S. *Protocolo de Kyoto registra o 500º projeto de MDL*. Publicado no site do Carbono Brasil em 14/02/2007. Disponível em <<http://envolverde.ig.com.br/?materia=27922#>>. Acesso em 14 fev. 2007.

DUTSCHKE, M. *O Brasil como ator no processo da política climática*. Cadernos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Série Ciências Ambientais, n. 26. São Paulo, Outubro de 2000.

ECOPORTAL. *Plantaciones de eucaliptos: comunidades afectadas*. <<http://www.ecoport.net/content/view/full/55741>>. Acesso em: 28 jan. 2008

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO. *As relações socioambientais da Plantar*. Entrevista concedida pelas duas integrantes da Equipe de Comunicação da Plantar S.A. [Set. 2007]. Entrevistadora: Andréa Cardoso Ventura

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Emissões de Metano da Pecuária. *Relatórios de referência do primeiro inventário brasileiro de emissões antrópicas de gases do efeito estufa*. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

ES EM AÇÃO. *Conselhos Setoriais: Florestal*. Disponível em <<http://www.es-acao.org.br/esemacao/conselhossetoriais/florestal/florestal.php>>. Acesso em: 27 fev. 2008.

_____. *Estatuto Social do Movimento Empresarial do Espírito Santo*. Disponível em <<http://www.es-acao.org.br/midias/pdf/951.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2008.

ESTY, D.C. e IVANOVA, M.H. (Orgs.). *Governança Ambiental Global: Opções & Oportunidades*. Tradução: Assef Nagib Kfourri. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2005.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). *Manifesto contra o deserto verde e a favor da vida*. 19/05/2004. Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=50&mat_id=3430>. Acesso em: 02 ago. 2007

_____. *Rede Alerta Contra o Deserto Verde*. <http://www2.fase.org.br/regionais.asp?categoria=regional_espirito_santo>. Acesso em: 29 jan. 2008

FLOR, A. *Brasil é segundo no mercado de carbono*. Publicada na Folha Online de 13/11/2006. Disponível em <<http://www.carbonobrasil.com/>>. Acesso em: 20 nov. 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO, *Aquecimento pode custar 20% do PIB global até 2050*. Disponível em <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=16&mat_id=9792>. Acesso em: 23 nov. 2006

FOLHA ONLINE. *Ex-dirigentes propõem um plano pós-Kyoto por US\$ 10 bilhões ano*. Publicado em 10/09/2007. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u327116.shtml>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

_____. *EU fixa plano para período pós-Kyoto*. Publicado em 30/10/2007. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u341284.shtml>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

FOREST STEWARDSHIP COUNCIL (FSC BRASIL). *Lista das Florestas Certificadas no Brasil*. Disponível em <<http://www.fsc.org.br/arquivos/2008.01.16%20-%20Florestas%20certificadas%20FSC%20site.xls>> Acesso em: 21 jan. 2008

_____. *Nota pública do FSC Brasil sobre Visita de Campo do Processo de Revisão Global de Plantação*. Publicada em abril de 2006.

<<http://www.fsc.org.br/arquivos/Nota%20P%C3%BAblica%20CBMF.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2008

_____. *Nota pública do FSC Brasil sobre Visita de Campo do Processo de Revisão Global de Plantação*. Publicada em setembro de 2006. <http://www.fsc.org.br/arquivos/2006.09.04%20Nota%20Publico%20FSC%20Brasil_visita%20revisa%20plantacao.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2008

_____. *Relatório Final da Consulta Nacional do Processo de Revisão Global de Plantação*. Reunião realizada em Belo Horizonte, nos dias 17 e 18 de outubro de 2005. <<http://www.fsc.org.br/arquivos/relatorio%20BH.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2008

GAZZONI, D. L. *EMBRAPA: Mecanismos do Mercado de Carbono*. Celulose Online, Entrevistas. Disponível em <<http://www.celuloseonline.com.br/entrevista/>> Acesso em: 15 set. 2005

GEMMILL, B. e BAMIDELE-IZU, A. O papel das ONGs e da Sociedade Civil na Governança Ambiental Global. In: ESTY, D.C. e IVANOVA, M.H. (Orgs.). *Governança Ambiental Global: Opções & Oportunidades*. Tradução: Assef Nagib Kfourri. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2005.

GERENTE DE PROJETOS. *As peculiaridades do Projeto Plantar*. Entrevista concedida pelo Gerente de Projetos de Carbono da Plantar S.A. [Set. 2007]. Entrevistadora: Andréa Cardoso Ventura

GERENTE DE PROJETOS. *As peculiaridades do Projeto Plantar*. Entrevista concedida pelo Gerente de Projetos de Carbono da Plantar S.A. [Set. 2007]. Entrevistadora: Andréa Cardoso Ventura

GOBBI, B.C. & BRITO, M.J. A interação empresa e meio ambiente: uma análise interpretativa do processo de gestão socioambiental. *Anais do VIII Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA)*. Rio de Janeiro/RJ, FEA (USP), EAESP (FGV-SP) e EBAPE (FGV-RJ), 2005.

GOHN, M. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola. São Paulo: 2004.

_____. *Movimentos Sociais na Atualidade: manifestações e categorias analíticas*. In: GOHN, M. *Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais*. Vozes. Petrópolis, RJ: 2003.

GOLDEMBERG, J. *Aquecimento Global: O Relatório Stern*. O Estado de São Paulo. 16 jan. 2007. Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/Principal_vis.asp?cod=4255&cat=>>. Acesso em: 16 jan. 2007

GONÇALVES, A. F. . O Conceito de Governança. In: XIV Congresso Nacional CONPEDI, 2005, Fortaleza. *Anais do XIV Conpedi 2005*, 2005.

GUERRA, C. B. *Meio Ambiente e o trabalho no mundo do eucalipto*. Belo Horizonte: Agência Terra, 1995.

GREENPEACE. *Fome européia por biocombustível pode matar florestas na Indonésia*. Publicada em 19 jan. 2007. Disponível em <http://www.greenpeace.org.br/amazonia/?conteudo_id=3087&sub_campanha=0>. Acesso em: 23 fev. 2008

GRUPO BANCO MUNDIAL. *Financiamentos de Carbono*. Publicado na página de Programas Especiais. Disponível em <http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_folder/2426.html> Acesso em: 28 dez. 2006

_____. *Project Appraisal Document for the PCF Minas Gerais Plantar Project*. Abril, 2002. Enviado por e-mail a VENTURA, A. C. (andreaventura@oi.com.br)

GRUPO PLANTAR. *Projeto Carbono*. Disponível em <<http://www.plantar.com.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2008

_____. *Gestão Florestal*. Disponível em <<http://www.plantar.com.br/>> Acesso em: 5 jan. 2008

_____. *Siderurgia*. Disponível em <<http://www.plantar.com.br/>> Acesso em: 5 jan. 2008

_____. *Carta-resposta da Plantar ao PCF* referente “Carta da FASE-ES”. Belo Horizonte. Abril de 2003. E-mail para VENTURA, A. C. (andreaventura@oi.com.br)

_____. *Documento de Concepção do Projeto de Mitigação de Metano*. Março de 2007. Disponível em <www.mct.gov.br>. Acesso em: 21 mai. 2007

_____. *Pré-inquérito sobre conflitos socioambientais ligados ao Projeto Plantar*. 13 mar. 2007. E-mail para: VENTURA, Andréa Cardoso (andreaventura@oi.com.br)

_____. *Gestão Socioambiental Plantar*. Material de uso interno. 2007.

_____. *Plano de Gestão Social em Áreas de Florestas Próprias da Plantar S.A.* Belo Horizonte, 2004, revisado em 2006.

INFANTE, A. *Emergente emitem 52% do gás carbônico*. Publicado na Envolverde (Revista Digital de Meio Ambiente) em 02/07/2007. Disponível em <www.envolverde.ig.com.br>. Acesso em: 07 fev. 2007

INTEGRANTES DO MOVIMENTO. *Motivações e argumentos para as críticas ao Projeto Plantar*. Entrevistas concedidas por integrantes do Movimento Contrário ao Projeto Plantar. [Set. 2007]. Entrevistadora: Andréa Cardoso Ventura

_____. *Motivações e argumentos para as críticas ao Projeto Plantar*. Entrevistas concedidas por integrantes do Movimento Contrário ao Projeto Plantar. [Fev. 2008]. Entrevistadora: Andréa Cardoso Ventura

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). *Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais*. Rio de Janeiro, 1995.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). *Documento de apoio à Plantar*. Elaborado em 27 ago. 2001.

_____. *Documento de apoio à Plantar*. Elaborado em 12 fev. 2007.

INTERNATIONAL EMISSION TRADING ASSOCIATION (IETA). *Brazil opens carbon credit market*. Disponível em <<http://www.ieta.org/ieta/www/pages/index.php?IdSitePage=954>>. Acesso em: 24 nov. 2006.

_____. *Brazil opens carbon credit market*. Publicado no site da International Emission Trading Association em 15/09/2005. Disponível em <<http://www.ieta.org/ieta/www/pages/index.php?IdSitePage=954>>. Acesso em: 24 nov. 2006.

INTERNACIONAL ESTATE REAL. *Acordo pós-Kyoto só deve sair em 2009*. Publicado em 02/12/2007. Disponível em <www.internationalestatereal.com>. Acesso em: 14 jan. 2008.

KARLSSON, S. O Divisor Norte-Sul do Conhecimento: Conseqüências para a Governança Ambiental Global. In: ESTY, D.C. e IVANOVA, M.H. (Orgs.). *Governança Ambiental Global: Opções & Oportunidades*. Tradução: Assef Nagib Kfourri. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2005.

KILL, J. Fundos de carbono do Banco Mundial no Brasil: novas fontes de financiamento para plantações industriais de árvores. *Boletim do World Rainforest Movement*. Número 76. Novembro 2003. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/boletim/76/carbono.html#Brasil>>. Acesso em: 13/02/2007

KOOPMANS, J. *Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

KUNSCH, M. M. K. . Comunicação Organizacional: surgimento e evolução das práticas, conceitos e dimensões. In: Clotilde Perez; Ivan Santo Barbosa. (Org.). *Hiperpublicidade: Fundamentos e Interfaces*. 1 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007, v. 1, p. 369-390.

_____. *Relações Públicas e Modernidade: novos paradigmas na comunicação*

organizacional. 3ª edição. Summus Editorial. São Paulo, 1997

_____. Relações públicas e a filosofia da comunicação integrada. In: KUNSCH, M. M. K. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 2003. p. 149-187.

LE PRESTRE, P. *Ecopolítica Internacional*. Tradução Jacob Gorender. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

LEIS, H. 2002. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, E; LEIS, H. (orgs.). 2002. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. SP: Cortez; Florianópolis: UFSC.

LERMA, G. P. e BAQUERO, C. E. S. *La Globalización y el Sistema Internacional en el Siglo XXI*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2007.

LEAHY, S. Grandes negócios se nutrem de pouco carbono. *Envolverde*. Publicado em 14/01/2008. Disponível em <<http://envolverde.ig.com.br/?materia=42595#>>. Acesso em: 24 jan. 2008

LEMO, A.D. e NASCIMENTO, L.F. *A produção limpa como geradora de inovação e competitividade*. Disponível em <http://www.portalga.ea.ufrgs.br/acervo/pml_art_04.PDF>. Acesso em: 21 jan. 2008

LOPES, I. V. (Coord.). *O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL: Guia De Orientação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

MACAN-MARKAR, M. Mercado de carbono chega às florestas. *Envolverde*. Publicado em 17/12/2008. Disponível em <<http://envolverde.ig.com.br/?busca=mercado+de+carbono+chega+%E0s+florestas&x=17&y=10#>>. Acesso em: 19 dez. 2007

MENDES, T. Entrevista concedida por e-mail pelo Analista de Projetos sobre Carbono do Grupo Plantar. [Dez. 2006]. Entrevistadora: Andréa C. Ventura.

MENDONÇA, F. *Cidade, Ambiente e Desenvolvimento*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2004.

MESTIERI, C. E. Relações Públicas. Arte de Harmonizar Expectativas. São Paulo: Aberje, 2004.

MILANI, C. *Atores sociais estratégicos ligados ao meio ambiente*. Entrevista concedida pelo professor-adjunto da UFBA, doutor em Política do Desenvolvimento. [Jan. 2007]. Entrevistadora: Andréa C. Ventura.

MILANI, C. R. S. ; KERAGHEL, C. . The International Agenda for Sustainable Development: International Contestatory Movements. In: Sophie Thoyer; Benoît Martimort.

(Org.). *Participation for Sustainability in Trade*. 1 ed. Londres: Ashgate Publishers, 2007, v. 1, p. 93-109.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT), *Projetos Aprovados nos Termos da Resolução nº 1*. Disponível em <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/9919.html>> . Acesso em: 01 nov. 2006

_____. *Status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no Mundo*. In: Mudanças Climáticas. Disponível em <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/30317.html>>. Acesso em: 28 jan. 2008

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). *Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)*. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm>>. Acesso em: 01 fev. 2007.

MÜLLER, F. *Queda do preço do carbono europeu não prejudicará projetos de MDL Carbono Brasil*, seção Mercado de Carbono, publicada em 04/05/2006. Disponível em <<http://www.carbonobrasil.com>>. Acesso em: 17 mai. 2006.

_____. *Bolsa de Chicago/EUA realiza primeiro negócio de CO₂ com a Europa*. Carbono Brasil, seção Mercado de Carbono, publicada em 09/05/2006. Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em: 10 mai. 2006.

NAJAM, A. et al. *Global Environmental Governance: a reform agenda*. Canadá: IISD, 2006.

NASCIMENTO, L. F., LEMOS, A. D. C., MELLO, M. C. A. *Gestão socioambiental estratégica*. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NETO, P. *Governança e o Eco-comprometimento promovendo Desenvolvimento Sustentável a partir da Gestão de Recursos Hídricos: o caso da Aracruz/ Unidade Guaíba e seus stakeholders*. Disponível em <http://volpi.ea.ufrgs.br/teses_e_dissertacoes/td/001319.pdf> . Acesso em: 29. abr. 2004.

NEVES, R. C. *Comunicação Empresarial Integrada: como gerenciar: imagem, questões públicas, comunicação simbólica, crises empresariais*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

NOBRE, M. *Desenvolvimento Sustentável: origens e significado atual*. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M.C. (orgs.). *Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito*. BSB: Ed. IBAMA. 2002.

OLSON, M. *A lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. SP: EDUSP, 1999.

OVERBEEK, W. Entrevista concedida por e-mail por integrante da FASE/ES, uma das entidades contrárias ao Projeto Plantar. [Fev. 2007]. Entrevistadora: Andréa C. Ventura.

_____. <winnie.fase@terra.com.br>. Re: Dissertação de Mestrado sobre Projeto

Plantar. Cartas-manifesto contrárias ao Projeto Plantar. Mensagem enviada para andreaventura@oi.com.br em 28 fev. 2007

PINTO, E. & MOUTINHO, P. Kyoto entra em vigor! *Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (IPAM)*, 2005. Disponível em <<http://ipam.org.br/noticias/>>. Acesso em: 11 jul. 2006.

PHILIPPI, D. A. e ERDMANN, R. H. A Produção mais Limpa, o Planejamento da Produção e o Desenvolvimento Sustentável. *Anais do IX Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA)*. Curitiba/PR, UNICENP, FEA (USP), EAESP (FGV-SP) e EBAPE (FGV-RJ), 2007.

PORTAL CELULOSE ONLINE. *Créditos de carbono podem render ao Brasil us\$3 bi*. Publicada em 15/10/2005, tendo como fonte a Netcomex – Portal do Empresário de Comércio Exterior. Disponível em <<http://www.celuloseonline.com.br/noticia/noticia.asp?pagina=2&idnoticia=5773>>. Acesso em: 30 nov. 2005.

PROTOCOLO DE KYOTO. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc_quioto2.php> Acesso em: 31 jan. 2007.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L.V. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva, Lisboa. 1998. 2ª. Edição.

RESTREPO, M. Comunicación para la dinámica organizacional. *Revista Signo y pensamiento*. Bogotá: Universidad Javeriana, n. 26 (XVI), p. 91-96, 1995.

RIBEIRO, W. C. *A Ordem Ambiental Internacional*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ROCHA, A.M. *et al.* Responsabilidade Social : gestão ambiental pode gerar lucro. *Anais do VIII Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA)*. Rio de Janeiro/RJ, FEA (USP), EAESP (FGV-SP) e EBAPE (FGV-RJ), 2005.

ROCHA, D. *Aumento das emissões de carbono está “fora de controle”*. Publicada em 16/11/2006. Disponível em <<http://www.ambienteemfoco.com.br/?p=1858>>. Acesso em: 17 nov. 2006

ROCHA, M. T. *Aquecimento Global e o Mercado de Carbono: uma aplicação do modelo CERT*. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2003. (Tese de Doutorado).

ROCHA, M. T. *et al.* *Projetos Florestais no MDL: as definições e modalidades adotadas na COP 9 (Decisão 19 / CP. 9)*. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), Esalq/USP, 2004. Disponível em <http://cepea.esalq.usp.br/pdf/Artigo_projetos%20florestais.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2008

RODRIGUES, F.C.P. *O contrato de Compra e Venda de Emissões Certificadas de Redução*

(CERs). Disponível em <<http://www.carbonobrasil.com/textos.asp>>. Acesso em: 01 jul. 2006.

SANT'ANNA, L. *O Brasil já se adapta à era Kyoto*. Publicado no site da EcoSecurities em 14/02/2005. Disponível em <<http://www.ecosecurities.com/downloads/news20.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2006.

SANTOS, R. *A relação entre empresas e seus stakeholders no aspecto ambiental*. Entrevista concedida pelo Gerente de Comunicação e Relações Institucionais da Bahia Pulp, empresa do ramo de plantio florestal de eucaliptos e de celulose. [Fev. 2007]. Entrevistadora: Andréa C. Ventura.

SCHEIDT, P. *Mercado de carbono deve crescer 56% em 2008*. Disponível em <<http://progressoverde.blogspot.com/2008/02/mercado-de-carbono-deve-crescer-56-em.html>>. Acesso em: 01 mar 2008

SCHINDLER, W. Apresentação sobre a CCX – Chicago Climate Exchange. *Seminário Os Desafios de Kyoto e as Oportunidades de Mercado para o Brasil*. FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, Outubro de 2005. Disponível em <<http://www.fbds.org.br/Apresentacoes/FBDS-ApresentacaoSobreCCX.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2006.

SCHOMMER, P. *Responsabilidade Socioambiental*. (Apostila). Universidade de Brasília e Centro de Educação à Distância. Brasília: 2008.

SCOTTO, G.; LIMONCIC, F. [orgs.]. *Conflitos socio-ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Projeto Meio Ambiente e Democracia; IBASE, 1997.

SCOTTO, G. (Organizador). *Conflitos ambientais no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns?*. Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

SCS. *Relatório de Avaliação de Re-certificação do Manejo Florestal das Plantações Florestais da Plantar S.A.* Junho de 2006. <http://www.scs-certified.com/PDFS/forest_plantar_port.pdf>. Acesso em: 10 set. 2007

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Carta de apoio à Plantar*. Belo Horizonte, maio de 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Carta de apoio à Plantar*. Belo Horizonte, abril de 2003.

SGS QUALITY NETWORK. *Documento de Concepção do Penha Project*. Disponível em <<http://www.sgsqualitynetwork.com/tradeassurance/ccp/projects/340/Penha%20PDD%20Version%2001.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

SIMÕES, R. P. *Relações Públicas: função política*. São Paulo: Summus Editorial, 1995. 3ª ed.

SOUTHSOUTHNORTH. *Climate Change and the Kyoto Protocol's Clean Development Mechanism*. London: ITDG Publishing, 2004.

SOUZA, A. *Relatório de Atividades do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas Globais e Biodiversidade 2005-2006*. Disponível em <<http://www.seia.ba.gov.br/SGDIA/transarq/arquivos/>>. Acesso em: 18 nov. 2006

SOUZA, A. Entrevista concedida pela então coordenadora relação entre organizações baianas frente ao Protocolo de Kyoto. [Dez. 2006]. Entrevistadora: Andréa C. Ventura.

SPETH, J. G. A Agenda Ambiental Global: Origens e Perspectivas. In: ESTY, D.C. e IVANOVA, M.H. (Orgs.). *Governança Ambiental Global: Opções & Oportunidades*. Tradução: Assef Nagib Kfourri. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2005.

SUERDIECK, S.S. Condições e Perspectivas do Mercado de Certificados de Carbono. Conjuntura e Planejamento. SEI, n. 99, pág. 38-44. Agosto de 2002.

SUÍNO.COM, *Seminário em Salvador vai apresentar benefícios de Quioto na suinocultura*, Comunidade de Meio Ambiente, 22/11/2005. Disponível em <http://www.suino.com.br/meioambiente/noticia.asp?pf_id=22888&dept_id=8>. Acesso em: 22 nov. 2006

SUPTITZ, A. *et al* *Prezados Membros do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo*. Carta-manifesto contrária ao Projeto Plantar, enviada em junho de 2004. Disponível em <<http://www.sinkswatch.org/>>. Acesso em: 20. dez. 2006

TEOBALDO, C. S. A. *Para entender Relações Públicas*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

THE GOLD STANDARD. *Premium quality carbon credits*. Disponível em <<http://www.cdmgoldstandard.org/>>. Acesso em: 10 jul. 2007

THOMAS, E. M. B., *A Natureza das Relações entre ONGs Ambientalistas Baianas e o Poder Público Estatal: O Caso do Grupo Ambientalista*. Dissertação de Mestrado em Administração. UFBA, 2006.

TORRES, C.A.R., COSTA e SILVA, F.E., e CUNHA, I.A. Resolução de conflitos ambientais e gerenciamento ambiental. *Anais do VIII Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA)*. Rio de Janeiro/RJ, FEA (USP), EAESP (FGV-SP) e EBAPE (FGV-RJ), 2005.

TRANSNATIONAL INSTITUTE. *Cine-caravana contra o deserto verde*. <http://www.tni.org/detail_event.phtml?&act_id=16712&menu=11c>. Acesso em: 29 jan. 2008

UBERTHUR, S.; GEHRING, T. *Institutional Interaction in Global Environmental Governance: synergy and conflict among international and EU policies*. Cambridge: MIT Press, 2006.

UNFCCC. *The United Nations Climate Change Conference in Bali*. Disponível em <http://unfccc.int/meetings/cop_13/items/4049.php>. Acesso em: 15 jan. 2008

UNITED NATIONS. “*About the United Nations*”. Disponível em <<http://www.un.org/>>. Acesso em: 14 fev. 2007

US NETWORK FOR GLOBAL ECONOME JUSTICE et al. *Climate Justice Now! The Durban Declaration on Carbon Trading*. Durban, África. Assinada em 10 de outubro de 2004. Disponível em <<http://www.sinkswatch.org/pubs/2008%2002%20%20Durban%20Declaration.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2008

VAN RIEL, C. B. M. *Principles of corporate communication*. Hernel Hempstead: Pretince Hall, 1995.

VEIGA, J. E. da *Meio Ambiente & Desenvolvimento*. São Paulo, Editora Senac, São Paulo, 2006.

VEIGA, J. E. da Iluminando o roteiro para o pós-Kyoto. *Valor Econômico*. 30/10/2007. Disponível em <www.econ.fea.usp.br/zeeli/valor.html> Acesso em: 05 nov. 2007

VELA, J. A. A. & FERREIRA, E. Vantagem Competitiva do Brasil nos Projetos de MDL. *Anais do VIII Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA)*. Rio de Janeiro/RJ, FEA (USP), EAESP (FGV-SP) e EBAPE (FGV-RJ), 2005.

VENTURA, A. e ANDRADE, J. C. “O Protocolo de Quioto e a Inauguração de um Novo Mercado Financeiro para o Brasil”. *Anais do Congresso Acadêmico de Meio Ambiente (CADMA)*. Niterói, RJ: 2006.

VIOLA, E. As Complexas Negociações Internacionais para Atenuar as Mudanças Climáticas. In: *Meio Ambiente no Século XXI*. TRIGUEIRO, A. (Coord.), Armazém do Ipê Autores Associados, 4ª ed., Campinas/SP, 2005.

YAHOO NOTÍCIAS, *América Latina perde espaço no mercado de créditos de carbono*. Seção Ciência e Saúde, 26 de Outubro de 2006. Disponível em <<http://br.news.yahoo.com/061026/40/1a8z6.html>>. Acesso em: 18 nov. 2006.

WORLD RAINFOREST MOVEMENT. “*Brazil: Eucalipto e Conferencia sobre a Mudança climática em Milão*”. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/alerts/december03.html>>. Acesso em: 20 dez. 2006

_____. *Brasil: plantações de eucalipto da Plantar, créditos de carbono e população local*. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/boletim/70/AS.html#Brasil>>.

Acesso em: 12 fev. 2007

_____. *Evaluation report of V&M Florestal Ltda. and Plantar S.A. Reflorestamentos*, both certified by FSC - Forest Stewardship Council. Brasil, novembro de 2002. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/countries/Brazil/fsc.html>>. Acesso em: 01 ago. 2007

_____. Brasil: entidades e representantes da sociedade civil denunciam atividades da Plantar S.A. perante o PCF. *Boletim WRM*. Número 65. Dezembro de 2002. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/boletim/65/AS.html#Brasil>>. Acesso em: 13 fev. 2007

_____. Brasil: plantações de eucalipto da Plantar, créditos de carbono e população local. *Boletim WRM* Número 70 – Maio de 2003. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/boletim/70/AS.html#Brasil>>. Acesso em: 13 fev. 2007

_____. Fundos de carbono do Banco Mundial no Brasil: novas fontes de financiamento para plantações industriais de árvores. *Boletim do WRM*. Número 76 – Novembro de 2003. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/boletim/76/carbono.html#Brasil>>. Acesso em: 13 fev. 2007

_____. Plantar recebe prêmio por pior projeto de sumidouro de carbono e contrata. *Boletim WRM*. Número 77. Dezembro de 2003. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/boletim/77/AS.html#Brasil>>. Acesso em: 13 fev. 2007

_____. Plantar: o Banco Mundial reconhece ter divulgado falsas acusações. *Boletim WRM*. Número 74 - Setembro 2003. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/boletim/74/carbono.html#BM>>. Acesso em: 13 fev. 2007

_____. A Revisão da Certificação de Plantações do FSC. *Boletim WRM*. Número 108 - Julho 2006. <<http://www.wrm.org.uy/boletim/108/opiniaio.html#Brasil>>. Acesso em: 13 fev. 2007

_____. *Nothing prevents the FSC certification?* (Resposta ao relatório de re-certificação da Plantar). 2003. Disponível em <<http://www.wrm.org.uy/countries/Brazil/letterRR.html>> Acesso em: 02 ago. 2007

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)